

**UFRRJ**

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS**

**DISSERTAÇÃO**

**GESTÃO SOCIAL E CONTROLE SOCIAL NO BAIRRO CARIOCA DE  
SANTA CRUZ E ITAGUAÍ – RJ: UM OLHAR SOBRE O  
DESENVOLVIMENTO LOCAL NO TERRITÓRIO DOS  
MEGAEMPRESARIADOS**

**RIYUZO IKEDA JÚNIOR**

**2017**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS - PPGDT**

**GESTÃO SOCIAL E CONTROLE SOCIAL NO BAIRRO CARIOCA DE  
SANTA CRUZ E ITAGUAÍ – RJ: UM OLHAR SOBRE O  
DESENVOLVIMENTO LOCAL NO TERRITÓRIO DOS  
MEGAEMPREENHIMENTOS**

**RIYUZO IKEDA JÚNIOR**

*Sob a Orientação do Professor*  
Lamounier Ethal Villela

*e Co-orientação do Professor*  
Fernando Guilherme Tenório

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas**, Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas.

Seropédica, RJ  
Abril de 2017

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

I26g Ikeda Júnior, Riyuzo, 1990-  
Gestão Social e Controle Social no Bairro Carioca  
de Santa Cruz e Itaguaí - RJ: Um Olhar Sobre o  
Desenvolvimento Local no Território dos  
Megaempreendimentos / Riyuzo Ikeda Júnior. - 2017.  
219 f.

Orientador: Lamounier Erthal Villela.  
Coorientador: Fernando Guilherme Tenório.  
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal  
Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, 2017.

1. Desenvolvimento econômico. 2. Crescimento  
econômico. 3. Gestão social. 4. Controle social. 5.  
Território. I. Erthal Villela, Lamounier, 1964-,  
orient. II. Tenório, Fernando Guilherme, -, coorient.  
III Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento  
Territorial e Políticas Públicas. IV. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS.**

**RIYUZO IKEDA JÚNIOR**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de MESTRE, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 18/04/2017.

---

Prof. Dr. Lamounier Erthal Villela – PPGDT/ UFRRJ  
(Orientador)

---

Prof. Dr. Fernando Guilherme Tenório – FGV  
(Co-orientador)

---

Prof. Dr. Cezar Augusto Miranda Guedes - UFRRJ

---

Prof. Dr. Sérgio Luís Allebrandt - Unijuí

A minha família,  
Pilar da minha vida e base para o meu  
engrandecimento.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus nosso Senhor e Salvador, o qual mantenho inegável fé e a quem recorro em todos os momentos de minha vida.

A minha avó Maria a bússola da família e a experiência que não se deve rejeitar em hipótese alguma.

A minha dinda Neusa, minha segunda mãe, batalhadora de todos os dias e suporte em todos os momentos da minha vida.

A minha irmã Soline parceira para todos os momentos, companheira acadêmica, apoio nos momentos felizes e tristes, compartilhando das dores à felicidade.

Aos meus pais Solange e Riyuzo, que mesmo distantes sempre se fazem presentes na minha vida e os quais sinto imensas saudades todos os dias.

Um agradecimento especial a minha namorada Natalia, por ser essa pessoa simplesmente incrível que surgiu na minha vida em meio as atribuições acadêmicas e por ser tão paciente quando não pude estar por perto.

Sou grato aos meus amigos na UFRRJ, UFF, Fundação Getúlio Vargas e na vida, que sempre me apresentando o que há de melhor no mundo e amadurecendo meus conhecimentos, em especial Alex Vargas, Thais Kronemberger, Anderson Dias, Whilla Castelhana, Eliane Miranda, Éricsson Brito, Osiane Santos, Gleidson Andrade, Lorhaine Bernardes, Nayara Freire, Mariana Lunz e Roberta Zaib.

À minha amiga Ellizandra Santos Hidalgo e que nos fortaleçamos profissionalmente e pessoalmente cada vez mais juntos.

Às Prof<sup>as</sup>. Dr<sup>as</sup>. Lucia Silva e Denise de Alcântara pelo suporte me dado junto ao Programa e por acreditarem no meu potencial.

Agradecimento especial ao meu orientador, Dr. Lamounier Erthal Villela por ser um guia na empreitada para me tornar um profissional cada vez maior e melhor.

Agradeço ao meu Co-orientador, o prof. Dr. Fernando Guilherme Tenório, por me possibilitar a abertura de um novo mundo, oportunidades e engrandecimento.

Aos Professores Dr. Cezar Guedes, Sérgio Allebrandt e Dr. Airton Cançado por me acompanharem nessa jornada e fornecerem seu suporte e conhecimento a cada segundo que tivemos contato.

Ao PPGDT/UFRRJ por ter depositado sua confiança em mim para agregar sempre mais valores, conhecimentos e experiências.

Ao Programa de Estudos em Gestão Social por fortalecer minha linha acadêmica, amadurecer meu profissionalismo e abrir meus horizontes acadêmicos.

Ao Laboratório de Desenvolvimento de Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas pelo compartilhamento de experiências e atuação em prol de um território mais justo e solidário.

A todos os entrevistados que gentilmente cederam seu tempo para o desenvolvimento desta pesquisa o meu muito obrigado!

“Pois vocês sabem que, quando a sua fé vence  
essas provações, ela produz perseverança”

(Tiago 1:3)

## RESUMO

IKEDA JÚNIOR, Riyuzo. **Gestão Social e Controle Social no Bairro Carioca de Santa Cruz e Itaguaí – RJ: Um Olhar Sobre o Desenvolvimento Local no Território dos Megaempreendimentos.** 219 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas – PPGDT). Instituto De Ciências Sociais Aplicadas. Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ: UFRRJ, 2017.

Esta dissertação tem como objetivo geral mostrar como se manifesta a gestão social e o controle social como instrumentos nos processos de discussão nas esferas públicas (Sociedade Civil, Estado e Mercado), no Território dos Megaempreendimentos, visando o desenvolvimento local. E tem como objetivos específicos contextualizar os locais sob a perspectiva histórica e geográfica. Identificar o bairro carioca de Santa Cruz e o município de Itaguaí – RJ, ante aspectos multidimensionais (político-institucional, sociais, ambientais, territoriais, econômicos e tecno-científico) expondo a desigualdade socioeconômica através de parâmetros estatísticos, definir o arcabouço teórico na gestão social e no controle social e desenvolvimento multidimensional, Identificar como os instrumentos de gestão e controle social (associações, conselhos e os instrumentos cíveis – plano diretor, controladorias locais, tribunais de contas, polícias judiciárias, ministério público, orçamento participativo – e jurídicos – leis públicas financeiras e normas jurídicas gerais de controle social, controle de constitucionalidade) são utilizados pela sociedade civil, poderes públicos e mercado no Território dos Megaempreendimentos, avaliar o Território dos Megaempreendimentos sob a ótica da Gestão Social e do Controle Social e seu nexos com o desenvolvimento local multidimensional e relações dialógicas. Supõe-se um desequilíbrio nas relações de poder entre sociedade civil, poder público e mercado com base nos investimentos dos megaempreendimentos no local sem contrapartidas. Também se toma como suposição a baixa participação nos processos decisórios sobre a instalação de empresas e instituições no Território dos Megaempreendimentos, pois tal deliberação partiu única e exclusivamente do Estado. A negligência da população em participar nos instrumentos de controle social e gestão social acabou por ocasionar os impactos multidimensionais verificados na região. A presente dissertação tem como metodologia uma análise bibliográfica de investigação descritiva, base de dados históricos e estatísticos, pesquisa de campo e imersão social, entrevistas realizadas com atores locais das esferas da sociedade civil, Estado e mercado. Esta dissertação concluiu que apesar de verificada a baixa participação social na percepção de atores locais, a gestão social e o controle social são atuantes na forma de instrumentos existentes, como conselhos, órgãos públicos ou mesmo individualmente nos cidadãos, mas ainda assim sem as diretivas da própria sociedade.

**Palavras Chave:** Políticas Públicas e sociais, Sociedade Civil, Gestão Social, Controle Social e Cidadania Deliberativa.

## ABSTRACT

IKEDA JÚNIOR, Riyuzo. **Social Management and Social Control in the Carioca Neighborhood of Santa Cruz and Itaguaí - RJ: A Look at Local Development in the Territory of Mega Enterprises.** 219 f. Dissertation (Postgraduate Program in Territorial Development and Public Policies - PPGDT). Institute of Applied Social Sciences. Pro-rector of Research and Post-graduation, Federal Rural University of Rio de Janeiro. Seropédica, RJ: UFRRJ, 2017.

This dissertation aims to show how social management and social control are manifested as tools in the discussion processes in the public spheres (Civil Society, State and Market) in the Territory of Mega-projects, aiming at local development. Its specific objectives are to contextualize the sites from a historical and geographical perspective. To identify the Rio neighborhood of Santa Cruz and the city of Itaguaí - RJ, before multidimensional aspects (political-institutional, social, environmental, territorial, economic and techno-scientific) exposing socioeconomic inequality through statistical parameters, define the theoretical framework in management Social and social control and multidimensional development, Identify how the instruments of management and social control (associations, councils and civil instruments - master plan, local controllers, courts of accounts, judicial police, public prosecutor, participatory budget - and legal - laws Public financial and general legal norms of social control, constitutionality control) are used by civil society, public authorities and market in the Territory of Mega-enterprises, to evaluate the Territory of Mega-projects under the perspective of Social Management and Social Control and its nexus with development Multidimensional location and dialogic relations. It is supposed that there is an imbalance in the power relations between civil society, public power and market based on investments of the mega-enterprises with no counterparts. Also is assumed that the low participation in the decision-making processes on the installation of companies and institutions in the Territory of the Mega-projects, since this deliberation left only and exclusively of the State. The neglect of the population to participate in the instruments of social control and social management ended up causing the multidimensional impacts verified in the region. The present dissertation has as a methodology a bibliographical analysis of descriptive research, historical and statistical database, field research and social immersion, interviews with local actors from the spheres of civil society, state and market. This dissertation concluded that despite the low social participation in the perception of local actors, social management and social control are actives in the form of existing instruments, such as councils, public agencies or even individual citizens, but without the directives of society itself.

**Keywords:** Public policies and social, civil society, Social management, social control and Deliberative citizenship.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Métodos e resultados esperados para os objetivos traçados para a pesquisa (Continua).....	20
Quadro 2: Quadro-resumo dos atores entrevistados para o desenvolvimento desta dissertação. ....	22
Quadro 3: Quadro-Resumo Sobre a Coleta de Dados .....	23
Quadro 4: Megaempreendimentos Instalados em Itaguaí – RJ entre 2000 e 2013 (Continua).....	37
Quadro 5: Dados Socioeconômicos do Bairro Carioca de Santa Cruz entre 2000 e 2010...40	
Quadro 6: Megaempreendimentos Instalados em Santa Cruz (Rio de Janeiro/RJ) entre 2000 e 2013 .....	40
Quadro 7: As Leis de Planejamento e Orçamento do Brasil .....	55
Quadro 8: Quadro-resumo sobre um Plano Diretor.....	56
Quadro 9: Informações da Transparência dos Municípios que Incluem as Regiões em Análise.....	60
Quadro 10: Comparação do PIB, IDH e Ranking Nacional de Itaguaí – RJ com demais Municípios.....	62
Quadro 11: Dados Socioeconômicos do Bairro Carioca de Santa Cruz entre 2000 e 2010. 63	
Quadro 12: Resumo sobre as informações eletrônicas do CCSAISP 27.....	78
Quadro 13: Resumo sobre as informações eletrônicas do CCSAISP 27.....	80
Quadro 14: Organização da FIOCRUZ para o novo <i>Campus</i> Santa Cruz, no Distrito Industrial.....	83
Quadro 15: Empresas e instituições componentes do Programa de Desenvolvimento de Submarinos da Marinha do Brasil (PROSUB) em Itaguaí – RJ.....	88
Quadro 16: Complexo da Companhia Siderúrgica do Atlântico (Grupo ThyssenKrupp) ...	91

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Extensão Máxima da Fazenda Santa Cruz, à época jesuítica, sobreposta na atual área geográfica do Estado do Rio de Janeiro. ....	27
Figura 2: Localização do Município de Itaguaí – RJ, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). ....	33
Figura 3: Localização do Município de Itaguaí – RJ, na Região Metropolitana Fluminense .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Figura 4: Evolução do IDHM de Itaguaí (2000-2010).....	36
Figura 5: Produto Interno Bruto de Itaguaí – RJ (2000-2013) em R\$ Bilhões .....	37
Figura 6: Localização do Bairro Carioca de Santa Cruz .....	39
Figura 7: Localização do Território dos Megaempreendimentos no Bairro Carioca de Santa Cruz e no Município de Itaguaí – RJ.....	42
Figura 8: Os Três Setores em uma Democracia Deliberativa Contemporânea. ....	46
Figura 9: Variação dos Indicadores Socioeconômicos e Financeiros de Itaguaí – RJ (2000-2013).....	61
Figura 10: Área do Complexo Industrial de Biotecnologia em Saúde (CIBS), que abrigará o Novo Centro de Processamento Final (NCPFI) .....	84
Figura 11: Complexo do PROSUB na Ilha da Madeira, em Itaguaí – RJ.....	88
Figura 12: Complexo da Companhia Siderúrgica do Atlântico (Grupo ThyssenKrupp) em Santa Cruz. ....	92

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	15
1.1 Objeto de Pesquisa .....	17
1.1.1 Problema.....	17
1.1.2 Objetivo geral .....	17
1.1.3 Objetivos específicos.....	17
1.2 Delimitação do Problema .....	17
1.3 Suposições .....	18
2 ASPECTOS METODOLÓGICOS .....	19
2.1 Estudos que serão realizados .....	19
2.2 Instrumentos a serem utilizados .....	19
2.3 Descrição das metodologias .....	20
2.3.1 Coleta de informações .....	20
2.4 Tratamento das informações coletadas.....	25
2.5 Limitações do Método .....	25
3 HISTÓRICO SINTÉTICO DO BAIRRO CARIOCA DE SANTA CRUZ E O MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ – RJ .....	26
3.1 Do Latifúndio no Oeste Carioca à Urbanização Local: a origem comum do bairro carioca de Santa Cruz e do município de Itaguaí/RJ.....	26
3.2 A Zona Oeste Carioca: o Atrófiamento do Setor Agrário e a Tendência à Urbanização...	31
3.3 As Características Geográficas e Multidimensionais do Território dos Megaempreendimentos.....	32
3.3.1 O Município de Itaguaí – RJ .....	32
3.3.2 O bairro carioca de Santa Cruz.....	38
3.3.3 O Território dos Megaempreendimentos.....	41
4 GESTÃO SOCIAL E CONTROLE SOCIAL COMO INSTRUMENTOS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	43
4.1 A Gestão Social e o Controle Social no Brasil.....	43
4.2 Desenvolvimento Local, Gestão Social e Controle Social Como Conceitos Inerentes.....	48
4.3 Controle Social, Participação Popular e o Normativo Legal: Um Breve Olhar Sobre a Constituição da República de 1988 e Leis Infraconstitucionais.....	52
4.3.1 Gestão social e controle social na Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88).....	53
4.3.2 Gestão social e controle social no normativo infraconstitucional .....	54
5 DEMOCRACIA LOCAL: INSTITUIÇÕES, INSTRUMENTOS E O AMBIENTE DE GESTÃO SOCIAL E CONTROLE SOCIAL .....	58
5.1 Gestão Social e Controle Social No Desenvolvimento Multidimensional Local do Bairro Carioca de Santa Cruz e Itaguaí – RJ .....	60

6 A GESTÃO E O CONTROLE SOCIAL NO TERRITÓRIO DOS MEGAEMPREENHIMENTOS.....	65
6.1 Órgãos públicos de controle como ferramentas da Gestão Social .....	67
6.2 Controle Social em Casos de Corrupção no Território dos Megaempreendimentos .....	69
6.3 A Participação Social Sobre as Demandas Locais no Território dos Megaempreendimentos.....	76
6.4 A Percepção de Megaempreendimentos e seus Relacionamentos com as Sociedades Locais .....	83
6.5 As Contribuições do Laboratório de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial (LPDT/UFRRJ) e do Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS/EBAPE/FGV) para o Desenvolvimento no Território dos Megaempreendimentos .....	93
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	100
ANEXOS.....	112
Anexo I – Ranking Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs) do Município de Itaguaí – RJ – Período de 2000 a 2010 .....	112
Anexo II – Ranking das Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs) do Bairro Carioca de Santa Cruz (Rio de Janeiro/RJ) – Período de 2000 a 2010.....	114
Anexo III – Vista Parcial do Centro de Tratamento de Resíduos de Itaguaí (CTR), administrada pela empresa Ciclus, às Margens do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro (BR – 493).....	117
Anexo IV – Operações de Mineradoras na Área do Município de Itaguaí – RJ.....	118
Anexo V – Megaempreendimento do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro. Trecho no Município de Itaguaí – RJ .....	119
Anexo VI – A Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas (Ufem), Entrada da Ilha da Madeira, no Município de Itaguaí – RJ .....	120
Anexo VII – Vista do Porto Sudeste, na Região da Ilha da Madeira .....	121
Anexo VIII – Canteiro de Obras do Submarino Nuclear e da Futura Base Naval de Itaguaí, da Marinha do Brasil (PROSUB), na Ilha da Madeira.....	123
Anexo IX – Entrada do Porto de Itaguaí, administrado pela Companhia Docas do Rio de Janeiro.....	124
Anexo X – Companhia Siderúrgica Cosigua, do Grupo Gerdau, no Distrito Industrial de Santa Cruz, na Capital Fluminense .....	125
Anexo XI – Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), do Grupo Alemão ThyssenKrupp, no Distrito Industrial de Santa Cruz, na Capital Fluminense .....	126
Anexo XII – Casa da Moeda do Brasil, Localizada no Distrito Industrial de Santa Cruz, na Capital Fluminense.....	127
Anexo XIII – Termelétrica de Santa Cruz, do Sistema Furnas/Eletróbrás, Localizada no Distrito Industrial de Santa Cruz .....	128
Anexo XIV – Planta de Máquinas Pesadas para Perfuração Profunda da Rolls-Royce, no Distrito Industrial de Santa Cruz, Zona Oeste do Rio de Janeiro/RJ .....	129
Anexo XV – Rodovia BR 101 Sul (Rio-Santos; Rodovia Procurador Haroldo Fernandes Duarte) no Trecho do Bairro Carioca de Santa Cruz.....	130

Anexo XVI – Terminal Santa Cruz do Corredor de Ônibus Rápido BRT Transoeste, no Bairro de Mesmo Nome, na Zona Oeste do Rio de Janeiro .....	131
Anexo XVII – Empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida no Bairro Carioca de Santa Cruz .....	132
Anexo XVIII – Autorização para entrevista de Geraldo Batista de Oliveira, Presidente do Conselho Distrital de Saúde da Área Programática 5.3 (Santa Cruz, Paciência e Sepetiba). 137	
Anexo XIX – Autorização para entrevista de Carlos Teixeira, Presidente do Conselho Comunitário de Segurança da Área Integrada de Segurança Pública 27 (CCSAISP 27) – Santa Cruz, Sepetiba, Paciência, Pedra de Guaratiba e Guaratiba. ....	138
Anexo XX – Autorização para entrevista de José Leonídio Madureira de Sousa Santos, Assessor de Cooperação Social da Fundação Instituto Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).....	139
Anexo XXI – Autorização para entrevista de Willian Cezar de Castro Padela, Vereador do Partido Socialista Brasileiro (PSB/RJ) pelo Município de Itaguaí – RJ.....	140
Anexo XXII – Mapa de Abrangência Geográfica Sobre a Atuação do Conselho Comunitário de Segurança da Área Integrada de Segurança Pública 27 (CCSAISP 27).....	141
Anexo XXIII – Áreas Programáticas na Capital Fluminense, com destaque para a A.P. 5.3, de responsabilidade do Conselho Distrital de Saúde da A.P. 5.3 (CODS A.P. 5.3 – Santa Cruz, Paciência e Sepetiba).....	142
Anexo XXIV – Visita à sede do Conselho Distrital de Saúde da Área Programática 5.3 (CODS A.P. 5.3) no bairro carioca de Santa Cruz. ....	143
Anexo XXV – Visita à Assessoria de Coordenação Social da Fundação Instituto Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).....	144
Anexo XXVI – Ata Eletrônica da Primeira Reunião do Conselho Comunitário de Segurança da Área Integrada de Segurança Pública 27 (CCSAISP 27) em 2017, realizada em 11 de janeiro. ....	145
Anexo XXVII – Entrevista realizada por e-mail e via telefonemas junto à Assessoria da Coordenadoria-Geral do Submarino Nuclear (COGESN) da Marinha do Brasil. ....	146
Anexo XXVIII – Integrantes do Laboratório de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial (LPDT) do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGDT/UFRRJ).....	152
Anexo XXIX – Municípios componentes do Território da Baía da Ilha Grande.....	153
Anexo XXX – Produção Bibliográfica Parcial (Livros) a partir do Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS).....	154
Anexo XXXI – Integrantes do Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS) .....	155
Anexo XXXII – Estudo da Câmara Metropolitana de Integração Governamental do Governo do Rio de Janeiro publicado em matéria do Jornal O Globo (12/02/2017).....	156
Anexo XXXIII – Primeiros relatos sobre a “chuva de prata” em Santa Cruz com consequente multa ambiental contra a Companhia Siderúrgica do Atlântico entre 2010 (primeiro ano de operação) e 2011. Matéria do Jornal O Globo de 06/01/2011.....	157
Anexo XXXIV – Entrevista do Presidente da Associação Comercial e Industrial de Santa Cruz, Alberto Chaves Gonçalves para o Jornal O Globo em 13/03/2010.....	158
Anexo XXXV – Reportagem do Jornal O Globo (22/02/2017) sobre a venda da Companhia Siderúrgica do Atlântico, do Grupo ThyssenKrupp, ao Grupo Techint/Ternium.....	159
Anexo XXXVI – Exemplo de Edição mensal, de Fevereiro de 2017, do periódico “Alô Comunidade”, uma publicação da Companhia Siderúrgica do Atlântico. ....	160
Anexo XXXVII – Coluna do Jornalista Ancelmo Gois, no Jornal O Globo, edição de 25/02/2017, em que publicou sobre a dívida da ThyssenKrupp em relação à TKCSA intitulado “Cratera Alemã”. ....	161

Anexo XXXVIII – Edição de março de 2017 do periódico “Alô Comunidade” da TKCSA em que vincula o anúncio sobre a venda da empresa à Companhia italo-argentina Techint/Ternium, no editorial “Leitores Alô Comunidade”.....	162
ANEXO XXXIX – Um dos helicópteros, um televisor, um Porsche Panamera e uma Ferrari apreendidos do ex-prefeito de Itaguaí Luciano Mota por parte de diligências da Polícia Federal em diversos pontos do Rio de Janeiro .....	163
Anexo XL – Divulgação da Declaração de Bens do então candidato Luciano Mota, o qual afirmava não possuir meios, junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). .....	165

APÊNDICES .....	166
Apêndice A – Questionário para entrevista de Willian Cezar, Vereador pelo Município de Itaguaí – RJ, do Partido Socialista Brasileiro do Rio de Janeiro (PSB/RJ).....	166
Apêndice B – Questionário para entrevista de Sueli Fernandes, ex-Ouvidora-Geral do Município de Itaguaí – RJ (2015-2016) e cidadã que liderou protestos em favor das investigações e cassação do ex-prefeito Luciano Mota (2013-2015).....	167
Apêndice C – Questionário para entrevista de Carlos Teixeira, Presidente do Conselho Comunitário de Segurança da Área Integrada de Segurança Pública 27 (CCSAISP 27) – Santa Cruz, Paciência, Guaratibaa, Pedra de Guaratiba e Sepetiba.....	168
Apêndice D – Questionário para entrevista de Geraldo Batista de Oliveira, Presidente do Conselho Distrital de Saúde da Área Programática 5.3 (CODS 5.3) – Santa Cruz, Paciência e Sepetiba. ....	169
Apêndice E – Questionário de entrevista de José Leonídio Madureira Sousa Santos, Assessor de Cooperação Social da Fundação Instituto Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).....	170
Apêndice F – Questionário de entrevista para um Representante da ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) .....	171
Apêndice G – Questionário de entrevista para Ricardo Lindgren de Carvalho, Capitão-de-Mar e Guerra (RM1), Assessor de Comunicação Social da Coordenadoria-Geral do Programa de Desenvolvimento de Submarino com Propulsão Nuclear (COGESN). ....	172
Apêndice H – Questionário de entrevista para um vereador do Município do Rio de Janeiro – RJ.....	173
Apêndice I – Transcrição da entrevista realizada com Willian Cezar, Vereador pelo Município de Itaguaí – RJ, do Partido Socialista Brasileiro do Rio de Janeiro (PSB/RJ).....	175
Apêndice J – Transcrição da entrevista realizada com Sueli Fernandes, ex-Ouvidora-Geral do Município de Itaguaí – RJ (2015-2016) e cidadã que liderou protestos em favor das investigações e cassação do ex-prefeito Luciano Mota (2013-2015).....	183
Apêndice K – Transcrição da entrevista realizada com Carlos Teixeira, Presidente do Conselho Comunitário de Segurança da Área Integrada de Segurança Pública 27 (CCSAISP 27) – Santa Cruz, Paciência, Guaratibaa, Pedra de Guaratiba e Sepetiba. ....	195
Apêndice L – Entrevista com Geraldo Batista de Oliveira, Presidente do Conselho Distrital de Saúde da Área Programática 5.3 (CODS 5.3) – Santa Cruz, Paciência e Sepetiba.....	204
Apêndice M – Entrevista com José Leonídio Madureira Sousa Santos, Assessor de Cooperação Social da Fundação Instituto Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).....	211
Apêndice N – Ofício para entrevista encaminhado junto ao Conselho Distrital de Saúde da Área Programática 5.3 (Santa Cruz, Paciência e Sepetiba).....	218

# 1 INTRODUÇÃO

O Estado brasileiro possui como pedra fundamental de sua existência a sociedade como fim das ações do poder público e como meio para existir. Assim como a democracia americana e a tripartição do poder preconizada por Montesquieu, o Brasil adotou os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário como forma de equilíbrio da manifestação da autoridade estatal delegada constitucionalmente pelo povo.

Com o intuito de legitimar as ações e existência do Estado, a Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88), surgida em 1988, torna evidente em seu preâmbulo que a sociedade é a fiel detentora do poder, sendo os Poderes constituídos servidores das vontades públicas. A atuação estatal também vem prevista no rol constitucional a fim de delimitar e sancionar aqueles que, em nome do Estado, ultrapassarem os limites legais previstos.

Cabe salientar que os mecanismos de ocupação das funções estatais passam pelo crivo da imparcialidade e avaliação dos melhores candidatos para tal: os concursos públicos. Mas as lideranças executivas e membros legisladores são eleitos, resguardadas as características individuais dos pleitos, pelo povo, em pleitos realizados a cada dois anos para mandatos de quatro anos (excetuando-se Senadores da República, que permanecem em seus cargos por oito anos). As eleições municipais e gerais são o marco inicial do instrumento do controle social como forma de buscar a independência, justiça social, desenvolvimento econômico e equilíbrio de poderes.

No texto da CRFB/88 estão previstos inúmeros outros dispositivos que constituem uma gama de formatos para exercer o pleno direito ao controle social através da população, incluindo-se institutos e instituições. O controle social pode ser exercido a qualquer tempo a fim de tornar proba a atuação estatal uma vez constatada uma ação prejudicial do Estado e pelo Estado brasileiro nas suas mais diversas instâncias (Municípios, Estados e União) e nos poderes da República (Legislativo, Executivo e Judiciário).

O texto constitucional de 1988, porém, é conhecido como municipalista/localista, uma vez que delega aos municípios brasileiros maiores poderes, tarefas e afazeres a fim de dinamizar as ações do Estado e tornar mais próximas as relações entre a sociedade e ele próprio. Seguindo a tendência neoliberal e das experiências democráticas de participação adquiridas nas décadas anteriores, sobretudo movimentos sociais e democráticos, já em finais da década de 1980, mas sem ter cunho generalizado de tal tendência, a CRFB/88 descentralizou as ações da União e dos estados, aos municípios ou possibilitando a delegação de tais ações.

A partir desse período houve a reformulação nas escalas de poder entre os entes federados no Brasil com a ascensão do poder municipal como importante e, por vezes, essencial ator nas dinâmicas multidimensionais (econômica, político-institucional, social, ambiental e territorial). Com a promoção do município o controle social se volta também aos institutos e instituições de cunho municipal, uma vez que há um incremento nas atividades e responsabilidades do menor ente da Federação demandando um maior e melhor acompanhamento junto às ações estatais.

Uma vez que a Carta Magna promoveu a proximidade entre o Estado brasileiro e a população, cria-se também um ambiente propício à reprodução de espaços públicos à consolidação do diálogo e da busca pela solução de divergências e inconformidades do povo para com o poder público. Assim a gestão social favorece espaços públicos eivados de

neutralidade, abertos às discussões e comunicação entre os mais diferentes atores na busca pelo bem comum e do bem-estar dos envolvidos.

Mas além da relação Estado-sociedade em uma economia capitalista como a brasileira, há que se falar no terceiro ator vinculado nas atividades da gestão social e controle social, qual seja o mercado. As empresas e os agentes mercadológicos são um dos principais objetivos buscados pelo Estado a fim de aumentar as receitas, proporcionar o desenvolvimento, pela ótica pública, com a geração de empregos, dinamização de investimentos e incremento da arrecadação tributária.

O município emerge como ator que possui a tarefa de atrair investimentos de mercado, objetivando os pontos supracitados, mas tal fator possui, se mal gerenciado, a capacidade de fomentar a desterritorialização, potencializar desigualdades socioeconômicas, problemas ambientais, prejudicar e interromper o diálogo entre os diferentes atores sociais (sociedade, Estado e mercado), bem como gerar incertezas quanto ao futuro local.

Evidencia-se que a gestão social é instrumento do desenvolvimento, e o diálogo e a comunicação entre a sociedade, o Estado e mercado são fundamentais na busca pelo bem comum. O controle social, por sua vez, e não menos importante que a gestão social, caminha concomitante a esta, valendo-se ele da ação do povo ou das instituições sociais ou de Estado formalmente constituídas, tais quais através do controle externo dos poderes, uns sobre os outros ou sobre si mesmos, como ocorre no caso dos tribunais de contas e ministérios públicos.

O chamado terceiro setor, associações, conselhos comunitários, dentre outras formas de organização, surgem por parte da sociedade como resposta às lacunas do Estado quando este se faz ineficaz em promover avanços multidimensionais, necessitando que a iniciativa privada e a população se organizem e levem adiante projetos públicos estancados. Uma observação se faz ainda que tais formas de organização são igualmente formas de fortalecer a representatividade do ator sociedade na gestão social e no controle social. O acompanhamento, fiscalização, discussões e interações tornam-se viáveis com a organização de diversos indivíduos detentores de objetivos em comum.

Quando um local consegue atrair inúmeros projetos públicos e privados questiona-se sobre os impactos multidimensionais ocorridos e a capacidade como o Estado teve ao lidar com tais transformações nas suas mais diversas áreas de administração. Nesse sentido os megaempreendimentos são uma categoria que muito influenciam na dinâmica da escala local, caracterizando-os com altos montantes financeiros, empregos gerados, receita tributária atraída, bem como ocupação do solo e redefinição dos atributos do território ao qual eles se inseriram.

A força do capital torna-se tão relevante quanto o Estado e a sociedade de forma a desequilibrar poderes e atores constituídos, tendo o mercado suplantado os demais. A qualidade que as instituições do Estado e do mercado extravasam eficiências em relação às suas atuações também é verificada, uma vez que a aptidão das instituições públicas e privadas em gerenciar as transformações multidimensionais caracterizarão o território redefinido e constituído pelas mudanças advindas da instalação dos megaempreendimentos.

Nesse contexto uma região se destacou com a chegada de diversos megaempreendimentos. Localizado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, o Território dos Megaempreendimentos abarca as características de investimentos bilionários, aumento das receitas públicas e milhares de empregos gerados em um espaço de tempo de dez anos (2005-2015). Faz-se necessária a análise sobre os impactos gerados no território e sobre como a sociedade, o Estado e o mercado defrontam-se com as problemáticas das transformações multidimensionais do território.

## **1.1 Objeto de Pesquisa**

### **1.1.1 Problema**

Diante da consolidação dos megaempreendimentos no território que engloba o bairro carioca de Santa Cruz e o município de Itaguaí – RJ, e seus impactos multidimensionais (político-institucional, sociais, ambientais, territoriais, econômicos e tecno-científico), como se manifesta a gestão social e controle social entre Sociedade Civil, Estado e Mercado (esfera pública)?

### **1.1.2 Objetivo geral**

Mostrar como se manifesta a gestão social e o controle social como instrumentos nos processos de discussão nas esferas públicas (Sociedade Civil, Estado e Mercado), no Território dos Megaempreendimentos, visando o desenvolvimento local.

### **1.1.3 Objetivos específicos**

- a) Contextualizar os locais sob a perspectiva histórica e geográfica. Identificar o bairro carioca de Santa Cruz e o município de Itaguaí – RJ, ante os aspectos multidimensionais (político-institucional, sociais, ambientais, territoriais, econômicos e tecno-científico) expondo a desigualdade socioeconômica através de parâmetros estatísticos;
- b) Definir o arcabouço teórico na gestão social e no controle social e desenvolvimento multidimensional;
- c) Identificar como os instrumentos de gestão e controle social (associações, conselhos e os instrumentos cíveis – plano diretor, controladorias locais, tribunais de contas, polícias judiciárias, ministério público, orçamento participativo – e jurídicos – leis públicas financeiras e normas jurídicas gerais de controle social, controle de constitucionalidade) são utilizados pela sociedade civil, poderes públicos e mercado no Território dos Megaempreendimentos;
- d) Avaliar o Território dos Megaempreendimentos sob a ótica da Gestão Social e do Controle Social e seu nexos com o desenvolvimento local multidimensional e relações dialógicas.

## **1.2 Delimitação do Problema**

Esta dissertação fez análises e identificou os instrumentos que a sociedade civil possui à sua disposição a fim de concretizar os mecanismos de gestão social e controle social. Tais instrumentos surgem como dispositivos de diálogo e fiscalização popular em relação aos atos do mercado e do Estado para com os avanços dos megaempreendimentos no território que engloba o bairro carioca de Santa Cruz e o município de Itaguaí – RJ. Assim a análise deste

estudo se pauta na chegada dos empreendimentos em Santa Cruz e Itaguaí – RJ e suas relações com as sociedades locais.

O foco do presente trabalho será na gestão social e no controle social, além de instrumentos definidos por normas e documentos oficiais, pela institucionalização da sociedade civil e demais canais de diálogo e contato entre sociedade civil, Estado e mercado.

### **1.3 Suposições**

Com a chegada dos chamados megaempreendimentos na região do bairro carioca de Santa Cruz e Itaguaí – RJ, transformações multidimensionais (político-institucional, social, econômico, ambiental, territorial) foram verificadas. A relação entre os atores, Sociedade Civil, Estado e Mercado tornou-se visivelmente desequilibrada, uma vez que, o poder público concedeu inúmeros incentivos à iniciativa privada a fim de abarcar um desenvolvimento territorial sustentável na sua essência.

A participação social através de instrumentos cíveis (conselhos e associações) e jurídicos (orçamento público e instrumentos de representação judicial) mostrou-se deficiente e insipiente no Território dos Megaempreendimentos, uma vez que a instalação de tais empresas no município de Itaguaí – RJ e no bairro carioca de Santa Cruz partiu de única e exclusiva ação conjunta entre Estado e Mercado, tendo o capital como o instrumento principal nesta relação.

No intuito de alcançar o desenvolvimento multidimensional, por meio do crescimento econômico, o poder público embasou os megaempreendimentos com isenções fiscais, fiscalização social, jurídica e ambiental precária, bem como no aporte de infraestrutura para manejo da produção industrial.

Segundo aspectos multidimensionais, o Território dos Megaempreendimentos possui evidentes desigualdades socioeconômicas. O controle social, diante da fragilidade da gestão social, é instrumental debilitado, com baixa participação e acompanhamento escasso e tolerante para com as instituições públicas e privadas no Território dos Megaempreendimentos.

A promoção do desenvolvimento local está intrinsecamente ligada aos conceitos de gestão social e controle social, uma vez que se existe diálogo e o equilíbrio de poder entre os atores atuantes (Sociedade Civil, Estado e Mercado), há o avanço das melhorias na vida da população. Entende-se, por conseguinte, que a ausência ou baixa evidencia de gestão social e controle social prejudica a qualidade de vida, mesmo em um ambiente de forte crescimento econômico, como o ocorrido no bairro carioca de Santa Cruz e Itaguaí – RJ.

Assim, os impactos multidimensionais ocasionados pelos megaempreendimentos, tiveram sua origem na baixa presença de gestão social. Foi possível, assim, a consolidação das empresas impactantes com a debilidade sobre a atuação da gestão social, e conseqüentemente do controle social, em relação às transformações socioeconômicas, políticas e ambientais em Santa Cruz (Rio de Janeiro/RJ) e Itaguaí – RJ.

## **2 ASPECTOS METODOLÓGICOS**

### **2.1 Estudos realizados**

Esta dissertação teve por base uma análise qualitativa, pois se procurou o enraizamento sobre o entendimento acerca das sociedades locais envolvidas, instituições, dentre outros elementos, adentrando na realidade social (GOLDENBERG, 2015) através de bibliografia que ocorreu na forma de investigação descritiva, aglomerando dados dispersos sobre regiões com observações e diagnósticos esporádicos e deficientes sobre estudos da temática e das próprias áreas geográficas delimitadas em si. Pelo viés quantitativo utilizou-se uma base de dados socioeconômicos e de percepção geral sobre questões concernentes ao tema, tais quais índices de desenvolvimento e crescimento econômico, populacional, dentre outros.

### **2.2 Instrumentos utilizados**

Esta dissertação abre as discussões em torno do objeto da Gestão e do Controle Social sobre populações locais direta e indiretamente influenciadas pela presença de transformações socioeconômicas de origem nas modificações das matrizes e na dinâmica da economia das áreas em análise. A relevância do presente trabalho prevalece, uma vez que o caminho está aberto para que posteriores discussões e aprofundamentos sobre a temática para que sejam desenvolvidos (GIL, 1987).

Pesquisa e análise bibliográfica acerca da temática da Gestão e do Controle Social, além da utilização de bibliografia complementar aos dados de desenvolvimento humano utilizados pela Organização das Nações Unidas (ONU) nas chamadas Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH), de forma a integrar as análises sobre as estatísticas do índice e associá-las a estudos socioeconômicos locais e nacionais, bem como sobre a Gestão e o Controle Social e, como esses dois últimos instrumentos, elevam as sociedades a patamares adequados de bem-estar social e qualidade de vida se utilizados de forma adequada. Pesquisa e análise documental, Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, dados do IDH/PNUD, Instituto Pereira Passos (IPP), Instituto João Pinheiro (IJP), FIRJAN, dados individuais das empresas pertencentes às regiões delimitadas tais como TKCSA, Porto Sudeste, Marinha do Brasil, FIOCRUZ, dentre outras.

A pesquisa de campo teve como escopo a identificação de instituições (Conselhos, empresas, dentre outros) e instrumentos locais (orçamento participativo, canais de comunicação entre sociedade, Estado e mercado) que ensejam a Gestão e o Controle Social das populações sobre as ações do Estado e sua influência não somente no espaço público como também privado. A identificação de tais instituições e instrumentos também se fez importante na questão das políticas locais voltadas ao desenvolvimento socioeconômico do município de Itaguaí – RJ e Santa Cruz, Rio de Janeiro/RJ.

## 2.3 Descrição das metodologias

### 2.3.1 Coleta de informações

O Quadro 1 foi executado com base em Cervo, Bervian e da Silva (2007) sobre o método de coleta de dados como uma proposta que buscar responder sobre problemas teóricos e práticos a partir de uma construção técnica do que é captado.

Quadro 1: Métodos e resultados esperados para os objetivos traçados para a pesquisa (Continua)

	<b>Objetivos intermediários</b>	<b>Método</b>	<b>Resultados esperados</b>
1	Contextualizar os locais sob a perspectiva histórica e geográfica. Identificar o bairro carioca de Santa Cruz e o município de Itaguaí – RJ, ante os aspectos multidimensionais (político-institucional, sociais, ambientais, territoriais, econômicos e tecno-científico) expondo a desigualdade socioeconômica através de parâmetros estatísticos.	Análise documental e bibliográfica, com utilização de dados e parâmetros estatísticos para complementar o exame teórico de tais localidades. Tal espaço terá aproveitamento de dados do PNUD, IPEA, IPP, IJP, ISP, Prefeitura do Rio de Janeiro, Prefeitura de Itaguaí, Plano Diretos de Itaguaí e do Rio de Janeiro, Atlas Brasil, Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Pesquisa bibliográfica e virtual com embasamento histórico das localidades, cujas informações são escassas ou fragmentadas, sendo que este trabalho irá reunir tais informações. Serão aproveitadas informações de instituições tais quais o Arquivo Nacional, Prefeitura do Rio de Janeiro, AEDIN, FIRJAN, dentre outros.	Criar uma perspectiva histórica de evolução socioeconômica dessas áreas a fim de compreender a história desses espaços pouco pesquisados e tratados no meio científico para compreender os desafios advindos de um desenvolvimento realizado sem planejamento para o bem-estar.
2	Definir o arcabouço teórico na gestão social e no controle social e desenvolvimento multidimensional.	Análise bibliográfica e telematizada (virtual) acerca da temática da gestão social, do controle social e no concernente a seus conceitos, das ciências jurídicas e afins para expor os instrumentos e legitimidade da sociedade sobre o controle social. As principais obras que darão o norte a esta seção estão apresentadas a seguir: TENÓRIO (2013), SEN (2013), CHANG (2002), TOCQUEVILLE (1977), CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO (2013), VILLELA; GUEDES; SANTANA; BRITO (2012), VILLELA <i>et al</i> (2013), HABERMAS (1994), BARROSO (2012), SILVA NETO (2009), LENZA (2010) MOTTA; BARCHET (2009), GALANTE (2005) e Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88)	Esclarecer o conceito de Controle Social, sua ligação com a Gestão Social e o desenvolvimento multidimensional no território dos megaempreendimentos. E como os conceitos de gestão social e controle social influenciam na dinâmica socioeconômica local.

<p>3</p> <p>4</p>	<p>Identificar como os instrumentos de gestão e controle social (associações, conselhos e os instrumentos cíveis – plano diretor, controladorias locais, tribunais de contas, polícias judiciárias, ministério público, orçamento participativo – e jurídicos – leis públicas financeiras e normas jurídicas gerais de controle social, controle de constitucionalidade) são utilizados pela sociedade civil, poderes públicos e mercado no território dos megaempreendimentos.</p> <p>Avaliar o território dos megaempreendimentos sob a ótica da Gestão Social e do Controle Social e seu nexos com o desenvolvimento local multidimensional e relações dialógicas</p>	<p>Associar os megaempreendimentos no bairro carioca de Santa Cruz e no município de Itaguaí – RJ ao desenvolvimento multidimensional. Expor ainda como a gestão social e o controle social estão associados ao crescimento e desenvolvimento local no território dos megaempreendimentos. Para este objetivo a imersão social (com participação em reuniões de conselhos e associações de bairro) e pesquisa de campo com entrevistas em questionário de perguntas abertas, resguardadas as peculiaridades de cada entrevistado, quais sejam, representantes da sociedade civil (conselhos comunitários, municipais e associações de bairro), Estado (membros dos poderes municipais, Ministério Público, dentre outros) e Mercado (representantes de empresas locais).</p> <p>Análise documental, bibliográfica e de dados estatísticos consolidados dos setores industrial e agrário dessas localidades em análise com base em resultados apresentados pelo PNUD, Instituto Pereira Passos (IPP), Instituto João Pinheiro (IJP), Prefeituras do Rio de Janeiro e de Itaguaí, AEDIN, ACISC, dentre outros, Atlas Brasil, IBGE. Serão utilizados recortes de entrevistas com representantes de conselhos comunitários e municipais, atores do Estado (representantes dos poderes municipais) e agentes de Mercado (empresas nos distritos industriais de Santa Cruz e na região da Ilha da Madeira), que trarão consigo as perspectivas sobre desenvolvimento local, gestão social e controle social do bairro carioca de Santa Cruz e no município de Itaguaí/RJ</p>	<p>Compreender que o crescimento econômico e desenvolvimento multidimensional não abarcou todas as suas dimensões, agravando a problemática local. Tal problema ocorreu por possível ausência de gestão social e controle social. Outro ponto a se analisar será pelo parâmetro comparativo de valores entre os locais em análise e outras localidades do Brasil.</p> <p>Explicar os impactos socioeconômicos ocorridos nas localidades em análise, tais como a forte industrialização e urbanização.</p>
-------------------	--	--	---

Fonte: Elaboração própria.

As entrevistas foram realizadas com atores sociais locais a fim de embasar a pesquisa que complementem a coleta de dados bibliográficos eletrônicos (sítios eletrônicos, documentos online, trabalhos científicos eletrônicos, livros eletrônicos, dentre outros), documentais, dentre outros. Assim sendo tais entrevistas foram focadas em atores com relevante conhecimento sobre a sociopolítica, economia e geografia das regiões em análise, que vem acompanhando as transformações econômicas com base na presença de

megaempreendimentos, obras públicas de grande porte e crescimento econômico versus desenvolvimento local. Dentre os atores que foram entrevistados em Itaguaí – RJ, encontra-se um membro da Ouvidoria-Geral do Município, um membro do Poder Legislativo local e um membro da Procuradoria-Geral do Estado, dentre outros.

No bairro carioca de Santa Cruz, as entrevistas foram realizadas com atores que possuem relevante e notório conhecimento das regiões e acerca das matérias a participação ativa no desenvolvimento e crescimento da região, bem como na Gestão e Controle Social local. Assim sendo foram entrevistados um membro do Poder Legislativo local, que já ocupou o cargo de prefeito do Município do Rio de Janeiro e membros de instituições ativas no enfoque do desenvolvimento local. No Quadro 2 estão apresentados os atores e entrevistas realizadas e de qual forma elas foram desenvolvidas para embasamento desta pesquisa.

Quadro 2: Quadro-resumo dos atores entrevistados para o desenvolvimento desta dissertação.

	<b>Nome</b>	<b>Cargo/Função</b>	<b>Tipo de entrevista realizada</b>	<b>Local da entrevista</b>
<b>1</b>	Willian Cezar de Castro Padela	Vereador pelo município de Itaguaí (PSB-RJ)	Entrevistado pessoalmente	Câmara Municipal de Itaguaí
<b>2</b>	Sueli Fernandes Costa	Ouvidora-Geral do Município de Itaguaí – RJ (2015/2016)	Entrevistada pessoalmente	Ouvidoria-Geral do Município de Itaguaí
<b>3</b>	Vereador pelo Município do Rio de Janeiro	Vereador pelo Município do Rio de Janeiro	E-mail (distância)	E-mail
<b>4</b>	Geraldo Batista de Oliveira	Presidente do Conselho Distrital de Saúde da Área Programática 5.3 (CODS 5.3)	Entrevistado pessoalmente	Conselho Distrital de Saúde da Área Programática 5.3
<b>5</b>	Carlos Teixeira	Presidente do Conselho Comunitário de Segurança da Área Integrada de Segurança Pública 27 (CCSAISP 27)	Entrevistado pessoalmente	Universidade Cândido Mendes – <i>Campus</i> Santa Cruz
<b>6</b>	José Leonídio Madureira Sousa Santos	Assessoria de Cooperação Social da FIOCRUZ	Entrevistado pessoalmente	Fundação Instituto Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)
<b>7</b>	-	Comunicação Social da ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA)	E-mail (distância)	E-mail

8	Ricardo Lindgren de Carvalho (RM1)	Capitão-de-Mar e Guerra (Comando do 1º Distrito Naval) - Assessor de Comunicação Social da Coordenadoria-Geral do Programa de Desenvolvimento de Submarino com Propulsão Nuclear (COGESN)	E-mail (distância)	E-mail e telefone
---	------------------------------------	---	--------------------	-------------------

Fonte: Elaboração própria.

Outra questão levantada nas entrevistas diz respeito à interação dos atores locais, quais sejam, Sociedade, Estado e Mercado, e suas percepções quanto ao presente desenvolvimento e ao futuro das sociedades na participação das discussões em torno das decisões estatais e privadas para com o crescimento das regiões em análise. Outro ponto ocorre quanto ao nível de engajamento das instituições e instrumentos locais na Gestão e no Controle Social, que foram identificados através de entrevistas com os atores mencionados.

Quadro 3: Quadro-Resumo Sobre a Coleta de Dados

Meios de Coleta	Critérios		
	Fonte	Período	Local de Destino
<b>Bibliográfica</b>	Livros, revistas, artigos, dissertações e teses.	2000-2013	Referencial Teórico e Bibliografia
<b>Documental</b>	Plano Diretor do Rio de Janeiro, Plano Diretor de Itaguaí, o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Baía de Sepetiba, normativos municipais, estaduais e federais, relatórios, normativo orçamentário público e a Constituição da República (1988).	2000-2015	Referencial Teórico e Bibliografia
<b>Telematizada</b>	Sítios eletrônicos de IBGE, PNUD, IPP, TCU, TCE, FIRJAN, IJP, Atlas Brasil, IPEA, DATASUS, Prefeitura de Itaguaí, Prefeitura do Rio de Janeiro, GeoRio, TCMRJ, CGMRJ.	2000-2014 (previsto)	Referencial Teórico e Bibliografia
<b>Pesquisa de Campo</b>	Roteiro de Entrevistas com atores locais	2015 e 2016	Referencial Teórico

Fonte: Elaboração própria.

A coleta de dados, necessários a estruturação e desenvolvimento do trabalho, ocorreu na forma de bibliografia pertinente à temática da Gestão e, principalmente, concernente ao Controle Social, tendendo a sua atuação e acessibilidade a uma visão jurídica.

As bibliografias utilizadas se concentraram em autores e obras destinadas aos relatos históricos, geográficos e sociais do bairro carioca de Santa Cruz e do município de Itaguaí – RJ. Para possibilitar uma percepção histórica sobre os locais em análise fez-se necessário um estudo histórico de forma a levar a compreensão do leitor sobre as conjunturas temporais em análise e sobre o espaço examinado, além de prover de instrumentos físicos os locais, pois todos eles possuem uma bibliografia escassa e pouco documentada e, para melhor compreensão do local, retomar o passado histórico para compreender a contemporaneidade tornou-se um meio válido para entendimento do estudo em análise. Foi analisado também a questão socioeconômica local e sua relação com o setor industrial, em especial, e demais espaços econômicos, que permitiu adquirir uma percepção sobre a evolução da realidade das sociedades dos locais elucidados entre as pesquisas 2000 e 2010, que coincidiram com chegada de empreendimentos de porte volumoso nos locais da temática.

Essa análise foi embasada no IDH e complementada com uma bibliografia sobre estudos e diligências locais, regionais e nacionais aplicadas à realidade das delimitações geográficas expostas, além de dados estatísticos e bibliografia em torno da temática da Gestão e do Controle Social e de desenvolvimento econômico. Foi feita uma análise de obras literárias e a fins em relação ao conceito e na órbita da temática da gestão e do controle social, bem como na relação desse tema com a área jurídica e de desenvolvimento local. Utilizou-se também matéria jurídica, valendo-se de bibliografia tendente a tal área, conectando o presente estudo a uma visão de Direito sobre a temática do controle social.

Será utilizada ainda uma gama de documentos que tratam em seu âmbito sobre instituições, legislações federais, estaduais e municipais, Planos Diretores das cidades do Rio de Janeiro e de Itaguaí – RJ, trabalhos acadêmicos anteriores, bem como obras bibliográficas específicas sobre cada uma das localidades em estudo.

Quanto aos dados estatísticos, deu-se importância a tais parâmetros no presente trabalho, pois muito reflete os números às realidades locais. O embasamento ocorreu por meio do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que possui uma forma detalhada de análise por meio das Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs) da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, incluindo nesse rol o município de Itaguaí – RJ e o bairro carioca de Santa Cruz, utilizando variáveis como renda, saúde, educação, dentre outros. Também foram utilizados o Índice de Desenvolvimento Social (IDS), da Prefeitura do Rio de Janeiro, e demais indicadores socioeconômicos surgidos durante a pesquisa.

Um ponto questionado foi quanto à consistência do IDH, pois ele reflete números que, por vezes não mostram uma real totalidade dos fatos, por esse motivo foi amplamente utilizada uma bibliografia, bem como trabalhos acadêmicos, que abordam as realidades dos locais em análise a fim de corroborar dados e inserir consistência aos dados estatísticos do PNUD.

Além do IDH também foi necessária a utilização de demais dados a fim de dar clareza, consistência e veracidade ao trabalho, valendo-se assim de organismos e instituições oficiais e extraoficiais que fornecem tais informações tais como planos diretores dos municípios inseridos, institutos de informações e dados, dentre outras entidades, que possuem confiabilidade pública e consistência lógica.

## **2.4 Tratamento das informações coletadas**

No tratamento dos dados foi realizada uma análise do material coletado via gravação de áudio, e posterior transcrição, e tomada de exames subjetivos durante e após a entrevista sobre a relação entre a Gestão e Controle Social para com o desenvolvimento socioeconômico local, seja dos megaempreendimentos instalados na região, seja da influência deles na dinâmica local.

A interpretação dos dados coletados nas entrevistas, fornecendo informações e elementos que consolidaram o assunto da temática, iniciado na coleta bibliográfica, telematizada e nas próprias incursões com os atores locais sociais diretamente interessados no assunto da Gestão e do Controle Social.

A análise do discurso realizada nas entrevistas (GASKEL, 2008, p.65) forneceu os dados necessários para complementar a pesquisa bibliográfica em todas as suas instâncias gerando para a presente pesquisa aspectos sobre as transformações sócio espaciais, políticas e econômicas no campo da Gestão e do Controle Social e do Desenvolvimento Territorial nos locais em análise.

## **2.5 Limitações do Método**

As limitações sobre o método de investigação utilizado tiveram como variáveis desde o colhimento de informações dispersas nos mais diversos organismos públicos e privados e desconcentrados, por vezes, para além dos sítios de transparência ou pelos próprios liames das páginas eletrônicas.

A disposição em torno dos mais diferentes atores para entrevistas também se mostrou um limitante para embasar a dissertação. Diversas negativas ou mesmo respostas cedidas através de e-mail ao autor deste trabalho foram alguns dos empecilhos encontrados, bem como limitações impostas pelos próprios organismos e instituições às quais os entrevistados trabalham.

Mesmo com a abordagem em âmbito local, o presente estudo, não foi foco investidas em ambientação nacional sobre a temática. Apesar de tal limitação apresentada se fez necessário esclarecer que uma célula do vasto campo da gestão social e do controle social será dissecada e apresentada de forma adequada e será uma contribuição aos liames do tema para futuros estudos e abordagens. O bairro carioca de Santa Cruz e o Município de Itaguaí – RJ é apenas uma parte da República Federativa do Brasil, mas também contribuição essencial sobre a abordagem do local no ambiente macro nos campos da política, economia, social e dentre tantos outros.

O próprio tema do controle social expôs limitações ao método, uma vez que existem várias manifestações de tal temático, tal qual o envio de cartas, e-mails, demandas eletrônicas dos mais diversos tipos, manifestações, canais de comunicação, dentre outros.

### **3 HISTÓRICO SINTÉTICO DO BAIRRO CARIOCA DE SANTA CRUZ E O MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ – RJ**

Este capítulo tem por objetivo contextualizar os locais sob a perspectiva histórica e geográfica. Identificar o bairro carioca de Santa Cruz e o município de Itaguaí – RJ, ante os indicadores multidimensionais expondo a desigualdade socioeconômica através de parâmetros estatísticos.

A importância em detalhar, por um viés histórico, multidimensional e geográfico, os locais analisados se faz a medida que a exposição torna possível uma visão crítica sobre as metamorfoses que os locais estão sujeitos ao longo do tempo, principalmente na última década.

A multidimensionalidade se refere a um conceito em que Sachs (2008) mostra em relação ao desenvolvimento sustentável com base em cinco pilares, quais sejam: social, político, econômico, ambiental e territorial. Para se alcançar um desenvolvimento pleno, é necessário que haja um avanço multidimensional em todos esses pilares.

#### **3.1 Do Latifúndio no Oeste Carioca à Urbanização Local: a origem comum do bairro carioca de Santa Cruz e do município de Itaguaí/RJ**

Declarada à independência do Brasil, em 1822, a sede da Fazenda Santa Cruz foi transformada em Palácio Real, vindo a servir como residência campestre da Família Real portuguesa, tendo localização no atual bairro da Zona Oeste do Rio de Janeiro, de mesmo nome do antigo latifúndio (MAPA, 2011; FBN, 2015).

A extensão da Fazenda Santa Cruz abrangia, à época da independência do Brasil, além da Zona Oeste carioca, diversos municípios da Região Metropolitana e do Vale do Paraíba fluminense, que abarcava ainda os atuais municípios de Itaguaí, Seropédica, Paracambi, Piraí, dentre outras, perfazendo um total de oitenta mil hectares de terras (INCRA, 2013).

A Figura 1 mostra a extensão da Fazenda Santa Cruz, margeando a Baía de Sepetiba até o município de Vassouras. Grande parte do território da fazenda era constituída pelo atual município de Itaguaí, mantendo-se uma localidade de catequese jesuítica até a expulsão dos religiosos no século XVIII pelas reformas pombalinas. A extensão máxima da fazenda se dá aos atos de troca de terras entre a Companhia de Jesus e a Marquesa Ferreira, antiga proprietária do imóvel.

A extensão máxima da Fazenda Santa Cruz manteve-se ao longo dos séculos seguintes e chegando o erário ao século XXI em tal tamanho. Ao longo do latifúndio, diversas vilas se formaram, criando localidades dentro da própria fazenda, tais quais a vila de Itaguaí (1818-1892), constituída por três distritos: Bananal, Itaguaí e Paracambi (IBGE, 2016).

## Estado do Rio de Janeiro: Destaque para a área da antiga Fazenda Santa Cruz



**Figura 1:** Extensão Máxima da Fazenda Santa Cruz, à época jesuítica, sobreposta na atual área geográfica do Estado do Rio de Janeiro.

Fonte: Biblioteca Nacional *apud* MultiRio, 2013.

O então latifúndio imperial também produziu experiências de plantio e produção de elementos agrícolas no intuito de diversificar a fazenda a fim de superar séculos de monocultura e da própria decadência da fazenda a fim de melhorar a arrecadação fiscal e melhor abastecer a então capital imperial com gêneros primários (FBN, 2015; MAPA, 2011; CAVALCANTI, 2003).

A vinda da Família Real portuguesa para o Brasil foi essencial para a Fazenda Santa Cruz, uma vez que ela se tornou parte do erário da Coroa, na forma de residência campestre o Príncipe Regente D. João VI, e repassada, após a independência, com a mesma finalidade para seus descendentes (MAPA, 2011).

O plantio de chá, a partir de mão de obra trazida da China por parte de D. João VI e D. Pedro I, os laranjais, dentre outros gêneros foram algumas das tentativas realizadas dentro dos limites da fazenda em meio ao Brasil Império, bem como havia as frequentes transferências temporárias da sede imperial para Santa Cruz, o que dinamizava a sociedade e a economia local da região (MULTIRIO, 2014; FRIDMAN, 2009). Após séculos (1567-1808) mantendo uma economia monocultura baseada na produção e exportação de cana-de-açúcar e derivados, a economia brasileira encontrava-se em decadência e buscava um novo produto, um novo foco para economia colonial e, posteriormente, imperial, a fim de superar as concorrências geradas pelo Caribe em relação ao cultivo monocultor da cana (FRIDMAN, 2009; MAPA, 2011).

Enquanto centro político, quando presentes os monarcas e seus familiares, Santa Cruz recebia desde chefes de Estado até representantes diplomáticos e políticos de diversas partes da colônia e, após, do Império e de países, bem como autoridades nas suas mais diversas áreas

de atuação, indo além de sua função agrária, juntando-se ao perfil de sede imperial interina (MANSUR, 2011).

A Fazenda Imperial de Santa Cruz também serviu de entreposto comercial do antigo Caminho Real, que ligava São Paulo ao Rio de Janeiro, e onde foi proclamada a independência do Brasil, às margens do rio Ipiranga, em território paulista, durante retorno de D. Pedro I por esta estrada (MANSUR, 2011).

Assim, durante o período imperial, a Fazenda Santa Cruz mostrava-se muito mais que um latifúndio monocultor escravagista, ia além como centro político, econômico, cultural, social, dentre outras tantas características que destacavam o empreendimento agrário, detentor de uma multifuncionalidade em relação ao Império, pela sua localização, objetivo existencial e passado jesuítico (CAVALCANTI, 2003; FBN, 2015; MAPA, 2011; MANSUR, 2011).

Nota-se, porém, que apesar de toda a dinâmica além do agrário, empreendida por Santa Cruz, a região a qual os limites do latifúndio se estendiam, destacando-se a atual Zona Oeste do Rio de Janeiro, predominava a função agrária com o intuito de abastecer a própria fazenda e alimentar os cofres do Estado com a arrecadação fiscal do empreendimento e de sua produtividade (MAPA, 2011; FBN, 2015; MANSUR, 2011).

Em 1878 um ramal de trens foi inaugurado, tendo como destino a região de Santa Cruz, facilitando as viagens do imperador para o Palácio Imperial de Santa Cruz e escoamentos dos gêneros alimentícios produzidos na fazenda. Outro fator importante foi a inauguração, em 1881, por D. Pedro II, do Matadouro Imperial, que serviu de complemento as atividades da Fazenda Imperial, ao suprir com carne a capital do Império (PREFEITURA DO RIO; SANTA CRUZ RJ; 2005; MANSUR, 2011; PREFEITURA DO RIO, 1993).

Diante dos fatores apresentados tornam-se claras as intenções imperiais e as preocupações com a Fazenda Imperial de Santa Cruz como um importante polo irradiador agrário e decisório sobre políticas públicas ao longo de todo o Império, vindo a região a ter ganhado em cultivo, sendo ele fortemente dinamizado devido as necessidades da sociedade carioca, de infraestrutura, visto a criação de um matadouro e de um ramal de trens, dentre outros fatores que destacaram a futura Zona Oeste carioca em uma região privilegiada para a época.

Foi no ano de 1888 que ocorreu a assinatura da Lei Áurea, pondo fim ao secular mecanismo da escravidão, atingindo diretamente Santa Cruz, que funcionava a partir de embasamento em mão de obra escravagista, tomando como início a readequação da escala produtiva da fazenda às demandas pós-abolição, mas por um curto período sob o manto do Império, sendo substituída nos tempos republicanos por agricultores independentes (CAVALCANTI, 2003; SENADO FEDERAL, 1934).

Em 1889 é proclamada a República dos Estados Unidos do Brasil, passando todo o erário da Coroa brasileira para as mãos do recém-criado governo federal, incluindo-se nesse rol o Paço Imperial de Santa Cruz, que se tornaria a Fazenda Nacional de Santa Cruz (CAVALCANTI, 2003; INCRA, 2013).

Sob a administração federal da República Velha, a Fazenda Nacional de Santa Cruz passou a um ostentar um novo gerenciamento de suas terras, sendo ela arrendada a foreiros ou concedida em caráter de arrendamento de terras públicas, por um longo prazo, a particulares (INCRA, 2013).

O objetivo do estímulo à produção agrária em Santa Cruz se manteve firme no período republicano, pois dali ainda saía os principais gêneros alimentícios que abasteciam a então Capital da República, mantendo o cenário que vigeu nas décadas anteriores, enquanto o Império prevalecia (PLANALTO, 1938).

Diferentemente do cenário nacional que compreendia no apoio a uma economia monocultora e agroexportadora de café, que era a política do governo federal ao dar suporte

aos cafeicultores, inclusive consolidado tal cenário sob a Política do Café com Leite (1895-1930), a Zona Oeste já ostentava um cultivo além da monocultura com o fim específico que suprir uma cidade (a Capital Federal), desgarrando a política adotada em Santa Cruz do contexto nacional nesse sentido (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 1946, *apud* FGV, 2016).

Diante da Crise de 1929 o Brasil, afetado pelos problemas gerados pela superprodução e pelas adversidades advindas da Bolsa de Valores de Nova York, viu a demanda internacional pelo café e a liquidez externa diminuírem, o que gerou uma vicissitude no sistema agroexportador da monocultura, que perdurava desde o Brasil Colônia, mas, desta vez, tendo como protagonista o café. (CPDOC, 2015).

Diante do esgotamento da política econômica e desgaste do sistema representativo, deu-se em a Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder, dando início a Era Vargas e promovendo mudanças estruturais na economia nacional, transferindo o foco político-econômico do sistema monocultor da agro exportação para o Modelo de Substituição de Importações (MSI), que embasava o país num procedimento de trocas entre o capital arrecadado no setor primário com a aquisição de bens que a indústria demandava a fim de dar seguimento a independência do Brasil à importação de produtos manufaturados e baratear as trocas mercantis internas, além de diversificar a matriz econômica nacional (FONSECA, 2003).

O setor agrário não perdeu a sua importância, mas ganhou nova função diante das novas políticas da Era Vargas, que tornava a indústria e, por conseguinte, a infraestrutura, no eixo do Brasil. Diferentemente do setor primário nacional, a Fazenda Nacional de Santa Cruz manteve um status de importância e objetivos diferenciados em relação às propriedades agrárias de outras regiões, ou seja, abastecer mercado interno e foco do poder público em políticas que visassem pôr termo a conflitos e melhorar a produtividade (CÂMARA FEDERAL, 1932).

Com uma produção decadente e precária, apesar da manutenção da importância da Fazenda Nacional de Santa Cruz sobre o panorama do abastecimento do então Distrito Federal, em 1938, Getúlio Vargas utiliza o Decreto-lei 893/38, que reorganiza a utilização das terras da fazenda e refunda o Núcleo Colonial Agrícola de Santa Cruz, também conhecido como Colônia Agrícola de Santa Cruz (PLANALTO, 1938; INCRA, 2013; SENADO FEDERAL, 1930).

A regularização fundiária das terras em mãos de particulares, bem como o incentivo à produção agrícola e estabelecer as bases de uma ocupação regrada em Santa Cruz se fez necessária, tendo organismos públicos e privados iniciando a permanência legal nas terras da antiga fazenda imperial (PLANALTO, 1938).

O Decreto-lei 893/38 não somente permitiu que particulares utilizassem as terras da Fazenda Nacional de Santa Cruz para fins agrários como ainda estabeleceu claramente que ela era propriedade pública e, por esse motivo, fazia parte do erário público tornando-a indisponível aos olhos das populações em geral que ali residiam sem autorização do próprio governo federal (PLANALTO, 1938).

O regramento estabelecido na norma supracitada veio em decorrência de conflitos agrários na região de Santa Cruz, bem como em relação a divergências entre particulares e o Ministério da Agricultura sobre a permanência de particulares nas terras da Fazenda Nacional (PLANALTO, 1938; INCRA, 2013).

O governo Vargas, após tal decreto, porém, a fim de incentivar a colonização das terras de Santa Cruz estabeleceu empreendimentos de porte considerável na região, indo desde estrutura sanitária, até a reformulação das políticas públicas federais, que seriam executadas pelo Ministério da Agricultura, bem como tornou a região atrativa a colonizadores

brasileiros e estrangeiros, fundando, inclusive, uma colônia japonesa, com migrantes brasileiros de origem do país oriental (PLANALTO, 1938; INCRA, 2013).

As primeiras tentativas de saneamento da baixada de Sepetiba foram iniciadas ainda no século XVII, para evitar o transbordamento de rios e alagamento de áreas da Fazenda Santa Cruz. Os jesuítas da Companhia de Jesus realizaram diversas intervenções no terreno de Santa Cruz, desde a construção da Ponte dos Jesuítas até a abertura de valas, como a do Itá e São Francisco. Na administração Vargas (1930-1945) vieram intervenções maiores, com a expansão das obras jesuíticas e dragagem de rios (SEMADS, 2001).

A abertura de diversos canais a fim de acabar com alagadiços, a manutenção do Matadouro Federal e a abertura de um dos primeiros aeroportos internacionais do país, o Bartolomeu de Gusmão, atual Base Aérea de Santa Cruz, às rotas de dirigíveis do Império Alemão e nazistas, ligando a Alemanha ao Brasil, foram algumas das medidas tomadas a fim de dinamizar a economia e a sociedade em torno da Fazenda Nacional, transformando-a em um polo que mais além do agrário, mas ainda sim reconhecendo sua importância primária ao abastecimento da Capital Federal.

Entre 1938 e 1945 os trabalhos de regularização de particulares em terras da Fazenda Nacional de Santa Cruz continuaram e buscaram os títulos de posse dados àqueles que tiveram autorização para permanecer e utilizar as terras para fins agrários ou de ocupação especial, como é o caso de áreas já urbanizadas nas proximidades da sede da Fazenda Nacional e em outros núcleos na Zona Oeste do Distrito Federal (PLANALTO, 1938; INCRA, 2013).

O período de regularização de ocupantes em terras da Fazenda Nacional de Santa Cruz, além da dinamização da economia local, coincidiu com a nova política econômica nacional, o Modelo de Substituição de Importações, que tinha como escopo a retirada da dependência pelo ator agrário-exportador e monocultor, que na época ocorria em favor do café.

A mudança estrutural na economia nacional se deu, principalmente, após a Crise de 1929, iniciando a fase da industrialização estimulada, que permaneceu em meio às décadas de seguintes, chegando até ao âmago das políticas econômicas do período do Regime Militar, iniciando sua decadência a partir da Crise do Petróleo, em 1973.

Voltando-se a Fazenda Santa Cruz, para as décadas seguintes, de 1950 e 1960, coincide com a migração populacional do campo para as cidades, tendo como causas os incentivos industriais, pressionando os núcleos urbanos, incluindo-se a Capital Federal, que permaneceu no Rio de Janeiro até 1960, passando, porém, a problemática ao então Estado da Guanabara (VIEIRA, 2011, p. 2).

A antiga sede da fazenda, vale ressaltar ainda na República Velha, cogitou-se ser instalada a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAV), descartada por motivo de distância em relação ao Centro do Rio de Janeiro e requisição do então Ministério da Guerra, que ali instalou o 1º Batalhão Escola de Engenharia, permanecendo até a contemporaneidade sob a administração do Exército Brasileiro (PDI/UFRRJ, 2013; EXÉRCITO BRASILEIRO, 2015; CAVALCANTI, 2003).

Em meio ao fortalecimento da classe urbana, em muito proporcionado pela industrialização, embasada no Modelo de Substituição de Importações (MSI), a setor agrário perde espaço na economia brasileira, mas não a sua importância, devido ao fato de a própria economia nacional do MSI ser sustentada em parte pelo setor primário, que auferia divisas para que a indústria obtivesse capital para a aquisição de bens que julgasse necessário a suplantação da dependência externa por produtos industrializados.

A Fazenda Nacional de Santa Cruz, nesse ínterim, perdeu importância, bem como sua região foi marginalizada no sentido de perda de importância política e econômica, vindo a

entrar no foco de políticas públicas de crescimento nacional, novamente, somente na década de 1970, com as criações dos chamados Distritos Industriais, incluindo-se nesse rol os de Campo Grande, Paciência, Palmares e Santa Cruz (FIOCRUZ, 2014a; CODIN, 2015; FONTE).

No mesmo período, ainda na década de 1970, quando da criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, os procedimentos de regularização fundiária continuaram, agora em meio a uma região mais urbanizada e industrial, mas mantendo ainda características de uma região predominantemente agrária (INCRA, 2013; CAVALCANTI, 2003; SMU, 2011).

### **3.2 A Zona Oeste Carioca: o Atrófiamento do Setor Agrário e a Tendência à Urbanização**

Muito se discutiu em torno da ocupação da Zona Oeste do Rio de Janeiro a partir da Era Vargas, inclusive com legislação sobre a ocupação das terras da Fazenda Nacional de Santa Cruz e sobre o incremento socioeconômico proporcionado pelo próprio Estado ao estimular empreendimentos naquela região.

A linha férrea inaugurada no Império, e mantida na República pela Rede Ferroviária Federal, depois passada a concessão, foi de suma importância, uma vez que ligava a distante Zona Oeste às regiões centrais do Rio de Janeiro. O estímulo a ocupação dos bairros delimitados pelo Decreto Municipal 3158/81 (PREFEITURA DO RIO, 1981), no Velho Oeste Carioca tomou forma não mais destinada a produção agrária, mas por meio de conjuntos habitacionais levantados pela Companhia Estadual de Habitação (CEHAB).

A descaracterização da Fazenda Nacional de Santa Cruz tomou forma com a divisão espacial de seu território em municípios e bairros, bem como na implementação de setores industriais nas décadas de 1970, 1980 e 1990, assim também com a construção de grandes conjuntos habitacionais, tais quais o João XXIII, Otacílio Camará, Antares, dentre outros (VIEIRA, 2011).

Os bairros da Zona Oeste tornaram-se característicos por serem dormitórios para os trabalhadores, que dependiam de um deslocamento para seus respectivos trabalhos, mesmo havendo distritos industriais na região, que somente tomaram uma dinamização maior em tempos recentes com o incremento das atividades a partir da década de 1990 até a contemporaneidade.

O Distrito Industrial de Santa Cruz abriga grandes empreendimentos industriais e volta sua produção para uma escala nacional, embasada pela Furnas Centrais Elétricas, Casa da Moeda do Brasil, dentre outros, e até mesmo global de acordo com as demandas de cada empresa tais como a Companhia Siderúrgica do Atlântico, Siderúrgica Cosigua-Gerdau e a Rolls Royce (CODIN, 2015; CSA, 2015; CASA DA MOEDA, 2015; FURNAS, 2015).

Ao lado de tais empreendimentos de grande porte, ainda se mantém áreas rurais, remanescentes do passado agrário da região, com colônias japonesas e plantações de diversos gêneros alimentícios perfazendo o contraste econômico local, que caracteriza claramente os seus limites entre a urbanidade da metrópole carioca e o campo.

Tais características também podem ser encontradas em demais bairros da Zona Oeste, inclusive com a forte presença de fazendas, sítios e produção de gêneros agrários como em Guaratiba, Barra de Guaratiba, Pedra de Guaratiba, Paciência, Campo Grande, Bangu, municípios de Itaguaí/RJ, Mangaratiba/RJ e Seropédica/RJ, que ainda detém caracteres de seus passados rurais ainda presentes em meio ao processo de urbanização nacional vivido nos séculos XX e XXI.

A persistência do ambiente rural, porém, vem se mostrando cada vez mais dificultosa, uma vez que o processo de urbanização avança, bem como é chancelado pelo próprio Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, que estimula a ocupação de diversas áreas destinadas a esse fim no entorno das regiões agrárias supracitadas nos mais diversos bairros da cidade.

A tendência para a Zona Oeste na questão do espaço rural e do espaço urbano-industrial pauta-se na urbanização dos espaços antes predominantemente rurais, uma convergência mundial das últimas décadas, onde a população nacional, e não diferentemente a local, tornou-se sua maioria urbana e com a renda gerada pela indústria impactando mais no Produto Interno Bruto do município do Rio de Janeiro.

O bairro carioca de Santa Cruz, que está entre os maiores do Rio de Janeiro em população e área geográfica, é muito urbanizado e povoado, possuindo características diversas, que vão desde bairro dormitório a referência industrial e comercial na Zona Oeste, além de possuir um ativo setor agrário cercado pela própria cidade, ou seja, ameaçado pelo processo de crescimento da mancha urbana, como evidencia o Plano Diretor do Rio de Janeiro (2011).

O número de estabelecimentos industriais para a Zona Oeste carioca também supera o de agrários, que no Império era parte essencial do modelo monocultor e agroexportador a partir da Fazenda Santa Cruz. Para a contemporaneidade o setor industrial tomou forma e força, com a tonificação do capital em uma economia globalizada e arraigada de incentivos fiscais, concedidos pelo Governo do Rio de Janeiro e pela Prefeitura da Cidade.

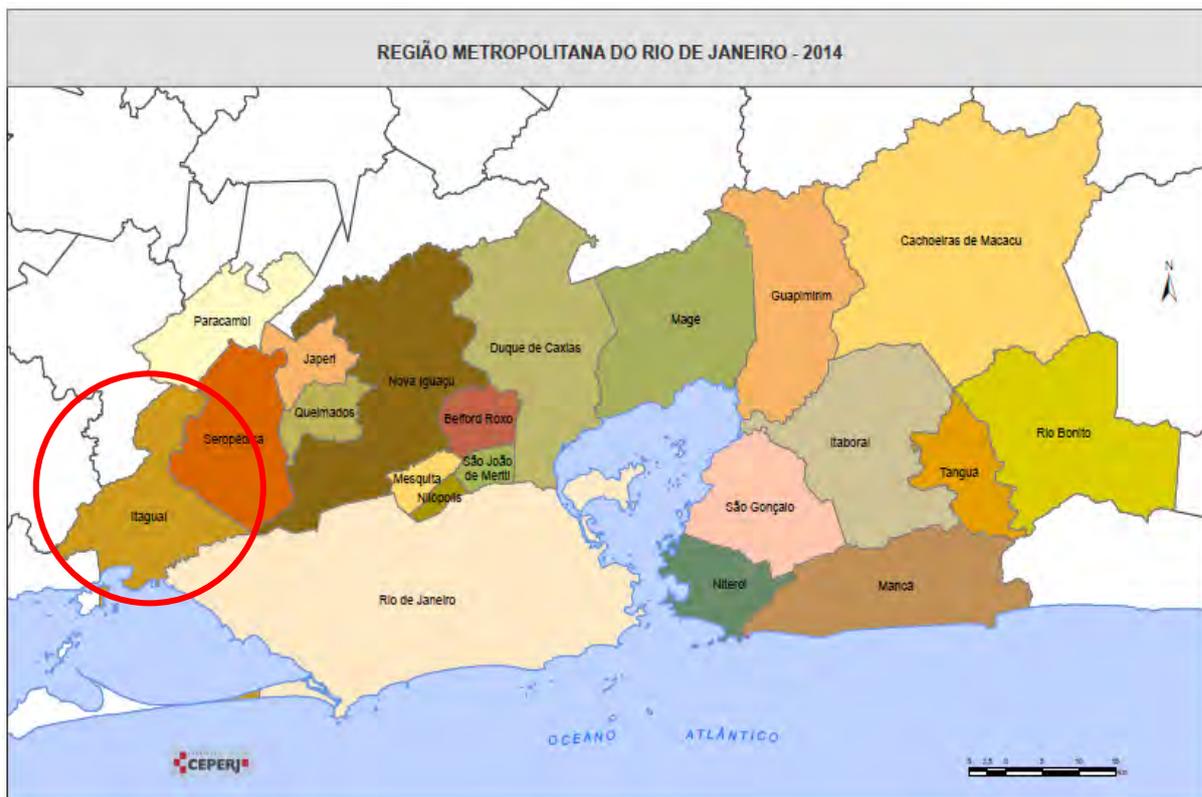
Há ainda incentivos a concessões para novas construções, as quais os bairros da Zona Oeste lideraram o ranking realizado pela Prefeitura do Rio de Janeiro, mantendo a região como zona de expansão imobiliária e como frente de urbanização da cidade, status esse mantido há décadas e potencializado juntamente como programas governamentais, tais quais “Minha Casa, Minha Vida” (Anexo XVII), CEHAB, dentre outros (VIEIRA, 2011; PLANO DIRETOR DO RIO DE JANEIRO, 2011).

### **3.3 As Características Geográficas e Multidimensionais do Território dos Megaempreendimentos**

Diante da diversidade multidimensional que o bairro carioca de Santa Cruz e o município de Itaguaí – RJ possuem, além de divergências comparativas, se faz necessário realizar uma descrição sobre a inserção local de cada região abordada. Apesar das diferenças administrativas e geográficas, o bairro carioca de Santa Cruz e o município de Itaguaí – RJ estão inseridos no Território dos Megaempreendimentos, convergindo características como investimentos industriais, importância política e econômica, dentre outros.

#### **3.3.1 O Município de Itaguaí – RJ**

O município de Itaguaí – RJ está localizado à oeste da Capital fluminense, dentro da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Fazendo fronteira como bairro de Santa Cruz (Rio de Janeiro/RJ), o município faz limite com Mangaratiba, Rio Claro, Seropédica e Nova Iguaçu, conforme destacado no mapa da Figura 2.



**Figura 2:** Localização do Município de Itaguaí – RJ, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ).

Fonte: CEPERJ, 2015.

Itaguaí – RJ possui uma área de 274,433 km<sup>2</sup>, com uma população estimada de 119.143 (2015). A densidade demográfica do município é de 395,45 habitantes por km<sup>2</sup> (IBGE, 2016). Segundo o Censo de 2010 a população urbana era constituída por 104.209 (95,52%) residentes e uma população rural de 4.882 (4,48%). O mapa (Figura 3) mostra a área do município de Itaguaí – RJ, bem como as regiões limítrofes dele.



**Figura 3:** Localização do Município de Itaguaí – RJ, na Região Metropolitana Fluminense.  
 Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Google Earth, 2016.

O Poder Executivo municipal é exercido na Figura do prefeito e seus auxiliares e secretários (PREFEITURA DE ITAGUAÍ, 2016). Como órgão fiscalizador externo, e representante direto da população, a Câmara Municipal tem o papel de legislar sobre Itaguaí (CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ, 2016). No âmbito das demais instituições, em território itaguaiense há representatividade de organismos estaduais, tais quais o Instituto Estadual do Ambiente – INEA (INEA, 2016), o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – MPRJ (MPRJ, 2016), o Fórum de Itaguaí (TJRJ, 2016), este exercendo o poder jurisdicional previsto na CRFB/88, dentre outros. No âmbito federal, há o Fórum do Trabalho (TRT1, 2016) e varas da Justiça Federal (TRF2, 2016).

O município vizinho de Seropédica – RJ pertencia ao território de Itaguaí – RJ, mas em 1997 o primeiro tornou-se independente do segundo. Desde então, a região de extração de areia em Piranema era reivindicada pela administração municipal itaguaiense judicialmente no Supremo Tribunal Federal (STF). Em março de 2016 o bairro de Piranema passou a fazer parte novamente de Itaguaí – RJ (ITAGUAÍ, 2016).

Segundo o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM<sup>1</sup> - de 2010 (ATLAS BRASIL, 2010), o município de Itaguaí – RJ abarca um patamar de 0,715. Sendo

<sup>1</sup> Segundo o Atlas Brasil o IDHM “[...] foi realizado a partir das informações dos 3 últimos Censos Demográficos do IBGE – 1991, 2000 e 2010 – e conforme a malha municipal existente em 2010. (...)O IDHM brasileiro considera as mesmas três dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda, mas vai além:

evidenciado um avanço entre 2000 (0,589) e 2010. Este patamar do IDHM que Itaguaí alçou é considerado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) como sendo alto (de 0,700 a 0,799), e a longevidade é o elemento que possui o maior índice (0,814) e a educação o menor (0,638).

Outro índice, mais específico e local são as Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH)<sup>2</sup> de Itaguaí – RJ, que trazem consigo uma diferença evidente entre áreas dentro do próprio município. Numa variação de 0 a 1, a diferença máxima entre a UDH de maior e menor desenvolvimento está em 0,205, expondo uma desigualdade local (Anexo I).

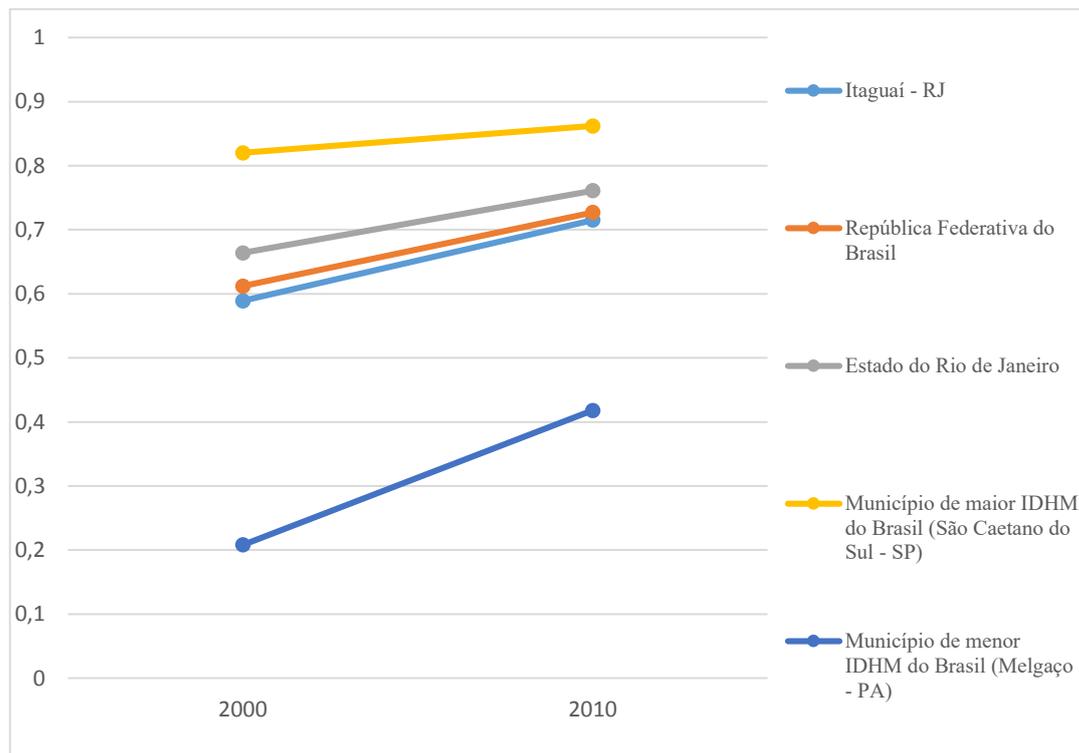
O Anexo I mostra o ranking das UDHS no município de Itaguaí – RJ e um comparativo entre o índice nos anos de 2000 e 2010, bem como com o último levantamento no PNUD para o ranking global, ou seja, dos países, a fim de ilustrar o local (UDH) face à realidade de uma nação. Ao final do quadro no Anexo I é exposto o índice de IDHM do município, bem como seu comparativo com um país.

Num ranking comparativo do IDHM brasileiro, Itaguaí – RJ mostrou avanço em seu índice de desenvolvimento humano, nas três áreas avaliadas pelo PNUD (longevidade, anos de escolaridade e renda *per capita*). Na última pesquisa (2010) o Atlas Brasil evidencia que Itaguaí – RJ se encontra abaixo do IDHM brasileiro e do Estado do Rio de Janeiro (0,761), conforme exposição no Quadro 4, apesar do avanço entre 2000 e 2010.

---

adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. ” (ATLAS BRASIL, 2010c)

<sup>2</sup> As Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH) são áreas dentro das regiões metropolitanas que podem ser uma parte de um bairro, um bairro completo ou, em alguns casos, até um município pequeno. A homogeneidade socioeconômica é o que define os limites das UDHS, que são formadas a partir da agregação dos setores censitários do IBGE. (PNUD, 2016)

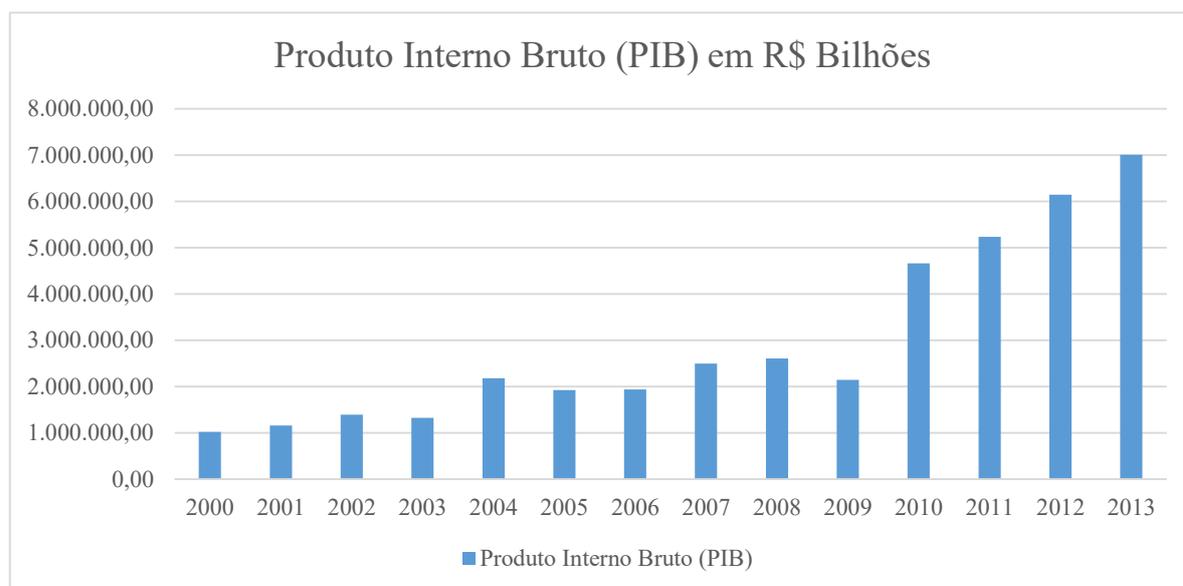


**Figura 4:** Evolução do IDHM de Itaguaí (2000-2010)

Fonte: ATLAS BRASIL, 2016.

O Atlas Brasil expôs que o município de Itaguaí possui um Índice de Gini<sup>3</sup> de 0,47 (2010), mas com uma incidência de pobreza que atinge 52,93% da população local. O Produto Interno Bruto (PIB) municipal, porém, verificou um forte avanço entre 2000 e 2013, conforme mostra o Quadro 5, tornando possível também avanço da renda per capita no mesmo período, mas ainda aquém das expectativas para o patamar de tal PIB às necessidades individuais do cidadão itaguaiense.

<sup>3</sup> Segundo o Atlas Brasil o Índice de Gini “É um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar.” (ATLAS BRASIL, 2010c)



**Figura 5:** Produto Interno Bruto de Itaguaí – RJ (2000-2013) em R\$ Bilhões  
 Fonte: elaborado pelo autor com dados de DATASUS, 2016.

É possível evidenciar no avanço do PIB municipal de Itaguaí uma variação baixa na década dos anos 2000, mas um grande aumento nos primeiros anos da década de 2010. O salto no tamanho do PIB local se torna claro com o valor de 2000, no patamar de 1.017.259,4, indo para 7.003.801,7 em 2013. Uma variação do PIB de 688,5% entre 2000 e 2013.

A forte variação do PIB itaguaiense nos treze anos verificados no Quadro 4 se deve em parte à instalação de diversas empresas no local. Os megaempreendimentos acomodados em Itaguaí – RJ estão listados no Quadro 4, que traz o montante investido e o número de empregos gerados.

Quadro 4: Megaempreendimentos Instalados em Itaguaí – RJ entre 2000 e 2013 (Continua).

Megaempreendimento/Variantes	Montante investido (R\$ Bilhões)	Empregos gerados*
Porto de Itaguaí (Expansão)	1,2 (Anexo IX)	1.200 (diretos)
Porto Sudeste	4 (Anexo VII)	2.000 (diretos)
Base Naval de Itaguaí (Submarinos Nucleares)	7,8 (Anexos VI e VIII)	9.000 (diretos); 32.000 (indiretos)
Nuclep e UFEM		
Arco Metropolitano do Rio de Janeiro	1,9 (Anexo V)	-
Usiminas/Ingá	1	400
Central de Tratamento de Resíduos (Ciclus)	0,4 (Anexo III)	600
Indústria Mineradora (Piranema)	0,0691804 (Anexo IV)	300 (diretos)

Fonte: EBC, 2013; PORTO SUDESTE, 2016; O DIA, 2010; CSN; ROSSETE, 1996, p. 77; EXTRA, 2010.

\*Na fase de operações.

<sup>4</sup> A preços correntes de 1996 e 2005. Preço do m<sup>3</sup> R\$ 8,00 (ROSSETE, 1996, p. 77) e R\$ 11,53 (MARQUES, 2010, p. 14), multiplicado por 6.000.000 m<sup>3</sup> (2005) de produção anual (TUBBS *et al*, 2011, p. 1).

A fim de reger o desenvolvimento multidimensional e a estrutura do município para os próximos períodos, foi aprovado em 2007 o Plano Diretor do Município de Itaguaí (Lei 2.608/07), mas ainda carecendo de levantamentos de mapas e anexos à Lei (CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ, 2016). Vale expor ainda que Itaguaí – RJ teve, nos últimos nove anos um crescimento vertiginoso em sua área urbana, chegando a um crescimento de 90% da mancha (ANEXO XXXII). O período coincide com a chegada dos muitos megaempreendimentos localizados no Território, destacando-se no estudo o Porto de Itaguaí e o Arco Metropolitano.

O Plano Diretor prevê no seu bojo políticas de desenvolvimento econômico e social nos artigos 9º e 10º. Pela ausência de um mapeamento, a Lei 2.608/07 escasseia de uma análise mais detalhada sobre as perspectivas e projetos para o município de Itaguaí – RJ a partir de políticas públicas para o desenvolvimento territorial. Não exclui, porém, um olhar sobre o atual estágio multidimensional de progresso para o bem-estar da população local, bem como o aproveitamento das regras existentes no documento existente.

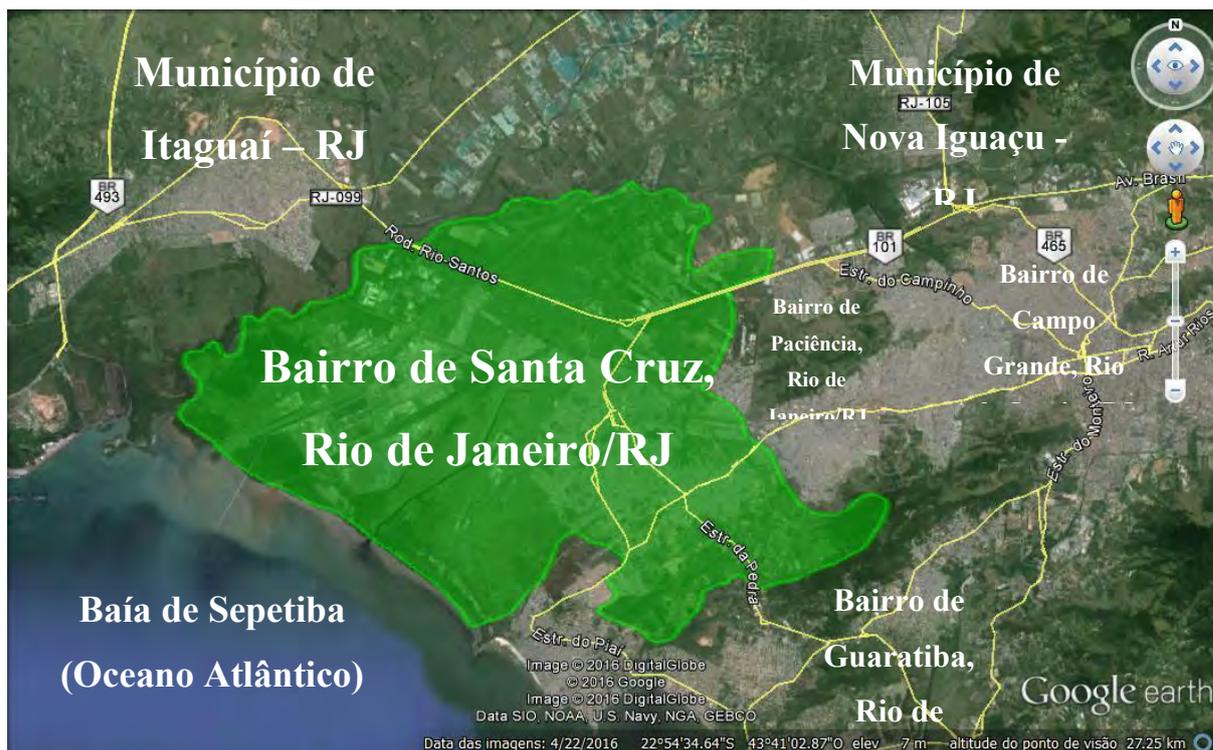
Nos liames do Plano Diretor estão previstos zoneamentos de áreas destinadas aos megaempreendimentos e afins, como o artigo 36, que destaca os tipos de zonas a serem consideradas no município. A Seção IV, que traz à tona a dinâmica industrial da Ilha da Madeira, mais especificamente sobre o Porto e a antiga empresa Ingá Mercantil S/A (PLANO DIRETOR DO MUNICIPIO DE ITAGUAÍ, 2007).

### **3.3.2 O bairro carioca de Santa Cruz**

O bairro carioca de Santa Cruz se localiza na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro/RJ, pertencendo a Área de Planejamento 5, subárea 5.3, na XIX Região Administrativa da Capital, que engloba, além de Santa Cruz – Rio de Janeiro/RJ, os bairros de Paciência – Rio de Janeiro/RJ e Sepetiba – Rio de Janeiro/RJ (PLANO DIRETOR DO RIO DE JANEIRO, 2011, p. 201-202). O local está inserido na lógica da administração municipal para uma expansão urbana assistida, ou seja, com o acompanhamento da Prefeitura na ocupação (PLANO DIRETOR DO RIO DE JANEIRO, 2011, 193).

Santa Cruz (Rio de Janeiro/RJ) possui uma população de 217.333 habitantes com uma área geográfica total de 125,0443 km<sup>2</sup> (12.504,43 hectares), segundo dados do Censo 2010 (GEORIO, 2016). A população local é constituída em sua maioria por mulheres (112.966) e, ainda, por um grupo masculino de 104.367 (GEORIO, 2016).

O bairro carioca está delimitado à oeste com o Oceano Atlântico (Baía de Sepetiba) e com o município de Itaguaí, a norte com os municípios de Seropédica – RJ e Nova Iguaçu – RJ, a leste com o bairro de Paciência (Rio de Janeiro/RJ) e a sul com os bairros de Guaratiba (Rio de Janeiro/RJ) e Sepetiba (Rio de Janeiro/RJ), conforme exposto no mapa (Figura 6).



**Figura 6:** Localização do Bairro Carioca de Santa Cruz  
 Fonte: elaborado pelo autor com dados do Google Earth, 2016.

Na última década é verificado que Santa Cruz abarcou evolução nos parâmetros de desenvolvimento humano medidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela Prefeitura do Rio de Janeiro. Entre 2000 e 2010, período em que se realizou a análise sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em todas as Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH) contata-se a evolução do indicador em todas as localidades do bairro carioca de Santa Cruz (Anexo II).

Um fator, porém, ainda persiste que é a desigualdade intra-bairro. As UDHs expõem níveis de desenvolvimento humano dispersos entre si, havendo alguns que se destacam pelo nível avançado, bem como, no mesmo bairro, uma grande diferença no parâmetro (Anexo II). A variação entre o máximo (Santa Cruz / Centro – 0,867) e o mínimo (Canal da Ponte Branca – 0,604) patamar de um IDH entre as Unidades de Desenvolvimento Humano é de 0,257 (Anexo II). Essa variação, caso o bairro de Santa Cruz (Rio de Janeiro/RJ) fosse um país, abarcaria diversos níveis de desenvolvimento humano numa mesma localidade. Indo de países com Desenvolvimento Humano Médio, passando por um Desenvolvimento Humano Alto, terminando com áreas com um Desenvolvimento Humano Muito Alto, segundo o PNUD (2016).

Outro parâmetro que avançou e que a Prefeitura do Rio de Janeiro leva em consideração sobre sua análise para o desenvolvimento humano do município é o Índice de Desenvolvimento Social (IDS). Segundo o Índice de Desenvolvimento Social (IDS), Santa Cruz (Rio de Janeiro/RJ) possuía em 2000 um patamar de 0,49, avançando para 0,54 em 2010 (GEORIO, 2010). Os componentes do IDS utilizados para o alcance do resultado foram acesso a saneamento básico, qualidade habitacional, grau de escolaridade e disponibilidade de renda (CAVALLIERI; LOPES, 2008), tendo tais elementos sido subdivididos, perfazendo um

total de 8 estratos de avaliação. A escala varia entre 0 e 1, semelhante ao IDH/PNUD. O Índice de Desenvolvimento Social, possui variáveis que, segundo Cavallieri e Lopes (2008, p. 1):

[...] foi inspirado no conhecido Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, calculado pela ONU (PNUD) para inúmeros países do mundo que, por sua vez tem servido de base para a construção de uma série de outros índices compostos. Sua finalidade é medir o grau de desenvolvimento social de uma determinada área geográfica em comparação com outras de mesma natureza.

O Quadro 6 expõe uma síntese do bairro carioca de Santa Cruz sobre os indicadores apresentados do IDS e IDH, bem como o posicionamento deles em relação ao restante do município do Rio de Janeiro. A análise levou em consideração todos os bairros da capital fluminense e a parcela de participação de Santa Cruz (Rio de Janeiro/RJ) em relação ao total da capital em alguns quesitos, como população e os próprios indicadores.

Quadro 5: Dados Socioeconômicos do Bairro Carioca de Santa Cruz entre 2000 e 2010.

Região/Indicador	População (2000)	População (2010)	IDS (2000)	IDS (2010)	Ranking Comparativo IDS*	IDH (2000)
Rio de Janeiro (Município)	5.857.904 (100%)	6.320.446 (100%)	0,58	0,61	-	0,807 (alto)
Santa Cruz (Rio de Janeiro/RJ)	191.836 (3,27%)	217.333 (3,44%)	0,48	0,54	147º	0,742 (alto)

Fonte: Atlas Brasil, 2010; Instituto Pereira Passos, 2015, GEORIO, 2010.

\*Total de bairros analisados: 158.

Diante do exposto, insta salientar que o bairro carioca de Santa Cruz recebeu, desde a última década, vultosos investimentos em megaempreendimentos em diversas áreas no território local. O Quadro 7 mostra os megaempreendimentos localizados no bairro da capital fluminense, bem como o montante investido e empregos gerados pelas operações de tais inversões de capitais.

Quadro 6: Megaempreendimentos Instalados em Santa Cruz (Rio de Janeiro/RJ) entre 2000 e 2013

Megaempreendimento/Variantes	Montante investido (R\$ Bilhões)	Empregos gerados
Companhia Siderúrgica do Atlântico (Grupo ThyssenKrupp)	13,2 (Anexo XI)	6.000 (diretos)
Duplicação da Rodovia Procurador Haroldo Fernandes Duarte (Rio-Santos) – BR 101 Sul	0,245 (Anexo XV)	-
Ampliação da Capacidade da Avenida Brasil	XXX	-
Corredor de Ônibus Articulados BRT Transoeste	1 (Anexo XVI)	-
Companhia Siderúrgica Consigua – Gerdau (Expansão)	2,47 (Anexo X)	550 (diretos) e 3.000 (indiretos)
Rolls-Royce	0,2 (Anexo XIV)	100
Centro de Processamento Final de Vacinas e Biofarmácia de Biomanguinhos/Fiocruz	0,8	700

Fonte: IMPRENSA RJ, 2012; IMPRENSA RJ, 2011; PREFEITURA DO RIO, 2014; TKCSA, 2016; MULTIRIO, 2013b.

Tais investimentos e consequentes faturamentos dos megaempreendimentos instalados no bairro de Santa Cruz (Rio de Janeiro/RJ), ao longo dos últimos anos, ocorreram de forma coincidente com as melhoras nos índices de desenvolvimento humano (Anexo II) e de desenvolvimento social (Quadro 4). As melhorias podem ter sido ocasionadas pela entrada de vultuosos capitais privados e públicos, como os exemplificados no Quadro 5, os chamados megaempreendimentos.

Em entrevista ao O Globo (2010) o presidente da Associação Comercial e Industrial de Santa Cruz (ACISC), Alberto Chaves Gonçalves, alertou para rápido crescimento da região sem que a infraestrutura do bairro acompanhasse na mesma velocidade do avanço econômico. A Companhia Siderúrgica do Atlântico foi o exemplo utilizado, pois segundo Gonçalves o aumento no fluxo de carros e pedestres atrofiou ainda mais o trânsito local. A questão sobre preservação histórica e cultural do bairro, além da manutenção do mobiliário público, é outro ponto de críticas, pois não há atuação suficiente do Estado junto ao local com características de forte crescimento (ANEXO XXXIV).

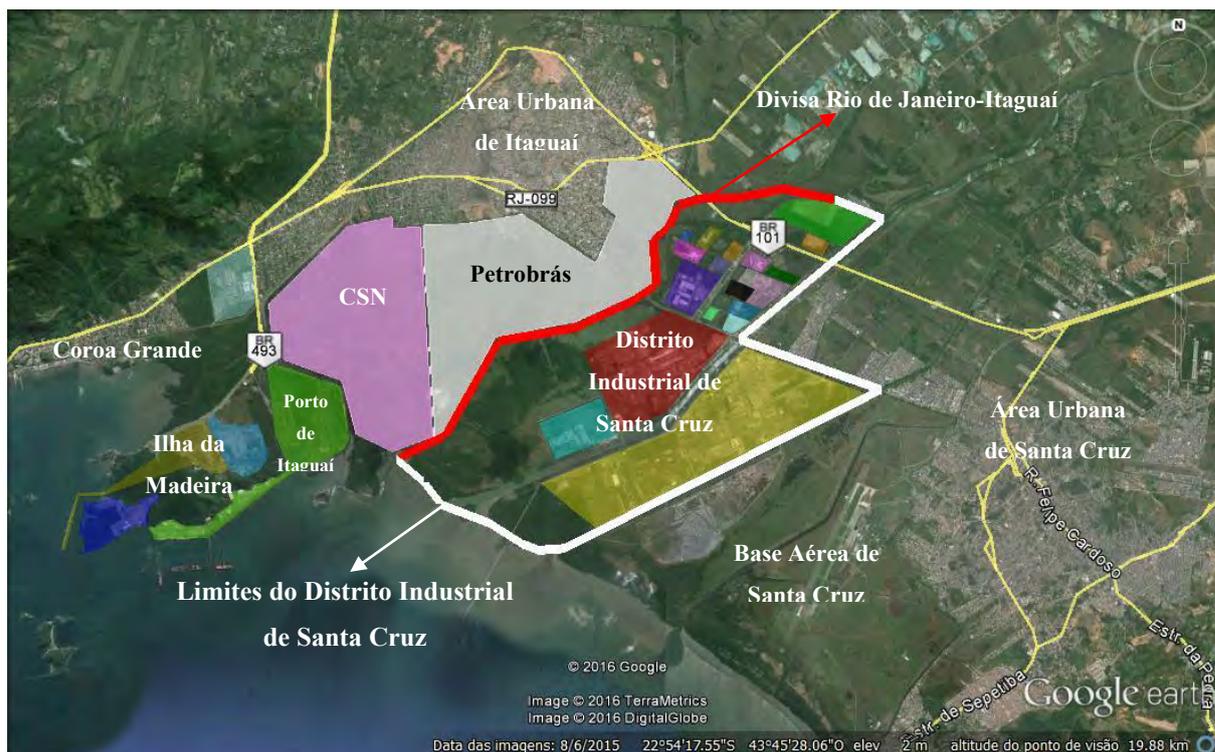
Assim, vale ressaltar que a gestão social e o controle social estão intrinsecamente ligados ao desenvolvimento territorial local sustentável (VILLELA, et al, 2014). Essa conexão torna possível evidenciar que mesmo havendo melhoria nos indicadores, eles ainda são inferiores se comparados ao restante do município carioca.

Esse patamar abaixo do esperado, para uma região com um crescimento econômico pujante, ressalta que há uma gestão social e um controle social enfraquecido ou mesmo ausente em meio à atuação do Mercado e do Estado em relação à atração de tais investimentos para o local.

### **3.3.3 O Território dos Megaempreendimentos**

Em meio às áreas geográficas expostas anteriormente, quais sejam o município de Itaguaí – RJ e o bairro carioca de Santa Cruz observou-se a concentração de empreendimentos de grande porte tanto em área como em investimentos, destacadamente bilionários.

Os Quadros 1 e 4 mostram que tais montantes investidos variam entre públicos e privados, desde aportes mercadológicos como também das administrações públicas direta e indireta. A Figura 7 mostra o Território dos Megaempreendimentos e sua área de influência, ou seja, as populações locais diretamente impactadas pelas transformações multidimensionais advindas da instalação de tais projetos.



**Figura 7:** Localização do Território dos Megaemprendimentos no Bairro Carioca de Santa Cruz e no Município de Itaguaí – RJ.

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Instituto Pereira Passos (IPP) – Prefeitura do Rio de Janeiro, 2015; CODIN, 2016; ALCANTARA, 2011 e Decreto Municipal N° 3158/81.

A Figura 7 destaca o Distrito Industrial de Santa Cruz e a região da Ilha da Madeira, que concentra megaemprendimentos no município de Itaguaí – RJ. Percebe-se que a proximidade de tais empresas pode gerar influências recíprocas em Itaguaí – RJ, como na capital fluminense, bem como por parte da rede de infraestrutura e de comunicação viária entre Itaguaí – RJ e Santa Cruz, Rio de Janeiro/RJ.

Encontram-se em destaque ainda a Rodovia Rio-Santos (BR 101), o Arco Metropolitano (BR 493), o ramal ferroviário de Santa Cruz e o ramal de ônibus rápido BRT Transoeste (Rua Felipe Cardoso), bem como o Porto de Itaguaí.

## 4 GESTÃO SOCIAL E CONTROLE SOCIAL COMO INSTRUMENTOS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Este capítulo tem por objetivo definir o arcabouço teórico na gestão social e no controle social e desenvolvimento multidimensional.

### 4.1 A Gestão Social e o Controle Social no Brasil

Ao longo da história o eixo de poder sobre as decisões, diálogo, articulações e negociações se deslocou para diversos focos de concentração e Figuras, desde individuais até coletivas, sempre com o objetivo de satisfazer as próprias necessidades em nome de um aparente bem de uma camada social específica, detentora dos meios de persuasão. A Figura do monarca moldou o Estado absolutista e concentrou as formas de poder e diálogo em uma via de mão única, ou seja, era uma organização hierarquizada na qual todo o poder decisório emanava do topo e irradiava-se para baixo, até as camadas sociais mais baixas e economicamente vulneráveis. A maioria não tinha quaisquer perspectivas de obter suas vontades consolidadas. Com a ascensão da classe burguesa diante dos nobres europeus, o eixo de poder muda e o capital passa agora ao seu protagonismo na administração estatal por sua participação no poder público e pela influência gerada junto às instituições.

Nesse ponto histórico, o Mercado passa a ocupar um espaço maior no ambiente tripartite deixando à Sociedade Civil e ao Estado um papel coadjuvante sobre o poder decisório. Diante de tal cenário, com o domínio burguês, a administração pública incorpora a burocracia na sua essência, passando esta a ser parte essencial na existência do poder público (CANÇADO *et al.*, 2013, p. 87-97).

A discussão em torno da gestão social, porém, começa a tomar efetiva forma em tempos recentes, com a conceituação de uma sociedade emancipada, onde o Mercado e o Estado não predominariam nem interfeririam com tal amplitude conforme ocorreu em tempos passados, inclusive os aqui apresentados.

Nesse âmbito, é destacado que as teorias em torno das relações socioeconômicas se demonstraram insuficientes ao alcançar ideais apenas teóricos, longe da realidade ao qual determinada sociedade estava inserida. Uma nova visão de mundo era necessária, que buscasse na prática o que a teoria não era capaz de preencher. Existiam diversos espaços desocupados os quais a Teoria Tradicional, racional, objetiva e positivista, não era habilitada a suprir. Como instrumental da classe dominante nos seus mais diversos momentos históricos, a Teoria Tradicional se mostrou ineficaz na aplicabilidade, mas não em saciar as necessidades acadêmicas e científicas dos detentores do conhecimento e do capital (BANNWART JÚNIOR; TESCARO JÚNIOR, 2012).

A Teoria Crítica surge como contraponto, uma inflexão no campo científico realizando a relação entre teoria e prática firmando raízes

[...] na realidade social concreta, na racionalidade emancipatória, na relação orgânica entre teoria e prática, na crítica à ideologia e na real possibilidade de transformação e libertação do homem das amarras de uma falsa consciência. É, portanto, uma teoria filosófico-reflexiva que equipa os sujeitos sociais com categorias cognitivas provocadoras de esclarecimento e emancipação. (GEUSS, 1988, p. 8 *apud* BANNWART JÚNIOR e TESCARO JÚNIOR, 2012, p. 134)

Assim a busca em torno da liberdade de consciência, em meio à regimes absolutistas e altamente repressores da produção de conhecimento científico dá lugar a busca de novas formas de administração pública onde a sociedade possa tomar as rédeas do seu desenvolvimento.

Sob a égide de uma república, o povo é soberano e governa sobre si, ou seja, segundo Cançado *et al.*, (2013, p. 98) “[...] uma sociedade emancipada é por si mesma uma sociedade política...”. O poder soberano, no pensamento republicano, repousa no povo e não mais na Figura do monarca, em meio ao Estado Absolutista, ou na camada burguesa, no Estado Liberal. Segundo Habermas (2011) o poder constituinte se baseia na autodeterminação da pessoa privada e não nos seus representantes, ou seja, a democracia representativa não espelha a totalidade de uma democracia participativa, justa e solidária, mas limitada e com a dialogicidade deficiente.

Diante desse cenário, insta salientar que Habermas (2011, p. 28) destaca que o “nível do discurso do debate político” é elemento essencial e indispensável sob o prisma republicano. Outro ponto na questão que concerne tal diálogo diz respeito aos parâmetros amplos de satisfação, ou seja, a generalização do discurso não satisfaz um discurso de debate político adequado à uma sociedade emancipada com o povo soberano (HABERMAS, 2003 *apud* CANÇADO *et al.*, 2013). Habermas (2011), porém, discorda da ideia de uma totalidade social no diálogo, como Cohen prega em seus discursos, valendo-se da premissa de uma formação informal da opinião pública como embasamento para uma política deliberativa plena.

Uma ressalva se faz em relação aos moldes dos atuais estágios de sociedade, uma vez que elas estão e são cada vez mais complexas na contemporaneidade. Porém, o Estado não pode ignorar nem fechar ou problematizar os canais de comunicação entre ele e a Sociedade Civil, uma vez que, o contato estatal com o “mundo da vida” é essencial para o desenvolvimento do poder público (CANÇADO *et al.*, 2013).

Na Teoria da Ação Comunicativa (TAC), Habermas (1984) explicita a questão do capital e do poder, elementos do sistema, preponderar sobre o “mundo da vida” (cenário este do saber participativo, da ação comunicativa, que possui habilidade em se chegar ao bem comum). Habermas (1984) classifica como a “colonização do mundo da vida” a questão de o mercado dominar o poder público, mas ressalta que na contemporaneidade a sociedade é por demais consciente para que isso não ocorra (HABERMAS, 1984). A ação comunicativa é capaz de gerar um ambiente coeso e harmônico, fato esse que as ações instrumental e estratégica não são capazes de gerar. Desse modo, afirma-se que o “mundo da vida” é regido pela ação comunicativa, que pode conduzir influências sobre normas e outras ações. Um exemplo diz respeito ao normativo jurídico, que na ação comunicativa, está sujeito à revisões e criação de respaldos (HABERMAS, 1984).

Os diálogos na ação comunicativa são contraditórios à estratégica, uma vez que a primeira está aberta a críticas, correções, aprendizados através dos conhecimentos dos demais e pode estar fundamentada na razão, ou seja, se passarem pelo processo dos elementos supracitados de revisão. A ação estratégica prega o êxito, a vitória, e não o convencimento por um fundamentado silogismo (raciocínio). A ação estratégica não possui meios certos e louváveis para se alcançar o seu fim, mas possui o objetivo de se alcançar o benefício para si alcançando o triunfo (HABERMAS, 1984; CANÇADO *et al.*, 2013).

Assim, a razão comunicativa é importante elemento para a sociedade civil no individualismo e incertezas geradas pela racionalidade estratégica. A racionalidade, desde que colocada à prova, questionada, aberta ao diálogo, produz o entendimento e o consenso dos mais diversos atores, mas os participantes devem estar atentos e abertos aos canais de

comunicação no intuito de flexibilizar a visão de mundo e haver um pacto pela harmonia (HABERMAS, 1984; CANÇADO *et al.*, 2013).

Diante do fenômeno em que o Estado deve estar atento ao “mundo da vida” e sempre com os canais de comunicação abertos às transformações sociais, pode-se estabelecer que a esfera pública não possui uma delimitação exterior. Uma tradução para tal afirmação diz respeito a caracterização “[...] pelos horizontes abertos, permeáveis e deslocáveis...” (CANÇADO *et al.*, 2013, p. 101), ou seja, a esfera pública deve estar adequada a absorver as transformações da sociedade para melhor atendê-la e entendê-la.

Habermas (2011, p. 92) afirma que a esfera pública é: “[...] como uma rede adequada para comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se considerarem opiniões públicas enfiadas em temas específicos”.

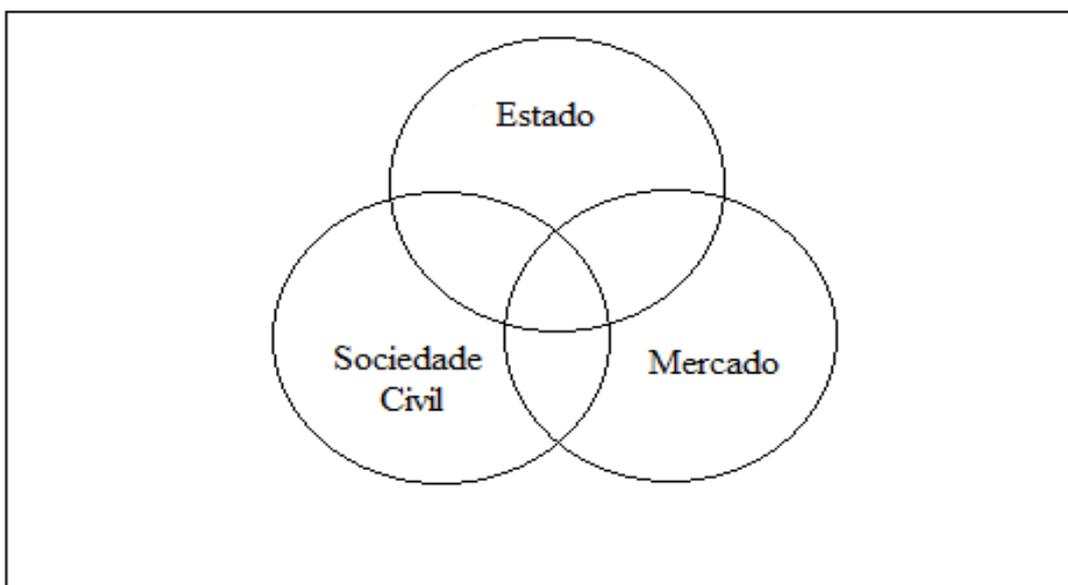
Os canais de comunicação da esfera pública encontram nas instituições da Sociedade Civil o ambiente necessário para que sejam institucionalizados os “discursos de interesse público”, por meio das instituições existentes tais quais organizações e associações livres, não-estatais e não-econômicas. Tais instituições são o âmago institucional da sociedade civil. Em suma, é na sociedade civil, mais precisamente nas instituições dela, que são solucionados problemas “[...] pois exercem influência sobre a formação institucionalizada da opinião e da vontade” (CANÇADO *et al.*, 2013, p. 102).

A esfera pública é composta também por indivíduos privados, mas que façam prevalecer interesses públicos, estes sendo precondições para o bem-estar coletivo, acima do bem-estar individual e egoístico. Os assuntos da sociedade são a temática principal nas esferas públicas e um espaço de deliberação é fundamental para a efetividade das políticas de gestão social, um espaço para discussões e deliberações sobre primordialidades e longo prazo (CANÇADO *et al.*, 2013). A busca pelo bem comum é o foco, “[...] subordinando os interesses individuais ao empreendimento da sociedade”, resultando tal cenário numa “ação plural” fruto de interpretações diversificadas. (TENÓRIO, 2012, p. 23)

O conceito de bem-estar aqui abordado baseia-se em Perico (2009) numa reflexão no desenvolvimento humano e qualidade de vida a partir de distintos modelos e projetos territoriais. O bem-estar é o ápice do desenvolvimento territorial sustentável, o objetivo último e maior. Por tal cenário, importante se torna a contextualização local face aos indicadores oficiais de progresso nas diversas áreas multidimensionais.

Com o desenvolvimento das esferas públicas ocorrendo por meio da comunicação, é possível verificar a independência e emancipação delas em relação ao Mercado e ao Estado. Sendo assim a administração da própria sociedade e dos recursos intrínsecos a ela é que ocorre o chamado fenômeno da Gestão Social. Como exemplificação, há um equilíbrio de poderes entre os três setores (Sociedade Civil, Estado e Mercado), e quando tais setores entram no discurso da Gestão Social, há um equilíbrio de poderes no momento da argumentação, do diálogo e do aceite das opiniões (CANÇADO *et al.*, 2013).

A Figura 8 expõe o aparente equilíbrio de poder que leva a eficiência e justiça sobre a Gestão Social em relação aos três setores. No Estado Absolutista, a esfera do Estado estaria inchada e prevaleceria sobre as demais. No Estado Burguês o Mercado dominaria as relações de poder. Enquanto numa república, com uma democracia deliberativa, há a harmonia (CANÇADO *et al.*, 2013; SACHS, 2009).



**Figura 8:** Os Três Setores em uma Democracia Deliberativa Contemporânea.  
 Fonte: Adaptado de Cançado *et al.*, 2013, p. 102; Sachs, 2009.

Um conceito de Gestão Social a ser levado em consideração, com a finalidade de delimitar a terminologia, é o de Cançado, Tenório e Pereira (2011, p. 697 *apud* CANÇADO *et al.*, 2013, p. 17), que verifica em síntese que:

[...] a gestão social pode ser apresentada como a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo, na transparência como pressuposto e na emancipação enquanto fim último.

Apesar de dado um conceito claro sobre gestão social, tal concepção é ampla. Os limites impostos pela definição acima dizem respeito a um cenário sem prejuízos para o desenvolvimento deste trabalho, pois assim a pesquisa foi objetiva e concisa. Uma ressalva se faz que a gestão social é instrumento de decisão coletiva, diálogo e entendimento. A negociação não faz parte de tal temática uma vez que a possibilidade de barganhas e desequilíbrio de poderes é real e presente nas discussões em torno do bem-estar coletivo (CANÇADO *et al.*, 2013), prevalecendo em parte considerável dos casos a vontade do mais forte (Mercado ou Estado).

Vale lembrar ainda que a governabilidade é a disposição de a sociedade civil poder levar a cabo processos de longo prazo, ou seja, gestão social para o desenvolvimento territorial sustentável a partir da equidade de poderes dialógicos entre os atores Sociedade Civil, Estado e Mercado. O diálogo deve focar na questão das potencialidades do local (recursos e capacidades) a fim de promover um avanço a partir do lugar que está em pauta (PERICO, 2009).

Por outro lado, ainda há de se discutir o controle social que tem sua origem nos chamados Direitos Fundamentais, que se encontram no rol da Constituição da República Federativa do Brasil (1988), bem como em dispositivos infraconstitucionais (MOTTA; BARCHET, 2009). O controle social, segundo Siraque (2009, p. 103 *apud* TENÓRIO, 2012, p. 30) é:

[...] ato realizado individual ou coletivamente pelos membros da sociedade, por meio de entidades juridicamente organizadas ou não, através dos diversos instrumentos jurídicos colocados à disposição da cidadania para fiscalizar, vigiar, velar, examinar, inquirir e colher informações a respeito de algo.

Assim, o instrumento do controle social é espontâneo por parte do cidadão para com os atos do Estado, mas para os agentes públicos nada mais é do que dever-poder instituído no normativo brasileiro para fiscalizar e controlar as atividades do poder público. Para um agente estatal o controle é institucional e para o cidadão direito garantido constitucionalmente pelo artigo 1º, parágrafo único, da Carta Magna de 1988, submetendo a administração pública à soberania do povo (TENÓRIO, 2012).

Para Perico (2009, p. 101) o instrumento do controle social dá o poder e a “corresponsabilidade” aos atores sociais na administração do território ao qual o cidadão está inserido. A exposição de tais argumentos deixa evidente que “[...] o controle social é o complemento estratégico da gestão social do território...”. A sensibilidade e a capacidade de mobilização são os elementos essenciais na busca pelo controle social, uma vez que o cidadão tem de estar engajado na busca final de sua participação para o desenvolvimento do território ao qual está inserido. O amadurecimento político, seja em qual âmbito for, é o resultado do controle social (fluxos de informação, ambiente social arejado, objetivos e metas avaliados, ciclo de gestão apropriado, dentre outros), sendo esta a expressão positiva do uso massivo do instrumental. (PERICO, 2009) Assim, a Controladoria-Geral da União – CGU (2016a) traz em seu âmbito o conceito de controle social, disseminando-o onde quer que haja instituições de controladoria, como nos municípios. A CGU avalia que o controle social afere os objetivos, processos e resultados da administração pública (Poder Executivo) e demais Poderes da República (Legislativo e Judiciário), seja dos governantes ou do próprio funcionalismo público para benefício da coletividade.

Para melhor visão sobre o momento de controlar socialmente os atos do Estado, a gestão social ocorre antes e durante os atos do poder público, concretizada pela participação popular (“partilha de poder político entre as autoridades constituídas e as pessoas estranhas ao ente estatal. ”). Tal etapa ocorre o “... planejamento, na execução por meio de monitoramento, e na avaliação de uma política pública” (TENÓRIO, 2012, p. 31). O controle social diferencia-se da participação popular na medida em que aquele é “direito público subjetivo” do cidadão ou coletividade em subordinar o Estado ao instrumental fiscalizatório.

Especificamente se tratando do Brasil, o processo de descentralização do poder e das discussões em torno de políticas públicas vem ganhando forma a medida que a população vem ganhando espaço e participando cada vez mais na implementação de tais políticas. Diante de tal cenário é possível verificar uma aproximação do Estado e da população, não mais intermediadas somente por representantes democraticamente eleitos ou politicamente indicados para tal finalidade (TENÓRIO, 2012).

Em casos recentes de aproximação popular com o poder público, bem como na ativa participação da população diante dos atos estatais podemos verificar na década de 1980 o movimento das Diretas Já (1984) e na elaboração da Constituição da República (1988), via constituinte (1985-1987), que incluiu em sua redação diversos direitos e garantias sociais, bem como descentralizou parte considerável dos afazeres públicos e aumentou a importância e participação dos municípios na República, fortalecendo tal ente federado. O surgimento das Organizações Não-Governamentais (ONGs) na década de 1990 foi outro evento que aproximou as discussões entre o Estado e a sociedade civil, institucionalizando esta última no

formato da participação de elaboração e participação na implementação de políticas públicas, adicionando força à esfera pública (TENORIO, 2012).

#### **4.2 Desenvolvimento Local, Gestão Social e Controle Social Como Conceitos Inerentes**

O tema do desenvolvimento é amplo, por esse motivo a delimitação do conceito é necessária. Num primeiro momento a diferenciação entre crescimento e desenvolvimento econômico deve ser feita a fim de evitar equívocos quanto à similaridade inexistente entre ambas expressões.

O desenvolvimento segundo Sachs (2008, p. 13) é aquele que vai além da proliferação da “riqueza material”, atingindo uma “modernidade inclusiva”, esta surgida de uma mudança na estrutura nacional promovendo a igualdade e redução da pobreza através da redução das desigualdades, criando oportunidades de equidade entre aqueles que detêm maior poder social e os menos favorecidos pelo capital.

O desenvolvimento por si só, porém, não é elemento que possibilita um avanço na qualidade de vida, devendo ele também ser sustentável e coeso socialmente. Para que o caminho da gestão social seja adequadamente trilhado e todos tenham oportunidades de expressão, é necessária a equidade de poderes e atuação dos membros participantes (Sociedade Civil, Estado e Mercado). A composição de um território necessita ter esse equilíbrio entre os atores locais para que haja a coesão social e um “desenvolvimento democrático”, que gere zelo pelos direitos alheios diante da heterogeneidade do espaço territorial (PERICO, 2009, p. 103).

Já quanto à sustentabilidade deve-se levar em consideração a proximidade entre este conceito e o de desenvolvimento, uma vez que o primeiro é fruto de um comedimento entre o crescimento da economia local na busca pelo bem-estar. A sustentabilidade “[...] consiste na viabilidade dos modelos de desenvolvimento em longo prazo, sob o princípio de que o modelo deve garantir que as oportunidades de bem-estar e crescimento ocorrem de forma equitativa e inter-geracional” (PERICO, 2009, p. 103).

Em suma, o modelo de desenvolvimento territorial sustentável deve abarcar um progresso, ou um avanço, sem que a atual geração prejudique as possibilidades de incremento das futuras. Nesse ponto insta salientar que para que haja um desenvolvimento territorial sustentável é necessária uma coesão territorial, uma unidade nacional com equilíbrio na busca das possibilidades por um modelo de desenvolvimento que satisfaça as necessidades locais a partir da endogenia das capacidades e recursos providos pelo local. O ente político, membro da multidimensionalidade de Sachs (2004) é o instrumento que possibilita a coesão territorial a fim de reduzir desigualdades e desequilíbrios nos modelos de desenvolvimento construídos no país (PERICO, 2009).

O crescimento econômico, por sua vez, é o incremento do produto através da reprodução do capital, distinguindo-se do desenvolvimento uma vez que o primeiro, mesmo em procedimento acelerado, não configura uma melhora na qualidade de vida, distribuição justa, empregos e redução das desigualdades segundo Michal Kalecki e Dudley Seers. O crescimento, acelerado ou não, pode propiciar o caminho inverso, levando a graves problemas estruturais e conjunturais nas escalas local, regional, nacional e global. A concentração de riqueza e estagnação dos fatores, dentre outros elementos, são algumas das adversidades a serem superadas caso não haja uma vinculação entre o desenvolvimento e o crescimento (SACHS, 2008).

Por sua vez, ao discutir-se o tema desenvolvimento inexoravelmente será derivado para a questão da sustentabilidade, outro conceito amplo e associado ao dilema crescimento

*versus* desenvolvimento. Em meio às diversas conferências orientadas pela Organização das Nações Unidas nas últimas décadas acrescentou ao desenvolvimento sustentável uma amplitude maior que a restrição ao pensamento ambiental. A Rio 92, Rio + 10 e Rio + 20 foram algumas das conferências que incluíram no seu rol de discussões a inserção de várias frentes de desenvolvimento sustentável (SENADO FEDERAL; SENADO FEDERAL, 2012; CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL –RIO + 20, 2012).

Sachs (2008, p. 15) revela que os cinco pilares do desenvolvimento sustentável são: o social, ambiental, territorial, econômico e político. Na questão social Sachs esclarece que a “perspectiva de disrupção social que paira de forma ameaçadora em muitos lugares problemáticos do nosso planeta” torna primordial o abarcamento do tema ao desenvolvimento sustentável. Ambientalmente se tratando, o meio natural promove a humanidade com recursos e é o destinatário dos resíduos. Em relação ao território volta-se para a questão ambiental, pois a distribuição dos recursos no espaço, mas também da sociedade e suas atividades. O pilar econômico é o mais importante, uma vez que sem esse nenhum dos outros existiriam e tal discussão não teria sentido existencial. A política entra na forma democrática de ser, assim a participação popular e dos demais integrantes econômicos é importante.

Dentro dessa multidimensionalidade explicitada por Sachs, o território, o espaço que transcende limites geográficos e dá ênfase a caracteres comuns, passa a ser elemento integrante das políticas públicas de desenvolvimento, devidamente pressionadas pelos instrumentos e mecanismos sociais. Para Perico (2009, p. 54) as diversas dimensões do território implicam:

[...] expressões de poder referidas às diversas dimensões da sociedade. A dimensão econômica abrange as capacidades de inovar, diversificar, usar e articular recursos locais ou regionais para gerar oportunidades de trabalho e renda, além de fortalecer as cadeias produtivas e de integrar redes de produtores. A dimensão sociocultural diz respeito à equidade social obtida com a participação dos cidadãos nas estruturas de poder, tendo, por referência, a história, os valores, a cultura do território e o respeito pela diversidade frente à possibilidade de melhorar a qualidade de vida das populações. A dimensão político-institucional envolve os aspectos de construção ou renovação de instituições que permitem chegar às estratégias negociadas, obtendo a governabilidade democrática e a promoção do exercício cidadão. Já a dimensão ambiental se refere ao meio ambiente (ativo do desenvolvimento) e se apoia no princípio da sustentabilidade, com ênfase na ideia da gestão sustentável dos recursos naturais, de forma a garantir a disponibilidade desses recursos às gerações futuras.

O pensamento sobre a questão do desenvolvimento, porém, mais especificamente no Brasil, passou por discussões em torno de um cenário macroeconômico e associado necessariamente à industrialização, principalmente pelos teóricos ditos desenvolvimentistas, entre as décadas de 1950 e 1980. A fim de mensurar o desenvolvimento a Organização das Nações Unidas estabeleceu o critério do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), um dos principais indicadores utilizados para mensurar a qualidade de vida nas diversas escalas territoriais. Críticas se fazem ao IDH, pois ele é representado pela expectativa de vida ao nascer, longevidade da população, padrão de consumo e bem-estar, indicadores esses que não são suficientes ou mesmo equivocados na medição de qualidade de vida, bem como, por vezes, não é o mais adequado aos países periféricos. Assim elevou-se a discussão em torno do desenvolvimento para além dos números (CANÇADO *et al.*, 2013), chegando aos pilares citados por Sachs anteriormente.

O desenvolvimento local surge como alternativa aos tradicionais parâmetros de desenvolvimento surgidos em meio a Era do Desenvolvimentismo pós-Segunda Grande

Guerra, tais quais nível de industrialização, crescimento, dentre outros. A localidade emerge como solução aos problemas nacionais enfrentados pelos países, servindo de base, naqueles casos isolados de sucesso e solidez diante do fracasso do cenário maior, para a construção dos novos pilares da nação (ULTRAMARI; DUARTE, 2009).

As alterações e transformações macroeconômicas não somente nacionais como internacionais das últimas décadas (crises, modelos econômicos, externalidades) vem debilitando as ações dos Estados Nacionais, descentralizando sua atuação. No Brasil essa desconcentração de poder busca no poder local dos municípios o espaço vago deixado pelos combalidos poderes centrais. Em suma, o cenário externo desfavorável e o “caráter municipalista” da Constituição da República (de 1988) consolidaram e transformaram a sociedade brasileira local, sendo os municípios os novos “agentes do desenvolvimento” (ULTRAMARI; DUARTE, 2009).

Desde 1998, em meio às transformações socioeconômicas promovidas no Brasil, a Organização das Nações Unidas (ONU), por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil, adaptou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no país, acrescentando à análise o chamado Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e as Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH), iniciativa pioneira concretizando uma análise nacional e regional para o cenário municipal e local. Tais indicadores são específicos e destinados a expor as características locais e mais precisas que o tradicional IDH, que mostra um formato regional e nacional, não mais foco na análise sobre o desenvolvimento (ATLAS BRASIL, 2015c).

As novas demandas da pós-Era Desenvolvimentista requisitavam mais que indicadores de produção, industrialização, trabalho e capital, buscavam o bem-estar, precisão, reduzir a amplitude de análise devido em parte ao Neoliberalismo como também por outros fatores como a falência do Estado na escala local (ULTRAMARI; DUARTE, 2009). Assim indicadores de Gini e IDH, além do Índice de Desenvolvimento Social, são alguns exemplos das tentativas de aproximar quantificadores às respectivas realidades locais afastando-se do estigma da generalização e pouca precisão (ATLAS BRASIL, 2015c).

Uma parte sensível do desenvolvimento, porém, refere-se ao local, pois para que seja concretizado e eficaz para os participantes, devem os atores envolvidos se articular em esforços para que os projetos ditados por eles não tenham termo conflituoso ou inegociável. Os participantes do desenvolvimento local devem promover as suas potencialidades e buscar juntos solucionar problemáticas incorporadas ao território promovendo respostas socioeconômicas que capacitem a localidade a autopromoção e autossuficiência (CANÇADO *et al.*, 2013).

Para que haja um fortalecido e pleno desenvolvimento territorial local sustentável, Sachs (2004) lista cinco frentes, dimensões, a serem abarcadas pelos avanços para o bem-estar de uma sociedade. Os cinco pilares que concedem o caráter multidimensional do desenvolvimento territorial sustentável são: o social (relacionado a possibilidade de quebra na ordem social local), econômico (é a condição para todas as demais dimensões, e cenários de transformação, sejam concretizados), político (a democracia livre é fundamental para tudo ocorra), ambiental (por seu caráter de promoção de recursos e também de destinação dos resíduos humanos) e territorial (em relação à “...distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades.”).

A contribuição da gestão social e dos processos de participação popular nas decisões que interfiram no desenvolvimento local são grandes, pode-se dizer que a gestão social e o desenvolvimento local são conceitos indissociáveis (VILLELA *et al.*, 2014), levando a multidimensionalidade do desenvolvimento citada por Sachs (2004, *apud* CANÇADO *et al.*, 2013). A questão do fortalecimento da entidade municipal na atual Constituição da República

preserva o desenvolvimento local como centro das atenções sobre o bem maior, o bem comum, aquele que se revela como o indicador de desenvolvimento através dos processos de discussão.

A valorização do desenvolvimento local via municípios ocorreu por dois fatores importantes. Segundo Ultramar e Duarte (2009) a frustração dos Estados Nacionais em lidar com problemáticas sociais básicas e a adoção do Modelo Neoliberal foram os fatores que contribuíram para a emergência municipal no arcabouço desenvolvimentista. A contribuição Neoliberal se relaciona uma vez que o Estado se afasta de funções produtivas e mesmo típicas, principalmente sobre a economia nacional, bem como de tarefas sociais e incentiva a competição entre pessoas, instituições e entes. O repasse de responsabilidades do âmbito nacional e regional para o local pode ser visto como “[...] um novo ensaio, uma nova tentativa de busca de algo que não dera certo” (ULTRAMARI; DUARTE, 2009, p. 22). Insta salientar que a contribuição de movimentos democráticos e sociais, além de experiências em gestão social e controle social nas décadas anteriores ao período de redemocratização (1985) possibilitaram também o levante do local face ao regional e nacional.

Colateralmente à descentralização de poder aos espaços locais, ocorre a institucionalização da sociedade civil por meio de Organizações Não-Governamentais (ONGs), associações de moradores, organizações profissionais, dentre outros, que viu no arranjo institucional uma nova forma de poder a fim de se “organizar e resolver seus próprios problemas”, ocupando os espaços deixados pelo Estado (ULTRAMARI; DUARTE, 2009, p. 22).

A reação aos efeitos resultados da descentralização de poder aos municípios, porém, vem na forma de sobrevivência, ou seja, os espaços locais devem se autopromover e atrair capital para seus territórios a fim de sustentar o desenvolvimento local e também ocupar os espaços deixados pelo Estado e aqueles que a sociedade civil não é capaz ou não é típica para assumir tal responsabilidade. Segundo Ultramar e Duarte (2009, p. 23): “[...] o governo municipal passa a ser visto como viabilizador local da instalação e do sucesso de novos empreendimentos, por meio do fornecimento de infraestrutura urbana e subsídios para a instalação de novas atividades econômicas”.

Esse fator de busca pelo capital em um primeiro momento, porém, pode gerar uma promoção do mercado e de incremento da arrecadação municipal, delegando a segundo plano os direitos e deveres sociais imediatos, passando as demandas sociais a serem complementares às demandas de mercado (mão de obra qualificada, saúde, educação, dentre outros) (ULTRAMARI E DUARTE, 2009).

O dilema após a atração de capital para os seus respectivos territórios surge sobre como fazer isso, o que atrairia o capital, como desenvolver as atividades no município, dentre outras questões. A resposta se concretizou com o incremento e incentivo das vocações existentes no território articulando as atividades locais ao mercado mais amplo, até mesmo global, se possível. A inserção do produto local veio como base aos anseios por um desenvolvimento local consolidado e duradouro. Nesse cenário, a preocupação com o homem, por meio de suas atividades, toma forma. Para Coriolano (2003 *apud* ULTRAMARI; DUARTE, 2009, p. 27) “há, pois, na ideia de desenvolvimento local, o compromisso moral de focar seus interesses no homem”, ou seja, a preocupação é o ser humano e suas necessidades sociais antes do mercado e do lucro.

Por fim, mas não menos importante vale ressaltar que o desempenho econômico das instituições do território deve ser levado em consideração, uma vez que tais instrumentos serão os responsáveis pelo funcionamento do local na busca do desenvolvimento multidimensional. Para a Nova Economia Institucional (NEI) a performance econômica

depende justamente das instituições e vice-versa. Essa dependência define, reciprocamente, esses dois pilares da NEI (BARCELOS, 2003, p. 5).

Diante da NEI o funcionamento das instituições na busca por um melhor funcionamento econômico, é iniciado um estudo sobre os custos que as empresas possuem sobre as suas transações – o custo de se levar uma transação adiante através de uma troca no mercado (COASE, 1998, p. 6 *apud* CAVALCANTE, 2014) no mercado ou nelas mesmas. O surgimento do termo “Nova Economia Institucional”, citado por Oliver Williamson (1975) surge em meio ao cenário brasileiro de forte industrialização e aumento da dinâmica econômica como nunca antes vista. Neste trabalho, o surgimento do tema NEI associa-se à criação do Distrito Industrial de Santa Cruz (década de 1970) e do Porto de Itaguaí (década de 1970), marcos da transformação no Território dos Megaempreendimentos.

Outro ponto relevante a esta pesquisa diz respeito às limitações que as instituições produzem sobre os indivíduos, ou seja, o comportamento individual é delimitado por elas (BUENO, 2004). A Nova Economia Institucional, nesse ponto, se encontra com a gestão social e o controle social, uma vez que a busca pelo bem comum e superação do meio privado pelo público é essencial para que haja um diálogo equilibrado e consistente nas demandas sociais locais.

Delimitando o conceito de instituições aqui muito tratado, chega-se ao que Barcelos (2003, p. 5) trata, ou seja, que há de dois tipos: as formais e informais. Para o autor, as instituições formais são aquelas que consistem “[...] de normas formais, ou melhor, as leis da sociedade. As instituições informais são tradições e costumes da sociedade, sendo a religião uma das mais importantes”.

Apesar de muito distintas, ambos os tipos de instituições influenciam os outros. Como ocorre, por exemplo, em um costume que se torna uma lei, ou uma norma que vira um fato costumeiro nacional (BARCELOS, 2005). Apesar de a definição acima ser muito enxuta há que se esclarecer que, ao destrinchar o conceito de instituições, muito se encontrará, tendo a base sido estabelecida nas formalidades e informalidades. Como formas de exemplo, e mesmo daquelas instituições que serão muito abordadas neste trabalho, citem-se a democracia, a burocracia, o Poder Judiciário, transparência das informações, dentre tantas outras (CHANG, 2003).

Para Chang (2003) o desenvolvimento das instituições em países ricos foi um resultado e não uma causa do modelo de desenvolvimento das nações do Norte. Para os países em desenvolvimento, a fim de melhorarem seu desempenho econômico e desenvolvimento, o autor afirma que não é tarefa fácil, uma vez que é necessário que as instituições progridam na mesma medida ao longo da história se adaptando às necessidades e mudanças locais.

Um fato relevante em relação à Velha e Nova Economia Institucional, porém, diz respeito ao empirismo, ao modo como a ciência econômica (ou mesmo em geral) vê o mundo. A ausência de estudos que fossem capazes de colocar em prática as teorias tornava prejudicial e questionável o aprendizado e as percepções de mundo. Sendo assim Thorstein Veblen, Wesley Mitchell, John Commons e Walton Williamson deram largada ao tema de adequar a teoria econômica às práticas sociais e de mundo, tendo este último cunhado o termo “economia institucional” (CAVALCANTE, 2014, p. 376).

### **4.3 Controle Social, Participação Popular e o Normativo Legal: Um Breve Olhar Sobre a Constituição da República de 1988 e Leis Infraconstitucionais**

A participação da população na gestão social e no controle social pode ocorrer, quando se trata da aplicabilidade dos recursos públicos, através de normativos legais previstos na

CRFB/88, nas Constituições Estaduais e em normativos infraconstitucionais (abaixo da Constituição da República) em geral. Alguns exemplos serão mostrados a seguir e serão abordados no presente trabalho como instrumentos disponíveis à sociedade civil na busca pela aplicação justa da arrecadação do Estado brasileiro (local, regional e nacional).

Dentre os principais recursos jurídicos de gestão social e controle social, além da CRFB/88, serão citados os seguintes em âmbito local do bairro carioca de Santa Cruz e do município de Itaguaí – RJ:

- 1) Orçamento Público: Orçamento Participativo, Lei Orçamentária Anual (LOA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Plano Plurianual (PPA);
- 2) Institucional: Plano Diretor (do Rio de Janeiro – Lei Complementar 111/11 e de Itaguaí – RJ – Lei N° 2.608/07), Lei Orgânica e Conselhos Municipais;
- 3) Transparência: Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/11) e sítios eletrônicos nas áreas de acesso à informação das Prefeituras do Rio de Janeiro e de Itaguaí – RJ.

#### **4.3.1 Gestão social e controle social na Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88)**

A Constituição da República (CRFB/88) prevê uma série de normas constitucionais em que estão expressas a gestão social e o controle social através das possibilidades amplas de participação das populações nas mais diversas formas e esferas do Estado (Municipal, Estadual e Federal). Dentre os artigos que tratam da temática da gestão social e do controle social podem ser citados os seguintes: o artigo 1º, parágrafo único, artigo 5º, incisos I, IV, XIV, XVII, XVIII, XXXIII, XXXV, LXXI, LXXII, LXXIII, LXXIV, LXXVII, artigo 8º, artigo 10, artigo 14, dentre outros (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2016).

A base da cidadania participativa encontra-se justamente no ordenamento constitucional que expressa que todo poder emana do povo diretamente, nos termos da CRFB/88 (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2016). A legitimação é mecanismo fundamental da manifestação da gestão social e do controle social amplamente pregados pelas instituições que exercem o controle externo nas mais diversas esferas de poder público (CGU, 2016b).

No Direito não se confunde o povo, que o artigo 1º, parágrafo único, da CRFB/88, explicita com população, pois a categoria ali definida se limita aos cidadãos com o vínculo de nacionalidade com o Estado brasileiro. Tal dispositivo constitucional supracitado é a manifestação da essência do Estado Democrático de Direito, cujo poder somente será legítimo se houver a participação popular (SILVA; NETO, 2009).

Dentre as possibilidades de um cidadão exercer a sua cidadania, já foram exemplificadas algumas no início desta subseção, no formato de normas. Pode-se destacar um instrumental, para utilização direta do povo, como: o plebiscito, o referendo, apresentação de projeto de lei por populares, o poder de fiscalização das contas públicas, obtenção de informações dos organismos públicos, utilização de alguns Remédios Constitucionais<sup>5</sup> como o *Habeas Data*, Mandados de Segurança e Injunção e a Ação Popular. (SILVA; NETO, 2009; MOTTA; BARCHET, 2008).

---

<sup>5</sup> Segundo Silva Neto (2009) e Motta; Barchet (2008), os Remédios Constitucionais são garantias da CRFB/88 à plenitude dos direitos concedidos aos cidadãos brasileiros, prevendo instrumentais de auxílio para o alcance máximo das prerrogativas;

A fim de regular e uniformizar a interpretação sobre a Carta Magna, o Direito brasileiro segue determinada hermenêutica a fim de criar justo cenário de conformidade social sobre a aplicação do normativo concernente à CRFB/88. Alguns desses princípios constitucionais serão abordados à seguir.

Como exteriorização suprema das normas da República Federativa do Brasil, através do Princípio da Máxima Efetividade<sup>6</sup>, a CRFB/88 deve ser respeitada por todos os entes federados, bem como por todos aqueles presentes em território brasileiro (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2016). A CRFB/88 não sugere, ordena e impõe. Nesse rol a Sociedade Civil ganha seu poder diante dos demais atores (Estado e Mercado), respeitadas as limitações impostas pela própria lei a fim de dar equidade ao processo de gestão social e de controle social.

Pelo Princípio da Simetria Constitucional as normas infraconstitucionais e as Constituições Estaduais e Leis Orgânicas Municipais devem se espelhar e respeitar o normativo definido na CRFB/88. O desrespeito aos regramentos da Carta Magna fere a unidade nacional, equilíbrio e harmonia da sociedade brasileira. Por esse motivo, evitar tal cenário se faz necessário através do acompanhamento do processo de elaboração das normas pelos poderes formalmente constituídos. Essa procissão dos cidadãos juntos aos legisladores também é a concretização da gestão social e, quando violadas as regras, o controle social se faz necessário por meio do instrumental jurídico, executivo ou legislativo ao dispor da população (MOTTA; BARCHET, 2008).

Outro princípio que gera a face suprema da CRFB/88 condiz ao da Supremacia Constitucional, que emana a não contrariedade de quaisquer normas infraconstitucionais que sejam diante do ordenamento jurídico da Magna Carta. A exceção ocorre quanto a tratados internacionais de direitos humanos, os quais foram equiparados, pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pela Emenda Constitucional (EC) 45/04, às normas constitucionais (SILVA; NETO, 2009; MOTTA; BARCHET, 2008).

Outros princípios a serem citados que interessam aos conceitos de gestão social e controle social são o da Harmonização<sup>7</sup> das normas constitucionais, da Proporcionalidade ou Razoabilidade<sup>8</sup>. Vale ressaltar que, apesar de estarem no âmbito da CRFB/88 tais normativos hermenêuticos são pacificamente adequados a uma realidade local, como a aqui abordada, uma vez que a legislação brasileira deve, imperativamente, obedecer à Constituição.

#### **4.3.2 Gestão social e controle social no normativo infraconstitucional**

O primeiro instrumento de análise sobre a participação popular nos processos decisórios sobre o orçamento estatal é o Orçamento Participativo. Segundo a Controladoria-Geral da União (2016b, s/p) o Orçamento Participativo se expressa como sendo:

---

<sup>6</sup> Para Lenza (2010, p. 136) o Princípio da Máxima Efetividade “[...] deve ser entendido no sentido de a norma constitucional ter a mais ampla efetividade social.”

<sup>7</sup> Lenza traz que tal princípio prega que os “...bens jurídicos constitucionalizados...” face a um conflito normativo entre regramentos de mesmo nível (no caso aqueles pertencentes à CRFB/88) tem o compromisso de coexistir harmoniosamente, pois não existe qualquer hierarquia dentro da Carta Magna.

<sup>8</sup> Silva Neto (2009, p. 133) o define como sendo aquele que “... impõe soluções legislativa e judicial menos restritivas possíveis à direitos fundamentais, além de condicionar edição de leis a serem suportadas proporcionalmente pela coletividade.”

[...] um importante instrumento de complementação da democracia representativa, pois permite que o cidadão debata e defina os destinos de uma cidade. Nele, a população decide as prioridades de investimentos em obras e serviços a serem realizados a cada ano, com os recursos do orçamento da prefeitura. Além disso, ele estimula o exercício da cidadania, o compromisso da população com o bem público e a co-responsabilização entre governo e sociedade sobre a gestão[...] do município.

Este instrumento é uma larga vantagem da população diante de sua participação nas destinações que o Estado pode proferir aos recursos públicos em sua posse. A supressão das necessidades do local pode ser decidida com a participação do cidadão sobre como a administração pública e o Poder Legislativo utilizarão os montantes face às áreas mais necessitadas ou carentes de políticas públicas.

Em se tratando de Orçamento Participativo vale lembrar a importância do Estatuto das Cidades (Lei 10.257/01) que regulamenta os artigos 182 e 183 da CRFB/88 (sobre políticas urbanas). O artigo 4º, inciso III, alínea “f” fortalece a questão da participação da sociedade na elaboração e desenvolvimento da gestão financeira e orçamentária municipal. A Lei 10.257/01 reconhece que o planejamento municipal, sobre a gestão orçamentária sem a participação popular, fere os princípios constitucionais e torna problemática a viabilização de justiça social, desenvolvimento do município e dos instrumentos de gestão social e controle social.

Sendo assim, a seguir são abordadas as leis sobre a questão financeira do Estado, sobretudo municipal. O planejamento e orçamento do Estado brasileiro é estabelecido com base na CRFB/88, do artigo 165 ao 169. O Quadro 7 traz um olhar sobre as funcionalidades de cada uma das normas de diretrizes orçamentárias (LDO), plurianual (PPA) e orçamentária anual (LOA).

Quadro 7: As Leis de Planejamento e Orçamento do Brasil

Lei	Definição
Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)	“Cabe à LDO, anualmente, enunciar as políticas públicas e respectivas prioridades para o exercício seguinte”.
Plano Plurianual (PPA)	“O PPA, com vigência de quatro anos, tem como função estabelecer as diretrizes, objetivos e metas de médio prazo da administração pública”.
Lei Orçamentária Anual (LOA)	“Já a LOA tem como principais objetivos estimar a receita e fixar a programação das despesas para o exercício financeiro”.

Fonte: Câmara (2016).

O controle social sobre o planejamento e orçamento do Estado brasileiro se faz essencial porque assim define o texto constitucional com uma referência a uma ação conjunta entre Estado e representantes da sociedade civil sobre as orientações a serem tomadas na elaboração das três normas (LDO, LOA e PPA). A elaboração e apreciação dos textos de tais leis ocorrerão por parte do chefe do Poder Executivo e pelo Poder Legislativo, respectivamente. Esse cenário, porém, não impede a participação do público na concepção e exame das normas supracitadas. Em meio ao processo de formulação das leis orçamentárias é

direito do cidadão participar ativamente e poder acompanhar seu julgamento pelos legisladores. (CGU, 2010, s/p) Segundo a CGU (2010, s/p):

A sociedade tem o direito e o dever de participar da elaboração desses instrumentos de planejamento da vida do Estado. No PPA, pode participar das reuniões de elaboração e apreciação, para que sejam contempladas suas necessidades no quadriênio a que o planejamento se refere. Na LDO, igualmente, pode e deve participar da decisão que elege os programas a serem executados no exercício seguinte, pois somente assim será garantida uma governança democrática, que melhor atenda às necessidades da comunidade. A sociedade deve também participar da deliberação que aloca os recursos públicos para a execução do programa de trabalho do governo de sua unidade federativa. Como vimos, essa decisão é impressa na LOA, a peça orçamentária mais concreta. A sociedade deve participar não apenas da elaboração dos instrumentos de planejamento (PPA, LDO e LOA), mas, inclusive, do processo de apreciação e votação nas casas legislativas.

Outro instrumento infraconstitucional de gestão social e controle social é o Plano Diretor, que pode ser definido através do Quadro 9, que expõe as principais questões sobre os objetivos, metodologia e existência do documento. Formuladas a partir da Universidade Federal de Viçosa, em parceria com a prefeitura do município de mesmo nome, a norma se destina a traçar os rumos que o local deverá tomar a fim de se desenvolver nas suas mais diversas áreas (multidimensionais). A participação popular é essencial, pois ela será a destinatária das políticas e decisões tomadas sobre o Plano, ou seja, este é uma estratégia realizada pelo povo e para o povo com o apoio do Estado.

Quadro 8: Quadro-resumo sobre um Plano Diretor

O que é o Plano Diretor?	O Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento do Município. Sua principal finalidade é orientar a atuação do poder público e da iniciativa privada na construção dos espaços urbano e rural na oferta dos serviços públicos essenciais, visando assegurar melhores condições de vida para a população.
Por que fazer o Plano Diretor?	Por exigência constitucional, para municípios com mais de 20.000 habitantes, o plano objetiva uma melhor qualidade de vida para todos.
Como é feito?	Por iniciativa do Prefeito, discussão com a comunidade, para ser transformado em lei pela Câmara Municipal
Quem participa?	O Prefeito Municipal, a população e a Câmara Municipal.
O que proporciona?	O plano reflete os anseios da comunidade e indica os caminhos para uma cidade melhor.
O que se espera do Plano Diretor?	Que proponha meios para garantir e incentivar a participação popular na gestão do município. Que aponte rumos para um desenvolvimento local economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente equilibrado. Que proponha soluções para a melhoria da qualidade da gestão pública local, tornando-a mais apta a utilizar os recursos públicos e a prestar melhores serviços à população. Que apresente diretrizes e instrumentos para que os investimentos em saneamento, transporte coletivo, saúde, educação, equipamentos urbanos, habitação popular sejam adequadamente distribuídos e beneficiem toda a população. Que proponha diretrizes para proteger o meio ambiente, os mananciais, as áreas verdes e o patrimônio histórico local.

Fonte: UFV, 2016.

A Lei Orgânica é a Constituição de um município. A partir do Princípio da Simetria Constitucional, tal norma deve seguir o regramento básico definido na CRFB/88 e não ultrapassar os limites constitucionalmente definidos. A observação aos demais princípios da hermenêutica constitucional também deve ser respeitado (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2016, ARTIGO 29).

Quanto aos conselhos municipais, a Controladoria-Geral da União (2016c, s/p) assim os define como sendo verdadeiros instrumentos que concretizam direitos e possibilitam o “[...] fortalecimento da participação democrática da população na formulação e implementação de políticas públicas”. Os conselhos municipais são espaços de diálogo com equidade de poder nas discussões, entre Sociedade Civil, Estado e representantes do mercado. A natureza dos conselhos, segundo a CGU (2016c), é de deliberação e consulta populares sobre as questões de implementação de políticas públicas nos setores temáticos aos quais os conselhos abordam (cultura, educação, saúde, assistência social, etc.).

## 5 DEMOCRACIA LOCAL: INSTITUIÇÕES, INSTRUMENTOS E O AMBIENTE DE GESTÃO SOCIAL E CONTROLE SOCIAL

Este capítulo tem por objetivo identificar como os instrumentos de gestão e controle social (associações, conselhos e os instrumentos cíveis – plano diretor, controladorias locais, tribunais de contas, polícias judiciárias, ministério público, orçamento participativo – e jurídicos – leis públicas financeiras e normas jurídicas gerais de controle social, controle de constitucionalidade) são utilizados pela sociedade civil, poderes públicos e mercado no Território dos Megaempreendimentos.

O Estado brasileiro possui o formato federativo, tipificando-se como uma descentralização política, constituído por quatro entes práticos na atualidade. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são os elementos contemporâneos que formam a República Federativa do Brasil, já os Territórios Federais, não mais existentes, mas previstos no normativo constitucional, deixaram de existir de forma aplicada ao longo da década de 1980, e são integrantes da União, segundo o artigo 18 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – CRFB/88 (BRASIL, 2016; TEMER, 2010).

A federação brasileira surgiu nos primórdios da própria República, quando em 15 de novembro de 1889, através do Decreto N° 1, foi instituída a nova forma de governo pós-Império. Somente em 1891, porém, com a promulgação da primeira Constituição republicana é que a oficialização constitucional da nova federação se realizou. As Constituições de 1934 (primeira da Era Vargas), 1946 (Redemocratização até 1964) e 1988 valorizaram a questão do Estado Federado no Brasil, concedendo determinado grau de autonomia de acordo com as demandas de cada período. As Constituições de 1937, 1946 (Pós-1964 e com o Ato Institucional n° 9) e 1967, abarcaram um caráter centralizador na Figura do ente federado da União, sendo este o formador da maioria das políticas públicas (TEMER, 2010).

Em 1988 foi promulgada a atual Constituição da República (CRFB/88), também conhecida como Constituição Cidadã, que concedeu força à federação ao descentralizar as tarefas da União para os Estado e, principalmente, aos Municípios, que angariaram maior autonomia nas suas relações para com o restante do Estado brasileiro. A CRFB/88 além de introduzir novas relações federativas ao fortalecer a autonomia e atuação dos Municípios também incluiu em seu rol uma robusta série de direitos que configuram como embasamento para as temáticas da gestão social e do controle social. Os Direitos Sociais, Políticos, as Garantias Constitucionais do artigo 5º, bem como o Controle de Constitucionalidade brasileiro permeiam e delimitam o caráter jurídico, social, político e econômico da gestão social e do controle social no normativo jurídico. A previsão infraconstitucional dos assuntos supracitados consolida o texto constitucional, fortalecendo o tema da gestão social e do controle social (GALANTE, 2005; TEMER, 2010; TENÓRIO, 2012).

Diante do amplo cenário de temáticas que a CRFB/88 aborda e se relacionam com a gestão social e o controle social, vale ressaltar também que tais temas preveem uma série de instrumentais que o cidadão e a própria sociedade civil pode utilizar a fim de configurar, executar e dar operacionalidade ao diálogo com o Estado e o Mercado. Tanto no artigo 5º da Constituição, como no Controle de Constitucionalidade (artigos 102 e 103 da CRFB/88 e leis infraconstitucionais) estão previstos instrumentos de provocação jurisdicional por parte da coletividade, de um cidadão singular, como também de agentes do Estado e do próprio Estado brasileiro, seja intra-ente ou extra-ente federado (MOTTA E BARCHET, 2009; CANÇADO, *et al.*, 2013; LENZA, 2010).

Pelo viés constitucional é vista a primeira aproximação do Direito à gestão e ao controle social no formato da operacionalização do tema objetivando na tradução do desenvolvimento local. A própria CRFB/88 além de fornecer os elementos para a concretização da gestão e controle social também define o foco a ser direcionado para os Municípios, que irradiarão o desenvolvimento a partir de seus respectivos territórios tendo como a gestão e o controle social a base e os instrumentais jurídicos de direito como auxílio na empreitada pela busca do desenvolvimento local (CANÇADO *et al.*, 2013; MOTTA; BARCHET, 2009; TENÓRIO, 2012).

Diante das próprias características da gestão e do controle social, supracitadas na seção anterior, os instrumentos jurídicos estão configurados como parte fundamental que confere ao cidadão o poder jurisdicional de exercer o controle sobre as instituições e seus atos em meio à sociedade civil, que se encontra em constante metamorfose, tornando-a cada vez mais complexa (BARROSO, 2012; CANÇADO *et al.*, 2013). Não somente as transformações sociais como também os excessos, omissões, ausências, dentre outros fatores, são passíveis de controle. Segundo Barroso (2012, p. 34) a “função social do Direito é a disciplina da vida social”, sendo os valores e a legitimidade as bases para tal cenário.

Em meio à temática do Controle de Constitucionalidade, vale ressaltar os principais instrumentos que fazem parte do rol que complementa o controle social. Como exemplos podem ser citadas a Ação Popular, o Mandado de Segurança, o Mandado de Injunção, dentre outros, que se qualificam no conceito de controle social, mas por via judicial. Tais exemplos citados são conhecidos, em meio jurídico, como Remédios Constitucionais, pois corrigem, reparam, saneiam a adversidade emergida no cenário em questão (MOTTA; BARCHET, 2009).

Outro ponto de destaque diz respeito às instituições que permeiam a gestão e o controle social. No primeiro, o diálogo impera e a esfera pública é o espaço onde tal fato ocorre de forma plena e justa, a ponto de a demanda dos participantes serem absorvidas e atendidas, bem como o alcance possibilita a busca pelo bem comum a partir da cidadania participativa e da dialogicidade (CANÇADO *et al.*, 2013). Assim são identificadas algumas instituições que propiciam o espaço público adequado para as discussões e apresentações de demandas e soluções. Dentre tais instituições há como exemplos os conselhos comunitários (municipais, setoriais, dentre outros), colegiados temáticos e territoriais, a existência das ONGs. O controle social ocorre se valendo da organização ou não dos cidadãos por meio de instrumentos jurídicos (SIRAQUE *apud* TENÓRIO, 2012), tais como os próprios Remédios Constitucionais (TEMER, 2010) ou instrumentais que a administração pública direta ou indireta, bem como o Mercado, fornecem para a Sociedade Civil. Ouvidorias, canais diretos de ligação com o público, Serviços de Atendimento ao Consumidor (SAC), dentre tantos outros, constituem-se em exemplos de seções e repartições que atendem as demandas, sugestões, e etc. que surgem através dos atos de fiscalização e acompanhamento popular.

Diante do controle social, na atual Era Digital, onde as práticas se resumem à rede mundial de computadores (internet), os sítios de transparência pública e de atos das administrações públicas (direta e indireta), bem como das instituições e empresas privadas, constituem-se em importante fonte de recursos e informações para a sociedade civil (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2016). Obtendo a informação requerida e constatando algum equívoco ou incongruências nos atos da instituição pesquisada ou avaliada, o cidadão ou organização tem o poder e o poder-dever de se valer dos instrumentos jurídicos destacados para promover as demandas sociais em relação ao Estado ou ao Mercado.

Ao acesso às contas o município de Itaguaí – RJ angariou a nota 7,5 através de seu portal na internet, segundo o Ministério Público Federal (MPF), acima da média nacional e estadual, mas ainda com pendências quanto a pontos determinados no sítio eletrônico. O

mesmo ocorreu no Rio de Janeiro, mas para esta, a média variou para 8,5, com apenas duas pendências constatadas pelo MPF na avaliação de 2015, de acordo com o Quadro 10 (MPF, 2016a). No Rio de Janeiro o portal da transparência carioca não informou a remuneração individualizada por nome de agente público e nem as diárias e passagens por nome de favorecido (constando data, destino, cargo e motivo da viagem). Em Itaguaí – RJ, seis pendências, além das duas constatadas no Rio de Janeiro, são acrescidas ao rol o resultado de editais de licitação e contratos na íntegra, além da gravação de relatório em diversos formatos eletrônicos, tais como planilhas e texto e a prestação de contas do ano anterior, conhecido como Relatório de Gestão (MPF, 2016b). Tais indícios são problemáticos à medida que os cidadãos e organizações e institutos da Sociedade Civil encontram no momento de realizar o controle social. O contingente populacional interessado de Itaguaí – RJ não poderia realizar seu controle na totalidade, pois as pendências encontradas não permitem a plenitude do controle social, bem como tal cenário é válido para a população do bairro carioca de Santa Cruz, que abarcam indicadores de desenvolvimento local desfavoráveis, sendo tais os mais interessados na aplicação adequada dos recursos públicos financeiros.

Quadro 9: Informações da Transparência dos Municípios que Incluem as Regiões em Análise.

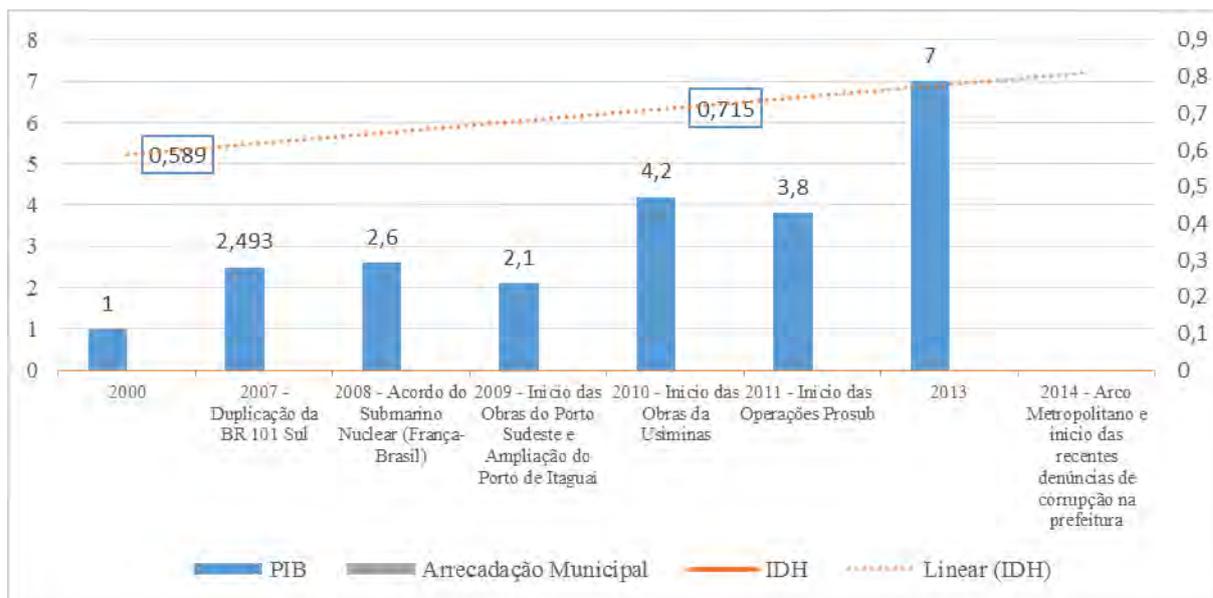
Município/Categoria	Posição Estadual (entre 92)	Posição Nacional	Média Nacional	Média dos Municípios	Média do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro	7º	121º	3,92	8,5	4,46
Itaguaí – RJ	14º	447º		7,5	

Fonte: Ministério Público Federal (MPF) e Controladoria-Geral da União (CGU), 2016a.

### 5.1 Gestão Social e Controle Social No Desenvolvimento Multidimensional Local do Bairro Carioca de Santa Cruz e Itaguaí – RJ

Apesar dos avanços verificados desde o ano 2000, nos mais diversos indicadores de qualidade de vida, tais quais destacam-se o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice de Desenvolvimento Social (IDS), os locais em análise ainda se defrontam com dilemas socioeconômicos desfavoráveis se comparados às características locais relacionadas à riqueza produzida, áreas centrais da capital fluminense, dentre outros fatores.

Itaguaí – RJ vem, passados mais de dez anos, transformando a realidade local com a instalação de megaempreendimentos, principalmente na região da Ilha da Madeira e entorno do Porto de Itaguaí – RJ. O porte das empresas ali instaladas é tal que o impacto nas finanças públicas e do PIB do município foi considerável no período, elevando a arrecadação e o produto interno (VILLELA *et al.*, 2012), mas ainda persistindo um nível de desenvolvimento humano desfavorável se comparado a cidades com PIB semelhante. A Figura 1 expõe o avanço dos indicadores de desenvolvimento em Itaguaí – RJ, bem como o coincidente avanço financeiro do município durante o período em que os megaempreendimentos iniciaram os trabalhos para instalação na região.



**Figura 9:** Variação dos Indicadores Socioeconômicos e Financeiros de Itaguaí – RJ (2000-2013).  
Fonte: Portal Brasil, 2014; MMX, 2009; GONÇALVES, 2011.

Apesar de verificado um amplo cenário positivo em relação à economia local itaguaiense, o município passou por recentes casos de mau gerenciamento dos recursos públicos municipais e federais. No ano de 2014 o então prefeito foi acusado pelo uso inadequado de verbas do Sistema Único de Saúde e dos Royalties do petróleo, culminando no afastamento e cassação do chefe do Poder Executivo no ano seguinte, bem como a abertura de diligências por parte da Polícia Federal, Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado e da União (TCERJ, 2015).

Diante do recente caso de corrupção no Poder Executivo de Itaguaí, a temática da gestão e do controle social ficou exposta no município, pois a participação da sociedade e dos organismos de controle social foi essencial para a transição entre a antiga e a atual administração pública local, uma vez que a pressão popular sobre as instituições foi grande. A presença de manifestações e averiguações da polícia judiciária, MP e dos tribunais legislativos levaram a membros da Câmara Municipal<sup>9</sup> a decidir pelo afastamento definitivo do prefeito, pois vereadores também foram associados ao esquema de corrupção local, o que poderia dificultar um debate imparcial sobre o futuro da administração pública municipal (G1 RIO, 2015; MACEDO, 2015).

No caso em tela, os anseios da sociedade foram levados a cabo pelas instituições públicas e instrumentos jurídicos a partir do acompanhamento e fiscalização popular<sup>10</sup>. O tema do controle social foi utilizado numa amplitude que atingiu toda a vida cotidiana do município e, principalmente, em meio ao aumento da riqueza local e persistência da qualidade de vida e desenvolvimento local desfavorável em relação ao que o município produz e é beneficiado, conforme evidenciado no Quadro 11, com dados de 2010, que compara o IDH de municípios com PIB semelhantes aos de Itaguaí – RJ, expondo uma contradição. Apesar dos avanços nos indicadores socioeconômicos locais, o desenvolvimento não foi verificado na mesma amplitude e nem de forma adequada em relação a outros casos semelhantes. Um

<sup>9</sup> Entrevista realizada com um membro da Câmara Municipal de Itaguaí em novembro de 2015.

<sup>10</sup> Entrevista realizada com um membro da Ouvidoria Municipal de Itaguaí em novembro de 2015.

elemento que corrobora os indicadores socioeconômicos diz respeito ao caso de mau gerenciamento dos recursos anteriormente exposto.

Quadro 10: Comparação do PIB, IDH e Ranking Nacional de Itaguaí – RJ com demais Municípios.

Município/Indicador	PIB (em bilhões) *	IDH **	Ranking Nacional (IDH) ***	População (2015)
Marília (São Paulo)	7,1	0,798	47°	232.006
Passo Fundo (Rio Grande do Sul)	7,1	0,776	168°	196.739
Montes Claros (Minas Gerais)	7	0,770	227°	394.350
Novo Hamburgo (Rio Grande do Sul)	7	0,747	599°	248.694
Itaguaí (Rio de Janeiro)	7	0,715	1454°	119.143
Rondonópolis (Mato Grosso)	6,8	0,755	453°	215.320

Fonte: Atlas Brasil, 2016; DATASUS, 2015; PNUD, 2010.

\*Ano de referência 2013;

\*\*Ano de referência 2010;

\*\*\* Total de Municípios Analisados pelo Pnud no Brasil: 5.565, em 2010.

Se por um lado a temática do controle social ganhou forma e consistência nos últimos anos em Itaguaí – RJ, o Plano Diretor municipal é um problema persistente. O atraso na sua conclusão, bem como a ausência de discussões com a sociedade e os mapeamentos não realizados para pôr termo ao documento, postergaram diversas políticas de ocupação e desenvolvimento de diversas regiões municipais (PLANO DIRETOR SUSTENTÁVEL DE ITAGUAÍ, 2007). O caso da Ilha da Madeira é o que possui maior atenção, devido ao próprio Plano Diretor (2007) prever tal cenário, bem como pela presença dos megaempreendimentos e pela convivência com moradores locais.

Um elemento que resulta ainda no desenvolvimento local de Itaguaí – RJ, diz respeito à proximidade com a capital fluminense, mais precisamente com o bairro carioca de Santa Cruz, onde está localizado um grande complexo de empresas, o Distrito Industrial de Santa Cruz (VILLELA *et al*, 2014; LA ROVERE; DA SILVA, 2010).

Em Santa Cruz (Rio de Janeiro/RJ), a dinâmica industrial ocorre por meio de empresas de grande porte, como a Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), do grupo alemão *ThyssenKrupp*, a Usina Consigua, da Gerdau, Casa da Moeda do Brasil, *Rolls-Royce*, dentre outros empreendimentos e o futuro centro de pesquisa e desenvolvimento de vacinas da Biomanguinhos/FIOCRUZ (CODIN, 2015; LA ROVERE; DA SILVA, 2010; FIOCRUZ, 2014a).

Apesar do peso industrial pela presença de grandes empresas e infraestrutura para tais empreendimentos, o bairro carioca de Santa Cruz possui um dos níveis de desenvolvimento humano mais baixos da capital, bem como de Desenvolvimento Social (IDS). O Quadro 12

realiza um comparativo entre o IDS entre 2000 e 2010, bem como a evolução populacional e um ranking comparativo entre o bairro e a capital.

Quadro 11: Dados Socioeconômicos do Bairro Carioca de Santa Cruz entre 2000 e 2010.

Região/Indicador	População (2000)	População (2010)	IDS (2000)	IDS (2010)	Ranking Comparativo IDS*	IDH (2000)
Rio de Janeiro (Município)	5.857.904 (100%)	6.320.446 (100%)	0,58	0,61	-	0,807 (alto)
Santa Cruz (Rio de Janeiro/RJ)	191.836 (3,27%)	217.333 (3,44%)	0,48	0,54	147º	0,742 (alto)

Fonte: Atlas Brasil, 2010; Instituto Pereira Passos, 2015, GEORIO, 2010.

\*Total de bairros analisados: 158.

Os avanços verificados no IDS, bem como uma posição favorável no IDH, se comparado à Itaguaí – RJ, por exemplo, não se traduzem num patamar vantajoso se analisado em relação aos demais bairros da capital fluminense. Como exemplo, entre 2004 e 2009 as indústrias Gerdau-Consigua e ThyssenKrupp CSA Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) investiram em Santa Cruz (Rio de Janeiro/RJ) R\$ 5,325 bilhões em meio à implantação e ampliação dos seus respectivos complexos no Distrito Industrial segundo La Rovere e Da Silva (2010).

Mais especificamente se tratando da instalação da TKCSA, à época do início das obras diversas frentes de críticas à sua presença, bem como operação, surgiram devido a alterações ambientais e sociais na região. A colônia de pescadores do bairro carioca de Santa Cruz, as comunidades limítrofes à usina e organismos de meio ambiente avaliaram como prejudicial a presença dela na região devido ao seu porte, obras realizadas, impactos negativos gerados com a construção do porto exclusivo e funcionamento dos altos-fornos. Nesse ínterim adentra-se à gestão social, inexistente nesse caso, pois a escolha do DI de Santa Cruz para abarcar a TKCSA ocorreu por meio da existência de infraestrutura de escoamento, espaço físico disponível e incentivos fiscais concedidos pelos entes federados (CETEM, 2013). A discussão entre Estado e Mercado excluiu a possibilidade de participação da sociedade civil, gerando efeitos de controle social logo após o início das operações da TKCSA.

A chamada “chuva de prata” e as alterações no ciclo dos animais marinhos da Baía de Sepetiba foram alguns problemas enfrentados pela usina junto às instituições jurídicas, de meio ambiente e de fiscalização, tendo a atuação do Instituto Estadual do Ambiente e o Ministério Público Estadual amplamente atuado em todas as fases de controle social (ANEXO XXXIII). Partindo da população local as demandas foram elevadas para conciliação, não podendo confundir este fato com a gestão social. A usina assinou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), o qual possuía mais de cento e trinta objetivos a serem alcançados pela TKCSA a fim de angariar a licença ambiental definitiva (NOGUEIRA, 2014; HOFFMANN, 2012).

O controle social exercido nesse caso equilibrou as demandas entre a sociedade civil do bairro carioca de Santa Cruz e da TKCSA, mas o processo de consolidação ocorre com a ativa e contínua participação popular, seja ela individual ou plural, a fim de alcançar a harmonia entre mercado e população. O Estado, após conceder benefícios ao mercado, teve de participar do controle social como mediador de conflitos, expondo dois setores públicos nesse

caso em especial: 1) Das instituições públicas que fortaleceram o mercado sem a participação efetiva da sociedade civil no processo de decisão sobre a permanência da empresa e 2) Das instituições públicas que auxiliaram o controle social sobre uma decisão tomada pelo próprio Estado, mas discussões aprofundadas.

La Rovere e Da Silva (2010) apresentam as deficiências mais exclamadas pela sociedade dos dois bairros. Segurança Pública, trânsito/transporte e falta de serviços públicos são os apontamentos de Santa Cruz, Rio de Janeiro/RJ. Um item, porém, é unânime na amplitude da Zona Oeste do Rio, a qual Santa Cruz está incluso: a segurança pública. Diante desse cenário, no bairro carioca de Santa Cruz foi identificado o Conselho Comunitário de Segurança Pública (CCS AISP-27), uma esfera pública que reúne representantes do Estado, mercado e sociedade civil para discutir não somente assuntos concernentes a segurança como aqueles conexos também.

## 6 A GESTÃO E O CONTROLE SOCIAL NO TERRITÓRIO DOS MEGAEMPREENDIMENTOS

Este capítulo tem por objetivo avaliar o Território dos Megaempreendimentos sob a ótica da Gestão Social e do Controle Social e seu nexos com o desenvolvimento local multidimensional e relações dialógicas

O controle social, segundo Tenório (2013) é tema de direito do cidadão, em acompanhar, avaliar, fiscalizar, perguntar, propor em relação às ações da administração pública, dos atores econômicos ou não, bem como as atitudes individuais que devem atuar com respeito e conformidade na busca por uma justiça social que atenda as demandas adequadamente em todos os setores da sociedade.

Segundo a Constituição da República, o cidadão possui instrumentos de direito que possibilitam a população exercer um controle concreto de constitucionalidade por meio de ação civil pública, mandado de segurança, mandado de injunção, ação popular, habeas data, dentre outros. Com o escopo de concretizar tais ações instituições civis e públicas dão suporte ao cidadão na sua empreitada pelo controle social, tais como a Defensoria Pública, a polícia judiciária, os Poderes Legislativo e Judiciário, e diversos mais (SILVA; NETO, 2009).

Além dos próprios instrumentos que o Estado fornece para o cidadão exercer o controle social, há aqueles que são constituídos pela própria comunidade civil a fim de exercer e garantir direitos inerentes aos cidadãos interessados e não interessados na atividade estatal, podendo citar as associações de moradores, conselhos comunitários, até mesmo reuniões de condomínio, etc.

Entra-se no debate que faz alusão à temática da democracia e suas instituições, pois se acreditava que países em desenvolvimento não poderiam ser capazes de possuir o luxo de manter instituições democráticas, como as do controle social, devido ao custo elevado de manutenção delas. Hoje tal pensamento está superado e o Brasil possui acessibilidade plena a instituições democráticas, bem como possui capacidade plena em mantê-las funcionando, tornando indispensável a presença delas para a existência de uma democracia saudável (CHANG, 2004).

Nesse escopo faz-se uma observação sobre a questão do controle social no cenário do município de Itaguaí, cujas ações de tal temática dão suporte aos bons costumes sobre o Estado, no sentido de uma probidade administrativa municipal no centro supracitado, na atuação do cidadão e não somente sobre as instituições que, na prática, já exercem tal funcionalidade.

O Ministério Público (MP), os Tribunais de Contas e o Poder Judiciário são as instituições que mais se expressam na questão do controle social, inclusive no seio da existência delas há a previsão legal clara do tema, como ocorre na Constituição da República (CRFB/88), em seu artigo 71, que prevê o controle externo do Tribunal de Contas da União (TCU) e, valendo-se no Direito do Princípio da Simetria (MOTTA; BARCET, 2008), que passa aos tribunais estaduais e municipais tais prerrogativas. Ao MP cabe a defesa dos interesses sociais, do regime democrático, da ordem jurídica e dos direitos individuais indisponíveis (CRFB/88, artigo 127, *caput*), tornando-o um membro ativo do controle social no âmbito de defesa da administração pública, bem como do próprio cidadão, seja nas esferas estatal ou privada.

Juridicamente se tratando, somente se movimenta a máquina legal pública embasada em denúncia ou queixa, é o chamado Princípio da Inércia do Poder Judiciário, salvo exceções,

no caso de uma ação penal ou cível, por exemplo. O controle social exercido pelos órgãos institucionais, desta feita, tem seus atos iniciais alicerçados em desconfianças, fatos ou mesmo suspeitas sobre determinada ingerência do administrador público (LENZA, 2010).

A ausência de manifestação popular em face dos maus administradores públicos, por vezes, ocorre de forma inicial, torna-se mais efetiva à medida que o caso se torna midiático, pois a transparência e o controle popular dos atos da administração pública não são suficientes para exercer um ato popular contínuo e imediato. Os centros de difusão jornalística (rádios, canais de televisão, noticiários, jornais, etc.), são os maiores responsáveis por transparecer a realidade da atuação institucional dos órgãos de controle social.

A primeira forma de controle social ocorre durante as eleições, ou seja, o processo eleitoral é o ato inicial que cidadão exerce em meio a as ações da administração pública, e o mais direto em todo o processo de acompanhamento e fiscalização do popular em relação ao Estado (TENÓRIO, 2004).

Tenório (2004) traz ainda outras duas modalidades de participação do cidadão na gestão participativa, cuja segunda é a do funcionário ou do servidor público, que traz a questão do controle social através do agente público, mas não deixando este elemento de ser um cidadão, mas agora conectado diretamente a administração estatal por meio empregatício.

A terceira modalidade diz respeito ao cidadão individual colaborando com a esfera pública, podendo ser citado diversos exemplos previstos no rol da CRFB/88, como participação em conselhos, ações jurídicas, mutirões, etc. contribuindo de forma colaborativa em paralelo ao poder público, uma forma de assessoramento e auxílio as ações estatais.

Na última década, é notado o atraente cenário econômico verificado no município de Itaguaí, por meio da instalação de megaempreendimentos que estão transformando profundamente o tecido urbano e social da cidade (SANTANA *et al.*, 2011). A disponibilidade de infraestrutura adequada as demandas industriais e para exportação, além de uma localização geográfica privilegiada elevaram a influência do município de Itaguaí, que ainda toma para si interesses voltados a polos industriais e comerciais de seu entorno, como Santa Cruz, Campo Grande, Mangaratiba, dentre outros.

Segundo o IPEADATA (2012) desde o ano 2000 até 2011 verifica-se um aumento da receita tributária do município de Itaguaí, da ordem de R\$ 10.431.152, em 2000, para R\$ 220.398.855, em 2011, ou seja, um evidente crescimento que tornou a cidade num importante componente das finanças públicas municipais em um espaço de tempo curto.

A dinâmica econômica embasada no setor de exportação também sofreu uma intensa dinâmica, demonstrando a aumento da importância dos megaempreendimentos na cidade. Em 2003 Itaguaí exportou um valor de US\$ 315,950 milhões, já em 2010 o valor elevou-se para o patamar de US\$ 1,503 bilhão (IPEADATA, 2011). A ampliação do Porto de Sepetiba, administrado pela Companhia Docas do Rio de Janeiro, além da construção do Porto Sudeste e de um porto da Usiminas são alguns dos grandes empreendimentos que dinamizaram a economia local.

Pode-se citar nesse instante a captura do sistema político local pelo poder econômico advindo do aumento da dinâmica da economia na cidade, mas não no sentido do financiamento político pelo setor privado, mas sim a própria política da cidade que decidiu por usufruir da arrecadação pública, de forma irregular, com base no aumento da influência econômica, na ascensão financeira de Itaguaí (CACCIA BAVA, 2015).

Embasado nos dados apresentados, a eficácia das ações da administração pública municipal, bem como da capacidade administrativa do Poder Executivo local começaram a ser questionadas em administrações recentes, conforme ocorreu nas eleições de 2012, em que o candidato de oposição a prefeito venceu o pleito, com nenhum patrimônio declarado à Justiça Eleitoral (TSE, 2012).

A partir de 2013, porém, a prerrogativa do controle social em prol da administração financeira municipal de Itaguaí levou às instituições do Estado a indagarem a legitimidade dos dispêndios públicos junto aos diversos setores da prefeitura, principalmente os concernentes à saúde e educação, bem como dos *royalties* do petróleo aos quais a cidade tem direito na partilha.

A conjuntura política, bem como de preservação dos questionamentos das instituições públicas de controle social tomaram a ciência pelo afastamento do chefe do Poder Executivo municipal até que sobreviessem elementos suficientes que levassem a uma decisão definitiva para um julgamento legal (O GLOBO, 2015b).

Na esfera política, a população iniciou um processo de mobilização a fim de operacionalizar o controle social por meio de protestos e greves dos servidores, que tomou como ápice a decisão pelo julgamento político do chefe do Poder Executivo municipal, que culminou na cassação do mandato e empossar em caráter definitivo do vice-prefeito, que já havia assumido as funções desde o afastamento do titular (G1, 2015).

A edificação da metodologia de pesquisa desta seção iniciou-se com a construção da pesquisa sobre o território que compreende o município de Itaguaí há cinco anos, no âmbito do Laboratório de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (LPDT), associado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Depois de acompanhar os processos de surgimento da Gestão Social no território, principalmente depois da institucionalização dos Conselhos municipais, verificou-se especificidades no processo que envolveu o impedimento do prefeito. Neste sentido, fez-se necessário desenvolver uma metodologia específica para analisar o fato e seus desdobramentos, principalmente no que concerne aos avanços ligados a consolidação do Controle Social por parte da população.

Neste sentido, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e telematizada com o objetivo de cercar o fato com análises teóricas e dados atualizados. Foi ainda feita pesquisa de campo com questionários abertos voltados aos principais atores locais. Os atores foram escolhidos de modo a representar população e poder público, tendo as pessoas entrevistadas participado de alguma forma do processo de impedimento do prefeito de Itaguaí por corrupção. Foram retirados extratos dessas entrevistas para reforçar o cerne deste trabalho que busca analisar as ferramentas de controle social em Itaguaí e como se dão (ou não) as ações destes diferentes atores.

## **6.1 Órgãos públicos de controle como ferramentas da Gestão Social**

Desde o ano de 2013 o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) já havia iniciado diversas diligências no município de Itaguaí com o objetivo de resguardar as finanças públicas da cidade. Até o início de 2015 foram abertos 73 processos, com o auxílio da Polícia Federal na efetivação de tais procedimentos (TCERJ, 2015b).

Para a abertura de um procedimento investigatório no Tribunal de Contas de um Estado, ou mesmo de municípios ou União, deve o cidadão comum, partido político, associação legalmente constituída ou sindicato, realizar uma denúncia junto ao Tribunal de Contas, embasada em atos irregulares praticados por agentes públicos ou não na constância da gestão de recursos estatais que estejam sujeitos a fiscalização do tribunal, ou seja, na sua jurisdição (TCEMG, 2015).

Para que o TCE-RJ realizasse a abertura de um procedimento investigatório em face da administração pública itaguaiense foi necessário que os atores supracitados dessem a sua contribuição no controle social da gestão pública da cidade, expondo atividade não somente das instituições de Estado na gerência sobre a fiscalização dos montantes públicos, como também da sociedade civil interessada.

As prerrogativas inerentes aos tribunais de contas estaduais não diferem do Tribunal de Contas da União, que tem os seus objetivos e a sua existência definida no texto constitucional, como explanado anteriormente. Valendo-se do Princípio da Simetria do Direito, com base no artigo 25 da CRFB/88, o qual traz o respeito aos princípios constitucionais das Constituições Estaduais a Constituição da República (MOTTA; BARCHET, 2008). O mesmo vale para as demais instituições de controle social do Estado como o Ministério Público, a Controladoria Geral, Defensoria Pública, dentre outros.

Ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) atribui-se “a instauração de investigações (inquéritos civis), a expedição de recomendações, a realização de termos de ajuste de condutas e a propositura de ações civis públicas que visem à defesa dos interesses sociais relevantes...” e, além disso, o MPRJ também absorve o controle social na sua essência quando define a proteção ao patrimônio público reprimindo atos de improbidade administrativa (MPRJ, 2016, s/p).

Um ponto a levar-se em consideração foi a atuação conjunta da Polícia Federal e do Tribunal de Contas do Estado, que possibilitou uma avaliação técnica e precisa das investigações dos agentes policiais embasados pela leitura e análise do TCERJ, o que levou as investigações da polícia judiciária federal a extensão das diligências entre 2013 e a contemporaneidade (TCERJ, 2015).

Neste contexto, a polícia judiciária e o Tribunal de Contas fluminense realizaram diligências desde o ano de 2013 com o intuito de verificar irregularidades, sendo que os agentes policiais executaram 14 feitos para colhimento e averiguação de documentações na cidade e o TCERJ embasou procedimentos judiciais em outros casos, como supracitado (TCERJ, 2015).

O controle social na cidade de Itaguaí foi exercido de diversos modos, conforme apresentado, desde a momentânea eleitoral, passando pelas denúncias de irregularidades, fiscalização e acompanhamento dos atos do poder público, que levou em tempos recentes a gestão do cenário pela decisão política do Poder Legislativo municipal que, mesmo tendo seus representantes envoltos no contexto de irregularidades, decidiram pela descontinuidade da administração executiva de Itaguaí.

A exposição midiática da conjuntura política do município foi também fator que auxiliou na tomada de decisão pelas instituições de controle social envolvidas, pois em uma sociedade com o perfil cada vez mais globalizado naturalmente ocorre a formação da opinião pública com base nas novas tecnologias de informação e conhecimento (GUEDES; ROSÁRIO, 2004).

A exposição a mídia é elemento importante, uma vez que o alcance dos meios de comunicação possui uma acessibilidade elevada. A atratividade midiática ocorre uma vez que os atuais meios de comunicação são flexíveis e atraentes, pois estão presentes mesmo no celular, como nas residências dos brasileiros, expondo não somente a transparência dos atos do poder público, como também as suas imperfeições pelo mau gerenciamento da máquina do Estado (CAMPOS, 2009).

Entre 2013 e 2015, as instituições de Estado responsáveis pelo controle social externo, bem como demais realizaram tarefas no sentido da evolução de esclarecimentos e fiscalizações sobre a utilização e gestão financeira do município de Itaguaí, conforme

veiculado nos meios de comunicação (G1, 2015; O DIA, 2015a, 2015b; O GLOBO, 2015a, 2015b; TCERJ, 2015).

A exposição policial, midiática e judicial sobre o uso indevido de recursos públicos pelo Poder Executivo municipal e ineficácia do Poder Legislativo da cidade em controlar a gestão financeira de Itaguaí levaram a paralisações de servidores públicos dos setores educacional e da saúde, principalmente (G1, 2015).

A pressão popular<sup>11</sup> sobre uma decisão para o futuro do Poder Executivo local de Itaguaí levou ao afastamento do chefe e posterior cassação pela Câmara Municipal, colocando termo a parte da problemática sobre o gerenciamento de recursos públicos da cidade, pois os procedimentos investigatórios são contínuos ao ato de descontinuidade do mandato do prefeito (FENAM, 2015).

A relevância dos participantes no controle social sobre o processo investigativo, fiscalizatório e de acompanhamento das ações da administração pública municipal, bem como dos próprios entes formais pela responsabilidade em questionar o município de Itaguaí pelas irregularidades e inconstantes nas finanças municipais é indubitável, mas a participação da sociedade civil em Itaguaí tomou forma na contemporaneidade, em um momento em que a cidade presencia uma expansão significativa de sua economia. O caso dos protestos perpetrados contra o ex-prefeito Luciano Mota são um exemplo, mas a mobilização face a outros problemas municipais, inclusive na atual administração municipal de Carlos Busato Junior – O Charlinho – (2017-), ainda não se mostra permanente, uma vez que há condenações pelo Poder Judiciário, em aberto, contra Charlinho, bem como denúncias de irregularidades sobre ele.

A evolução do Quadro de ingerência financeira da administração pública itaguaiense soma-se a casos de demais municípios fluminenses da região a qual está inserida a cidade expondo um caminho que aponta para o fortalecimento do controle social, mas ainda sem traços de uma mobilização permanente, seja por parte da sociedade civil, seja pelas instituições formalmente constituídas pelo Estado; para um cenário que envolve uma melhor perspectiva do eleitor ao depositar sua confiança num candidato de conduta ilibada e idônea; e para uma melhor harmonia e fiscalização dos Poderes da República na manutenção de administrações saudáveis aos cidadãos subordinados ao poder local.

## **6.2 Controle Social em Casos de Corrupção no Território dos Megaempreendimentos**

O Vereador da oposição Willian Cezar de Castro Padela<sup>12</sup> (PSB/RJ) na Câmara de Vereadores de Itaguaí<sup>13</sup>, representando o poder público. O fato de compor a bancada da oposição dá a este representante do poder público uma maior legitimidade no que se refere à exposição das questões que poderiam ser sensíveis a políticos mais ligados ao governo. O Vereador foi também responsável pela ativa participação da CPI que cassou o ex-prefeito Luciano Motta<sup>14</sup>, tendo como auxílio para os seus atos os organismos do Ministério Público

---

<sup>11</sup> O funcionalismo público, organizações da sociedade civil e cidadãos individuais realizaram uma série de protestos, acampamentos em frente à sede da prefeitura de Itaguaí – RJ e carreatas contra a então administração de Luciano Mota (2013-2015) pelo município;

<sup>12</sup> O Vereador Willian Cezar era do Partido dos Trabalhadores à época da cassação do ex-prefeito Luciano Mota (2013-2015). Atualmente ele está filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) do Rio de Janeiro;

<sup>13</sup> Entrevista realizada com Willian Cezar, Vereador, na Câmara de Vereadores do Município, no dia 20 de outubro de 2015.

<sup>14</sup> O ex-prefeito Luciano Motta (PSDB/RJ) foi afastado e cassado de seu cargo no ano de 2015 por mau gerenciamento das finanças públicas de Itaguaí – RJ após investigações realizadas pela Polícia Federal em

estadual e da Polícia Federal, pelo envolvimento de verbas federais nos desvios de conduta verificados.

O Ministério Público foi uma ferramenta de controle social fundamental para o processo de cassação. Neste sentido um Promotor de Justiça, do Núcleo do MPRJ em Angra dos Reis, responsável pelo município de Itaguaí<sup>15</sup>, concedeu uma entrevista na qual destaca o papel do órgão supracitado na empreitada do Controle Social.

O município de Itaguaí – RJ passou por uma experiência de controle social entre os anos de 2014 e 2015 quando emergiram denúncias de má administração sobre o ex-prefeito Luciano Mota. No início de 2014 a Justiça Federal do Rio de Janeiro (Tribunal Regional Federal da 2ª Região – TRF 2ª Região) afastou Luciano Mota do cargo de prefeito por motivo de mau gerenciamento de repasses federais para o Sistema Único de Saúde do município e royalties do petróleo. Após diligências da PF para apreensão de bens do ex-prefeito, à pedido do TRF 2ª Região, foram encontrados pela polícia carros de luxo, um helicóptero, dentre outros bens. Já em julho de 2015, após a instauração de uma CPI na Câmara de Vereadores de Itaguaí – RJ, que investigava a construção de uma ponte com sobrepreço na região de Mazomba, e terminados os procedimentos no Poder Legislativo local, a maioria dos vereadores decidiram pela cassação de Luciano Mota e ratificação de Wesley Pereira, então vice-prefeito como o novo administrador municipal (G1 RIO, 2015; EBC, 2015).

Entrevistou-se também uma moradora local<sup>16</sup>, Sueli Fernandes, responsável direta pela denúncia feita ao Ministério público que deu origem à cassação do prefeito. Esta personagem concedeu entrevista também à edição do JORNAL NACIONAL (19/12/2014) quando foi destacado sua participação no caso<sup>17</sup>. É também notoriamente reconhecida na cidade por seu veio participativo e por isso é a pessoa mais adequada para informar sobre o panorama da participação da cidade hoje.

Iniciando a partir do depoimento do Vereador Willian Cezar, destaca-se a importância que o mesmo conferiu a participação dos instrumentos de Estado para o melhor andamento das investigações sobre os recentes casos de desvios de conduta de administradores locais do município de Itaguaí:

O Ministério Público e a Polícia Federal tiveram um papel fundamental, tanto é que o prefeito, antes de ser cassado, ele foi afastado, ele continua afastado pela Justiça, ele está sendo julgado ainda pela Justiça. O Ministério Público que solicitou o afastamento dele no qual a Justiça, o Poder Judiciário, o fez, através de recolhimento de material de provas entregue pela Polícia Federal. Hoje existe tanto a Câmara fiscalizando, depois disso mudou até o pensamento da Câmara ser a maior fiscalizadora.

---

parceria com o Ministério Público e Tribunais de Conta do Estado do Rio de Janeiro e da União. Os desvios de conduta sobre o erário municipal ocorreram principalmente contra os setores de saúde e educação;

<sup>15</sup> Encontro realizado com um Promotor de Justiça do MPRJ, do Núcleo de Angra dos Reis, no município de Itaguaí, no dia 5 de novembro de 2015;

<sup>16</sup> Entrevista realizada com Sueli Fernandes que, à época em que os protestos contra o ex-prefeito Luciano Mota se iniciaram, era uma cidadã sem quaisquer vínculos com a administração pública ou partidos políticos. À época em que a entrevista foi realizada Sueli Fernandes era Ouvidora-Geral do Município de Itaguaí (2015-2016), órgão criado após o impedimento do ex-prefeito Luciano Mota (2013-2015). Sueli assumiu o cargo logo após a ascensão do ex-prefeito Wesley Pereira à administração de Itaguaí – RJ. Entrevista realizada na sede da Ouvidoria Municipal no dia 5 de novembro de 2015;

<sup>17</sup> O ex-prefeito Luciano Mota acumulou bens em diversas formas, desde carros de luxo a helicóptero, bem como ocorrido em um curto espaço de tempos, pois ele declarou junto ao TSE que não possuía bens à época das eleições municipais de 2012 (ANEXO XXXIX; ANEXO XL).

No mesmo sentido, o Promotor destacou que há diversos canais que tornam ao cidadão o acesso ao MPRJ acessível no que diz respeito ao registro de denúncias, queixas e reclamações. A Ouvidoria do órgão, por intermédio de sítio eletrônico e telefone, é um desses meios, bem como a presença física do cidadão diante dos membros do Ministério Público. A parceria cidadão-MP é de suma importância, uma vez que é dela que derivam muitos instrumentos de investigação que levam o Ministério Público a abertura de inquéritos para investigar os atos da administração pública municipal.

Willian Cezar também esclareceu que a publicidade tomada pela crise administrativa em Itaguaí – RJ foi fator determinante para que as ações jurídicas e legislativas contra o ex-prefeito Luciano Mota. As manifestações populares e trâmites dos atos dos poderes constitucionais do município expostas através da imprensa possibilitaram evitar constrangimentos à população, bem como pressionaram parlamentares e agentes públicos a dar andamento à Comissões Parlamentares, por exemplo:

No início, até a grande mídia, até se tornar público nós tivemos uma dificuldade para colher assinaturas porque, por exemplo, para você poder aprovar a comissão processante, como ela funciona, é feita a denúncia, ela é lida em plenário e ela é votada, então você tem de ter a maioria ali para ser aprovada. Aprovou, aí é sorteio que é feito, diferente da CPI, a CPI eu não preciso votar ela em plenário, eu tenho que recolher 6 assinaturas, que é 1/3, porque CPI é ferramenta de minoria. A gente recolhendo 1/3 das assinaturas ela só é lida em plenário e o Presidente da Câmara designa seus membros. No início até tivemos, mas depois a comissão foi aprovada por unanimidade, na época todos os vereadores, quando foi posto pelo cidadão, que ele apresentou a denúncia ela foi aprovada por unanime. Foi diferente das demais, que foi vereador que apresentou denúncia, como eu vinha apresentando denúncias, então essa veio do cidadão, ela foi mais fácil, partiu da sociedade civil.

O Parlamentar, porém, reconhece que na atual conjuntura, a população de Itaguaí – RJ mudou a postura, aumentando os atos de controle social, sobretudo na administração posterior à de Luciano Mota, qual seja a de Welsei Pereira (2015-2016), que perdeu o último pleito, em 2016, ficando em segundo lugar com 37,9% dos votos. Em primeiro lugar ficou o ex-prefeito Carlos Busatto Júnior (2005-2012), conhecido como Charlinho, com 40,18% (TSE, 2016). O atual prefeito Charlinho assumiu a administração municipal envolto em condenações por fraudes (Máfia das Sanguessugas<sup>18</sup>), contas reprovadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e crimes ambientais (G1, 2016), o que declarava a inelegibilidade do candidato em relação à Lei Complementar 135 de 2010, conhecida como Lei da Ficha Limpa (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2010). O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, porém, deferiu a candidatura do ex-prefeito, possibilitando que o mesmo disputasse e vencesse o pleito. Uma condenação pela participação de Charlinho na Máfia das Sanguessugas, porém, quase o impossibilitou de assumir a administração municipal. A ação foi impetrada pelo Ministério Público Federal (MPF) após o TRF da 2ª Região (Rio de Janeiro e Espírito Santo) ter dado ganho ao atual prefeito. O recurso foi levado pelo MPF ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e espera decisão da corte sobre o caso (JB, 2017).

Uma problemática, porém, em relação ao Controle Social, diz respeito à transparência da administração pública municipal itaguaiense, pois o próprio MPRJ, afirma o Promotor, ajuizou demanda em face da ocultação e nebulosidade das contas públicas de Itaguaí.

---

<sup>18</sup> Caso conhecido pela compra de ambulâncias pelos municípios fluminenses de Itaguaí e Mangaratiba em troca de propina. Charlinho era o então prefeito de Mangaratiba (1997-2004) quando da compra fraudulenta das ambulâncias (JB, 2017).

Segundo ele, há uma resistência em se adotar uma transparência ampla e geral em Itaguaí. Nesse ponto Sueli Fernandes também reconhece que a transparência das contas do município é falha:

[...] eu acho que a LAI (Lei de Acesso à Informação), não foi implantada no município, talvez eu vá ter uma resistência ao implantar ela na ouvidoria porque é uma obrigação da ouvidoria. Mas como eu tenho normas federais, eu vou juntamente com meu setor jurídico, implantar a LAI hoje aqui para que aja uma transparência. Por exemplo, quando um cidadão tiver uma reclamação contra a prefeitura, isso vai ser publicado em cartaz, ele vai vir aqui na ouvidoria e vai ter artigos da LAI que obrigatoriamente, ele vai ter que ter acesso àquele documento. Nós temos que implantar a transparência. O site da prefeitura é muito deficiente, mas não por parte do prefeito e sim por falta de capacitação da equipe, eles devem introduzir mais informações no portal da transparência porque uma gestão transparente é uma gestão menos especulativa e com mais qualidade.

Todo este processo de transparência tende a incentivar a participação social, uma vez que se o cidadão tem facilidade no acesso às informações sobre a administração municipal, o controle por parte da sociedade nas ações do poder público torna-se mais probo, pois o ator mais interessado no bom andamento do Estado é a própria sociedade, a beneficiária. O vereador entrevistado lembra que a população da cidade de Itaguaí tem se engajado mais na vida pública municipal, embora ainda seja limitada. Willian Cezar também reconhece que a transparência possui problemas, uma vez que o cidadão, por vezes, não possui uma boa acessibilidade ao meio digital e aos portais eletrônicos da prefeitura, com as informações disponíveis:

Há hoje, portanto, transparência, você tem como acessar pelos sites tanto da prefeitura, como da Câmara, você tem todas as informações. No site da Câmara você consegue pegar todas as licitações, todos os pregões, você tem tudo ali, porém não acho que é o suficiente porque essa cultura de acessar e ver o portal da transparência é mínima ainda. Não sei qual mecanismo teria que ser criado, uma nova forma talvez, para disseminar mais essa ideia. O cidadão ter o controle, realmente fiscalizar, da mesma forma que eu sou fiscalizador do Poder Executivo, a sociedade é minha fiscalizadora. Acredito que o papel maior do cidadão não é simplesmente votar, é a cobrança depois, ele tem de estar presente cobrando. Eu costumo fazer prestação de contas quase toda semana em bairros. Antes das minhas ameaças sofridas eu tinha o gabinete itinerante na rua, que eu montava para prestar contas toda semana, o que foi feito naquela semana, de cada voto meu, das minhas escolhas, dos meus projetos, para escutar a sociedade. É uma forma de poder inteirar a sociedade. Eu acredito que os órgãos públicos, não só o Executivo, como o também o Legislativo e o Judiciário, eles têm que encontrar outras formas de serem mais transparentes, não apenas com um portal, que ainda é utilizado por poucos, ou uma campanha talvez, para explicar como funciona isso, para o cidadão leigo, cidadão comum ele ter mais acesso, ele buscar mais esse interesse.

Uma questão importante que surge, diz respeito a continuidade e consistência da participação da população local nas questões de importância para a comunidade. A importância do retorno dado pelos órgãos públicos de controle parece ter sido fundamental no processo de impedimento e deve continuar sendo um diferencial para a ação popular.

A população tem voz, mas poderia ter muito mais se ela participasse de fato. E mudou sim, tanto é que hoje tem muito mais demandas de denúncias do que tinha antes, até mesmo porque a gente deu um retorno àquilo. Talvez, muitas vezes, a pessoa pense assim: eu vou denunciar, mas e aí? Será que vão fazer mesmo? Quando você dá o retorno positivo ou não, você devolve, a pessoa tem um interesse maior, ela passa a pensar assim: poxa, eu creio nisso! É, realmente, estão fazendo. Então eu vou entregar o que eu tenho, realmente.

A entrevista realizada com a moradora responsável pela denúncia, Sueli Fernandes, feita ao Ministério Público (MP), corrobora as ideias destacadas pelos outros atores. Sobre a cultura de participação da população de Itaguaí, a entrevistada Sueli afirma que o medo que existia desapareceu e que hoje as pessoas não se sentem intimidadas pelos agentes políticos. Este seria um avanço e um legado do processo que deu origem ao impedimento do prefeito. Embora a participação tenha arrefecido depois de terminado o processo, fica claro que a população conquista, através da experiência coletiva, uma possibilidade maior de envolvimento. Sueli Fernandes afirma que:

Eu posso falar para você que houve a transformação cultural política em Itaguaí porque as pessoas hoje têm confiança em postar, as pessoas têm coragem em denunciar. As pessoas tinham a cultura do “se eu denunciar eu vou violentado”. Eu sinto que os políticos aprenderam a respeitar mais as pessoas, a entender que as armas não podem mais ser apontadas, que se apontar uma arma vai ser pior porque as pessoas vão procurar algum órgão público, vão procurar as redes sociais, as rádios.

No que se refere ao envolvimento da população e órgãos públicos no processo que levou ao impedimento do prefeito, a entrevistada corrobora a ideia de que o controle social se deu forma plena com a participação de toda a sociedade civil<sup>19</sup>, para o período em que ocorreram as investigações e posterior cassação de Luciano Mota, entre 2014 e 2015. Interessante observar que um empresário local dono de uma boate tenha cedido notas fiscais que comprovavam os gastos ilícitos do prefeito em função da comoção geral em torno do caso. É importante também destacar que a entrevistada Sueli só “acredita” no impedimento do prefeito quando a denúncia é aceita, o que revela a importância dos órgãos públicos de controle para legitimar as demandas da população.

Houve muito envolvimento, eu sou a prova viva disso. Nós acampamos na Câmara Municipal durante 56 dias e protocolamos um impeachment na câmara dos vereadores que não foi lido. A participação das pessoas foram várias manifestações, o que me deixou muito emocionada porque quando nós anunciávamos as manifestações, as pessoas abraçavam, panfletavam, doavam faixas e todos iam e eu posso garantir a você que não houve movimento político a partir do vice-prefeito. Pelo contrário, a gente tinha uma certa rixa com ele porque ele não tinha coragem de participar. Houve a participação de dois vereadores que como cidadãos e como vereadores, tinham mais que participar e mais que defender. Então assim, a gente protocolou no Ministério Público Federal, Tribunal de Contas, a denúncia da Polícia Federal foi anônima, mas fomos nós que protocolamos, foi um grupo que protocolou essa denúncia e ela foi acatada a partir do anonimato. Porque que nós decidimos que

---

<sup>19</sup> Para o período de 2014 e 2015, quando do processo investigatório e posterior cassação do mandato do ex-prefeito Luciano Mota vale ressaltar que diversos veículos de imprensa acompanharam o caso no município de Itaguaí – RJ, incluindo a mobilização social em torno das denúncias contra a administração pública itaguaiense (EXTRA, 2015; G1, 2015; O DIA, 2015).

ela seria anônima, porque quando você vai a um órgão maior, ele pode não acatar e assim, era muito sério e se não desse certo, essa pessoa correria um grande risco. Mas ela foi acatada e a partir daí nós começamos a acreditar que realmente ele poderia ser cassado porque nós tínhamos muita base, nós vimos a Ferrari dele em Itaguaí, os helicópteros voavam dia e noite por Itaguaí, a ostentação nas boates era muito grande, as boates entregavam as notas fiscais para a gente porque não achavam justo. Então, houve uma participação sim, muito grande da sociedade civil nas manifestações.

No mesmo sentido, a moradora entrevistada detalha como se deu a participação dos órgãos públicos de controle. Destaca a importância destes órgãos para o andamento do processo e as expectativas da população.

O MP (Ministério Público) dependeu da PF (Polícia Federal). Todas as demandas que nós enviamos ao MP eram enviados para o Conselho de Tutela Coletiva de Angra, porque o de Itaguaí é apenas criminal. E lá nós tivemos uma demora muito grande para receber a resposta. Depois que a Polícia Federal entrou, ela durante seis meses, apreendeu, fez investigações, ela foi o ápice, foi participativa, atuante, foi o órgão que foi aquilo que a gente espera.

A cidadã Sueli Fernandes também destaca as expectativas para o futuro destacando que a história ensinou a população local a não repetir os erros pois os caminhos institucionais foram abertos permanentemente a partir do controle social:

Olha a minha expectativa é, prefeito que entrar vai ter um grupo que vai controlar ele 24h por dia estando ou não na gestão e que fique bem claro para ele que nós temos nossas necessidades. Então, a expectativa é que o prefeito que entre, entenda que ele vai ter que ter responsabilidade social, ambiental com o município, para que essa cidade seja um dia a cidade que povo de Itaguaí merece. Porque é uma cidade do interior, uma cidade limpa, uma cidade que a CSA está aí poluindo, mas que não está ainda tão poluída. É uma cidade que precisa ser olhada com os olhos de respeito e não de enriquecimento ilícito e não de pessoas que venham para cá pensando apenas em enriquecer.

Ao final, fica claro que os atores entrevistados traçam um mesmo panorama das questões analisadas neste artigo, quais sejam, a importância dos órgãos públicos na efetivação das ações de controle social iniciadas pela população e a mudança de cultura da população a partir do evento analisado que poderá servir como mais um fator na construção de um processo rico e permanente de controle social que parta da ação conjunta das diferentes instituições.

Sueli Fernandes acredita que as formas populares de manifestação do Controle Social possuem agora novas bases, após os atos contra o ex-prefeito Luciano Mota. A população não se sente mais reprimida e acuada em relação aos atos da administração municipal para com os cidadãos itaguaienses:

Não, aqui não está mais. Graças a Deus, talvez as pessoas que não estão politizadas, aquelas que estão lá dentro do bairro que não se interessam, não têm interesse, elas não têm interesse. Mas as pessoas que estão politizadas, elas têm o direito de lutar e não precisam ter medo, claro que, dentro de uma gestão, tem o assédio moral, isso tem em qualquer empresa, o ser humano quer estar acima do outro, isso não é ameaça política, isso é RH, é relação dentro do trabalho, eu digo quanto a “prefeito Weslei Pereira, você tem que trabalhar” isso elas fazem. Eu sinto orgulho quando

fazem isso. Vereador fulano de tal, o bairro está ruim. Eu sinto que eles aprenderam a respeitar isso, a entender que as armas não podem mais ser apontadas, que se apontar uma arma vai ser pior porque as pessoas vão procurar algum órgão público, vão procurar as redes sociais, as rádios. Então, hoje em Itaguaí, de um ano para cá, 90% da população, isso o prefeito Luciano fez de bom. Ele conseguiu fazer com que a população de Itaguaí acordasse politicamente, para não ter medo de reclamar dos atos ilícitos.

A instabilidade política de Itaguaí – RJ tomou forma na contemporaneidade com base na gerencia inadequada dos recursos financeiros da administração pública municipal, evidenciado pelos índices socioeconômicos contraditórios e ativa participação da polícia judiciária e Tribunal de Contas em ações de diligências e coleta de informações para procedimentos judiciais e avaliações políticas.

O fato da cassação do próprio ex-prefeito, fruto de uma região com diversos problemas políticos e mau gerenciamento das administrações municipais, como o é na Baixada Fluminense, não fugiu o seu governo à regra de uma grande deficiência administrativa à frente da Prefeitura de Itaguaí.

Apesar da presença das instituições formalmente constituídas pelo Estado para o controle social específico externo às administrações públicas municipais, setores da sociedade civil (sindicatos de servidores públicos, principalmente) se mostraram presentes nos recentes episódios de ingerência financeira de Itaguaí – RJ, bem como em cidades no entorno do município, como Seropédica – RJ e Mangaratiba – RJ, que também tiveram problemas semelhantes culminando na descontinuidade de mandatos. As entrevistas realizadas com atores locais que tiveram envolvimento no processo evidenciam a importância do Ministério Público, Polícia Federal e outros órgãos públicos na efetivação da ação de controle da população.

As multifaces do controle social se fizeram presentes no cenário político itaguaiense contemporâneo seja para o bem do erário público municipal ao impedir uma administração ineficiente sob o ponto de vista do gerenciamento do setor financeiro da cidade, seja para expor o processo de desvirtuamento dos bons costumes e práticas de agentes públicos em meio ao crescimento econômico local.

O crescimento econômico de Itaguaí – RJ entre 2010 e tempos recentes, proporcionado pela presença de megaempreendimentos e infraestruturas adequadas a esses projetos de grande porte, tais como os portos, os setores industrial e comercial regionais, bem como pela localização geográfica favoreceram a cidade a alavancar seu produto e as receitas públicas municipais, elevando a importância da temática do controle social.

Avanços socioeconômicos incontestavelmente ocorreram, mas não se verificaram a um nível adequado em relação a realidade de municípios com semelhante produção e riqueza, relegando a Itaguaí uma posição de coadjuvante no ranking de desenvolvimento socioeconômico municipal e esse cenário começou a ser questionado não somente pelas instituições públicas de controle externo, mas também pela própria sociedade civil que não via refletidos os ganhos econômicos traduzidos em uma melhor realidade de justiça social.

Com o gerenciamento público municipal prejudicado, tendo o setor educacional e de saúde entre os mais impactados pelas denúncias, a população itaguaiense iniciou um processo de reflexão, associado a atuação midiática de exposição de diligências da polícia judiciária e do Tribunal de Contas do Estado no setor financeiro da prefeitura da cidade e, por vezes, no Poder Legislativo municipal dando partida a procedimentos de controle social que veio a amadurecer em tempos recentes com a melhoria do portal de transparência municipal e

criação da Ouvidoria-Geral do Município de Itaguaí, à título de exemplo, na administração de Wesley Pereira (2015-2016).

As denúncias juntadas no TCERJ, a parceria com o órgão da Polícia Federal (PF), bem como as decisões pela cassação do prefeito pelo Poder Legislativo e as reivindicações de servidores e cidadãos preocupados com a gestão da prefeitura são um resumo da amplitude a qual o controle social tomou na cidade de Itaguaí entre 2014 e 2015, amadurecendo a fiscalização no município entre as preocupações pela associação do crescimento econômico a política coronelista do Poder Executivo sobre os cidadãos e ainda na própria administração pública. A consolidação da Ouvidoria-Geral no município e do sítio eletrônico de transparência são exemplos de ações tomadas no fortalecimento do controle social.

Tradicionalmente têm-se os órgãos públicos instituídos de controle externo como os atuantes em prol do controle social, mas para que tal aconteça é necessário que um cidadão comum ou uma entidade civil ou pública se manifeste para movimentar a máquina legislativa ou judiciária para dar-se prosseguimento aos processos de fiscalização, acompanhamento, avaliação, questionamentos, proposições sobre as ações da administração estatal local. Ações de ofício não podem ocorrer, salvo exceções previstas nas normas brasileiras.

Apesar das tradicionais instituições da Polícia Federal e do Tribunal de Contas terem manifestado de forma clara o controle social, intrinsecamente a sociedade civil também participou de tais diligências fomentando as ações iniciais junto ao Estado para que este possuísse legitimidade para atuar em nome da população na defesa da gestão pública saudável, íntegra e proba.

Juridicamente se tratando, a própria Constituição da República esclarece em diversos pontos, mas no artigo 1º, parágrafo único, expõe que todo poder emana do povo, que o exerce por mediação de seus representantes eleitos ou diretamente, neste último caso, o Estado fornece o instrumental necessário para o cidadão comum possa exercer a sua cidadania plena, incluindo o controle social, quando as demais instâncias não o fazem ou se acham incapazes para concretizar tal ato.

### **6.3 A Participação Social Sobre as Demandas Locais no Território dos Megaempreendimentos**

Os conselhos temáticos são os organismos encontrados para representar a sociedade organizada diante das demandas locais junto ao Estado. Dentro de um território com as mais diversificadas problemáticas há conselhos que absorvem questões e temas variados, como o Conselho Comunitário de Segurança da Área Integrada de Segurança Pública 27 (CCSAISP 27).

O CCSAISP 27 foi criado com base na área geográfica de responsabilidade do 27º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (27º BPMERJ), localizado no bairro carioca de Santa Cruz, em meio ao distrito industrial local. Assim como este conselho, todos os demais que atuam ao longo do estado foram criados sob o mesmo manto. A atuação do 27º BPMERJ ocorre nos bairros cariocas de Santa Cruz, Sepetiba, Paciência, Pedra de Guaratiba e Guaratiba, coincidindo com o comprometimento do conselho (ISP, 2016). As atribuições do CCSAISP 27 são as mais variadas devido à ausência de outros conselhos temáticos, como cultura, esporte, escolar, dentre outros. Um dos programas que a PMERJ mantém se chama Programa Estadual de Integração na Segurança (PROEIS) sendo este é um dos instrumentos que o conselho possui a sua disposição.

Em casos de incursões policiais em comunidades não pacificadas de Santa Cruz, como Rola e Antares, ambas comunidades limítrofes, os agentes da PMERJ eram constantemente

hostilizados quando passavam próximo à uma escola municipal da região. A administração da unidade escolar solicitou ao conselho<sup>20</sup> e ao 27º BPM que o PROEIS fosse aplicado junto aos estudantes a fim de esclarecer a atuação da polícia e sobre a existência dos militares.

O presidente do CCSAISP 27, senhor Carlos Teixeira (Anexo XIX), afirma que:

[...] ninguém mostrava para eles (estudantes) que o policial estava ali para proteger a sociedade contra a criminalidade. Depois dessas visitas do PROEIS, que se tornaram frequentes, o pensamento das crianças mudou totalmente. As vezes levam elas para a Cidade das Crianças<sup>21</sup> para passear, para criar uma relação amigável entre as crianças e a polícia.

Outra forma de atuação ocorre junto a órgãos públicos de limpeza urbana (COMLURB), iluminação pública (Rioluz e Light) e água e esgoto (CEDAE). Tais atividades se deve justamente às demandas de comunidades carentes, onde os serviços somente adentram com auxílio das forças policiais, bem como pela não existência, como já explicitado, de conselhos que possam absorver as demandas.

Carlos Teixeira esclarece que as reuniões mensais são os pontos de encontro entre o conselho e as demandas dos cidadãos, principalmente por meio das lideranças comunitárias:

Nesses encontros as pessoas levam as demandas para nós, conversam sobre problemas. Com isso você se sente satisfeito, integrante daquilo porque você vai lá e resolve os problemas da sua comunidade. As lideranças procuram o Conselho para resolver problemas, então quando não tem eles nem lembram que você existe, só lembram quando surge algum problema e com isso participam das reuniões, mas se estiver tudo certo não contribuem com nada. Eles vêm perguntando se não pode fazer outra reunião daquelas e quando eles falam isso você já sabe que a comunidade está com problema.

O problema surge, porém, quando da procura pelo CCSAISP 27 nas reuniões mensais e consequente resolução dos problemas relatados pelo cidadão. Após tal cenário a participação daquela liderança comunitária ou de pessoas que levam seus problemas às reuniões e posteriormente são solucionadas pelos órgãos competentes, não mantem periodicidade na participação.

Apesar da participação social para o CCSAISP 27 possuir tal característica de fuga do cidadão em relação às operações do conselho no local, as demandas dos cidadãos e lideranças comunitárias continuam sendo absorvidas e enviadas aos organismos competentes, pois mesmo não fazendo parte da temática há o reconhecimento pelo presidente Carlos Teixeira da importância dos trabalhos do órgão junto à sociedade santa-cruzense:

Nós fazemos fichas com cada demanda e por isso nós (o conselho) pedimos a todos os órgãos para estarem presentes porque nós não recebemos demandas apenas de segurança. Nós fazemos uma ata daquela reunião porque se dentro de trinta dias o órgão não responder à demanda que lhe foi dada, nós vamos cobrar ele.

---

<sup>20</sup> O CCSAISP 27 mantém o Conselho de Segurança Escolar, que atua especificamente junto à comunidade educacional na sua área geográfica de abrangência, com a participação das autoridades de segurança pública;

<sup>21</sup> Cidade das Crianças é um parque público localizado em Santa Cruz, à beira da BR 101-Sul, Rodovia Procurador Haroldo Fernandes Duarte.

As ações do CCSAISP 27 esbarram também na questão da estrutura do próprio conselho. O mesmo não possui uma sede própria, mão de obra suficiente ou recursos financeiros fornecidos pelo Estado, sociedade ou empresas locais. O auxílio ao conselho ocorre por meio de solidariedade por parte dos cidadãos, órgãos de segurança pública e da própria sociedade, que recentemente, na reunião de 11 de janeiro de 2017, informou que uma área para levantamento de sede própria foi cedida em terreno próximo à 36ª Delegacia Policial (Santa Cruz) – Anexo XXVI.

Quando se trata da baixa participação da população nas reuniões do conselho, o senhor Carlos Teixeira esclarece que “nós queríamos (o conselho) que a sociedade tivesse uma participação mais efetiva”. Nesse ponto a questão da divulgação é ponto estratégico a ser tratado, mas Teixeira também afirma que comunicações sobre os encontros são feitas de forma regular e o máximo de exposição que o CCSAISP pode fazer devido a sua problemática de infraestrutura.

À disposição do conselho as ferramentas mais utilizadas para divulgação dos encontros são o e-mail e pessoalmente, mas o CCSAISP 27 conta ainda com um blog, que não vem sendo atualizado por ausência de mão de obra, bem como uma página na rede social Facebook mantida pela Diretora Social do conselho Nádia Ayres, ex-presidente (2014/2016). Os dados eletrônicos deste conselho podem ser evidenciados no Quadro 13.

Quadro 12: Resumo sobre as informações eletrônicas do CCSAISP 27

	<b>Local</b>	<b>Endereço</b>	<b>Tipo</b>
<b>1</b>	Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (ISP)	<a href="http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/Uploads/CCSAISP-27.pdf">http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/Uploads/CCSAISP-27.pdf</a>	Site
<b>2</b>	Blog do CCSAISP 27	<a href="http://ccsaisp27.blogspot.com.br/">http://ccsaisp27.blogspot.com.br/</a>	Blog
<b>3</b>	CCSAISP 27	<a href="mailto:ccsaisp27@gmail.com">ccsaisp27@gmail.com</a>	E-mail
<b>4</b>	CCSAISP 27	<a href="https://www.facebook.com/CONSELHO-COMUNIT%C3%81RIO-DE-SEGURAN%C3%87A-AISP27-1390820864538906/?fref=ts">https://www.facebook.com/CONSELHO-COMUNIT%C3%81RIO-DE-SEGURAN%C3%87A-AISP27-1390820864538906/?fref=ts</a>	Página na rede social Facebook

Fontes: No quadro.

Um fator, porém, é de relevância, na percepção do presidente do CCSAISP 27, sobre a baixa participação social nas reuniões mensais, qual seja: o medo. Teixeira expõe que:

Não é questão de divulgação porque a gente divulga, mas é questão da própria sociedade mesmo. Não querem participar. Quando a comunidade é uma área de risco nós até entendemos porque depois vão falar que a pessoa esteve na reunião do Conselho de Segurança e colocar a vida do cidadão em risco. As comunidades que não têm esse problema, participam mais.

O interesse de um cidadão mais participativo nas reuniões é prejudicado pelo medo, as deixam mais indecisas, com dúvida. Trata-se de um conselho que aborda a temática da segurança pública, com a forte presença de agentes públicos das diversas esferas: Polícia Civil, Polícia Militar, Guarda Municipal e Forças Armadas (Força Aérea e Exército). Essa característica associada a possíveis retaliações por parte de grupos armados, como milicianos

e traficantes de drogas, inibe uma participação mais efetiva de contingentes populacionais de comunidades carentes no território.

Por esse motivo o conselho afirma que as ações integradas não somente entre órgãos de competência da segurança pública, mas de outras áreas, como limpeza urbana, iluminação, águas e esgotamento sanitário, além do Conselho Distrital de Saúde da Área Programática 5.3 e da 10ª Coordenadoria Regional de Ensino do Município do Rio de Janeiro (10ª CRE) se fazem importantes instrumentos de institucionalização, amadurecimento e troca de informações entre órgãos de diferentes temáticas.

A complementariedade é ponto-chave na existência do conselho e busca pelas melhorias de atuação nas mais diversas frentes que o CCSAISP 27 atua. Quando se trata deste conselho também se aborda questões como educação, serviços públicos, cidadania, dentre outros. O caso do Programa Estadual de Integração na Segurança (PROEIS) é um exemplo de integração entre as áreas de educação e segurança pública. Às visitas às unidades de ensino da rede municipal, por exemplo, somente são possíveis com a absorção de informações sobre deficiências detectadas pelos gestores da escola e são repassadas à 10ª CRE. Nesse interim o CCSAISP 27 se envolve na problemática sob solicitação da coordenadoria se agregando nos estabelecimentos de ensino locais.

Carlos Teixeira explica que um órgão com uma temática não sobrevive se não houver o apoio dos demais:

Existem três órgãos juntos, Segurança, Saúde e Educação. Se os três não trabalharem juntos, então é muito complicado, pois um depende do outro. Eu penso que os três têm que trabalhar juntos, por exemplo, se você quer melhorar a segurança, você melhora a educação, como você melhora a segurança em um país mal-educado, mal informado que não tem conhecimento das coisas.

Em um território com muitos problemas nas mais diversas dimensões, a integração entre conselhos e instituições de temas variados complementam uns aos outros fortalecendo reciprocamente a atuação de todos. Para que haja um setor de segurança com boa atuação deve haver trabalhos paralelos em conjunto com saúde e educação, sendo que se estes são bem desenvolvidos o primeiro será fortalecido e assim segue com as demais temáticas.

A integração existente entre instituições temáticas extravasa também para organismos socioeconômicos locais que apoiam a atuação dos conselhos. Por possui uma infraestrutura precária, universidades, como a Cândido Mendes (UCAM) e o Centro Brasileiro de Educação/Conservatório Brasileiro de Música (CBM – UNICBE) cedem seus espaços para a realização de reuniões e encontros. O mesmo se pode referir a empresas do Distrito Industrial tais quais a Michelin, Tupperware e Casa da Moeda do Brasil que unem esforços em torno dos organismos de segurança pública da região (delegacias policiais e Batalhões de Polícia Militar) e instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil (seccionais de Campo Grande e Santa Cruz)

Segundo Teixeira o CCSAISP 27 conta ainda com amplo apoio do Regimento de Polícia Montada Coronel Enyr Cony dos Santos, no bairro carioca de Campo Grande, bem como com o apoio de demais conselhos da área de segurança ao longo do Estado do Rio de Janeiro. A integração entre conselhos ocorre, principalmente, por meio de encontros promovidos pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (SSP-RJ) e em especial com o CCSAISP 40, responsável pelos bairros cariocas de Campo Grande, Cosmos, Inhoaíba, Santíssimo e Senador Vasconcelos.

Geraldo Batista de Oliveira (Anexo XVIII), presidente do Conselho Distrital de Saúde da Área Programática 5.3 (CODS 5.3)<sup>22</sup> expressa também a importância pela integração entre instituições de áreas temáticas diferentes quando comenta: “Então ter saúde é ter qualidade de vida e nós não temos aqui, falta de condução, logística, falta de campo de emprego, questão de educação no âmbito de colégio.”

Para que se possa haver a qualidade de vida tem-se de passar pelos procedimentos de prevenção nas suas mais diversas formas. Os cuidados antecipados fazem parte da integração entre os mais variados temas. Como exemplo a questão da própria infraestrutura da Zona Oeste do Rio de Janeiro, como esgotamento sanitário ineficiente, políticas públicas de prevenção e auxílio à saúde de idosos e adolescentes, dentre outros pontos. Nesse ínterim a questão da integração com os serviços públicos também se mostra importante, uma vez que através deles é muitas das ações dos conselhos serão concretizadas de forma imediata.

A troca de informações, amadurecimento e integração entre Conselhos Distritais de Saúde também é frequente. Uma queixa, porém, ocorre quanto às instituições de ensino locais e a interlocução com o CODS 5.3. O entendimento é de que a integração deveria ser maior e consolidada, uma vez que, na opinião do presidente do conselho de saúde, nas unidades de ensino também é desenvolvida a temática da saúde de forma continuada, como prevenção em atividades sexuais, prevenção bucal, manuseio da merenda escolar, dentre outros temas. Apesar da detecção de tais problemas Geraldo Batista assume que está em processo de consolidação a aproximação com as instituições de ensino locais.

Assim como Carlos Teixeira, Geraldo Batista percebe que a participação nas reuniões mensais do CODS 5.3 possuem baixa participação social. Diferentemente do CCSAISP 27, o conselho de saúde solicita aos membros registro em associações e lideranças comunitárias com CNPJ devidamente assentado, porém a participação e direito à palavra e levar demandas às plenárias são permitidas e ainda assim os cidadãos não possuem interesse maior por estar presente nos encontros.

Assim como ocorre a divulgação das reuniões do conselho por meios eletrônicos, Diário Oficial e carros de som, as empresas e representantes do Estado também são constantemente convidados a participar dos encontros, mas o Estado e o mercado não enviam representantes. O Quadro 14 mostra as fontes eletrônicas acessíveis à população tanto para divulgação das ações do CODS 5.3 como para transparência das informações sobre o conselho

Quadro 13: Resumo sobre as informações eletrônicas do CCSAISP 27

	<b>Local</b>	<b>Endereço</b>	<b>Tipo</b>
<b>1</b>	Prefeitura do Rio de Janeiro	<a href="http://www.rio.rj.gov.br/web/sms/exibeconteudo?id=4212984">http://www.rio.rj.gov.br/web/sms/exibeconteudo?id=4212984</a>	Site
<b>2</b>	Prefeitura do Rio de Janeiro (Calendário de reuniões todos os CODS do município)	<a href="http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/3700816/4181202/CalendarioMensaldeReunioesOrdinariaseExecutivasdosCDS20171.pdf">http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/3700816/4181202/CalendarioMensaldeReunioesOrdinariaseExecutivasdosCDS20171.pdf</a>	Site
<b>3</b>	CODS A.P. 5.3	cods.5iii@hotmail.com; geraldobatistadeoliveira@gmail.com	E-mails

<sup>22</sup> O CODS 5.3 é organismo vinculado ao Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro e abrange os bairros cariocas de Santa Cruz, Paciência e Sepetiba. Sua sede está localizada no bairro de Santa Cruz, próximo ao Hospital Municipal D. Pedro II.

4	CODS A.P. 5.3	<a href="https://www.facebook.com/pages/Conselho-Distrital-De-Sa%C3%BAde-Da-Ap-53/1118740934830450">https://www.facebook.com/pages/Conselho-Distrital-De-Sa%C3%BAde-Da-Ap-53/1118740934830450</a>	Página na rede social Facebook
---	---------------	---	--------------------------------

Fontes: No quadro.

Batista afirma que:

O pessoal só quer vir para cá na época de eleição ou quando acontece alguma coisa ou quando a entidade deles precisa de um título. Por exemplo, querem fundar uma ONG de assistência a hemodiálise, então eles vêm no Conselho de Saúde que conseguem muito mais rápido.

Porém quando há diligências do Ministério Público (MP) em relação às instituições e empresas por meio de denúncias e as mesmas são devidamente encaminhadas há participação dos envolvidos. O conselho também encaminha queixas e acusações à Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, mas o foco atual ocorre em relação aos encaminhamentos realizados ao MP. Se ocorrem atividades que não condizem a uma realidade equilibrada, como poluição ambiental, ações inadequadas das empresas para com a realidade social, dentre outros pontos, o CODS 5.3 conta com as ações das instituições de Estado como o INEA, mas os recursos gerados com eventuais multas e sanções muitas vezes não chega conforme previsto.

Outro ponto que o conselho enfrenta é a questão das interferências políticas nas demandas e solicitações da população para o CODS 5.3, bem como do próprio conselho ao Estado. O orçamento participativo, a alocação de mão de obra e de infraestrutura dentro da região em que atua o conselho são alguns dos pontos levantados em que vereadores do município do Rio de Janeiro e gestores públicos acabam por redefinir as ações da saúde pública com base nas solicitações e recomendações dos dez conselhos distritais de saúde ao longo do território municipal (RIO, 2016), incluindo o Território dos Megaempreendimentos: “[...] o gestor municipal manobra todo o recurso em prol daquilo que ele é mais favorável. Quando acontece isso, de todos os recursos irem para somente uma área, o que tem que ser é denunciar”.

Apesar das demandas do CODS 5.3 e demais conselhos temáticos da área serem amplamente ouvidas, o presidente Geraldo Batista afirma que as recentes municipalizações de hospitais da Rede Estadual de Hospitais não foram devidamente realizadas. No Território dos Megaempreendimentos o Hospital Municipal D. Pedro II é o maior da rede pública e atende a população de bairros vizinhos, bem como de municípios limítrofes como Itaguaí – RJ e Seropédica – RJ. Tal unidade de atendimento de saúde foi municipalizada em 2012 após sofrer um incêndio em um dos transformadores. O CODS 5.3 questiona as municipalizações, porém, pois há uma hierarquia de responsabilidades na rede pública de saúde brasileira entre os níveis municipal, estadual e federal. A prejudicialidade ocorre, pois, casos de saúde de maior complexidade são de responsabilidade das redes estadual e federal de saúde e um hospital municipal absorve casos de menor complexidade e emergências.

As conferências de saúde pública as quais o CODS 5.3 é representado são alguns dos encontros em que as demandas dos conselhos são levadas e alteradas em meio ao Poder Legislativo local:

Nem tudo que é dito nas conferências eles decidem não. Tem muita coisa que a gente (o CODS 5.3) propõe e eles repropõem, mas como os deputados e vereadores são eleitos para nos representar aí gestor municipal, o prefeito fala que foi o vereador tal que propôs e nós acabamos tendo que aceitar. Um exemplo seria quando o Conselho pede para criar uma clínica em um local específico, mas chega o vereador e diz que será construída em outro lugar dentro do mesmo bairro e nós vamos conversar de que o acordo não foi construir naquele lugar. Então eles colocam a população contra você porque começam a dar um monte de argumento do porque não podia ser construído no local inicial e dizem que nós estamos travando a construção.

Diante do cenário de interferências políticas e baixa participação social as empresas e instituições localizadas no Território dos Megamepreendimentos veem o conselho com descredibilidade quando tais ações se tornam mais claras, pois a visão que exacerba é benefício próprio e fins pessoais nas ações do CODS 5.3. Muitos dos atos do conselho junto as empresas e instituições locais vão de encontro também à leviandade com que os trabalhadores, por vezes, são tratados. As demandas que chegam aos conselheiros vêm por meio das consequências geradas por acidentes de trabalho e negligência das empresas para com o funcionário acidentado. Assim o conselho mantém contato constante com as empresas e instituições locais a fim de melhor encaminhar os casos de tratamento de trabalhadores que tenham sofrido acidentes de trabalho e consequências de saúde posteriores ao fato.

Em ponto comum aos conselhos persiste a importância da integração e troca de informações não somente entre conselhos de mesma temática, mas também sobre a heterogeneidade de temas absorvidos pelos organismos em meio ao Território dos Megaempreendimentos, este com um contingente populacional considerável, investimentos volumosos, mas que possui diversos traços problemáticos nas mais variadas dimensões, principalmente no relacionamento com a sociedade civil e o Estado e mercado.

A participação social é outra questão que os conselhos enfrentam, pois tanto a população como o Estado e o mercado não se mostram presentes com periodicidade o que prejudica a representatividade dos conselhos juntos aos poderes da República, principalmente em relação ao Executivo e o Legislativo, os quais, por meio de interferências políticas, acabam por prejudicar as demandas das instituições.

Em relação à presença da sociedade junto aos conselhos, muitas das demandas, reclamações, queixas e diálogos acabam ocorrendo por meio individual e com desinteresse, desconhecimento ou medo em permanecer nas reuniões e encontros. Por vezes os conselhos agem de ofício junto ao Ministério Público ou poderes constituídos para legitimar e possibilitar as ações da sociedade civil organizada em relação aos direitos e deveres de todos os atores sociais (sociedade civil, Estado e mercado).

Quanto à interferência ou ingerência política, torna-se prejudicial ao desenvolvimento uma vez que as demandas não são devidamente encaminhadas e acabam por tomar rumos diversos daqueles adequadamente solicitados para destinação, como a construção de uma unidade de saúde ou contratação de pessoal. Por outro lado, a mesma interferência política, por vezes, auxilia na solução de demandas dos conselhos e da sociedade civil ou mesmo do próprio Estado, como ocorre quando instituições de segurança pública são auxiliados pela própria Secretaria de Estado de Segurança Pública, que toma conhecimento de problemas específicos através da sociedade civil organizada.

## 6.4 A Percepção de Megaempreendimentos e seus Relacionamento com as Sociedades Locais

A Fundação Instituto Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), através da Bio-Manguinhos, está se adequando às novas demandas nacionais e internacionais para a fabricação vacinas e biofármacos. O novo *campus* Santa Cruz, será o Complexo Industrial de Biotecnologia em Saúde (CIBS), abrigando do Novo Centro de Processamento Final (NCPFI). Tal complexo será responsável pela criação de 1.600 empregos diretos, capacidade de produzir entre 100 e 120 milhões de frascos por ano, um investimento previsto de R\$ 800 milhões em uma área total de 580 mil m<sup>2</sup> (FIOCRUZ, 2014a). O Quadro 15 mostra a estrutura organizacional a qual a FIOCRUZ estará inserida quando do funcionamento das instalações da Fundação em Santa Cruz.

Quadro 14: Organização da FIOCRUZ para o novo *Campus* Santa Cruz, no Distrito Industrial

Número de identificação na Figura 10	Nome (hierarquicamente de cima para baixo)	Local	Total Investido (Em R\$ Bilhões)
-	Conselho Interno da FIOCRUZ	Sede em Manguinhos, Zona Norte do Rio de Janeiro	0,8
-	Conselho Deliberativo da FIOCRUZ	Sede em Manguinhos, Zona Norte do Rio de Janeiro	
-	Presidência da FIOCRUZ	Sede em Manguinhos, Zona Norte do Rio de Janeiro	
-	BIO-MANGUINHOS	Sede em Manguinhos, Zona Norte do Rio de Janeiro	
1	CIBS/NCPFI	Distrito Industrial de Santa Cruz (Santa Cruz, Zona Oeste do Rio de Janeiro)	

Fonte: FIOCRUZ, 2017.

A Figura 10 mostra a área em que estará localizado o Megaempreendimento da FIOCRUZ no Distrito Industrial de Santa Cruz assim como empreendimentos vizinhos ao Novo Centro de Processamento Final (NCPFI).



**Figura 10:** Área do Complexo Industrial de Biotecnologia em Saúde (CIBS), que abrigará o Novo Centro de Processamento Final (NCPFI)

Fonte: Elaborado pelo autor com dados de FIOCRUZ, 2013; CODIN, 2015.

Com o intuito de absorver tal percepção sobre os megaempreendimentos José Leonídio Madureira Sousa Santos<sup>23</sup> (Anexo XX), coordenador da Assessoria de Cooperação Social da FIOCRUZ, expõe que a instituição vai além da saúde, ela atua no desenvolvimento científico e tecnológico a favor da vida e da democracia, tornando todas variáveis desafiadoras para Fundação. Segundo Leonídio:

[...] saúde não é só ausência da doença, mas o bem-estar do cidadão. Isso amplia mais ainda esse leque até porque se levar em consideração desde quando começa a se apresentar o conceito da promoção da saúde até hoje você vê muitos poucos países que trabalham com promoção da saúde.

Essa afirmação corrobora as exposições de Geraldo Batista de Oliveira, que acredita que a saúde para o desenvolvimento, bem-estar e qualidade de vida vai além do próprio aparato do setor médico, abarca ainda relacionamentos com demais setores (como educação e segurança) aumenta as atribuições do setor para com suas responsabilidades em relação à dinâmica social, à sua multidimensionalidade.

Uma limitante, porém, se mostra visível, pois, o novo Centro da FIOCRUZ ainda está em construção e as ações voltadas para o diálogo e contato com a comunidade local do Território dos Megaempreendimentos ainda está em fase inicial. As conversações entre a

<sup>23</sup> Entrevista concedida por José Leonídio Madureira Sousa Santos, coordenador da Assessoria de Cooperação Social da FIOCRUZ na sede da Fundação em Manguinhos, Zona Norte do Rio de Janeiro.

Fundação e instituições de ensino locais, por exemplo, já foi realizada, tais quais a Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC) e o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET/RJ).

O contato inicial com organismos de ensino técnico, segundo Leonídio, vai de encontro com a formação de pessoal das sociedades locais para atuar no novo Centro em um período de tempo próximo. A reestruturação de cursos e criação de novos são alguns dos objetivos apresentados por parte da FIOCRUZ aos núcleos de ensino locais a fim de garantir uma melhor disputa por postos de trabalho para o público local.

O ponto educacional é um entre as diversas variantes que uma empresa ou instituição dos megaempreendimentos absorve. Leonídio afirma que a FIOCRUZ é um estágio inicial o qual está sendo realizado na busca de integração e conhecimento entre a Fundação e o local para melhor operacionalização do novo Centro. Ele afirma ainda que:

[...] não conseguimos ter um estudo maior agora. Reconhecemos que existem diagnósticos, entendemos que o distrito industrial afeta diretamente a saúde das pessoas que vivem nas suas proximidades como também ao meio ambiente por si só.

Nesse ínterim a própria FIOCRUZ reconhece também a responsabilidade dos demais empreendimentos instalados ao seu redor no desenvolvimento local. A Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) é uma das empresas que a Fundação vem buscando diálogo e aperfeiçoamento constante das operações no Território. Leonídio afirma que é preciso ter um olhar crítico quanto à realidade socioambiental no Território, pois mesmo antes da instalação da TKCSA no local já havia problemas diversos, muitos atribuídos à própria siderúrgica, mas que é preciso analisar mais cuidadosamente as variáveis causadas pelas operações da empresa e aquelas que já existiam, tais quais poluição de mananciais, desigualdades, problemas ambientais e de saúde diversos, dentre outros.

A FIOCRUZ produziu um Relatório, em julho de 2014, o qual trata sobre as operações e ações da TKCSA no Território dos Megaempreendimentos, abordando temas ampliados, desde os impactos causados pela siderúrgica na região, como sobre a judicialização dos problemas causados, como o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre a empresa e o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) depois de reiterados casos da chamada “Chuva de Prata”. Tal fenômeno foi causado por emissões atmosféricas pelos altos-fornos da Companhia devido a gerenciamento incompleto nas funcionalidades de tal setor. Tais partículas acabaram por cair nas comunidades vizinhas à empresa, localizadas na Avenida João XXIII, onde estão localizados diversos conjuntos habitacionais e comunidades carentes, como os Conjuntos Liberdade, Miécimo, Alvorada, Chatuba, dentre outros.

O Relatório “ANÁLISE ATUALIZADA DOS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS E DE SAÚDE DECORRENTES DA INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DA EMPRESA TKCSA” (2014b, p. 40) destaca que o local em que a siderúrgica está inserida é um território de vulnerabilidades sociais e exclusão de direitos:

De uma forma geral as pessoas vivem em piores condições de vida em Santa Cruz (acesso a moradia digna, educação de qualidade, saneamento básico, emprego, lazer, etc.) se comparadas às outras regiões da cidade e tem piores condições de acesso aos serviços de saúde.

Tal Território dos Megaempreendimentos é classificado pela FIOCRUZ como sendo uma “zona de sacrifício” ambiental, conforme definição apresentada por movimentos pela justiça ambiental, “... ou seja, a instalação de instalações e empreendimentos perigosos em

regiões onde vivem e trabalham populações vulneráveis e discriminadas” (FIOCRUZ, 2014b, p. 40). Tal análise muito se embasou nas problemáticas da área de saúde, sendo este o objetivo do Relatório, podendo-se citar a questão de o local ter apenas uma unidade hospitalar geral, em 1999, enquanto que a Zonas Sul do Rio de Janeiro já possuía no mesmo ano dezessete hospitais para um contingente populacional semelhante à região em análise.

Em dados mais recentes, de 2014, o mesmo Relatório reconhece que houve avanços significativos tanto na estrutura médica local, como em equipes médicas e especialidades, mas ainda sim muito aquém para a população local, estimada em mais de 350 mil habitantes. O documento relata ainda um parecer técnico realizado pela própria TKCSA que identificou relativa fragilidade na assistência médica no entorno da empresa, como a contínua pesquisa e identificação de problemas aéreos que possam afetar a qualidade do ar e da saúde no Território. Esse mesmo parecer, no entanto, reconhece que o Complexo Siderúrgico não teria a capacidade de projetar problemas de saúde e, ainda assim, vem investindo em capacitações e informações da população local para melhoria nos canais de interlocução entre a empresa e o local.

Leonídio afirma que o cenário encontrado na comunidade de Manguinhos, área carente na Zona Norte do município do Rio de Janeiro e localizada nas cercanias da Fundação, onde se concentram as principais ações sociais da FIOCRUZ, não se distancia daquele encontrado em Santa Cruz:

Santa Cruz não é tão diferente de Manguinhos porque senão aqueles canais que tem na região não estariam tão poluídos. Os canais já vêm poluído, então, não necessariamente a CSA que está causando isso. Como a FIOCRUZ está nesse processo ainda de destacamento, compensação ambiental pela questão da derrubada de árvores, replantio e preocupada em dialogar, foi feita uma apresentação junto as lideranças, aos equipamentos públicos na Cidade das Crianças há cerca de 2 anos, com um público de mais de cem pessoas. Tinha associação das empresas do distrito industrial, associações de moradores, pessoal da saúde, educação, foi bem amplo.

Mais uma vez é destacada a importância da integração entre as instituições temáticas na questão do fortalecimento do controle social e busca pelas melhorias no bem-estar e qualidade de vida dos moradores do Território.

Educação, saúde, sociedade civil organizada, mercado e poder público foram alguns dos atores que a FIOCRUZ já pôde ter contato em alguns encontros realizados para tratar da transparência sobre as operações da instituição do Território dos Megaempreendimentos.

Dentro do aspecto da integração que a FIOCRUZ busca entre os atores locais a TKCSA tem sido uma das diligências que tem sido aprofundada, uma vez que a publicidade e impactos causados pela empresa se destacaram no Território. Apesar desse cenário a Fundação reconhece também que as demais empresas e instituições possuem, igualmente, responsabilidades à medida que impactam o local, bem como direitos e deveres entre si e entre os demais atores, conforme afirma Leonídio:

Nossa preocupação é discutir com a associação das empresas do distrito industrial (AEDIN) e a CSA tem um papel nessa história, como a Casa da Moeda e outras, para induzir um processo que pudesse ter ações mais estruturantes que os investimentos possam ter maior efetividade e resultados e impactos.

Leonídio acredita que o atual modelo de investimentos e operação sobre as ações multidimensionais no Território dos Megaempreendimentos não mais se aplica com

efetividade a que objetiva. Um modelo de governança, que objetiva a sociedade local a participar é o ponto que a FIOCRUZ discutiu como alternativo às atuais ações das empresas e instituições instaladas ou que venham a investir na região a fim de promover um efetivo desenvolvimento:

Entendendo social porque é necessário ver, discutir os modelos de governança territorial. Por isso a conversa que nós já tivemos com a CSA é saúde e falamos “se nós não temos como investir reforçando o atual modelo de representação formal dessas comunidades. Em Mangueiras nós experimentamos o modelo de governança que está centrado nos espaços coletivos, então, tem um espaço coletivo que é o conselho gestor intersetorial da saúde. Esse conselho gestor não participa, só a representante de ONGs que tem a saúde, mas tem representantes de setores e segmentos da população. Você torna esse espaço do conselho um debate intersetorial.

Repensar as estratégias de inserção da empresa ou instituição na sociedade local é necessário. Uma gestão territorial democrática em que a população seja ouvida antes do Estado ou mercado deve ser fomentada e a construção ou reforço nas estruturas que levem a esse cenário são o foco da FIOCRUZ na sua imersão no Território. O ponto de partida da Fundação foi justamente junto à Companhia Siderúrgica do Atlântico e como foco nas questões de saúde, variante esta que se tornaram umas das principais problemáticas da empresa.

Para a FIOCRUZ a estratégia adotada foi a de introdução da instituição junto a um diálogo com a TKCSA, empresa que é objeto de estudo da própria Fundação, e há o objetivo de se chegar até a associação das empresas do Distrito Industrial de Santa Cruz. A inserção com o setor de saúde também já está em andamento, área esta a qual a FIOCRUZ pertence, mas também reconhece a importância estratégica do setor educacional e por isso também dialoga constantemente com as instituições deste campo. Entender a lógica de mercado é imprescindível, segundo o Assessor de Cooperação Social da FIOCRUZ: “Devemos pensar em iniciativas, ações que vão dialogar no nosso conceito ampliar de saúde, determinantes sociais que é o grande carro chefe de nós repensarmos o território, a governança naquele lugar”.

Assim a FIOCRUZ se insere o território com uma multifuncionalidade, entendendo que não é somente uma instituição de saúde e tem deveres de si mesma para com a sociedade a qual está se inserindo, mas também busca intermediar conflitos, soluções, interlocuções com os demais atores e auxiliar na construção e reforço de uma nova estratégia de lidar com o desenvolvimento que pode existir em meio aos Megaempreendimentos.

Outro Megaempreendimento que transformou o espaço ao qual ele está localizado foi Programa de Desenvolvimento de Submarinos da Marinha do Brasil (PROSUB), localizado na Ilha da Madeira, município de Itaguaí – RJ. Este é um dos maiores investimentos na região, perfazendo um total de R\$ 7,8 bilhões apenas nas instalações locais, quais sejam: Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas (UFEM), Base Naval, Estaleiro do Submarino Nuclear e Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (NUCLEP). Todas as empreitadas em construção ou em andamento para a produção do primeiro submarino nuclear brasileiro estão a cargo da Construtora Norberto Odebrecht S.A., através de sua subsidiária Odebrecht Defesa e Tecnologia (Itaguaí Construções Navais, Consórcio Baía de Sepetiba e Mectron). O PROSUB tem como objetivo a construção de quatro submarinos convencionais e um de propulsão nuclear em parceria com o Programa Nuclear da Marinha (PNM), através do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), este responsável pelo desenvolvimento do reator e combustível nuclear a ser utilizados em Itaguaí – RJ.

Quadro 15: Empresas e instituições componentes do Programa de Desenvolvimento de Submarinos da Marinha do Brasil (PROSUB) em Itaguaí – RJ.

Identificação na Figura 11	Nome da Empresa	Responsável	Local	Total investido (em R\$ Bilhões)
1 e 2	Itaguaí Construções Navais (ICN)	Construtora Norberto Odebrecht S.A (Odebrecht Defesa e Tecnologia)	Ilha da Madeira, Itaguaí – RJ	7,8
	Consórcio Baía de Sepetiba			
	Mectron			
1	Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (NUCLEP)	Ministério da Ciência Tecnologia e Comunicações (MCT)		
	Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas (UFEM)			
3 e 4	Estaleiro de Construção e Manutenção; Complexo Radiológico; Túnel entre o canteiro de obras e o Complexo Naval.	Marinha do Brasil		
5	Base Naval de Itaguaí			

Fonte: REVISTA TECHNO NEWS, 2015; PROSUB, 2016; ODEBRECHT, 2014.

A Figura 11 mostra detalhe da região industrial da Ilha da madeira com destaque para o Megaempreendimento do complexo do PROSUB. Enumerado a partir do Quadro anterior, que descreve quais são os componentes de casa fase de construção de submarinos convencionais e nuclear da Marinha do Brasil.



**Figura 11:** Complexo do PROSUB na Ilha da Madeira, em Itaguaí – RJ

Fonte: Elaborado pelo autor com dados de PROSUB, 2016.

O Capitão-de-Mar e Guerra (RM1) Ricardo Lindgren de Carvalho<sup>24</sup>, Assessor de Comunicação Social da Coordenadoria-Geral do Programa de Desenvolvimento de Submarino com Propulsão Nuclear (COGESN), baseado no 1º Distrito Naval (Rio de Janeiro), esclareceu que a Marinha do Brasil vem implementando diversas medidas e acompanhamentos de cunho sociais como contrapartidas às alterações multidimensionais causadas no Território. Algumas das ações realizadas não somente pela Marinha, mas também pelos operadores do Complexo Naval de Itaguaí (ainda em construção) foi idealizada antes de o projeto ter sido posto em prática. Conversações com as comunidades locais na Ilha da Madeira e vizinhas, bem como com o poder público itaguaiense e a sociedade em geral.

A Revista Techno News (2015) traz as iniciativas que a Marinha do Brasil e parceiros vem implementando no local em meio às transformações diversas advindas da instalação do Complexo Naval de Itaguaí. Dentre as tarefas desempenhadas na questão ambiental o monitoramento sobre as possíveis alterações em correntes marítimas, qualidade da água e do solo, bem como variâncias no ar são acompanhados pelos organismos de controle tanto da Marinha do Brasil como das empresas e instituições envolvidas. Essas ações visam a manter o equilíbrio ambiental desde a fase de pré-operações da construção do Complexo Naval de Itaguaí. A fase atual do Complexo é a Licença de Instalação (LI), concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), tendo o empreendimento atendido às demandas do órgão ambiental. Já a fase final será a Licença de Operação (LO), que será concedida escalonadamente conforme o Complexo iniciar suas operações e se adequar às exigências cabíveis. A Marinha do Brasil e empresas e instituições parceiras no PROSUB, porém, reconhece que o gerenciamento de riscos ambientais e mudanças se torna dificultoso à medida que na Ilha da Madeira estão concentrados diversos Megaempreendimentos, como o Porto Sudeste (da MMX), o Complexo Portuário de Itaguaí da Companhia Docas do Rio de Janeiro, e uma instalação da USIMINAS. A presença de tais empresas torna passível de confusão o monitoramento realizado na construção do Complexo devido às interferências dos demais projetos.

Outro ponto diz respeito às questões sociais e contrapartidas. Em vista do porte de investimentos e impactos que o Complexo Naval causou no local, as profundas transformações na sociedade local levaram as empresas e instituições participantes do projeto a darem forma a diversas ações socioeducativas, dentre outros. O Programa Alimento Justo, para apoio à produção e aquisição de alimentos da agricultura familiar é uma ação que ocorre em parceria da marinha do Brasil com a construtora Norberto Odebrecht S.A. Dentre alguns dos benefícios afirmados pelo empreendimento no município de Itaguaí – RJ estão: apoio técnico e orientação para regularização junto ao Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF), para acesso aos benefícios deste e políticas voltadas ao setor, capacitação e conscientização do agricultor sobre medidas alternativas para controle de pragas, aquisição de mudas, acesso aos benefícios do INSS, diversificação de culturas para abastecimento do Complexo, formalização do agricultor local na Inscrição Estadual de produtor Rural, criação de uma Unidade Experimental para a introdução de culturas alternativas, capacitações para conscientização ambiental e uso do solo e apoio técnico para constituição de uma cooperativa. A Marinha afirma que o Programa Alimento Justo beneficiou 27 famílias e já realizou mais de R\$ 181.000 em aquisições de alimentos para o PROSUB, bem como pode ser detectado 22

---

<sup>24</sup> Entrevista concedida pelo Capitão-de-Mar e Guerra (RM1) Ricardo Lindgren de Carvalho, Assessor de Comunicação Social da Coordenadoria-Geral do Programa de Desenvolvimento de Submarino com Propulsão Nuclear (COGESN), à distancia, por email e telefonemas junto ao 1º Distrito Naval (Rio de Janeiro) para cessão de respostas.

tipos de produtos cultivados através do programa e 90% de regularização dos agricultores junto ao PRONAF (REVISTA TECHNO NEWS, 2015; PROSUB, 2016).

Assim como a FIOCRUZ, a construção do Estaleiro e Base Naval de Itaguaí (EBN) prevê no longo prazo a absorção de mão de obra local através de investimentos realizados ao longo dos investimentos iniciais e após o início das operações do Megaempreendimento. A Marinha acredita que o desenvolvimento do local está na capacitação da mão de obra e aumento nas oportunidades empregatícias e de inclusão no mercado de trabalho e, para isso, vem trabalhando desde 2008, ano em que a parceria entre a França e o Brasil iniciou para a construção do submarino, ofertando ações no sentido de fortalecer as populações no entorno do empreendimento para o mercado de trabalho.

O EBN vem promovendo, ao longo do período que se instalou uma série de ações voltadas para a sociedade, tais quais: Programa Acreditar, voltado para capacitações profissionais gratuitas, sendo que houve a absorção de 256, dos 438 formados, trabalhadores no Complexo. Os Programas Caia na Rede e Inglês num Click tem o computador e a internet por base para melhorar a percepção da comunidade junto à rede mundial de computadores e possibilitar uma ascensão do morador ao conhecimento do uso de um *personal computer* e de uma língua estrangeira. Um último Programa que pode ser citado é o Moço de Convés, voltado aos pescadores artesanais da Ilha da Madeira que solicitaram um curso no local para inserção dos mesmos na profissão de aquaviários (PROSUB, 2016; ANEXO XXVII).

O Capitão de Mar e Guerra (RM1) Lindgren expõe que existem também tentativas reiteradas de inserção da Marinha junto à prefeitura de Itaguaí – RJ com diversos trabalhos voltados para o desenvolvimento do município e destaca que a arrecadação municipal com impostos ocorreu na ordem dos R\$ 200 milhões desde a implementação do PROSUB.

Em meios aos resultados apresentados socioeconômicos apresentados, porém, o PROSUB sofreu denúncias de corrupção e desaceleração das obras devido ao envolvimento da principal empreiteira do Programa, a Norberto Odebrecht S.A (Odebrecht Defesa e Tecnologia) em diligências investigativas na chamada Operação Lava-Jato. O Programa Nuclear Brasileiro como um todo sofreu revezes nos últimos dois anos devido a atrasos e prisões de gestores do projeto, como do Ex-Presidente da Eletronuclear Othon Pinheiro da Silva e investigações e denúncias que levaram também a retardamentos na expansão do Complexo Nuclear de Itaipu (Usina Nuclear de Angra dos Reis), impactando também o ritmo das operações no Complexo Naval de Itaguaí (ESTADÃO, 2016; FOLHA, 2016)

Outro fator que foi motivo de ressalvas aos andamentos de trabalho para a finalização do Complexo naval de Itaguaí diz respeito aos cortes orçamentários realizados pelo Governo federal nos anos de 2015 e 2016 junto ao Ministério da Defesa e, conseqüentemente, ao Comando da Marinha. Tais contingências orçamentárias surgiram meio à crise econômica nacional, percebida a partir de 2014 com base nos elevados gastos da administração central e esgotamento do modelo socioeconômico aplicado no Brasil. A constituição da crise elevou temores por economia nos dispêndios com o Programa Nuclear da Marinha (PNM), associado aos casos de investigação na Operação Lava-Jato sobre as operações da empreiteira Norberto Odebrecht junto ao Governo Francês e recebimento de vantagens indevidas em território brasileiro por dirigentes e gestores do Estado (EXAME, 2016).

Com a crise econômica, cerca de 50% do orçamento previsto para o programa nuclear da Marinha foi cortado em 2016, segundo o Comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra Eduardo Bacellar, Leal Ferreira, em entrevista ao portal de notícias G1 (2016). O atraso atual registra dois anos se mantido o calendário financeiro do empreendimento. As investigações sobre vantagens indevidas no Programa Nuclear Brasileiro e da Marinha e encarceramento de dirigentes não afetou o calendário de objetivos do PROSUB, conforme afirmou o Ministério

Público Federal (MPF) e o Tribunal de Contas da União (TCU), organismos acessórios nas diligências da Operação Lava-Jato (EBC, 2016).

Em meio a tais problemas enfrentados pela Marinha do Brasil e pela Construtora Norberto Odebrecht S.A. demissões de trabalhadores no Complexo Naval já foram realizadas ao longo do ano de 2016 expondo os impactos socioeconômicos negativos gerados no local (EBC, 2016a). Diante desse cenário, tanto a Marinha e parceiros, como a sociedade local ficaram prejudicadas. A previsão atual para início da construção do submarino de propulsão nuclear (SN-BR) é a partir de 2018, com lançamento em 2027, já os quatro submarinos convencionais têm previsão de entrega para 2023, sendo o primeiro em 2018 (PROSUB, 2016).

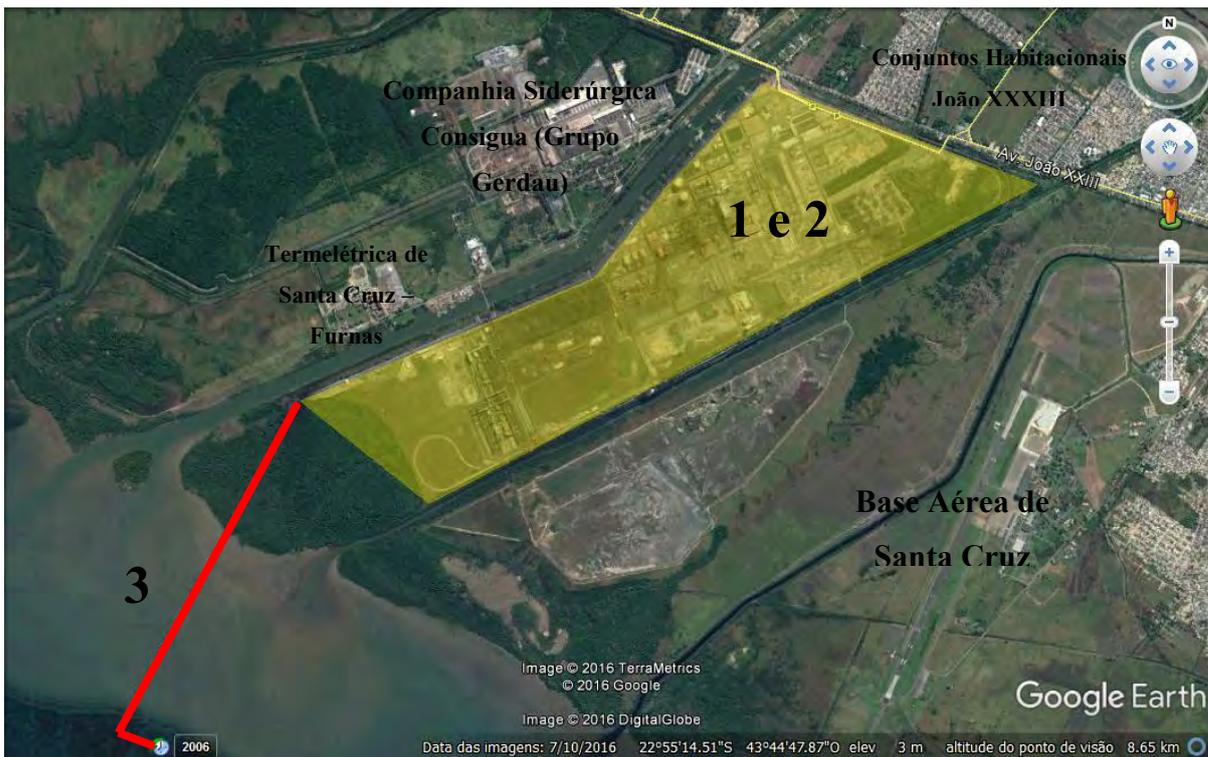
A Companhia Siderúrgica do Atlântico, do Grupo alemão ThyssenKrupp (TKCSA), é o maior Megaempreendimento do Território em análise com um investimento de mais de R\$ 13 bilhões e mais de 3.000 empregos diretos gerados na sua fase de operação e aproximadamente 30.000 na fase de construção, além de ocupar uma área de 9 km<sup>2</sup>. O complexo industrial da TKCSA abarca a Usina com capacidade de produção de até 5 milhões de toneladas de placas de aço por ano, uma usina termoeletrica, um porto com terminais para recebimento do carvão utilizado na geração de energia elétrica e exportação dos bens produzidos na industria. A Siderúrgica recebeu além de aportes financeiros da ThyssenKrupp, da antiga parceira comercial a Companhia Vale e do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no patamar de 1,48 bilhão de reais, além de isenções fiscais e incentivos pelo Governo do Rio de Janeiro e pelo Governo Federal. O quadro 17 resume os setores do Complexo da TKCSA e está enumerado conforme destacado na Figura 12.

Quadro 16: Complexo da Companhia Siderúrgica do Atlântico (Grupo ThyssenKrupp)

<b>Número na Figura 12</b>	<b>Nome</b>	<b>Responsável</b>	<b>Localização</b>	<b>Investimento (em R\$ bilhões)</b>
1	Usina de fabricação das placas de aço	ThyssenKrupp	Santa Cruz, Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro	13,2
2	Usina Termoeletrica da TKCSA			
3	Terminal Portuário da TKCSA (pier e pátio)			

Fonte: TKCSA, 2016.

A Figura 12 mostra a área do Complexo da Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) no bairro carioca de Santa Cruz, bem como os empreendimentos nos arredores.



**Figura 12:** Complexo da Companhia Siderúrgica do Atlântico (Grupo ThyssenKrupp) em Santa Cruz.  
 Fonte: Elaborado pelo autor com dados da TKCSA, 2016.

A TKCSA afirma que desde que as operações da empresa iniciaram foram investidos mais de R\$ 100 milhões no bairro carioca de Santa Cruz e no município de Itaguaí – RJ<sup>25</sup>. Dentre as ações da CSA junto à comunidade estão: a construção de duas Unidades de Pronto Atendimento (UPA), uma Clínica da Família, a construção do Colégio Estadual Erich Walter Heine, todos em Santa Cruz, e uma unidade do Serviço Nacional da Indústria (SENAI) em Itaguaí. Além de tais investimentos a TKCSA mantém o programa Usina Comunitária CSA, que abarca em seu âmbito diversas iniciativas nas áreas de educação (C.E. Eric Walter Heine e Senai Itaguaí), esporte, cultura (ações teatrais, ballet e outros) e cidadania (USINA COMUNITÁRIA CSA, 2016). Partes das ações socioambientais da TKCSA são divulgadas pelo seu periódico mensal o “Alô Comunidade” (ANEXO XXXVII).

Para embasar as informações obtidas sobre questões ambientais, sociais, dentre outras, além de promover o contraditório e consolidar a pesquisa sobre as ações do maior empreendimento local. Uma problemática surge, porém, pois houve contato constante com a TKCSA ao longo do período acadêmico do mestrado (2015/2016/2017), com o setor de Relações Externas & Comunicação da Siderúrgica e, ainda assim, não foi possível conseguir autorização junto à diretoria da empresa para liberação do questionário com as respostas em tempo hábil. Alguns fatores foram determinantes para tal culminando com a transferência do controle da Companhia Siderúrgica do Atlântico, através da venda da mesma do Grupo ThyssenKrupp para a Techint/Ternium, maior produtora de aço da América Latina (ANEXO XXXV; ANEXO XXXVI).

<sup>25</sup> Parte da entrevista realizada por telefone junto ao setor de Relações Externas & Comunicação da Companhia Siderúrgica do Atlântico.

A venda da TKCSA para a Techint/Ternium ocorreu em fevereiro de 2017 e a Siderúrgica entrou em um período de intensa transição, impossibilitando o melhor andamento para se conseguir as respostas junto ao setor de Relações Externas & Comunicação. A operação de transferência ocorreu no valor de € 1,5 bilhão, abaixo dos investimentos despendidos da ThyssenKrupp na empresa. Em 2015 o conglomerado alemão também vendeu a sua participação na Companhia Siderúrgica do Alabama, nos Estados Unidos da América, finalizando a rede global de produção de aço que englobava a TKCSA, a Siderúrgica americana e a sede do grupo na Alemanha (ANEXO XXXV).

A Techint/Ternium é um grupo ítalo-argentino que opera no Brasil através de uma parceria com as Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. (Usiminas) e é uma das principais concorrentes no país com a Companhia japonesa Nippon Steel, com a qual disputa controle de siderúrgicas em território nacional. A ThyssenKrupp alega que as operações no Brasil e nos Estados Unidos geraram custos na construção e operação das Siderúrgicas, além de problemas técnicos que inviabilizaram a manutenção das empresas sobre o controle alemão. O endividamento da Thyssen com a CSA é de aproximadamente € 12 bilhões. A TKCSA também emitiu um comunicado sobre a venda em seu periódico para o bairro de Santa Cruz, o “Alô Comunidade!”, na edição de março de 2017. (ANEXO XXXV; ANEXO XXXVI; ANEXO XXXVII; ANEXO XXXVIII).

### **6.5 As Contribuições do Laboratório de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial (LPDT/UFRRJ) e do Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS/EBAPE/FGV) para o Desenvolvimento no Território dos Megaempreendimentos**

O Laboratório de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial (LPDT) está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGDT/UFRRJ). Tal laboratório possuía, em janeiro de 2017, uma equipe de doze pesquisadores, especificados em quadro em anexo (ANEXO XXVIII).

Dentre os trabalhos mais destacados do Laboratório estão o aporte aos agricultores familiares no município de Itaguaí – RJ, mais especificamente na região de Mazomba, localidade rural próximo à serra de mesmo nome e nos arredores do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro (BR 493 – Rodovia Raphael de Almeida Magalhães). O auxílio nessa região, por parte do LPDT, ficou baseado no Projeto “A Participação das Mulheres em Atividades Rurais nos Municípios de Seropédica e Itaguaí (RJ)”, elaborado pelo então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em parceria com o Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Tal pesquisa e contribuição para o local é uma extensão para a capacitação em gestão social na agricultura familiar visando o desenvolvimento territorial sustentável.

Para tanto o LPDT contou também com a participação constante, além do PPGDT, do Programa de Pós-Graduação em Ciência Tecnologia e Inovação em Agropecuária (PPGCTIA), a Pró-reitoria de Extensão (PROEXT). Tais atividades de capacitação e assistência em Mazomba, e no bairro rural de Santa Alice, em Seropédica, ocorreram a partir do ano de 2015 e contou com a participação de todos os integrantes do LPDT no desenvolvimento das ações juntos aos agricultores familiares. Nesse período também foi identificado que em Mazomba, região esta localizada no Território dos Megaempreendimentos, recebeu diversos aportes financeiros e de organização dos

agricultores, por parte do Complexo Naval de Itaguaí, através de aquisição de alimentos para o canteiro de obras tocado pela Construtora Norberto Odebrecht S.A. e pela Marinha do Brasil, na região vizinha da Ilha da Madeira, no mesmo município de Itaguaí – RJ.

Ao final de 2015 o Projeto em Mazomba e Santa Alice foi expandido para o chamado Território da Baía da Ilha Grande, uma proposta do antigo MDA e com as mesmas parcerias. O objetivo deste novo desafio era o de contribuir para a consolidação da abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural e da articulação das políticas públicas integrantes da matriz do Programa Territórios da Cidadania, com especial atenção à superação das desigualdades de renda e gênero, por meio da articulação institucional e operacional de Universidades Públicas Federais e Estaduais, Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, das instâncias de gestão social dos Territórios Rurais, da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais do MDA e da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República. O Território da Baía da Ilha Grande é composto pelos seguintes municípios: Seropédica, Itaguaí, Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty (ANEXO XXIX). As ações desta empreitada estão conexas ao Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial da Baía da Ilha Grande (NEDET/BIG – Chamada CNPq/MDA/SPM 11/2014), o qual o LPDT é o responsável por prosperar tais atividades.

Comunidades indígenas, quilombolas, agricultores familiares, pescadores, dentre outras sociedades são as atendidas pelo NEDET/BIG, que integra a população civil, agentes públicos das mais diversas esferas e representantes do mercado em meio à recomposição do Colegiado do Território da Baía da Ilha Grande, uma das principais tarefas do Núcleo e o LPDT. A autonomia do Colegiado é um dos focos do Laboratório, mas diversas limitantes, como financeiros, administrativos e integração entre os diversos atores envolvidos, se mostram persistentes à medida que os encontros são concretizados, mas a tenacidade da equipe do LPDT é maior e a capacidade de articulação acaba por superar algumas dessas restrições.

Já o Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS) está vinculado à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EBAPE/FGV). O Programa foi criado no final da década de 1980 e desde então promoveu cursos de capacitação, projetou a temática da gestão social e do controle social aos mais diversos campos de discussões envolvendo a participação social como instrumento do desenvolvimento nas suas mais diversas formas. A integração do PEGS com outras redes de pesquisa se consolidou ao longo das décadas, como a Rede de Pesquisadores em Gestão Social (RGS), dentre outras aproximações também com Instituições de Ensino Superior no Brasil e no Exterior, principalmente na América Latina e Europa. Recentemente o PEGS ficou responsável por coordenar o Projeto “Gestão Social e Cidadania: O Controle Social do Desenvolvimento Regional” (Edital 055/2013 – Pró-Integração), uma parceria da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES) e do Ministério da Integração Nacional (MI). O objetivo deste Projeto é o de Estimular e apoiar a realização de projetos conjuntos de pesquisa entre pesquisadores vinculados a diferentes instituições de ensino superior - IES, institutos de pesquisa e demais instituições associadas, possibilitando o desenvolvimento de projetos de pesquisa científica e tecnológica, contemplando a formação de recursos humanos (RH) em nível de pós-graduação *stricto sensu* acadêmico.

As IES integrantes dessa empreitada são: a EBAPE/FGV (Coordenadora-geral), a Universidade Federal do Tocantins (UFT – IES Associada 1) e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ – IES Associada 2). Além destas instituições de ensino fazem parte do Projeto no Brasil a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de Lavras (UFLA) e a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

(UNIJUÍ), como IES colaboradoras. No exterior as IES integrantes do Projeto são: *Universidad Nacional de General Sarmiento* (República Argentina), *Universidad Andina Simón Bolívar* (UASB – República do Equador), *Universidad de Chile* (República do Chile) e a *Universidad de Los Lagos* (República do Chile).

Ademais dos estudos de gestão social e controle social, o Programa desenvolveu bibliografia sólida sobre a temática (ANEXO XXX) e concretizou as ações através de cursos de capacitação, integração e articulação de instituições de ensino em diversos países e no Brasil e de redes e grupos de pesquisa, incluindo o LPDT nesse rol. O PEGS conta com uma equipe, em janeiro de 2017, de seis integrantes de diversas IES colaboradoras do Programa (ANEXO XXXI).

Entre as ações concretas do PEGS dá-se destaque aos Cursos de “Gestão Comunitária e Sustentabilidade Ambiental” e “Formação Política e Cidadania: Os Conselhos Municipais como Referência” ambos pertencentes à Cáritas Aquidiocesana do Rio de Janeiro, com o apoio da EBAPE/FGV, UFRRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Fluminense (UFF – *Campus* de Volta Redonda) e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Cada curso tem a periodicidade semestral e contou com a participação da sociedade civil de diversos locais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, incluindo atores do Território dos Megaempreendimentos. O Curso de “Formação Política e Cidadania: Os Conselhos Municipais como Referência” já foi oferecido em outras localidades com os municípios de Maricá e Nova Friburgo, com o apoio das respectivas dioceses locais.

O Curso de Gestão Comunitária visa promover a capacitação em técnicas de elaboração de projetos comunitários com ênfase na temática de sustentabilidade ambiental, e neste ano a ação vou vinculada à Campanha da Fraternidade 2017: Biomas Brasileiros e Defesa da Vida, sendo esta considerada uma atividade concreta da Arquidiocese sobre o tema. O curso de Formação Política e Cidadania tem por objetivo mobilizar e qualificar a população para atuar em conselhos municipais, contribuindo desta forma, para o fortalecimento da cidadania em nossa sociedade. A premissa do curso parte de os conselhos são órgãos que garantem a participação da sociedade no acompanhamento e na fiscalização das ações do poder público em diversas áreas: saúde, educação, meio ambiente, assistência social, direitos da criança e do adolescente, dentre outras.

Tanto o LPDT/PPGDT/UFRRJ, como o PEGS/EBAPE/FGV são dois instrumentos importantes que veem a participação social, através da gestão social e do controle social, como caminho para se buscar um desenvolvimento e um crescimento justo e para todos os atores envolvidos, seja a sociedade civil, Estado ou mercado. Tais atores são complementares e, em uma democracia presidencialista, como é a República Federativa do Brasil, a presença do Estado e do mercado se torna essencial com o fim de dinamizar o sistema econômico, a política e demais setores nacionais. O papel do Laboratório de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial e do Programa de Estudos em Gestão Social é o de ser parte da busca pela justiça em meio às persistentes desigualdades brasileiras.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou como se manifesta a gestão social e o controle social como instrumentos nos processos de discussão nas esferas públicas (Sociedade Civil, Estado e Mercado), no Território dos Megaempreendimentos, visando o desenvolvimento local.

A pesquisa identificou que, segundo o PNUD e a GEORIO, o Território dos Megaempreendimentos possui Índices e Unidades de Desenvolvimento Humano (IDH e UDH) e Índice de Desenvolvimento Social (IDS) abaixo da média em relação ao município do Rio de Janeiro e da República Federativa do Brasil. Assim sendo a localidade possui poucas unidades hospitalares em relação ao tamanho da população, saneamento básico precário e ocupação do solo não planejada, apesar das diretivas de Planos Diretores, e com forte expansão imobiliária, distante do centro metropolitano fluminense (aproximadamente sessenta quilômetros ou 01h30min de viagem em transporte público<sup>26</sup>) e com grande crescimento populacional.

Para tanto os diversos atores entrevistados ao longo desta dissertação visavam apresentar as noções e perspectivas da sociedade civil, Estado e mercado em relação à gestão social e o controle social, participação nos processos decisórios e sobre as demandas locais, além dos instrumentos que os cidadãos possuem a sua disposição a partir de casos concretos ocorridos no Território.

Assim como no município de Itaguaí – RJ, no bairro carioca de Santa Cruz a participação da sociedade nos instrumentos de controle social e gestão social é baixa por motivos como desconhecimento, medo, insegurança, excluindo dos processos de discussão temas relevantes para a comunidade, tornando-os pouco inclusivos e isonomia para a tomada de decisão pouco eficaz. Todas essas características foram extraídas a partir das visões de representantes da sociedade civil. Processos de controle social foram identificados, mas também ficou demonstrada a importância da gestão social e do controle social como instrumentos do desenvolvimento. Há gestão social e controle social nas ações tomadas, seja de ofício ou com participações esporádicas de cidadãos interessados, pelos conselhos, órgãos públicos ou pela população, ainda assim insta salientar a percepção dos atores entrevistados a qual esclarece a baixa participação e procura pelos instrumentos.

Associado à baixa participação social há ainda a questão da infraestrutura dos conselhos, por exemplo, gerenciamento de recursos, interferência política e publicidade dos atos da administração pública e do mercado para com o local o qual as instituições e empresas se localizam.

As dificuldades em se constituir mão de obra e sede próprias ao Conselho Comunitário de Segurança da Área Integrada de Segurança Pública 27 (CCSAISP 27) tornam inoperantes algumas ações do conselho, tal qual a difusão de informações à população, até mesmo dos encontros mensais. A mesma instituição não possui recursos próprios, tendo que buscar junto a associações comerciais e industriais, de bairro, Estado e mercado o aporte às atividades permanentes.

As interferências políticas sobre o orçamento e pessoal nas instituições de controle também é fator decisivo para que o local não tenha suas demandas efetivamente atendidas. O Conselho Distrital de Saúde da Área Programática 5.3

---

<sup>26</sup> Segundo a Concessionária Supervia (2017), administradora da malha ferroviária no Estado do Rio de Janeiro. O tempo considerado é relativo ao trecho entre a Estação-Terminal Santa Cruz e a Estação Terminal Central do Brasil, ambas pertencentes ao Ramal Santa Cruz.

(CODS 5.3) e a recém-criada Ouvidoria-Geral da Prefeitura de Itaguaí<sup>27</sup> são instituições que manifestaram essa problemática de forma recorrente. A construção de estabelecimentos de saúde e manejo de pessoal para os centros de saúde de Santa Cruz e bairros adjacentes pende da Secretaria Municipal de Saúde e Poder Legislativo local, por vezes, para aprovação de parlamentares para direcionar as verbas públicas aos locais solicitados. As demandas populares que chegam à Ouvidoria, por exemplo, têm de passar pelo crivo do Poder Executivo para andamento posterior, mas por questões financeiras ou vontade política muitas acabam por estancar logo após a transferência das solicitações para a esfera superior.

A cassação do ex-prefeito de Itaguaí – RJ Luciano Mota mobilizou diversos setores sociais, desde sindicatos, funcionalismo público, associações, instituições como o MP, Tribunais de Contas e Polícia Federal, além de, na visão dos atores entrevistados, haver sido identificado uma fase de amadurecimento para o controle social no município. Em Itaguaí – RJ, como evidência a lapidação do controle social local ocorreu, além da mobilização social momentânea entre 2014 e 2015 por meio do fortalecimento do sítio eletrônico de transparência municipal e da criação da Ouvidoria-Geral municipal. Não diferente em Santa Cruz a problemática ambiental quanto às operações da Companhia Siderúrgica do Atlântico no caso da “chuva de prata” instigou a cooperação e colaboração da sociedade civil para com as ações de instituições de controle social como o INEA e MP, expondo cidadãos interessados e ativos no controle como forma de buscar o desenvolvimento sustentado e sustentável.

A publicidade dada às ações do Estado e do mercado para com o local também é uma falha a se destacar, uma vez que o desconhecimento em se acessar bancos de dados públicos, bem como o desinteresse em publicizar tais informações e atos se mostra fator que atravanca a possibilidade de desenvolvimento, uma vez que o cidadão não possui elementos para demandar e reformular as políticas em vigor.

A investigação obtida a partir da perspectiva dos atores entrevistados é passo importante na busca pelo entendimento de um Território com contrastes multidimensionais. Com base na gestão social e no controle social como instrumentos do desenvolvimento foi detectado uma baixa participação da sociedade, além das dificuldades elencadas anteriormente agravando as dificuldades para o desenvolvimento que inclui a todos os cidadãos e de acordo com as demandas locais.

Por outro lado, as empresas e instituições instaladas, ou em estabelecimento, no Território dos Megaempreendimentos, acreditam que a inclusão do local ocorre por meio de ofertas de empregos, capacitações, diálogo com as sociedades circunvizinhas, dentre outros fatores que direcionem os cidadãos, e áreas próximas às empresas, ao crescimento e desenvolvimento.

Para tanto a seleção dos três atores do mercado destacados nesta dissertação, quais sejam a Companhia Siderúrgica do Atlântico, do grupo alemão ThyssenKrupp (TKCSA), Complexo Nuclear da Marinha do Brasil e a Fundação Instituto Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) não ocorreu ao acaso, mas os dois primeiros Megaempreendimentos são os dois maiores no local em aportes financeiros e a Fundação realizou diversas inserções no Território a partir de diversas empresas e instituições instaladas, compreendendo a problemática na região, como explicitado no Relatório “ANÁLISE ATUALIZADA DOS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS E DE SAÚDE DECORRENTES DA INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DA EMPRESA TKCSA”. Tal documento não realiza somente um estudo sobre possíveis problemas ocasionados pela

---

<sup>27</sup> Criada no ano de 2015 após o processo de cassação do mandato do ex-prefeito de Itaguaí – RJ Luciano Mota.

TKCSA, mas expõe também as problemáticas nas áreas de saúde e saneamento básico, além de trazer dados e informações que demonstram o Território dos Megaempreendimentos como sendo socialmente vulnerável e direcionado à exclusão.

Com a inserção da FIOCRUZ no Território dos Megaempreendimentos a análise desta instituição parte da mesma premissa com a qual lidam em relação às comunidades vizinhas à sede da Fundação no bairro carioca de Manguinhos, na Zona Norte do Município do Rio de Janeiro. Projetos sociais, diálogo com a população local, encontros, busca de instituições de ensino técnico e introdução da mão de obra local nas futuras instalações do complexo da entidade são pontos que a Assessoria de Cooperação Social esclarece como fundamentais e vem sendo realizados tanto em Manguinhos, como em Santa Cruz, mas neste ainda em estágio embrionário, pois as instalações ainda estão em fase de construção.

A Marinha do Brasil, por sua vez, detalhou seu plano de ações multidimensionais, em especial ambiental e social, ainda na fase de licitações e elaboração das documentações iniciais à entrada em vigor da etapa de construção do Complexo na Ilha da Madeira. Dentre as inúmeras atribuições que lhe foram destinadas encontram-se monitoramentos sobre alterações na fauna e flora, marinha e terrestre, da Ilha da Madeira e regiões circunvizinhas, além das correntes marítimas, qualidade do ar, água e solo.

Os monitoramentos deverão ser periódicos enquanto a construção do Complexo é executada e mantida quando do funcionamento do Estaleiro e Base Naval do Submarino Nuclear. O PROSUB também acredita que a realização de capacitações profissionais, auxílio às populações do setor agrário itaguaiense (através do Programa de Aquisição de Alimentos em Mazomba), bem como à sociedade de pescadores, dentre outras ações, direcionam o local ao desenvolvimento. A transferência de montantes financeiros via tributos, além de doações de equipamentos médicos e educacionais, bem como a manutenção de instituições de ensino na Ilha da Madeira são outras formas que a Marinha do Brasil realiza como compensações e inserção no espaço transformado pelo estabelecimento do Programa de Submarinos de Propulsão Nuclear em Itaguaí – RJ.

A questão ambiental e social sofre um revés nos pontos de demissões e confusão sobre as atribuições ambientais quando analisadas em relação aos demais Megaempreendimentos locais. A Construtora Norberto Odebrecht S.A., através de sua subsidiária Odebrecht Defesa e Tecnologia, responsável pela construção do Complexo, e a Eletrobrás Eletronuclear S.A. passaram, nos últimos anos a serem incluídas no rol de empresas da Operação Lava-Jato, o que levou ao atraso das obras na Ilha da Madeira. Este fator associado à crise econômica nacional, desde 2014, teve os repasses de verbas tanto do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTI), como do Ministério da Defesa (MD) reduzidos, levando às demissões dos funcionários da Odebrecht. Por outro lado, as ações da Marinha do Brasil vêm sendo mantidas em meios aos problemas relatados na fase de construção, ainda que com os repasses financeiros reduzidos.

O maior Megaempreendimento local, a Companhia Siderúrgica do Atlântico mantém também em seu rol de ações no local diversas frentes. Mesmo em meio ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado com o Ministério Público do Rio de Janeiro, após as operações da empresa terem causado o fenômeno da “chuva de prata”, a TKCSA mantinha uma série de atividades no Território dos Megaempreendimentos que ela entende como desenvolvedoras da região, como a absorção de mão de obra, qualificação sobre a mesma, projetos sociais, investimentos no Colégio Estadual Erich Walter Heine, nos arredores da Siderúrgica, bem como comunicação social através de

canais diretos ou pelo jornal da Companhia para a sociedade (Alô Comunidade!), além de atividades culturais, esportivas e aportes no sistema de saúde local.

As operações da TKCSA, bem como as ações da Siderúrgica, porém tem passado por constantes problemas pelo porte da empresa e acordos negociados com as instituições públicas formalmente constituídas. Novos casos de “chuva de prata”, repasses financeiros que não se traduziram em investimentos para as populações, como na comunidade pesqueira e não resolução de pontos do TAC foram fatores decisivos pela concessão do Licenciamento Ambiental no final do ano de 2016, chegando a um termo pela permissão de funcionamento.

Diante desse contexto de benefícios e problemas das empresas e instituições, bem como da própria sociedade civil, um tema que os atores foram constantes nas suas falas se referiram à integração, se não claramente, implícita em seus discursos. Todos entendem que integrar os atores de diferentes temáticas é essencial para melhor entendimento da sociedade e para melhor andamento do controle social, participação e diálogo com a sociedade civil, Estado e mercado.

A gestão social e o controle social mostraram indícios de existência e estão à disposição das sociedades locais, porém, mesmo que haja pleno funcionamento, a participação social ainda é insignificante em relação ao tamanho da população local. O desenvolvimento local tem na participação social instrumento importante, mas não único um dos alicerces na busca por uma região integrada, justa, incluyente, sustentável e sustentada no longo prazo. A integração entre os atores fortaleceu outros que nem mesmo estrutura possuíam, seja física, financeira ou de pessoal. O robustecimento da gestão social e do controle social é objetivo uníssono, apesar da baixa participação social nos processos decisórios da sociedade civil organizada e em seguimentos do Estado. Todos os entrevistados possuíram o entendimento de que o diálogo e a comunicação são as escolhas a serem direcionadas as estratégias de cada um dos envolvidos e alimentadas no processo de crescimento econômico, com o fim de buscar o desenvolvimento multidimensional, verificado no Território dos Megaempreendimentos.

## 8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCANTARA, Denise. **Itaguaí e Seropédica: nós nas redes – Conflitos e transformações da paisagem**. Anais da VI oficina de Arquitetura da Paisagem e III oficina Quapa-SEL RJ, p. 1-25. 2011

ATLAS BRASL. **Itaguaí, RJ**, 2010a. Disponível em: <[http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/5400](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/5400)>. Acesso em: 20 jan. 2016.

\_\_\_\_\_. **Regiões Metropolitanas**, 2010b. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/mapa/>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

\_\_\_\_\_. **Perguntas Frequentes**, 2010c. Disponível em: <[http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o\\_atlas/perguntas\\_frequentes/](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/perguntas_frequentes/)>. Acesso em: 20 jan. 2016.

BANNWART JÚNIOR, C. J.; TESCARO JÚNIOR, J. E. **Jürgen Habermas: Teoria Crítica e Democracia Deliberativa**. Niterói: 2012. Disponível em <<http://www.confluencias.uff.br/index.php/confluencias/article/viewFile/123/146>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

BARCELOS, R. M. **A Nova Economia Institucional: Teoria e Aplicações**. Programa Especial de Treinamento (PET) do Departamento de Economia da Universidade de Brasília. Brasília: 2003.

BARROSO, L. R. **Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: 20 jan. 2016.

BUENO, N. P. **Lógica da Ação Coletiva, Instituições e Crescimento Econômico: Uma Resenha Temática sobre a Nova Economia Institucional**. Revista Economia, Brasília, v.5, n.2, p.361–420 jul./dez. 2004.

CANÇADO, A. C., PEREIRA, J. R., TENÓRIO, F. G. **Gestão Social: Epistemologia de Um Paradigma**. Curitiba: CRV, 2013.

CÂMARA FEDERAL. **Decreto N° 21.115/32**. Rio de Janeiro: 1932. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21115-2-marco-1932-514728-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 30 set. 2015.

CAVALCANTE, C. M. **A Economia Institucional e as Três Dimensões das Instituições**. Revista de Economia Contemporânea (REC), v. 18, n 3. Rio de Janeiro: 2014, p. 373-392.

CAVACALTI, Nireu. **Cantos do Rio: Santa Cruz**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

CAVALLIERI F., LOPES, G. P. **Índice de Desenvolvimento Social - IDS: comparando as realidades microurbanas da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 2008.

CANÇADO, A. C., SAUSEN, J. O., VILLELA, L. E. **Gestão Social versus Gestão Estratégica**. In: TENÓRIO, F. G. (org.). *Gestão Social e Gestão Estratégica: Experiências em Desenvolvimento Territorial*. Rio de Janeiro: FGV, 1. ed. 2013.

CCSAISP-27 – CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA DE SANTA CRUZ. Disponível em: <<http://ccs27aisp.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; DA SILVA, R. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CETEM. **Cia. Siderúrgica do Atlântico causa problemas ambientais e de saúde à população de Santa Cruz (RJ)**. 2013. Disponível em: <<http://verbetes.cetem.gov.br/verbetes/ExibeVerbete.aspx?verid=132>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

CGU – CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **Glossário**. Brasília: 2016a. Disponível em: <<http://www.portalttransparencia.gov.br/glossario/DetailGlossario.asp?letra=c>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

CGU – CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **Controle Social – Orçamento participativo**. Brasília: 2016b. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/controlesocial/OrcamentoParticipativo.asp>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

CGU – CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **Controle Social – Conselhos municipais e controle social**. Brasília: 2016c. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/controlesocial/ConselhosMunicipaiseControleSocial.asp>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

\_\_\_\_\_. **Olho Vivo no Dinheiro Público. Controle Social Orientações aos cidadãos para participação na gestão pública e exercício do controle social**. Brasília: 2010. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/controle-social/arquivos/controlesocial.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2016.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a Escada**. São Paulo: Unesp, 2004.

CODIN – COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. Alternativa de Localização. **Distritos Industriais**. 2015. Disponível em: <<http://www.codin.rj.gov.br/Paginas/ApoioInvestidor/AlternativaLocalizacao/DistritoCampoGrande.aspx>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL –RIO + 20. **Documento de contribuição brasileira à Conferência RIO+20**. 2012. Disponível em: <[http://www.rio20.gov.br/documentos/contribuicao-brasileira-a-conferencia-rio-20/at\\_download/contribuicao-brasileira-a-conferencia-rio-20.pdf](http://www.rio20.gov.br/documentos/contribuicao-brasileira-a-conferencia-rio-20/at_download/contribuicao-brasileira-a-conferencia-rio-20.pdf)>. Acesso em: 19 abr. 2015.

CPDOC – CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRICA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **A Era Vargas: dos anos 20 a 1945.** Anos 20 > Café e Indústria > Crise de 1929. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CafeEIndustria/Crise29>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

CSN. **Ampliação da capacidade de movimentação de minério de ferro do Terminal de Granéis Sólidos (TECAR) no Porto de Itaguaí – RJ.** Disponível em: <[http://www.csn.com.br/irj/go/km/docs/csn\\_documentos/CSN/FolderBook%20Projeto%20de%20Amplia%C3%A7%C3%A3o%20do%20Tecar.pdf](http://www.csn.com.br/irj/go/km/docs/csn_documentos/CSN/FolderBook%20Projeto%20de%20Amplia%C3%A7%C3%A3o%20do%20Tecar.pdf)>. Acesso em: 30 out. 2015.

DATASUS. Ministério da Saúde. Brasília: 2016. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?ibge/cnv/pibmunbrj.def>>. Acesso em: 24 dez. 2015.

DEC – DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO. Exército Brasileiro. Brasil Império. **Batalhão Escola de Engenharia,** 2015. Disponível em: <[http://www.dec.eb.mil.br/historico/brasilImperio/brasilImperio\\_principal.html](http://www.dec.eb.mil.br/historico/brasilImperio/brasilImperio_principal.html)>. Acesso em: 20 jan. 2016.

EBC. **Fábrica de submarinos comprova potencial tecnológico na área de defesa, afirma Dilma.** Brasília: 2013. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/politica/2013/03/dilma-com-fabrica-de-submarinos-pais-comprova-potencial-tecnologico-na>>. Acesso em: 23 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. **PF apreende helicóptero e carros de luxo de ex-prefeito de Itaguaí.** Rio de Janeiro: 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-04/pf-apreende-helicoptero-e-carros-de-luxo-de-ex-prefeito-de-municipio>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Base de submarinos da Marinha reduz ritmo de trabalho por corte de gastos.** Brasília, 2016a. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-01/ajustes-reduzem-ritmo-de-trabalho-na-base-de-submarinos-da-marinha-em-itaguaui>>. Acesso em: 12 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **MPF investiga suspeita de irregularidades em fabricação de submarinos da Marinha.** Brasília, 2016b. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-07/mpf-investiga-suspeita-de-irregularidades-em-fabricacao-de-submarinos-da>>. Acesso em: 23 dez. 2016.

ESTADÃO. **Odebrecht relata propina para projeto de submarino nuclear da Marinha.** São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,odebrecht-relata-propina-para-projeto-de-submarino-nuclear-da-marinha,10000094692>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

EXAME. **Cortes do orçamento ameaçam submarino nuclear da Odebrecht: Recessão no país faz com que governo corte gastos não-prioritários; com isso, projeto de submarino nuclear perdeu metade do financiamento.** São Paulo, 2016;

Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/cortes-do-orcamento-ameacam-submarino-da-odebrecht/>>. Acesso em: 10 out. 2016.

**EXTRA. Emprego em Seropédica: 600 vagas para central de tratamento de resíduo.** Disponível em: <<http://extra.globo.com/emprego/emprego-em-seropedica-600-vagas-para-central-de-tratamento-de-residuo-363631.html#ixzz47S9aQW1T>>. Acesso em: 13 jan. 2016.

**EXTRA. Em protesto, moradores de Itaguaí pedem que prefeito da cidade deixe o cargo.** Rio de Janeiro: 2015. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/rio/em-protesto-moradores-de-itaguai-pedem-que-prefeito-da-cidade-deixe-cargo-15001459.html>>. Acesso em: 21 abr. 2017;

FBN – FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Ministério da Cultura. 201. Disponível em: <<https://www.bn.br/noticia/2015/07/rio-450-anos-bairros-rio-santa-cruz>>. Acesso em: 30 set. 2015.

FGV – FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Fazenda Nacional de Santa Cruz – Regime de Suas Terras – Enfitêuse – Desapropriação.** Supremo Tribunal Federal, 1946. Rio de Janeiro: 2016. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/viewFile/10673/9667>>. Acesso em: 10 out. 2015.

FIOCRUZ – INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM BIOIMUNOLÓGICOS BIOMANGUINHOS. **Campus Santa Cruz (RJ).** Rio de Janeiro: 2014a. Disponível em: <<https://www.bio.fiocruz.br/index.php/home/crescimento-institucional/santa-cruz-rj>>. Acesso em: 27 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Relatório ANÁLISE ATUALIZADA DOS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS E DE SAÚDE DECORRENTES DA INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DA EMPRESA TKCSA.** Rio de Janeiro: 2014b. Disponível em: <<http://portal.fiocruz.br/pt-br/content/relatorio-reafirma-correlacao-entre-material-expelido-pela-tkcsa-e-impactos-na-saude>>. Acesso em: 16 dez. 2016.

FOLHA. **Investigado, projeto de submarino nuclear traz novas suspeitas.** São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/06/1780963-investigado-projeto-de-submarino-nuclear-traz-novas-suspeitas.shtml>>. Acesso em: 24 set. 2016.

FONSECA, P. C. D. **O Processo de Substituição de Importações.** In: Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2003.

FRIDMAN, F. **Uma Cidade Nova no Rio de Janeiro.** In: Revista Arquivo Nacional, Acervo. Rio de Janeiro: 2009, v. 22, n. 1, p. 139-152, jan. /jun. 2009.

G1 RIO. **Câmara de Itaguaí, RJ, cassa mandato de Luciano Mota: Ele foi afastado do cargo em 2014, acusado de desviar verba do SUS. Entre os bens apreendidos do ex-prefeito estava uma Ferrari.** G1 Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/07/camara-de-itaguai-no-rj-cassa-mandato-do-ex-prefeito-luciano-mota.html>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

G1. **Servidores de Itaguaí, RJ, fazem protesto em frente à prefeitura.** Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: < <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/03/servidores-de-itagua-i-rj-fazem-protesto-em-frente-prefeitura.html>>. Acesso em: 20 abr. 2017;

\_\_\_\_\_. **Com candidatura deferida, Charlinho é eleito prefeito de Itaguaí, RJ: Decisão da Justiça Eleitoral validou os votos dados ao candidato do PMDB. Carlo Busatto Júnior já governou o município da Baixada de 2005 a 2012.** Rio de Janeiro, 2016. Acesso em: < <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/eleicoes/2016/noticia/2016/10/com-candidatura-deferida-charlinho-volta-ser-prefeito-de-itagua-i-rj.html>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. **Crise econômica atrasa em dois anos programa nuclear da Marinha no RJ: Laboratório, previsto para 2017, deve ser concluído apenas em 2019.** Segundo comandante da corporação, orçamento foi diminuído em 50%. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: < <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/crise-economica-atrasa-em-dois-anos-programa-nuclear-da-marinha-no-rj.html>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

GALANTE, M. **Direito Constitucional.** v. 4. São Paulo: Barros, Fischer e Associados, 2005.

GEORIO. **Índice de Desenvolvimento Social - IDS.** Disponível em: <<http://portalgeo.rio.rj.gov.br/indice/flanali.asp?codpal=54&pal=DESENVOLVIMENTO%20SOCIAL/HUMANO>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

\_\_\_\_\_. Bairros Cariocas. Bairros. **Santa Cruz.** 2015b. Disponível em: <[http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros Cariocas/index\\_bairro.htm](http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros Cariocas/index_bairro.htm)>. Acesso em: 20 jan. 2016.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1987.

GONÇALVES, C. **Recuperação ambiental de área contaminada pela Ingá Mercantil envolverá mais de R\$ 92 milhões.** Agência Brasil, 2011. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2011-04-26/recuperacao-ambiental-de-area-contaminada-pela-inga-mercantil-envolvera-mais-de-r-92-milhoes>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

HABERMAS, J. **Direito e Democracia: entre factividade e validade.** v. 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2011.

\_\_\_\_\_. **The theory of communicative action: Reason and the rationalization of society.** Boston: Beacon Press, v. 1. 1984.

HOFFMANN, S. **Secretaria do Ambiente Multa CSA em R\$ 10,5 Milhões Por Nova 'Chuva De Prata' em Região de Santa Cruz: Siderúrgica terá ainda que fazer obras de R\$ 4,5 milhões contra inundações e plantar 15 mil árvores na vizinhança das casas dos moradores atingidos.** Governo do Rio de Janeiro. Secretaria de Meio Ambiente, 2012. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/sea/exibeconteudo?article-id=1307467>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro. **Itaguaí**. 2013. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=330200>>. Acesso em 20 jan. 2016.

\_\_\_\_\_. **Cidades@. Rio de Janeiro, Itaguaí, histórico**. Rio de Janeiro: 2016. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=330200>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. **Cidades@. Rio de Janeiro, Itaguaí**. Rio de Janeiro: 2016. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=330200&search=||info%El%licos:-informa%E7%F5es-completas>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

IMPrensa RJ. **Indústria Siderúrgica Fluminense Entre as Maiores do Brasil**. Rio de Janeiro: 2011. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=553436>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

\_\_\_\_\_. **Distrito de Santa Cruz Receberá R\$ 1,47 Bilhão em Investimentos**. Rio de Janeiro: 2012. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=1286647>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **INCRA/RJ publica edital para recuperação de acervo histórico da Fazenda Nacional de Santa Cruz**. 2013. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/incra-rj-publica-edital-para-recuperacao-de-acervo-historico-da-fazenda-nacional-de-santa-cruz>>. Acesso em: 7 out. 2015.

\_\_\_\_\_. **Servidores do Incra/RJ são capacitados para regularizar áreas de fazenda do Período Imperial**. 2011. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/servidores-do-incrarj-sao-capacitados-para-regularizar-areas-de-fazenda-do-periodo-imperial>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

INEA – INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE. **Superintendência Regional Baía de Sepetiba**. Disponível em: <<http://www.inea.rj.gov.br/Portal/MegaDropDown/Regionais/BaiadeSepetiba/index.htm&lang=>>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

INSTITUTO PEREIRA PASSOS. Rio de Janeiro: 2015. Disponível em: <[www.rio.rj.gov.br/web/ipp](http://www.rio.rj.gov.br/web/ipp)>. Acesso em: 20 jan. 2016.

ISP. **Conselhos Comunitários**. O que são? Rio de Janeiro: 2016. Disponível em: <<http://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=40>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

ITAGUAÍ. Prefeitura de Itaguaí. **Itaguaí recupera parte de seu território perdido para Seropédica**. Itaguaí: 2016. Disponível em: <<http://www.itaguaui.rj.gov.br/noticia/807/itaguaui-recupera-parte-de-seu-territorio-perdido-para-seropedica.html>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

**JB. MPF recorre ao STJ para aumentar pena de prisão de prefeito de Itaguaí:** Execução imediata de sanção de Charlinho é pedida com base em histórico do STF. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: < <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2017/01/17/mpf-recorre-ao-stj-para-aumentar-pena-de-prisao-de-prefeito-de-itaguai/>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

**JORNAL NACIONAL. Prefeito de Itaguaí (RJ) é suspeito de comandar desvio de verbas:** De acordo com a PF, Luciano Mota, do PSDB, comandava quadrilha que desviava verbas dos royalties do petróleo e do Sistema Único de Saúde. Rio de Janeiro: 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/12/prefeito-de-itaguai-rj-e-suspeito-de-comandar-desvio-de-verbas.html>>. Acesso em: 8 jan. 2016.

**LA ROVERE, R. L., DA SILVA, M. O. Desenvolvimento Econômico Local da Zona Oeste do Rio de Janeiro e Seu Entorno.** Rio de Janeiro: PoD, 2010.

**LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado.** 14. ed. São Paulo: Saraiva 2010.

**MACEDO, R. Câmara de Itaguaí cassa o prefeito Luciano Mota: Em sessão tumultuada, político investigado pela PF é destituído do cargo por 14 votos a 1. Em Itaboraí, segundo colocado nas eleições pode assumir, diz TRE.** O DIA, 2015. Disponível em: < <http://odia.ig.com.br/odiaestado/2015-07-08/camara-de-itaguai-cassa-o-prefeito-luciano-mota.html>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

**MANSUR, André Luis. O velho Oeste Carioca. História da ocupação da Zona Oeste do Rio de Janeiro (de Deodoro a Sepetiba). Do século XVI ao XXI.** Rio de Janeiro, Ibís Libris, 2008.

**MAPA – MEMÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA.** Ministério da Justiça. Arquivo Nacional. 2011. Disponível em: <<http://linux.an.gov.br/mapa/?p=2242>>. Acesso em: 30 set. 2015.

**MMX – MINERAÇÃO E METÁLICOS S. A. Comunicados ao Mercado.** Rio de Janeiro, 2009. Disponível em:<<http://www.mmx.com.br/Mobile/ShowMobile.aspx?idConteudo=HXyCnXafnSRWtbhsx3v9VA==&idCanal=hLqwC+eTw2lLwuPGx3q2Jw==>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

**MOTTA, S.; BARCHET, G. Curso de Direito Constitucional.** 2. ed. São Paulo: Campus Jurídico, 2008.

**MPRJ. Nossos endereços.** Rio de Janeiro, Disponível em: < <http://www.mprj.mp.br/cidadao/endereco-e-telefone;jsessionid=i6T+ntdaO6PruQcykQ3LUdah.node3>>. Acesso em 20 jan.2016.

**MPRJ. Cidadania.** Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://seguro.mprj.mp.br/web/internet/areas-de-atuacao/cidadania>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

MPF. 2016a. Disponível em: <<http://sig.mpf.mp.br/MicroStrategy/servlet/mstrWeb?evt=2048001&src=mstrWeb.2048001&visMode=0%C2%A4tViewMedia=8&documentID=0F1244EE11E5984500000080EF35B6A2&server=JUNO2.PGR.MPF.MP.BR&Project=Ranking%20da%20Transparencia&port=0&share=1>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

\_\_\_\_\_. **Ranking Nacional de Transparência.** Mapa da Transparência. 2016b. Disponível em: <<http://www.rankingdatransparencia.mpf.mp.br/>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

\_\_\_\_\_. **MPF e CGU capacitam gestores para aplicar Lei de Acesso à Informação em municípios fluminenses.** Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/rj/sala-de-imprensa/noticias-rj/mpf-e-cgu-capacitam-gestores-para-aplicar-lei-de-acesso-a-informacao-em-municipios-fluminenses>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

MULTIRIO. **Em Santa Cruz, riqueza histórica e empreendedorismo.** Rio de Janeiro: 2013. Disponível em: <<http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/488-santa-cruz-riqueza-historica-e-vocacao-para-o-empendedorismo>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. **Investimento Bilionário no Distrito Industrial.** Rio de Janeiro: 2013b. Disponível em: <<http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/490-investimento-bilionario-no-distrito-industrial>>. Acesso em: 14 jan. 2016.

\_\_\_\_\_. **Chineses no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: 2014. Disponível em: <<http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/795-os-chineses-no-rio-de-janeiro>>. Acesso em: 5 dez. 2015.

NOGUEIRA, D. **CSA tem autorização para operar renovada, apesar de apesar de pendências ambientais: Unidade siderúrgica da alemã Thyssenkrupp na Zona Oeste do Rio gera incômodo na vizinhança.** O Globo, 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/csa-tem-autorizacao-para-operar-renovada-apesar-de-apesar-de-pendencias-ambientais-12371431#ixzz40oaQC7tk>>. Acesso em: 21 jan. 2016.

O DIA. **Porto de Itaguaí vai criar 2.400 empregos: Terminal da Usiminas prevê geração de 2 mil oportunidades na obra e 400 na operação.** Rio de Janeiro: 2010. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/portal/economia/porto-de-itagua%C3%AD-vai-criar-2-400-empregos-1.113564>>. Acesso em 11 out. 2015;

O DIA. **Manifestantes organizam festa junina na porta da Câmara Municipal de Itaguaí.** Rio de Janeiro: 2015. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-05-23/manifestantes-organizam-festa-junina-na-porta-da-camara-municipal-de-itagua.html>>. Acesso em: 21 abr. 2017;

ODEBRECHT. **Odebrecht Defesa e Tecnologia.** Salvador, 2014. Disponível em: <<http://www.odebrecht.com/pt-br/negocios/nossos-negocios/defesa-e-tecnologia>>. Acesso em: 16 out. 2016.

PDI/UFRRJ – PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO. Seropédica: 2013. Disponível em: <<http://r1.ufrrj.br/wp/acessoainformacao/institucional/pdi/>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

PERICO, R. E. **Identidade e Território no Brasil**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009.

PLANALTO. **Decreto-lei Nº 893/38**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia Para Assuntos Jurídicos. Rio de Janeiro: 1938. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/De10893.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De10893.htm)>. Acesso em: 6 out. 2015.

PLANO DIRETOR SUSTENTÁVEL DE ITAGUAÍ. Prefeitura de Itaguaí, 2007.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Ranking IDH Global 2014**. Brasília: 2016. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDH-Global-2014.aspx>>. Acesso em: 12 set. 2015.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Controle Social**. 2016. Disponível em: <<http://transparencia.gov.br/controleSocial/>>. Acesso em: 24 jan. 2016.

PORTO SUDESTE. Itaguaí: 2016. Disponível em: <<http://www.portosudeste.com/pt/>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

PREFEITURA DO RIO. Disponível em: <[http://www0.rio.rj.gov.br/patrimonio/proj\\_palacete\\_princ\\_isabel.shtm](http://www0.rio.rj.gov.br/patrimonio/proj_palacete_princ_isabel.shtm)>. Acesso em: 1 out. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto Municipal Nº 3158/81**. Rio de Janeiro: 1981. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/buscafacil/Arquivos/PDF/D3158M.PDF>>. Acesso em 8 out. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto Nº 12.193/93**. Rio de Janeiro: 1993. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4722991/4121875/083DECRETO12193AntigaEstacaoFerroviariaSantaCruz.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Prefeitura inicia obras do BRT Transbrasil**. Rio de Janeiro: 2014. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=5065490>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei Complementar 135/2010**. Brasília, 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/Lcp135.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp135.htm)>. Acesso em: 1º abr. 2016.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: 2016. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: 2 fev. 2016.

PROSUB. **Programa de Desenvolvimento de Submarinos**. Brasília, 2016. Disponível em: <<https://www1.mar.mil.br/prosub/>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

REVISTA TECHNO NEWS. **Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), cinco anos de desenvolvimento e desafios**. Uberlândia, 2015. Disponível em: <<https://www1.mar.mil.br/prosub/prosub-midia?page=3>>. Acesso em: 11 dez. 2016.

RIO. **Conselhos Distritais de Saúde**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/sms/exibeconteudo?id=4212984>>. Acesso em: 25 dez. 2016.

ROSSETE, A. N. **Mineração e Planejamento Ambiental. Estudo de Caso: A Mineração de Areia no Município de Itaguaí-RJ**. Campinas: 1996. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?view=vtls000113981>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento, Includente, Sustentável, Sustentado**. Rio de Janeiro: Gramond, 2008.

SANTA CRUZ RJ. **História do Bairro**. 2005. Disponível em: <<http://www.santacruzrj.com.br/historiadobairro/center.htm>>. Acesso em: 28 set. 2015.

SEMADS – SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Bacias Hidrográficas e Recursos Hídricos da Macrorregião Ambiental 2 - Bacia da Baía de Sepetiba**. Rio de Janeiro: SEMADS, 2001.

SENADO FEDERAL. **Conferência rio-92 sobre o meio ambiente do planeta: desenvolvimento sustentável dos países**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/emdiscussao/rio20/a-rio20/conferencia-rio-92-sobre-o-meio-ambiente-do-planeta-desenvolvimento-sustentavel-dos-paises.aspx>>. Acesso em 20 de abr. 2015.

\_\_\_\_\_. **Problemas e consensos na Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20**. 2012. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/a-rio20/problemas-e-consensos-na-conferencia-sobre-desenvolvimento-sustentavel-rio20.aspx>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto N° 19.133/30**. Rio de Janeiro: 1930. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=22355&norma=37629>>. Acesso em: 30 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei N° 24.606/34**. Rio de Janeiro: 1934. Disponível em: <[http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=24606&tipo\\_norma=DEC&data=19340706&link=s](http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=24606&tipo_norma=DEC&data=19340706&link=s)>. Acesso em: 2 out. 2015.

SILVA NETO, M. J. e. **Curso de Direito Constitucional**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris 2009.

SMU – SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO – RIO DE JANEIRO. **Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro**. 2011. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/smu/exibeconteudo?id=2879239>>. Acesso em: 13 jun. 2015.

SUPERVIA. **Supervia Trens Urbanos**. Disponível em: <<http://www.supervia.com.br/>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

TCERJ – TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Ação conjunta do TCE e da PF em Itaguaí**. 2015. Disponível em: <[http://www.tce.rj.gov.br/web/guest/todas-noticias/-/asset\\_publisher/SPJsTl5LTiyv/content/acao-conjunta-do-tce-e-da-pf-em-itaguaui](http://www.tce.rj.gov.br/web/guest/todas-noticias/-/asset_publisher/SPJsTl5LTiyv/content/acao-conjunta-do-tce-e-da-pf-em-itaguaui)>. Acesso em: 20 jan. 2016.

TEMER, M. **Elementos de Direito Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 23. ed. 2010.

TENÓRIO, F. G. Escopo Teórico. In: TENÓRIO, F. G. (org.). **Cidadania e Desenvolvimento Local: Critérios de Análise**. Rio de Janeiro: FGV, v. 1. 2012.

TKCSA. **Institucional, thyssenkrupp CSA**. Rio de Janeiro: 2016. Disponível em: <<http://www.thyssenkrupp-csa.com.br/institucional/>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

TRT1 – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO. **Endereços e Telefones**. Disponível em: < <http://www.trt1.jus.br/web/guest/enderecos-e-telefones>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

TSE. **Divulgação de Resultados das Eleições**. Brasília, 2016. Disponível em: < <http://divulga.tse.jus.br/oficial/index.html>>. Acesso em: 2 nov. 2016.

TUBBS, D., MARQUES, E. D., GOMES O. V. O., SILVA-FILHO, E. V. **Impacto da Mineração de Areia sobre a Química das Águas Subterrâneas, Distrito Areeiro da Piranema, Municípios de Itaguaí e Seropédica, Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 2011. Disponível em: <[http://www.cprm.gov.br/publique/media/Art\\_Impacto\\_Marques2011.pdf](http://www.cprm.gov.br/publique/media/Art_Impacto_Marques2011.pdf)>. Acesso em: 29 dez. 2015.

UFV – UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Plano Diretor de Viçosa**. Viçosa: 2016. Disponível em: < <http://www.ufv.br/pdv/que.html>>. Acesso em: 23 dez. 2015.

VIEIRA, W. S. **Memória, Identidade, Cultura e Movimentos Sociais na Zona Oeste Carioca**. In: XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Salvador: 2011. Disponível em: < [http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1308245880\\_ARQUIVO\\_TextoCONLAB.pdf](http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1308245880_ARQUIVO_TextoCONLAB.pdf)>. Acesso em: 13 nov. 2015.

VILLELA, L. E; GUEDES, C. A. M.; SANTANA, J. S.; BRITTO, E. B. R. **Crescimento Econômico versus Gestão Social e Desenvolvimento/ Territorial Sustentável- Análise dos Impactos de Megaempreendimentos nos Municípios de Macaé-RJ e de Itaguaí RJ**. Ijuí: Desenvolvimento em Questão, ano 10, v. 21. 2012. p. 119-145.

VILLELA, L. E.; ARAUJO, A. C.; VIDAL, M. O.; COSTA, N. L. S. F. **Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS) e Gestão Social como conceitos indissociáveis: o caso do município de Itaguaí-RJ.** In: FERREIRA, Marco Aurélio Marques. (Org.). Administração Pública, Economia Solidária e Gestão Social: limites, desafios e possibilidades. 1ed.Viçosa: UFV, 2014, v. 1.

VILLELA, L. E., GUEDES, C. A. M., VIDAL, M. O., FRANCISCO, D. N. **Desenvolvimento versus crescimento: as contradições no município de Itaguaí – RJ.** Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, 2014. Disponível em: < <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cdf/article/view/14231>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

## ANEXOS

### Anexo I – Ranking Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs) do Município de Itaguaí – RJ – Período de 2000 a 2010

-	UDH	2000	2010	Comparativo UDH X Países (estimativa para 2014)
1	Porto de Sepetiba	0,490	0,632	Nicarágua (125º no ranking global – 0,631)
2	Áreas de extração de areia / Ocupação nas margens do Rio da Guarda	0,490	0,632	
3	Rua Perpétua / Chaperó	0,490	0,632	
4	Vila Geny	0,490	0,632	
5	Serra da Mazomba Estrada das Palmeiras Palmeiras	0,490	0,632	
6	Jardim Veda	0,490	0,632	
7	Vila Ipirapitanga I	0,490	0,632	
8	Vila Ibirapitanga	0,490	0,658	
9	Teixeiras / Serra da Calçada / Arco Metropolitano	0,490	0,658	
10	Bairro Santana com Rodovia Rio Santos	0,490	0,658	
11	Serra do Matoso	0,490	0,658	
12	Vila Paraíso Nuclebras Brisa Mar Jardim Acácias	0,566	0,658	
13	Vila Ipirapitanga II	0,566	0,658	
14	Estrela do Céu	0,566	0,658	Belize e República Dominicana (ambos 101º no ranking global – ambos com 0,715)
15	Vila Paraíso	0,566	0,716	
16	Rua Jonas Costa Pereira	0,566	0,716	
17	São Salvador / Centro	0,578	0,716	
18	Comunidade do Engenho	0,578	0,716	
19	Estrada Saturnino Braga / Mazomba	0,566	0,716	Jamaica (119º no ranking global – 0,719)
20	Cidade Baixa / Vila Margarida	0,578	0,718	
21	Bairro Santa Cândida	0,566	0,718	
22	Jardim América / Ecologia / Piranema	0,566	0,718	República
23	Ilha da Madeira	0,705	0,763	

24	Vila Margarida / Comunidade do Engenho	0,705	0,763	Bolivariana da Venezuela (71° no ranking global – 0,762)
25	Rua Reverendo Otávio Luis Vieira	0,705	0,763	
26	Itaguaí (Continente)	0,578	0,763	
27	Itaguaí (Ilha de Itacuruçá)	0,578	0,763	
28	Monte Serrat / Jardim América / Ecologia	0,697	0,784	Antígua e Barbuda (58° no ranking global – 0,783)
29	Rua Maria Figueira Costa com Centro de Itaguaí	0,697	0,784	
30	Coroa Grande	0,697	0,784	
31	Centro de Itaguaí	0,736	0,837	Arábia Saudita (39° no ranking global – 0,837)
-	Município de Itaguaí – RJ	0,589	0,715	Belize e República Dominicana (ambos 101° no ranking global – ambos com 0,715)

Fonte: elaborado pelo autor com dados de Atlas Brasil, 2010; PNUD 2016.

**Anexo II – Ranking das Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs) do Bairro Carioca de Santa Cruz (Rio de Janeiro/RJ) – Período de 2000 a 2010**

-	UDH	2000	2010	Comparativo UDH X Países (estimativa para 2014)
1	Canal da Ponte Branca Rio de Janeiro, RJ	0,506	0,604	Butão (132º no ranking global – 0,605)
2	Tancredo Neves Rio de Janeiro, RJ	0,521	0,604	
3	Vivendas do Império Rio de Janeiro, RJ	0,506	0,604	
4	Três Pontes / Vila Paciência Rio de Janeiro, RJ	0,506	0,604	
5	Bairro Canaã / Cesarão / Nova Palestina Rio de Janeiro, RJ	0,506	0,604	
6	Antares Rio de Janeiro, RJ	0,521	0,623	Tajiquistão (129º no ranking global – 0,624)
7	Estrada Velha do Piaí Rio de Janeiro, RJ	0,540	0,623	
8	Renascer / Jardim Estrela Dalva / Beco do Brizola Rio de Janeiro, RJ	0,540	0,623	
9	Jardim Coqueiral Rio de Janeiro, RJ	0,528	0,649	Cabo Verde (122º no ranking global – 0,646)
10	Novo Camarão Rio de Janeiro, RJ	0,531	0,649	
11	Jardim da Vitória Rio de Janeiro, RJ	0,531	0,649	
12	Paciência / Jardim Sagrado Coração / Morada Verde / Brisamar dos Jesuítas Rio de Janeiro, RJ	0,583	0,653	Iraque (121º no ranking global – 0,654)
13	Bairro Rolas / Rua Doutor Continentino Rio de Janeiro, RJ	0,555	0,659	Estado Plurinacional da Bolívia (119º no ranking global – 0,662)
14	João XXIII / Conjunto Miécimo da Silva / Conjunto Novo Mundo Rio de Janeiro, RJ	0,608	0,666	Vietnã, África do Sul e El Salvador (116º no ranking global – 0,666)
15	Cação Vermelho Rio de Janeiro, RJ	0,570	0,667	Filipinas (115º no ranking global – 0,668)
16	Bairro Rollas Rio de Janeiro, RJ	0,560	0,667	

17	Estrada Cruz das Almas Rio de Janeiro, RJ	0,582	0,667	
18	Barreira Rio de Janeiro, RJ	0,566	0,678	Estado da Palestina (113° no ranking global – 0,677)
19	Canal do Pau Flecha Rio de Janeiro, RJ	0,600	0,691	Egito (108° no ranking global – 0,690)
20	Jardim das Pedrinhas / Jardim belizário / Dreno / Condomínio Telhado Verde Rio de Janeiro, RJ	0,603	0,710	Maldivas (104° no ranking global – 0,706)
21	Curral Falso Rio de Janeiro, RJ	0,621	0,710	
22	Morro do Cafezal Rio de Janeiro, RJ	0,609	0,712	
23	Vila Nova Sepetiba / Vila Universal Rio de Janeiro, RJ	0,625	0,712	
24	São Benedito / Cruz das Almas Rio de Janeiro, RJ	0,609	0,713	
25	Boa Esperança / Jardim Santa Cruz Rio de Janeiro, RJ	0,638	0,714	Suriname (103° no ranking global – 0,714)
26	Santa Eugênia Rio de Janeiro, RJ	0,589	0,719	Jamaica (119° no ranking global – 0,719)
27	São Miguel / Zepelin Rio de Janeiro, RJ	0,583	0,719	
28	Barro Vermelho / Urucania / Bela Vista Rio de Janeiro, RJ	0,617	0,721	Tunísia (96° no ranking global – 0,721)
29	Horto Florestal / Jardim Itá Rio de Janeiro, RJ	0,638	0,721	
30	Jesuítas Rio de Janeiro, RJ	0,646	0,747	Ucrânia e Antiga República da Iugoslávia e Macedônia (81° no ranking global – 0,747)
31	Vila Nova Sepetiba Rio de Janeiro, RJ	0,681	0,749	Jordânia (80° no ranking global – 0,748)
32	Quartel / Morro do Chá / Dreno / Boa Esperança Rio de Janeiro, RJ	0,625	0,752	São Cristóvão e Névis (77° no ranking global – 0,752)
33	Base Aérea de Santa Cruz Rio de Janeiro, RJ	0,677	0,752	
34	Bairro Rolas / Rua da Creche Rio de Janeiro, RJ	0,689	0,761	Turquia (72° no ranking global –

				0,761)
35	Gastão Rangel / Visconde de Araguaia Rio de Janeiro, RJ	0,699	0,763	República Bolivariana da Venezuela (71º no ranking global – 0,762)
36	Montreal / São Benedito Rio de Janeiro, RJ	0,701	0,765	República Islâmica do Irã (69º no ranking global – 0,766)
37	Praça do Gado Rio de Janeiro, RJ	0,719	0,794	Omã, Romênia e Uruguai (52º no ranking global – 0,793)
38	Viaduto Rio de Janeiro, RJ	0,676	0,795	
39	Matadouro Rio de Janeiro, RJ	0,719	0,795	
40	Rua Sales / Jardim Santa Cruz Rio de Janeiro, RJ	0,666	0,800	Montenegro (49º no ranking global – 0,802)
41	Parque das Mangueiras Rio de Janeiro, RJ	0,697	0,800	
42	Condomínio da Aeronáutica Rio de Janeiro, RJ	0,748	0,809	
43	Santa Cruz / Centro Rio de Janeiro, RJ	0,814	0,861	Estônia (30º no ranking global – 0,861)
-	Média do Bairro de Santa Cruz (Rio de Janeiro/RJ)	0,742	-	-

Fonte: elaborado pelo autor com dados de Atlas Brasil, 2010; PNUD, 2016.

**Anexo III – Vista Parcial do Centro de Tratamento de Resíduos de Itaguaí (CTR), administrada pela empresa Ciclus, às Margens do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro (BR – 493)**



Detalhe do CTR Itaguaí, tendo em primeiro plano do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro. No canto direito da foto a Serra de Mazomba, entre os municípios de Itaguaí e Seropédica. Fonte: Elaborado pelo autor, abril de 2016.



Entrada principal do CTR Seropédica, administrado pela empresa Ciclus, pelo Arco Metropolitano do Rio de Janeiro. Fonte: Elaborado pelo autor, abril de 2016.

#### Anexo IV – Operações de Mineradoras na Área do Município de Itaguaí – RJ



Detalhe de uma empresa de mineração às margens da rodovia estadual RJ – 099 (Reta de Piranema). O local concentra muitas empresas de extração de areia. Fonte: Elaborado pelo autor, abril de 2016.



Fachada de uma empresa de mineração às margens da rodovia estadual RJ – 099 (Reta de Piranema). O local concentra muitas empresas de extração de areia. Fonte: Elaborado pelo autor, abril de 2016.

**Anexo V – Megaempreendimento do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro.  
Trecho no Município de Itaguaí – RJ**



Trecho na altura do cruzamento com a rodovia federal BR – 101 (Sul). Em primeiro plano a pista sentido Ilha da Madeira (Porto de Sepetiba) e Costa Verde, ao fundo o sentido Duque de Caxias, Petrópolis e Teresópolis. Fonte: Elaborado pelo autor, abril de 2016.

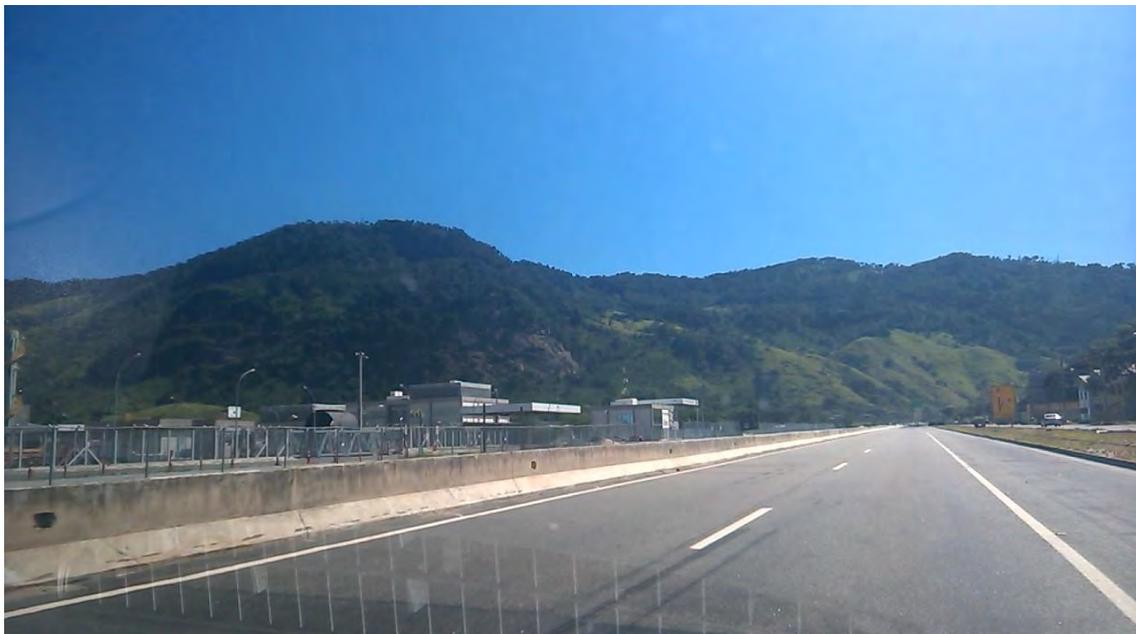


Trecho na altura da entrada principal do CTR Itaguaí – RJ. Em primeiro plano a pista sentido Ilha da Madeira (Porto de Sepetiba) e Costa Verde, ao fundo o sentido Duque de Caxias, Petrópolis e Teresópolis. Fonte: Elaborado pelo autor, abril de 2016.

## **Anexo VI – A Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas (Ufem), Entrada da Ilha da Madeira, no Município de Itaguaí – RJ**



Entrada Principal da Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas (UFEM), área da Marinha do Brasil de aporte ao PROSUB para fabricação de submarinos convencionais e nucleares. A unidade se localiza às margens do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro, próximo à entrada da Ilha da Madeira. Fonte: Elaborado pelo autor, abril de 2016.



Detalhe da Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas (UFEM), área da Marinha do Brasil de aporte à fabricação dos submarinos nucleares. Vista à partir do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro. Ao fundo a Serra de Mazomba. Fonte: Elaborado pelo autor, abril de 2016.

## Anexo VII – Vista do Porto Sudeste, na Região da Ilha da Madeira



Fim do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro, na Ilha da Madeira, com placa indicativa da área de instalação do Porto Sudeste (ao fundo). Fonte: Elaborado pelo autor, abril de 2016.



Detalhe da área seca do Porto Sudeste na via de acesso à Ilha da Madeira. No lado esquerdo da foto é uma esteira de transporte de minério aos navios graneleiros. Ao fundo (lado direito) são equipamentos para giro de vagão de trens de minérios para facilitar o desembarque do produto, que é derramado nas esteiras. Fonte: Elaborado pelo autor, abril de 2016.



Área seca do Porto Sudeste. Destaque para as esteiras de transporte de minério (ao centro), que levam ao píer e ao cais do porto, do outro lado do morro (ao fundo). Fonte: Elaborado pelo autor, abril de 2016.



Vista do píer e cais do Porto Sudeste, a partir da vila na Ilha da Madeira. Em primeiro plano barcos pesqueiros e turísticos. Ao fundo é possível observar as esteiras de transporte de minério acima do píer do Porto, Fonte: Elaborado pelo autor, abril de 2016.

**Anexo VIII – Canteiro de Obras do Submarino Nuclear e da Futura Base Naval de Itaguaí, da Marinha do Brasil (PROSUB), na Ilha da Madeira**



Placa da Construtora Norberto Odebrecht com detalhes da obra de construção do canteiro do Submarino Nuclear e da futura Base Naval de Itaguaí, na Ilha da Madeira. Fonte: Elaborado pelo autor, abril de 2016.

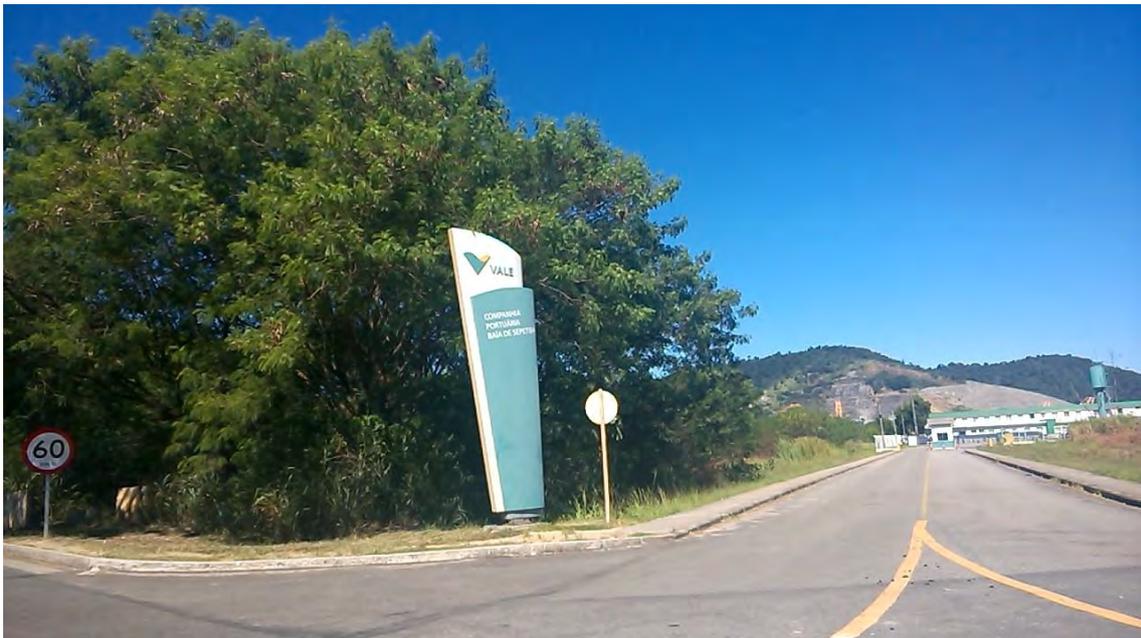


Detalhe de canteiro de obras da Construtora Norberto Odebrecht com detalhes da obra de construção do Submarino Nuclear e da futura Base Naval de Itaguaí, na Ilha da Madeira. Fonte: Elaborado pelo autor, abril de 2016.

## Anexo IX – Entrada do Porto de Itaguaí, administrado pela Companhia Docas do Rio de Janeiro



Detalhe da via de serviço de acesso ao Porto de Itaguaí, na região da Ilha da Madeira, no município de Itaguaí – RJ. Fonte: Elaborado pelo autor, abril de 2016.



Entrada do Porto de Itaguaí, com destaque para operações da Companhia Vale na região do município de Itaguaí – RJ. Fonte: Elaborado pelo autor, abril de 2016.

## Anexo X – Companhia Siderúrgica Cosigua, do Grupo Gerdau, no Distrito Industrial de Santa Cruz, na Capital Fluminense



Entrada principal da Companhia Siderúrgica Cosigua, do Grupo Gerdau. Fonte: Elaborado pelo autor, maio de 2016.



Entrada para visitantes na Companhia Siderúrgica Cosigua, do Grupo Gerdau. Fonte: Elaborado pelo autor, maio de 2016.

**Anexo XI – Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), do Grupo Alemão ThyssenKrupp, no Distrito Industrial de Santa Cruz, na Capital Fluminense**



Portaria 2 da CSA, na Avenida João XXIII, no Distrito Industrial do bairro carioca de Santa Cruz. Fonte: Elaborado pelo autor, maio de 2016.



Companhia Siderúrgica do Atlântico vista a partir da Rodovia BR 101 Sul (Rio-Santos). Em primeiro plano o Canal de São Francisco. Fonte: Elaborado pelo autor, maio de 2016.

**Anexo XII – Casa da Moeda do Brasil, Localizada no Distrito Industrial de Santa Cruz, na Capital Fluminense.**



Entrada principal da Casa da Moeda do Brasil, localizada no Distrito Industrial de Santa Cruz, na Zona Oeste carioca. Fonte: Elaborado pelo autor, maio de 2016.



Prédio da administração principal na Casa da Moeda do Brasil. Fonte: Elaborado pelo autor, maio de 2016.

**Anexo XIII – Termelétrica de Santa Cruz, do Sistema Furnas/Eletróbrás,  
Localizada no Distrito Industrial de Santa Cruz**



A Termelétrica de Santa Cruz é entreposto para gerar e distribuir energia elétrica para o Sistema Elétrico Nacional, alimentando estados vizinhos e próprio Rio de Janeiro, bem como o Distrito Industrial de Santa Cruz. Fonte: Elaborado pelo autor, maio de 2016.

**Anexo XIV – Planta de Máquinas Pesadas para Perfuração Profunda da Rolls-Royce, no Distrito Industrial de Santa Cruz, Zona Oeste do Rio de Janeiro/RJ**



A Companhia inglesa iniciou suas operações para apoiar a extração de petróleo em águas profundas. Os investimentos da empresa estão entre os que se destacam no Território. Fonte: Elaborado pelo autor, maio de 2016.

**Anexo XV – Rodovia BR 101 Sul (Rio-Santos; Rodovia Procurador Haroldo Fernandes Duarte) no Trecho do Bairro Carioca de Santa Cruz**



O trecho de 26 Km, entre a Avenida Brasil e Itacuruçá (Mangaratiba – RJ) foi duplicado para maior aporte ao Distrito Industrial de Santa Cruz, para o Porto de Itaguaí e maior vazão de carros de passeio no acesso à Costa Verde. Fonte: Elaborado pelo autor, maio de 2016.



Panorâmica do bairro carioca de Santa Cruz (área urbana) a partir da Rodovia Procurador Haroldo Fernandes Duarte (BR 101 Sul – Rio-Santos). Fonte: Elaborado pelo autor, maio de 2016.

**Anexo XVI – Terminal Santa Cruz do Corredor de Ônibus Rápido BRT Transoeste, no Bairro de Mesmo Nome, na Zona Oeste do Rio de Janeiro**

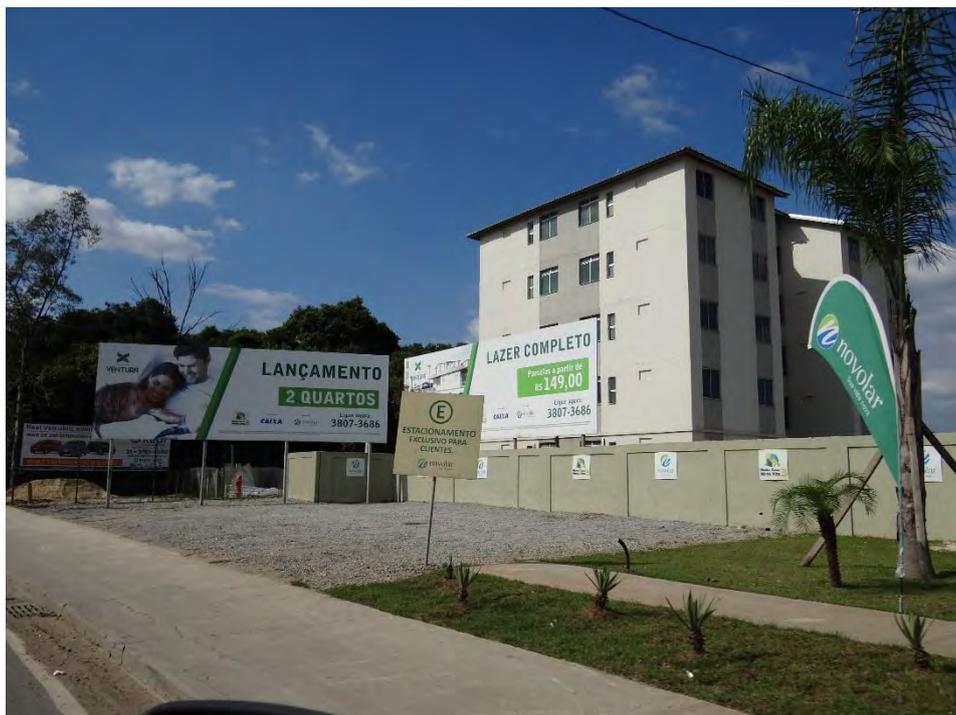


O corredor de BRT Transoeste liga os bairros cariocas de Santa Cruz e Barra da Tijuca, ambos na Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro. Fonte: Elaborado pelo autor, maio de 2016.



O corredor de BRT Transoeste liga os bairros cariocas de Santa Cruz e Barra da Tijuca, ambos na Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro. Elaborado pelo autor, maio de 2016.

## Anexo XVII – Empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida no Bairro Carioca de Santa Cruz



Condomínio Villaggio Ventura construído pela Construtora Novolar, na Avenida Padre Guilherme Decaminada. Elaborado pelo autor, maio de 2016.



Condomínio Parque Recanto Verde construído pela Construtora MRV, na Avenida Padre Guilherme Decaminada. Elaborado pelo autor, maio de 2016.



Condomínio Palácio Imperial, construído pela Construtora Tenda, na Rua Francisco Belisário. Elaborado pelo autor, maio de 2016.



Residenciais Park Topázio, Park Ônix, Park Ágata e Park Jade, na Avenida Padre Guilherme Decaminada. Elaborado pelo autor, maio de 2016.



Residenciais Dellos, Santorini e Mikonos, na Avenida João XXIII, inaugurados em janeiro de 2016. Elaborado pelo autor, maio de 2016.



Residenciais Dellos, Santorini e Mikonos, na Avenida João XXIII, inaugurados em janeiro de 2016. Elaborado pelo autor, maio de 2016.



Residencial Almada, na Avenida Padre Guilherme Decaminada. Elaborado pelo autor, maio de 2016.



Residencial Aveiro, na Avenida Padre Guilherme Decaminada. Elaborado pelo autor, maio de 2016.



Condomínios Aterrado do Leme I, II e III, na Estrada do Aterrado do Leme. Elaborado pelo autor, maio de 2016.



Condomínios Aterrado do Leme I, II e III, na Estrada do Aterrado do Leme. Elaborado pelo autor, maio de 2016.

**Anexo XVIII – Autorização para entrevista de Geraldo Batista de Oliveira, Presidente do Conselho Distrital de Saúde da Área Programática 5.3 (Santa Cruz, Paciência e Sepetiba).**

AUTORIZAÇÃO

Eu GERALDO BATISTA DE OLIVEIRA

Indetidade Nº 06221365-4

CPF 521631227-00 abaixo assinado, autorizo RYUZO IKEDA JÚNIOR, mestrando em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), a utilizar as informações por mim prestadas, para a elaboração de sua dissertação, que tem como título “Gestão Social e Controle Social no Bairro Carioca de Santa Cruz e Itaguaí - RJ: Um Olhar Sobre o Território dos Megaempreendimentos”, além de trabalhos científicos, e está sendo orientado pelo Prof. Dr. Lamounier Erthal Villela (PPGDT/UFRRJ) e co-orientado pelo Prof. Dr. Fernando Guilherme Tenório (EBAPE/FGV). Pode o entrevistado solicitar a não utilização de tais informações a qualquer momento antes das defesas ou publicação dos trabalhos científicos, se assim o desejar.

Rio de Janeiro, 15 de ABRIL de 2016.

  
Assinatura do entrevistado

**Anexo XIX – Autorização para entrevista de Carlos Teixeira, Presidente do Conselho Comunitário de Segurança da Área Integrada de Segurança Pública 27 (CCSAISP 27) – Santa Cruz, Sepetiba, Paciência, Pedra de Guaratiba e Guaratiba.**

AUTORIZAÇÃO

Eu Carlos Teixeira  
Identidade Nº 3484303 CPF 543.550.958-90 abaixo assinado,  
autorizo RYUZO IKEDA JÚNIOR, mestrando em Desenvolvimento Territorial e Políticas  
Públicas (PPGDT), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), a utilizar as  
informações por mim prestadas, para a elaboração de sua dissertação, que tem como título  
"Gestão Social e Controle Social no Bairro Carioca de Santa Cruz e Itaguaí - RJ: Um Olhar  
Sobre o Território dos Megaempreendimentos", além de trabalhos científicos, e está sendo  
orientado pelo Prof. Dr. Lamounier Erthal Villela (PPGDT/UFRRJ) e co-orientado pelo Prof.  
Dr. Fernando Guilherme Tenório (EBAPE/FGV). Pode o entrevistado solicitar a não  
utilização de tais informações a qualquer momento antes das defesas ou publicação dos  
trabalhos científicos, se assim o desejar.

Rio de Janeiro, 08 de Dezembro de 2016.



Assinatura do entrevistado

**Anexo XX – Autorização para entrevista de José Leonídio Madureira de Sousa Santos, Assessor de Cooperação Social da Fundação Instituto Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)**

AUTORIZAÇÃO

Eu JOSÉ LEONÍDIO MADUREIRA DE SOUSA SANTOS,  
Identidade Nº 2.666.002-4 IPTU, CPF 408.997.487-91, abaixo assinado,  
autorizo RYUZO IKEDA JÚNIOR, mestrando em Desenvolvimento Territorial e Políticas  
Públicas (PPGDT), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), a utilizar as  
informações por mim prestadas, para a elaboração de sua dissertação, que tem como título  
"Gestão Social e Controle Social no Bairro Carioca de Santa Cruz e Itaguaí – RJ: Um Olhar  
Sobre o Território dos Megaempreendimentos", além de trabalhos científicos, e está sendo  
orientado pelo Prof. Dr. Lamounier Erthal Villela (PPGDT/UFRRJ) e co-orientado pelo Prof.  
Dr. Fernando Guilherme Tenório (EBAPE/FGV). Pode o entrevistado solicitar a não  
utilização de tais informações a qualquer momento antes das defesas ou publicação dos  
trabalhos científicos, se assim o desejar.

Rio de Janeiro, 13 de DEZEMBRO de 2016.

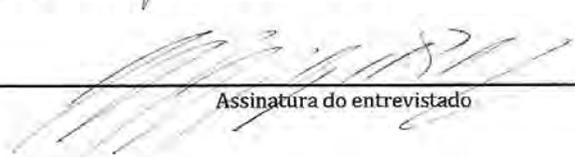
  
Assinatura do entrevistado

**Anexo XXI – Autorização para entrevista de Willian Cezar de Castro Padela, Vereador do Partido Socialista Brasileiro (PSB/RJ) pelo Município de Itaguaí – RJ.**

AUTORIZAÇÃO

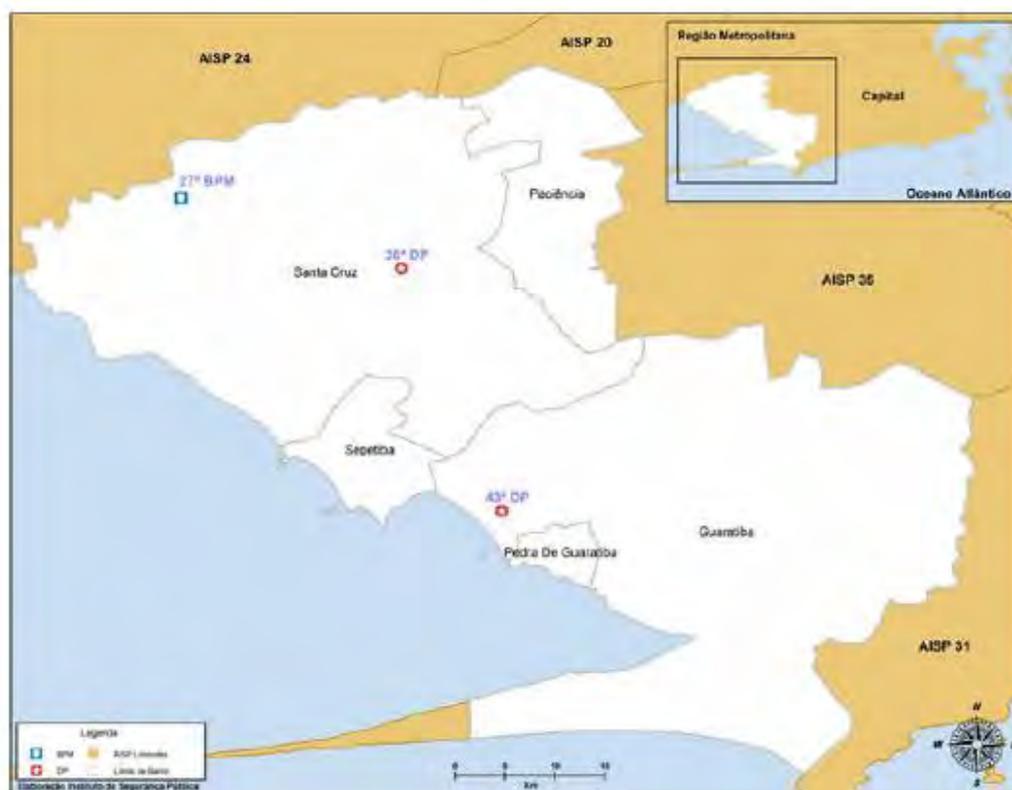
Eu Willian Cezar de Castro Padela  
Identidade Nº 10574919-6, CPF 022368502-55, abaixo assinado, autorizo RYUZO IKEDA JÚNIOR, mestrando em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), a utilizar as informações por mim prestadas, para a elaboração de sua dissertação, que tem como título “Gestão Social e Controle Social no Bairro Carioca de Santa Cruz e Itaguaí – RJ: Um Olhar Sobre o Território dos Megaempreendimentos”, além de trabalhos científicos, e está sendo orientado pelo Prof. Dr. Lamounier Erthal Villela (PPGDT/UFRRJ) e co-orientado pelo Prof. Dr. Fernando Guilherme Tenório (EBAPE/FGV). Pode o entrevistado solicitar a não utilização de tais informações a qualquer momento antes das defesas ou publicação dos trabalhos científicos, se assim o desejar.

Rio de Janeiro, 06 de fevereiro de 2017.

  
Assinatura do entrevistado

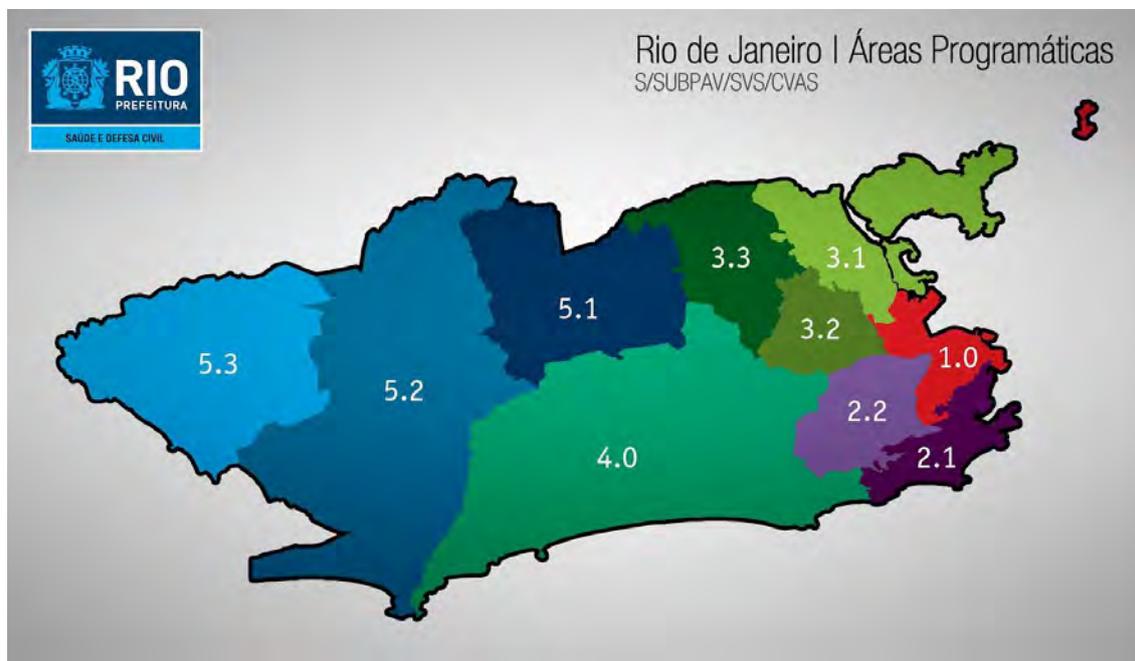
**Anexo XXII – Mapa de Abrangência Geográfica Sobre a Atuação do Conselho Comunitário de Segurança da Área Integrada de Segurança Pública 27 (CCSAISP 27)**

**Conselho Comunitário de Segurança da  
AISP - 27**



CCS AISP 27 – Santa Cruz	
<b>Bairros:</b>	Paciência, Sepetiba e Santa Cruz.
<b>Batalhão:</b>	27° BPM

**Anexo XXIII – Áreas Programáticas na Capital Fluminense, com destaque para a A.P. 5.3, de responsabilidade do Conselho Distrital de Saúde da A.P. 5.3 (CODS A.P. 5.3 – Santa Cruz, Paciência e Sepetiba)**



**Anexo XXIV – Visita à sede do Conselho Distrital de Saúde da Área Programática 5.3 (CODS A.P. 5.3) no bairro carioca de Santa Cruz.**



**Anexo XXV – Visita à Assessoria de Coordenação Social da Fundação Instituto Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)**



## Anexo XXVI – Ata Eletrônica da Primeira Reunião do Conselho Comunitário de Segurança da Área Integrada de Segurança Pública 27 (CCSAISP 27) em 2017, realizada em 11 de janeiro.

The screenshot shows a web browser window with the URL [www.ispccs.fj.gov.br/Relatorios/RelatorioReuniao.asp?chave=159160/Pag=3A](http://www.ispccs.fj.gov.br/Relatorios/RelatorioReuniao.asp?chave=159160/Pag=3A). The page content is as follows:

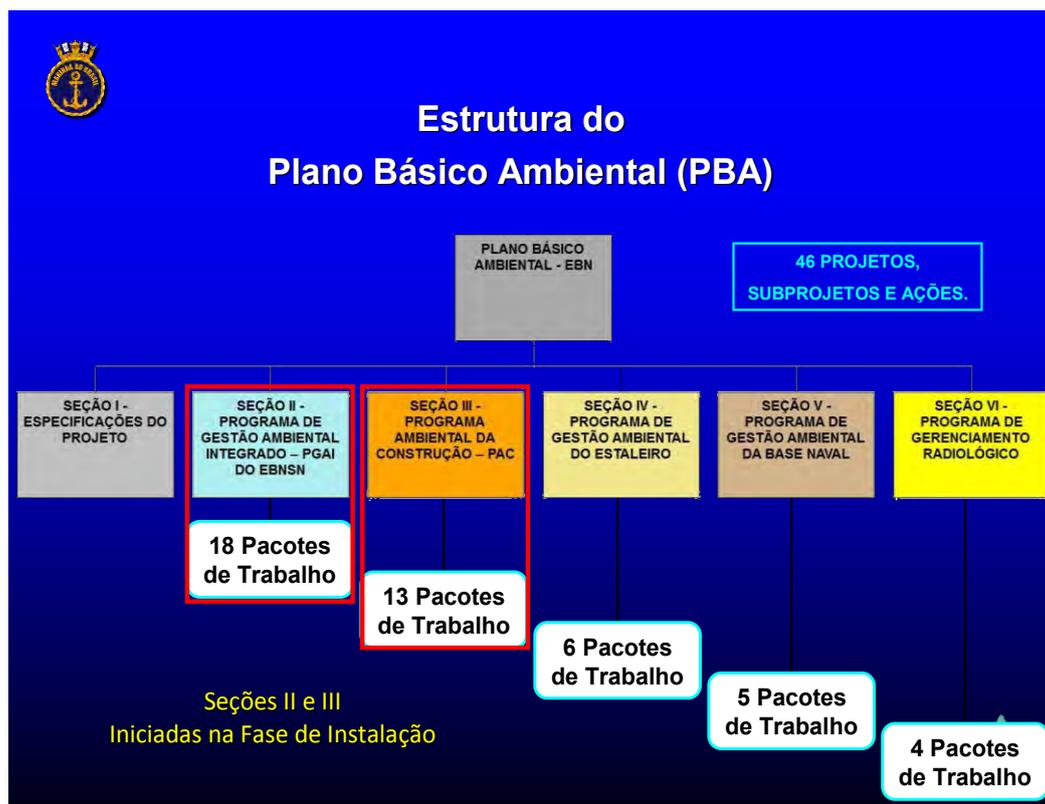
Nº	Nome do Participante	Categoria
<b>ASSUNTOS DE PAUTA</b> ( Este Relatório não FOI APROVADO )		
<b>ASSUNTO TRATADO:</b>	COMPOSIÇÃO DA MESA	
<b>DESCRIÇÃO:</b>	SUB-COMANDANTE FLAVIO DO 37ºBPMERJ/ DR. AGULASIO DA 43ªDPJ/ DR. RICARDO DA 36ªDPJ/ JOSÉ CAVALCANTE DA ALERJ/ SGT. TEDORO DO CORPO DE BOMBEIROS/	
<b>ASSUNTO TRATADO:</b>	LEITURA E APROVAÇÃO DA ATA ANTERIOR	
<b>DESCRIÇÃO:</b>	ATA LIDA E APROVADA	
<b>ASSUNTO TRATADO:</b>	ESTATÍSTICA DE OCORRÊNCIAS CRIMINAIS	
<b>DESCRIÇÃO:</b>	ROUBO DE RUA: META ERA 104 E FICAMOS COM 158 ROUBO DE VEÍCULOS: META 41 E FICAMOS COM 39 LETALIDADE VIOLENTA: META 07 E FICAMOS COM 15 DEVIDO A CORPOS ENCONTRADOS NOS RIOS VÍVIDOS DE OUTRAS LOCALIDADES.	
<b>ASSUNTOS GERAIS</b> ( Este Relatório não FOI APROVADO )		
<b>ASSUNTO TRATADO:</b>	PERTURBAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA	
<b>DESCRIÇÃO:</b>	RENORA PACÍFICA FAZ DENÚNCIA DE ALGUNS EVENTOS(BALES) REALIZADOS NO ENTORNO DO BAIRRO SEM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS COMPETENTES O QUE TRÁS UM GRANDE TRANSTORNO, DEPREDAÇÃO DAS LINHEIRAS, 06 ÔNIBUS VANDALIZADOS, CRIANÇAS E ADOLESCENTES CONSUMINDO BEBIDAS ALCOÓLICAS, MUITA SUJEIRA QUE FICA APÓS ESSES EVENTOS, FATO QUE FOI INCLUSIVE NOTICIADO NO RITV, ENTÃO VEM PEDIR POLÍCIAMENTO NO LOCAL PARA QUE NOVOS EVENTOS NÃO ACONTEÇAM.	
<b>ASSUNTO TRATADO:</b>	INVESTIMENTO SOCIAL	
<b>DESCRIÇÃO:</b>	PRESEÇA SR. CAVALCANTE; ASSESSOR DA DEPUTADA MARTH ROCHA, PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA ALERJ, PARA AGENDAMENTO DO FÓRUM	
<b>ASSUNTO TRATADO:</b>	COMUNICAÇÕES DIVERSAS	
<b>DESCRIÇÃO:</b>	DEMANDA LEVANTADA NA REUNIÃO DE DEZEMBRO PELA LÍDER COMUNITÁRIA CISA DE SEPETIBA EM RELAÇÃO AOS SEPULTAMENTOS QUE VIROU UM TRANSTORNO PARA REALIZAR OS ENTERROS, SR. PAULO ESCLARECE QUE O PODER PÚBLICO TEM O PAPEL DE FISCALIZAR E NÃO GERENCIAR, E OS CEMITÉRIOS PARTICULARES NÃO FORAM INSERIDOS NA COMISSÃO, AS TRANSFERÊNCIAS DE TITULARIDADES ESTÃO PROIBIDAS, AS FAMÍLIAS JÁ SÃO ATINGIDAS COM A PERDA E AINDA MAIS COM O CONSTRANGIMENTO DE NÃO DAR UM SEPULTAMENTO DIGNO PARA SEUS MORTOS, E CASO DE POLÍCIA: PÓS AS VIAGAS EXISTEM SIM; SOMBRETE É UMA QUESTÃO DE MA GESTÃO.	
<b>PROVIDÊNCIAS</b> ( Este Relatório não FOI APROVADO )		
<b>TIPO DO ASSUNTO:</b>	GERAIS	
<b>ASSUNTO:</b>	INVESTIMENTO SOCIAL	
<b>DESCRIÇÃO:</b>	DEVIDO A TRANSFERÊNCIA DA DATA DO FÓRUM DE SEGURANÇA PÚBLICA, FICOU ACERTADO QUE SERÁ NO MÊS DE ABRIL, DEPENDENDO SOMENTE DA AGENDA DA DEPUTADA PARA MARCAÇÃO DO DIA.	
<b>TIPO DO ASSUNTO:</b>	GERAIS	
<b>ASSUNTO:</b>	INVESTIMENTO SOCIAL	
<b>DESCRIÇÃO:</b>	O PESQUISADOR INEDA JUNIOR DA FGV DIVULGA: CURSO GESTÃO COMUNITÁRIA COM ÊNFASE EM SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL PERÍODO 16 DE MARÇO A 29 DE JUNHO DE 2017 AULAS QUINTAS-FEIRAS   14:00 H - 16:30 H VAGAS LIMITADAS E SELEÇÃO AS VAGAS SÃO LIMITADAS E HAVERÁ UMA SELEÇÃO LOCAL. CARTAS ARQUIDIOCESANA DO RIO DE JANEIRO INSCRIÇÕES (09 AS 12H - 13H AS 16H30) ATÉ 09 DE MARÇO CÂRITAS ARQUIDIOCESANA DO RIO DE JANEIRO 2262-8094   2531-2063 2292-3122 (RAMAL 289	

**Anexo XXVII – Entrevista realizada por e-mail e via telefonemas junto à Assessoria da Coordenadoria-Geral do Submarino Nuclear (COGESN) da Marinha do Brasil.**

**3) Quais as ações voltadas para a sociedade que a Marinha do Brasil vem realizando às populações locais? Há impactos das operações da Marinha em Itaguaí – RJ?**

- Os impactos socioambientais referentes às obras de instalação dos Estaleiros e Base Naval (EBN), atinentes ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), foram devidamente levantados, na forma da lei, por meio de um extenso (14 volumes) estudo ambiental (EIA-RIMA), elaborado em 2009 pela empresa *MRS Estudos Ambientais Ltda.* Fruto desse estudo, a MRS elaborou também o PLANO BÁSICO AMBIENTAL (PBA) do empreendimento, aprovado pela Marinha, estabelecendo 46 projetos, subprojetos e ações, a serem desenvolvidos ao longo das fases de instalação e de operação do EBN.

Na fase atual, de implantação do EBN, estão sendo desenvolvidos 31 pacotes de trabalho, cujos aspectos principais são apresentados, de forma ilustrada, no artigo da Revista *TechnoNews*, disponível para consulta no site do PROSUB na Internet, acessível em <https://www1.mar.mil.br/prosub/>.



Cabe realçar que as atividades de mitigação socioambiental se restringem exclusivamente àquelas estabelecidas pelo IBAMA, previstas no PBA e nas condicionantes de licenças ambientais, não cabendo à Marinha ações adicionais por sua iniciativa, fora da sua área de competência legal, envolvendo custos financeiros, uma

vez que tais custos públicos necessitam ser comprovados junto ao Tribunal de Contas da União (TCU).

**5) Existe diálogo entre a Marinha do Brasil e o município de Itaguaí – RJ? (Se “sim” quais os canais de comunicação?)**

- Sim, existe diálogo, especialmente junto às Secretarias Municipais de Obras, Meio Ambiente e Agricultura, Saúde, Educação e de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de Itaguaí.

Com a Secretaria de Obras referente à próxima entrega ao Município da Via Litorânea, novo trecho da via de acesso à Ilha da Madeira construído em atenção a uma orientação da própria Prefeitura.



Com a Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura, por meio de apoio institucional a atividades e eventos correlatos a datas comemorativas do Meio Ambiente.



# EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA COMUNIDADE

## CAMPANHAS EDUCATIVAS



Dia da Limpeza do Litoral  
(escolas, ONG/Boto Cinza, Semaap)



Replanteio de mudas  
em Coroa Grande,  
com as escolas  
municipais



Replanteio de  
mudas em  
Itaguaí, com as  
escolas  
municipais



Visita a uma estação de tratamento de  
água com as escolas



A Marinha do Brasil (MB) promove o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que ensejou a criação, com apoio daquela Secretaria, da Cooperativa de Agricultores Familiares de Itaguaí (COPAFIT), em janeiro de 2016.

## CRIAÇÃO DA COPAFIT

“COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE ITAGUAÍ”

(EM MAZOMBA)



EM 07/JAN/2016

## CERIMONIA DE INAUGURAÇÃO



A Marinha participa também da EXPO (Exposição Agropecuária de Itaguaí), feira regional de grande expressão promovida anualmente pela Prefeitura de Itaguaí, com um estande posicionado na área da Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura.

A MB participa, ainda, das reuniões regulares do Conselho Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca (COMAAP), por meio de Representante (titular e suplente) formalmente instituído pela Coordenadoria-Geral do Programa de Desenvolvimento de Submarino com Propulsão Nuclear (COGESN) junto àquela Secretaria.

Com a Secretaria de Saúde referente aos repasses de uma ambulância e de equipamentos de saúde diversos, ocorridos na EXPO-2015, como parte de medidas mitigadoras acordadas junto àquela Secretaria, no âmbito do PBA. Está previsto ainda, oportunamente, o repasse de mais duas ambulâncias e de um mamógrafo digital.



Com a Secretaria de Educação referente ao repasse, oportunamente, de uma VAN Literária (biblioteca volante) e à realização de obra civil de reforma da "Casa de Cultura" do Município.

Com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, participa do "Fórum Misto Permanente de Economia Solidária" (FOMPESOL) divulgando os trabalhos e resultados obtidos no Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar do PROSUB-EBN, no bairro de Mazomba, onde foi criada a COPAFIT.

**6) Como ocorre o diálogo com o local o qual a Marinha do Brasil está inserida (Itaguaí – RJ)? Tal diálogo é horizontal (Marinha, Estado e moradores dialogam) ou vertical (população é apenas espectadora)?**

- O empreendimento conta com um "Centro de Atendimento ao Público", situado junto ao Canteiro de Obras do PROSUB-EBN, na estrada de acesso à Ilha da Madeira, com folhetos e material ilustrativo do empreendimento, onde são formalmente registrados, em livro próprio, os eventuais questionamentos de moradores da comunidade.



## PROJETO COMUNICAÇÃO SOCIAL

Centro de Atendimento ao Público



Sistema de recepção de sugestões:

- Livro Registro no local
- Telefone: 0800 0319311
- E-mail: atendimento.ebn@odebrecht.com

Os questionamentos registrados são respondidos por escrito, pela Construtora Norberto Odebrecht ou pela Marinha, ou ainda mediante reunião especial do interessado com o Gerente de Apoio ao Licenciamento da COGESN.

### **7) A Marinha do Brasil é capaz de fomentar (ou vem fomentando) um aporte ao ambiente de gestão social na localidade a qual ela está inserida (Itaguaí – RJ)?**

Quanto à gestão social, no âmbito do "Subprojeto de Fortalecimento da Pesca Artesanal e da Maricultura" do PBA, a Gerência de Apoio ao Licenciamento da COGESN mantém contato frequente junto às associações de pescadores artesanais da região.

Nesse sentido, foi promovido um Curso de "Moço de Convés" na sede da Associação de Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira (APLIM), especialmente voltado aos pescadores artesanais da Ilha da Madeira, uma vez que os mesmos não conseguem classificação nas provas seletivas para o curso regular promovido na Delegacia da Capitania dos Portos em Itacuruçá. Com esse curso os 30 formandos tornaram-se aquaviários, com novas oportunidades de emprego embarcados em navios ou rebocadores.



## PROMOÇÃO DE CURSO “MOÇO DE CONVÉS”

para pescadores artesanais da Ilha da Madeira (2012 – 2013)



Cerimônia de encerramento do Curso, realizada na Escola Municipal da Ilha da Madeira, com a participação de familiares dos formandos.

Do mesmo modo, foi promovido um curso de "Marinheiro Auxiliar de Convés / Máquinas", na sede da APLIM, também voltado aos pescadores artesanais e barqueiros da região, propiciando aos 30 formandos documentação legal para trabalharem em saveiros e demais embarcações de turismo da região.



## PROMOÇÃO DE CURSO (C-MAC) “MARINHEIRO AUXILIAR DE CONVÉS”

para barqueiros da Ilha da Madeira e proximidades (DEZ2015)

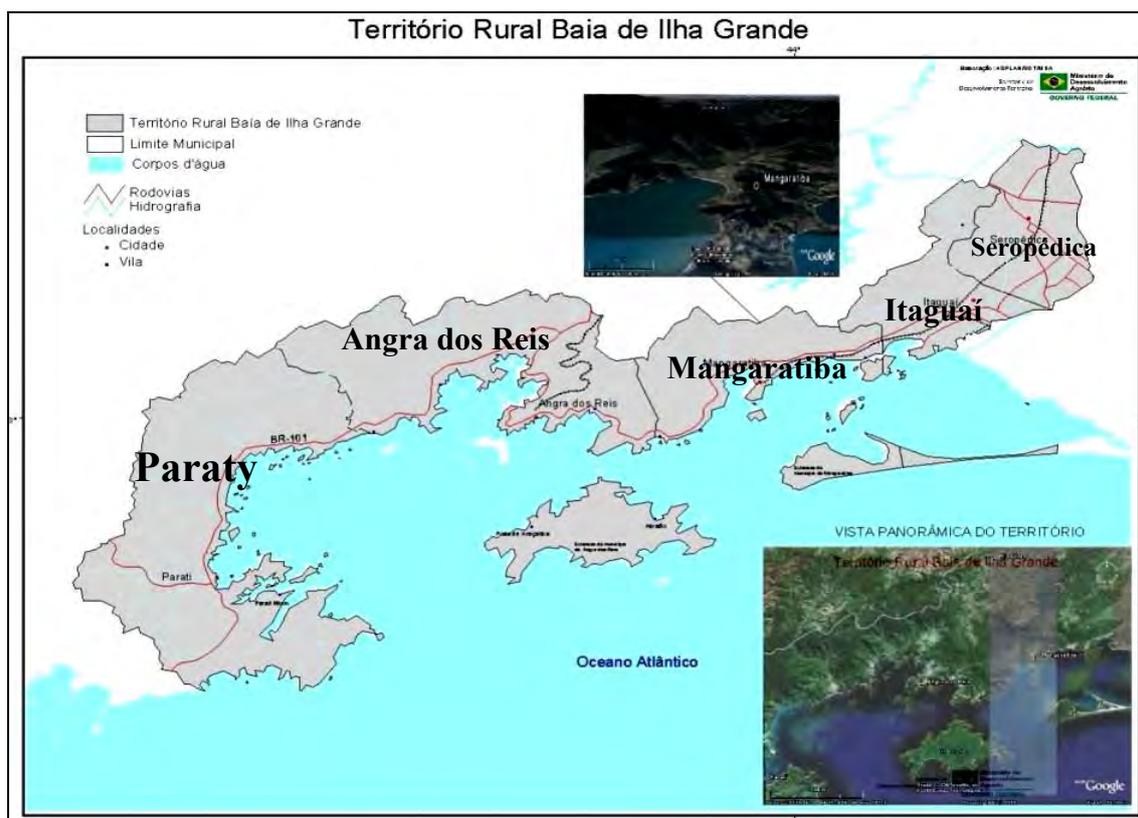


Cerimônia de entrega dos Certificados aos 30 alunos do Curso, realizada na sede da **APLIM** (Associação de Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira), em 21/JAN/2016.

**Anexo XXVIII – Integrantes do Laboratório de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial (LPDT) do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGDT/UFRRJ)**

	<b>Nome Completo</b>	<b>Função/PPG vinculado/Origem</b>
1	Lamounier Erthal Villela	Coordenador – Professor do Departamento de Ciências Econômicas, PPGDT e PPGCTIA (UFRRJ)
2	Adriana Soares de Schueler	Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT/UFRRJ)
3	Mathieu Fruleux	Pós-doutorando – PPGDT
4	Márcio Albuquerque Vianna	Doutorando em Ciência, Tecnologia e Inovação Agropecuária (PPGCTIA)
5	Carlos Frederico Bom Kraemer	Doutorando em Ciência, Tecnologia e Inovação Agropecuária (PPGCTIA)
6	Diná Andrade Lima Ramos	Doutoranda em Ciência, Tecnologia e Inovação Agropecuária (PPGCTIA)
7	Carlos Alberto Sarmento do Nascimento	Doutorando em Ciência, Tecnologia e Inovação Agropecuária (PPGCTIA)
8	Daniel Neto Francisco	Doutorando em Ciência, Tecnologia e Inovação Agropecuária (PPGCTIA)
9	Lucimar Ferraz	Doutoranda em Ciência, Tecnologia e Inovação Agropecuária (PPGCTIA)
10	Riyuzo Ikeda Júnior	Mestrando em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT)
11	Lucimara Alexandre da Silva	Mestranda em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT)
12	Daniel Senna Dias	Graduando em Ciências Econômicas (UFRRJ)
13	Dayenne Gomes Brandão	Graduanda em Ciências Econômicas (UFRRJ)

## Anexo XXIX – Municípios componentes do Território da Baía da Ilha Grande



**Anexo XXX – Produção Bibliográfica Parcial (Livros) a partir do Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS)**

Produção Bibliográfica Parcial(Livros)	
1	<u>TENÓRIO, Fernando G.</u> . Cidadania, Território e atores sociais. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016. v. 4. 440p.
2	<u>TENÓRIO, Fernando G.</u> ; <u>KRONEMBERGER, Thais Soares (Org.)</u> . Gestão Social e Conselhos Gestores. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016. v. 3. 255p
3	<u>CANÇADO, Airton Cardoso</u> ; <u>PEREIRA, José Roberto</u> ; <u>TENÓRIO, Fernando G.</u> . Gestão Social: epistemologia de um paradigma. 1. ed. Curitiba: Editora CRV, 2013. 211p .
4	<u>TENÓRIO, Fernando G.</u> . Cidadania e Desenvolvimento Local: critérios de análise. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012. v. 1. 264p
5	<u>TENÓRIO, Fernando G.</u> . Gestão Social: metodologia, casos e práticas. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007. 100p .
6	<u>CANÇADO, Airton Cardoso (Org.)</u> ; <u>TENÓRIO, Fernando G. (Org.)</u> ; <u>SILVA JR, J. T. (Org.)</u> . Gestão social: aspectos teóricos e aplicações. 1. ed. Ijuí: Editora UNIJUI, 2012. 456p .

**Anexo XXXI – Integrantes do Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS)**

	<b>Nome Completo</b>	<b>Função/PPG vinculado/Origem</b>
1	Fernando Guilherme Tenório	Coordenador – Professor EBAPE/FGV
2	Diego Altieri	Doutorando em Administração (EBAPE/FGV)
3	Alex Luiz Barros Vargas	Mestre em História Política e Bens Culturais (CPDOC/FGV)
4	Ana Paula Gomes Jelihovich	Mestre em Administração (EBAPE/FGV)
5	Riyuzo Ikeda Júnior	Mestrando em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT/UFRRJ)
6	Gabriel da Silva Pereira	Graduando em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)



# Anexo XXXIII – Primeiros relatos sobre a “chuva de prata” em Santa Cruz com consequente multa ambiental contra a Companhia Siderúrgica do Atlântico entre 2010 (primeiro ano de operação) e 2011. Matéria do Jornal O Globo de 06/01/2011.

http://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint...

O GLOBO • RIO • PÁGINA 20 • Edição: 5/01/2011 • Impresso: 5/01/2011 — 22: 04 h

AZUL MAGENTA PRETO

20 • RIO

O GLOBO

Quarta-feira, 6 de janeiro de 2011

## Fuligem custará R\$ 16,8 milhões à CSA

Siderúrgica é multada pelo Inea e terá que custear obras em Santa Cruz, incluindo hospital, para compensar poluição

Cláudio Mata

• O Instituto Estadual do Ambiente (Inea) aplicou ontem uma multa de R\$ 2,8 milhões na Thyssenkrupp CSA Siderúrgica do Atlântico por poluir o ar no entorno do sítio, no bairro de Santa Cruz, no fim do mês passado. O escritório estadual do Ambiente, Carlos Minc, disse que, além da multa, a empresa terá que investir R\$ 14 milhões em obras ao longo em compensação pelos danos.

Metade deste total (R\$ 7 milhões) serão empregados na construção de um centro de tratamento de efluentes e há projetos em Santa Cruz, que ficará sob a responsabilidade da Secretaria estadual de Saúde. A CSA terá ainda que pagar R\$ 4 milhões na construção de uma Clínica da Família em Santa Cruz, que será mantida pela prefeitura. Outros R\$ 2 milhões vão ser usados em projetos de pavimentação e saneamento. E, por fim, R\$ 1 milhão será revertido em obras de drenagem e pavimentação na comunidade de São Fernando, no mesmo bairro.

— A compensação é imediata. A CSA já negocia com as medidas compensatórias —, disse Minc.

**Unidades já feitas**  
ambientes em construção. Minc anunciou ainda que a Usiminas já começou a fazer uma unidade na CSA. O prazo de conclusão é de até dois meses. O Inea poderá indicar a necessidade de mudanças na siderúrgica de Santa Cruz. Os gastos com a multa também serão custeados pela CSA, nas os-



AS INSTALAÇÕES DA Thyssenkrupp CSA Siderúrgica do Atlântico, em Santa Cruz, surgindo nuvens em clima nublado, por emissão de poluentes

valores do trabalho ainda não foram divulgados. — Será um ponto limpo na CSA. A ambientação será feita por uma empresa especializada —, respondeu Minc.

A CSA também precisará fazer uma série de ajustes para obter o Recurso de Operações, segundo o secretário. A licença só será emitida quando a siderúrgica apresentar garan-

tias de que a Usiminas poderá absorver o ferro-gusa quando a usina estiver com algum problema. — O sistema de emergência é um desastre ecológico de grandes proporções —, disse Minc. No fim do mês passado, a Usiminas anunciou a intenção de comprar a CSA a 70% de sua capacidade, o que a empresa não quer que se resolva o problema da emissão

de fuligem, particulado costurável, em Santa Cruz. Em dezembro, várias casas da região foram atingidas pelo material particulado. Em nota, a empresa alega a última, na época, que a poluição teria sido causada por um duto não guardado, que já estava “em processo de correção”. A siderúrgica chegou a se comprometer a indenizar as famílias afetadas. O valor

total particulado o ar no entorno da siderúrgica. A punição ocorreu depois de uma vistoria que comprovou que a CSA não informou ao Inea problemas com o silo-forno 11, que poderia assinar que fossem tomadas providências para reduzir as emissões. A empresa recorreu ao Inea, que se recusou a aceitar o valor para R\$ 1,7 milhão. A punição poderia variar de R\$ 800 a R\$ 2 milhões, dependendo da gravidade do problema.

**Fuligem está aumentando 17**  
vezes em Santa Cruz

O estado está monitorando 11 monitoramento de Santa Cruz que podem ter sido afetados pela poluição da CSA. O médico Luiz Teófilo, que está acompanhando o assunto pelo Instituto Estadual do Ambiente, disse que os casos serão investigados, mas ainda não é possível afirmar que o agravamento do estado de saúde dessas pessoas tenha relação com a poluição lançada pela siderúrgica.

Respondendo à nota publicada pela CSA no jornal, a Secretaria de Saúde nega que tenha constatado estado de saúde ruim que atenda a legislação de correção entre as unidades de saúde na CSA e problemas de saúde de moradores locais.

A CSA informou em nota o valor de R\$ 14 milhões. A companhia informou que indica a implantação do programa “União Zero” para evitar que partícipes causem impactos em moradores da região. E reitera que a Usiminas não possui interesse no maior sítio de produção. ■

## Perigo de contaminação

Galões com produtos químicos são abandonados na Baixada

• Duas empresas sediadas em Duque de Caxias — a Hestec e a Nero 20 — despejaram irregularmente, no mês de setembro de 2010, 21 galões com produtos químicos de potencial tóxico num terreno baldio no município de Quatzenberg, na Baixada Fluminense. O Instituto Estadual do Ambiente (Inea) fez um alerta aos moradores da região sobre os possíveis riscos de contato com o líquido contido nos galões. O órgão também anunciou que vai multar as duas empresas, mas não divulgou os valores.

Fiscal do Inea levou amostras na terça-feira para a Secretaria do Ambiente de Quatzenberg, para determinar quais deveriam ser os procedimentos adequados para a remoção dos galões, detidos no Bairro Vila América, na localidade conhecida como Arraial Teófilo, do chiqueiro de local, porém, os locais encontrados apenas 11 recipientes. Os outros dez haviam sido levados, supostamente

para o aterro. O material foi coletado e levado para análise no laboratório do Instituto. O resultado saiu em até 48 horas. A presidente da Inea, Marilene Ramos, informou ainda que os dez galões que haviam desaparecido foram recuperados. Ela reiterou que os responsáveis pelo descarte irregular serão punidos.

— Conseqüência recuperamos todos os galões, inclusive os que tinham sido levados pela população. Seria um risco para quem estivesse com o produto. O terreno já foi raspado e a situação, agora, está controlada. Até o momento, segundo o Inea, não há informações sobre construção de moradores que tenham comprado os galões. Se as empresas negociarem produtos químicos, serão a Hestec, especializada em lubrificantes. Além de receberem multas, elas terão sanções por crime ambiental.



OS RECIPIENTES jogados numa terra em Quatzenberg por duas empresas, eles estão multados pelo estado



# Anexo XXXIV – Entrevista do Presidente da Associação Comercial e Industrial de Santa Cruz, Alberto Chaves Gonçalves para o Jornal O Globo em 13/03/2010.

http://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint...

13 DE MARÇO DE 2010 • O GLOBO • EXTRA • 20402072

## Progresso, preservação e polêmica

Para presidente de associação comercial de Santa Cruz, Apac atrapalha desenvolvimento; subprefeito não concorda

Por Anna Luiza Santiago  
anna.santiago@oglobo.com.br  
anna.santiago@extra.globo.com

• Viabilizar o crescimento econômico do bairro, superando os entraves que atrapalham seu desenvolvimento. Esse é o desafio do presidente da Associação Comercial e Industrial de Santa Cruz (Acisc), Alberto Chaves Gonçalves, que assumiu o cargo em outubro do ano passado com a tarefa de fazer a região vislumbrar um grande futuro.

Ironicamente, Gonçalves afirma que a maior dificuldade que enfrenta é o passado. Devido à importância histórica de vários locais, a prefeitura criou a Área de Proteção do Ambiente Cultural (Apac) de Santa Cruz por meio do Decreto 12.524, de 9 de dezembro de 1963. Prédios foram tombados na região que abrangem o Matadouro e o Bulatório Vilagran Cabrino. Segundo o presidente da Acisc, isso estaria atrapalhando a expansão comercial do bairro. De acordo com o subprefeito da Zona Oeste, Edimar Teixeira, há 157 imóveis tombados em Santa Cruz.

— Não temos desenvolvimento por causa da falta de espaço. Estamos travados. Semente na área comercial há mais de 40 imóveis tombados — afirma Gonçalves. — Na Rua Felipe Cardoso, entre o Hospital Memorial Santa Cruz e a estação de trem, e na Rua Senador Camará, perto da Praça do Gado, é enorme o potencial para crescimento. Mas a lei dificulta a elaboração de projetos.

Já Teixeira garante que as restrições impostas ao imóvel não impossibilitam a chegada de novas lojas ao bairro.

— É preciso pedir permissão da prefeitura para meser na fachada. Mas isso não impede que a estrutura seja ampliada e revista pelos empresários.

Outra reivindicação da Acisc é a revitalização do Rio Cidade, herança da administração do ex-prefeito Cesar Mala, que fez obras no bairro



■ GONÇALVES EM frente ao Casarão do Senador Julio César de Mello, que virou centro cultural; ele acha que faltam incentivos para o comércio

em 1996. Segundo Teixeira, esse serviço deve sair do papel no próximo semestre.

— A área central precisa de melhorias com urgência. Com o bairro desativado, as empresas parariam de buscar opções em Itaguaí e Campo Grande — analisa Gonçalves.

Sinônimo de desenvolvimento, a Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), localizada no Distrito Industrial de Santa Cruz, também foi criticada por Gonçalves. Ele diz que, com a chegada do complexo, o trânsito e o fluxo de pedestres se intensificaram sem organização, o que seria outro motivo de afastamento de empresas.

— As grandes redes querem chegar, mas esbarram em problemas de trânsito e falta de estrutura. Itaguaí cresceu com a CSA, mas nós ficamos parados. Busco investimentos da prefeitura e espero que o Transcrista, corredor de ligação entre Barra da Tijuca e Guaratiba, amenize os problemas do trânsito.



■ O PRÉDIO na Rua Barão de Laguna é um dos imóveis tombados pela prefeitura; medida criticada pela Acisc

# Ternium compra siderúrgica CSA, no Rio, por € 1,5 bilhão

## Operação deve estar concluída no terceiro trimestre deste ano

GLAUCY CAVALCANTE, DANIELLE NOGUEIRA E RAONNA OLIVEIRA *especialistas do grupo*

A Ternium, maior produtora de aço na América Latina e sócia da ThyssenKrupp, chegou a um acordo com a Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), instalada desde 2010 em Santa Cruz, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. O valor da transação foi de € 1,5 bilhão. A perspectiva da Ternium, contudo, é desembolsar € 1,26 bilhão com a operação, descontando uma dívida financeira de € 300 milhões com o BNDES e outros ajustes.



O anúncio da compra foi divulgado ontem à noite e antecedido pelo exultante do CEO Lázaro Justim. Em 2013, a Ternium fez sorrateiros para adquirir a CSA, mas não chegou a fazer uma oferta. A companhia informou que vai financiar a aquisição por meio de empréstimo bancário e espera consolidar o balanço da ThyssenKrupp e os resultados da operação a partir do terceiro trimestre deste ano. É o prazo previsto para que a transação, que depende da aprovação dos órgãos reguladores da concorrência em Brasil, Alemanha e Estados Unidos, além do cumprimento de outras condições, esteja concluída.

Segundo o diretor executivo da Ternium, Daniel Novagli, o negócio permitirá uma maior diferenciação da companhia. “A especialização dessa planta em placas de aço de alta tecnologia, combinada ao desenvolvimento de produtos, ao gerenciamento da cadeia de fornecimento e à nossa capacidade de produção de aço high-end (de pon-



Fábrica. A CSA tem capacidade para produzir 5 milhões de toneladas de placas de aço por ano

ta) no México e na Argentina, vão possibilitar novas oportunidades de integração. (...) Isso, por sua vez, vai fortalecer nosso negócio em setores industriais estratégicos na América Latina”, afirmou em comunicado.

O interesse dos argentinos italianos da Techint/Ternium em comprar a CSA já havia sido notificado pelo colunista do *O Globo* Abelardo Costa, no último dia 29.

### FORNECEDORA DA USIMINAS

A ThyssenKrupp classificou a venda como um passo importante no seu desenvolvimento estratégico, por encerrar “seu capítulo definitivo da área de negócios no Brasil e nos EUA”, segundo comunicado assinado pelo diretor executivo, Heinrich Heesinger. A Thyssen admitiu que houve problemas, devido à alta nos custos de construção de fábricas no Brasil e nos Estados Unidos, além de problemas técnicos. A ThyssenKrupp informou já ter desenhado mais de € 12

bilhões, entre investimento e prejuízo, na unidade Steel Americas. A fábrica americana foi vendida em 2014. Ainda resta uma perda de € 8 bilhões.

A CSA, que produz placas de aço na fábrica fluminense, tem capacidade de produção de 5 milhões de toneladas por ano, além de contar com um porto de águas profundas e uma unidade de geração de energia elétrica. Em 2016, as vendas consolidadas totalizaram € 1,6 bilhão, com despacho de 4,3 milhões de toneladas de aço.

A siderúrgica ainda fornece placas para a unidade Cubana de Usiminas. O controle desta é dividido entre os italianos e os japoneses da Ternium e os japoneses da Nippon, que travam uma disputa pelo comando da empresa. Numa eventual saída da Usiminas — cenário que está no radar da unidade da antiga sociedade — a Ternium ficaria com a filial de Cubatão, e a Nippon, com a unidade de Jaguaraçu.

Procurada, a CSA não comentou. ■

# Dona do Burger King compra a Popeyes

## Valor da operação é de US\$ 1,8 bi. Rede de frango frito atua em 26 países

frango frito tem conquistado cada vez mais popularidade, segundo o diretor de negócios financeiro “Financial Times”

**ASSETTE PARA MAIS AQUISIÇÕES**  
O jornal lembra que a rede americana de frango frito KFC tem 5 mil restaurantes na China, onde está há 30 anos, segundo dados da sua controladora local Yum China Holdings. O número de filiais no país asiático supera o total de unidades do Popeyes no mundo.

**NOVA VENDA** A Restaurant Brands International, dona das redes Burger King e Tim Hortons e controlada pela empresa de private equity 3G Capital, anunciou ontem a compra da rede de frango frito americana Popeyes, em um acordo de US\$ 1,8 bilhão. A 3G tem entre seus sócios o empresário brasileiro Jorge Paulo Lemann. Pelo os termos da compra, a Restaurant Brands vai pagar US\$ 79 por ação da Popeyes, o que representa um prêmio de 19% em relação ao preço de fechamento da ação da empresa na sexta-feira — antes de começarem as especulações sobre o negócio. As companhias esperam concluir a aquisição no início de abril.

Michael Halen, analista da Bloomberg Intelligence, ressaltou as possibilidades de redução de custos que o negócio vai proporcionar, lembrando que as aquisições da 3G são mantidas por fortes cortes de despesas. — A Restaurant Brands pode ser capaz de cortar as despesas de venda, gerais e administrativas a metade nos próximos dois anos, e seus parceiros de private equity podem ajudar na expansão internacional.

A aquisição — a maior feita pela Restaurant Brands, criada em 2014 quando o Burger King comprou a rede canadense de cafeterias Tim Hortons — indicaria que os controladores da empresa podem estar buscando oportunidades em setores mais rentáveis emergentes, onde o

Segundo o “Financial Times”, o diretor executivo da Restaurant Brands, Daniel Schwartz, falou sobre o potencial da rede Popeyes. Ele disse que a marca tem uma posição de destaque dentro de um segmento competitivo, além de fortes perspectivas de crescimento nos EUA e internacionalmente. Fundada em Nova Orleans em 1972, a Popeyes oferece pratos típicos da região. No fim de outubro, tinha 2.631 restaurantes, a grande maioria sob franquias, espalhados pelos EUA e outros 25 países. Seu balanço de 2016 será divulgado hoje.

O anúncio foi positivo para as ações das duas companhias. Os papéis da Restaurant Brands negociados em Nova York, fecharam em 22 de fevereiro de 2017 a US\$ 57,60. Já os da Popeyes, fecharam a US\$ 74,73. ■

Anexo XXXVI – Exemplo de Edição mensal, de Fevereiro de 2017, do periódico “Alô Comunidade”, uma publicação da Companhia Siderúrgica do Atlântico.



**Campanha da Aids**

Isto já ocorreu outras vezes. A nova campanha sobre Aids do governo federal gera protestos das entidades ligadas ao tema. E, que, segundo a propagação, 260 mil brasileiros têm o vírus, sabem e não se tratam, e 112 mil estão contaminados e não sabem.

**Segue...**

Portador do HIV positivo e membro da Comissão Estadual de Aids do governo do Rio, o ativista Cazu Barroz explica o motivo para a polêmica:

— Passa a impressão de que a culpa é do doente por não se tratar. Só que a pessoa ao descobrir hoje que é soropositivo só consegue marcar uma consulta daqui a um ano para, então, começar a tomar a medicação. Nós já sofremos muita discriminação.

**Pior...**

Cazu e outros 1.000 portadores de HIV eram tratados num setor do Hospital São Francisco de Assis, no Rio, mas o departamento foi fechado, em 2016. O ativista diz que eles estão sem atendimento médico e sem conseguir fazer exames até hoje. Apenas recebem os remédios.

**Em defesa da Loura**

Marcos Lisboa, ex-secretário de Política Econômica, sai em defesa da secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, apelidada de Loura Má, em setores do governo Almirante, por causa do aperto nas contas do Rio. — Ana Paula é a melhor gestora que conheci na vida pública e privada. Para o bem do público. Ela tem o hábito peculiar nos tempos atuais, de fazer apenas o que é correto.

**Substituição no gol**

De Hélio de La Peña sobre as decisões, tomadas ontem, para liberar

**ANCELMMO GOIS**

ANA Carolina Guimarães DANIEL BARNETT e TÍCIO RODRIGO



REINALDO TEIXEIRA



MISCA FAVODITA

**O time de Thiago Silva**

A Lagardère promete, se vencer a concessão do Maracanã, promover um jogo entre o Paris Saint-Germain, o clube da moda, que, na semana passada, goleou o Barcelona por 4 a 0, e o... Vasco.

O governo do Rio exige que a empresa que administre o estádio promova 40 jogos anuais com times de ponta.

**Por falar nele...**

Christino Aúreo, secretário da Casa Civil de Pezão, deu um prazo — até o dia 9 — para que a Odebrecht encontre um substituto para administrar o Maracanã.

O governo também quer que a empreiteira, que perdeu uns R\$ 150 milhões nesta bricadeira, assuma o compromisso de não acionar o estado com pedidos de indenização depois da transferência.

**Cratera alemã**

Não é de 6 nem de 7 bilhões de euros, como saiu aqui, o prejuízo da ThyssenKrupp com a construção da CSA, agora, vendida para o grupo Techint/Terrimum. Um dos protagonistas do projeto estima em incriveis 12 bilhões de euros o montante que foi queimado pela alemã na usina carioca.

**Em tempo...**

Essa grana, por exemplo, daria para construir um trem-bala entre Rio e São Paulo.

**Saudades de Dona Elizabeth Saleiro**

Era uma vez uma senhorinha que se chamava Elizabeth Saleiro (na primeira foto, ao lado), que morava no número 65 da Rua Cristóvão Barcelos, em Laranjeiras. Fallecida aos 92 anos em 2014, ela durante 11 anos assistiu de sua janela, com um sorriso de imenso afeto, ao desfile do Gigantes da Lira, o bloco mais mítico do bairro. A urna retribuiu cantando para

**Não é só Ivete Sangalo**



DANIEL FORRES

Julianne Trevisol, a bailarina e atriz, vai desfilhar como musa da Grande Rio, amanhã, na Sapcael. Aqui, ela posa para a coluna cheia de ziriguidum, contemple

**Gangue na UFRJ**

Outro assalto mobilizou a UFRJ esta semana. Com facas, bandidos assaltaram alunos e professores dentro do prédio da Faculdade de Química.

**Projeto Escola**

Um dos projetos de Milton Gonçalves para o Teatro Municipal do Rio é voltar com o Projeto Escola, que cobrava só R\$ 1 no ingresso.



RENATO

Anexo XXXVII – Coluna do Jornalista Ancelmo Gois, no Jornal O Globo, edição de 25/02/2017, em que publicou sobre a dívida da ThyssenKrupp em relação à TKCSA intitulado “Cratera Alemã”.



**ANEXO XXXIX – Um dos helicópteros, um televisor, um Porsche Panamera e uma Ferrari apreendidos do ex-prefeito de Itaguaí Luciano Mota por parte de diligências da Polícia Federal em diversos pontos do Rio de Janeiro**



Helicóptero que era utilizado por Luciano Mota e foi alvo de ação da PF em hangar.



Televisor avaliado em R\$ 99 mil sendo apreendido por agentes da PF em residencia de Luciano Mota.



Ferrari de Luciano Mota avaliada em R\$ 1,5 milhão sendo apreendida pela PF em operação no município de Itaguaí.



Modelo de Porsche Panamera comprado por Luciano Mota e apreendido pela PF.

## Anexo XL – Divulgação da Declaração de Bens do então candidato Luciano Mota, o qual afirmava não possuir meios, junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

**DivulgaCand**  
Divulgação de Registro de Candidaturas 2012

**Registro de Candidatura - Prefeito (ITAGUAÍ / RJ)**

 <p>Situação do Registro [Ver a Situação do Registro] APTO. (Definitivo) Apresentada impugnação</p>	<p>Nome para uma eleição: Nome completo: Data de nascimento: Nacionalidade: Grau de instrução: Endereço do site do candidato:</p>	<p><b>LUCIANO MOTA</b> LUCIANO CARVALHO MOTA 08/02/1978 Brasileira nata Ensino Médio completo</p>	<p>Nome: Sexo: Estado civil: Naturalidade: Ocupação:</p>	<p>45 Masculino Solteiro(a) VOLTA REDONDA / RJ Empresário</p>
<p>Partido: Coligação: Composição da eleição: No. processo: CNPJ de campanha: Ver dados da(s) eleição(ões) em:</p>	<p>Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB - (44) COLIGAÇÃO COM FÉ - COM FÉ PT / PHS / PSDO 86-83.2013.619.0105 16.319.034/0001-34 2010</p>	<p>No. protocolo: Limite de gastos:</p>	<p>108873003 1.000.000,00</p>	

[Voltar](#) [Vice-Prefeito](#) [Proposta](#) [Gerar PDF](#)

Dados fornecidos pelo candidato no processo de registro de candidaturas. Outras informações, entrar em contato com o cartório eleitoral do município.

Declaração de bens   Certidões criminais   Situação do processo   Prestação de contas

Nenhum bem declarado

Resquisar na Web e no Windows   POR 09:26  
PTB2 20/05/2016

## APÊNDICES

### Apêndice A – Questionário para entrevista de Willian Cezar, Vereador pelo Município de Itaguaí – RJ, do Partido Socialista Brasileiro do Rio de Janeiro (PSB/RJ).

Entrevistador: Riyuzo Ikeda Júnior<sup>28</sup>

Conceito de Gestão Social: “... a gestão social pode ser apresentada como a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo, na transparência como pressuposto e na emancipação enquanto fim último. ” (CANÇADO, TENÓRIO E PEREIRA, 2011, p. 697 *apud* CANÇADO, SAUSEN E VILLELA, 2013, p. 17)

O Controle Social, segundo Siraque (2009, p. 103 *apud* TENÓRIO, 2012, p. 30) é “... ato realizado individual ou coletivamente pelos membros da sociedade, por meio de entidades juridicamente organizadas ou não, através dos diversos instrumentos jurídicos colocados à disposição da cidadania para fiscalizar, vigiar, velar, examinar, inquirir e colher informações a respeito de algo. ”

<b>Questionário de perguntas abertas (Willian Cezar)</b>	
<b>1</b>	Como Vs. Excelência considera a participação da sociedade civil de Itaguaí na vida pública? Essa participação vem aumentando?
<b>2</b>	Qual foi o papel de Vs. Excelência no recente processo de cassação do prefeito, como aconteceu exatamente e quais as contribuições das instituições da sociedade civil em tal fato?
<b>3</b>	A população de Itaguaí tem acesso as informações sobre gastos da prefeitura e do Poder Legislativo? É possível acessá-las? Vs. Excelência crê que tais mecanismos são suficientes em relação ao Controle Social?
<b>4</b>	Qual foi a importância do Ministério Público e da Polícia Federal em sua opinião? Existem outros organismos ou entidades pressionando a gestão pública municipal?
<b>5</b>	Vs. Excelência considera que a população de Itaguaí tem voz? Algo mudou depois da cassação do prefeito? Por quê?
<b>6</b>	Qual o respaldo que levou ao Poder Legislativo Municipal a iniciar os trabalhos de cassação? Houve participação popular nessa empreitada legislativa?
<b>7</b>	Vs. Excelência acredita que a população de Itaguaí foi excluída de alguma forma dos processos de geração de riqueza, tomando como exemplo os empreendimentos em instalados em anos recentes na cidade, ou se beneficiaram de alguma forma?
<b>8</b>	Como o senhor acha que pode continuar atuando para melhorar a vida da população da sua cidade? E como o senhor vê o panorama da participação social no município hoje?
<b>9</b>	Para o senhor, qual a importância da Gestão Social e do Controle Social no contexto do desenvolvimento local em Itaguaí?
<b>10</b>	Reservado à entrevistada para comentários adicionais de sua preferência.

<sup>28</sup> Advogado (OAB/RJ 198498), Economista, Mestrando em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas pela UFRRJ e assistente de pesquisa no Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS) da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

**Apêndice B – Questionário para entrevista de Sueli Fernandes, ex-Ouvidora-Geral do Município de Itaguaí – RJ (2015-2016) e cidadã que liderou protestos em favor das investigações e cassação do ex-prefeito Luciano Mota (2013-2015)**

Entrevistador: Riyuzo Ikeda Júnior<sup>29</sup>

Conceito de Gestão Social: “... a gestão social pode ser apresentada como a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo, na transparência como pressuposto e na emancipação enquanto fim último.” (CANÇADO, TENÓRIO E PEREIRA, 2011, p. 697 *apud* CANÇADO, SAUSEN E VILLELA, 2013, p. 17)

O Controle Social, segundo Siraque (2009, p. 103 *apud* TENÓRIO, 2012, p. 30) é “... ato realizado individual ou coletivamente pelos membros da sociedade, por meio de entidades juridicamente organizadas ou não, através dos diversos instrumentos jurídicos colocados à disposição da cidadania para fiscalizar, vigiar, velar, examinar, inquirir e colher informações a respeito de algo.”

<b>Questionário de perguntas abertas (Sueli Fernandes)</b>	
<b>1</b>	Como você considera a participação da sociedade civil de Itaguaí na vida pública? Essa participação vem aumentando?
<b>2</b>	Qual foi o seu papel no processo de cassação do prefeito, como aconteceu exatamente?
<b>3</b>	A população de Itaguaí tem acesso as informações sobre gastos da prefeitura? É possível acessá-las? Como você acessou as informações que deram origem à denúncia?
<b>4</b>	Qual foi a importância do Ministério Público na sua opinião? Existem outros organismos ou entidades pressionando a gestão pública?
<b>5</b>	Você considera que a população de Itaguaí tem voz? Algo mudou depois da cassação do prefeito? Porque?
<b>6</b>	Além de você outros moradores se envolveram nos assuntos de corrupção que ganharam destaque na imprensa nacional? Como isso aconteceu exatamente e quem se envolveu?
<b>7</b>	Você acredita que a população de Itaguaí foi totalmente excluída nos processos de geração de riqueza que tomaram a região ou se beneficiaram de alguma forma?
<b>8</b>	Como você acha que pode continuar atuando para melhorar a vida da população da sua cidade? E como você vê o panorama da participação social no município hoje?
<b>9</b>	Para você, qual a importância da gestão social no contexto do desenvolvimento local em Itaguaí?
<b>10</b>	Reservado à entrevistada para comentários adicionais de sua preferência.

<sup>29</sup> Advogado (OAB/RJ 198498), Economista, Mestrando em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas pela UFRRJ e assistente de pesquisa no Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS) da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

**Apêndice C – Questionário para entrevista de Carlos Teixeira, Presidente do Conselho Comunitário de Segurança da Área Integrada de Segurança Pública 27 (CCSAISP 27) – Santa Cruz, Paciência, Guaratibaa, Pedra de Guaratiba e Sepetiba.**

Entrevistador: Riyuzo Ikeda Júnior<sup>30</sup>

Conceito de Gestão Social: “... a gestão social pode ser apresentada como a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo, na transparência como pressuposto e na emancipação enquanto fim último. ” (CANÇADO, TENÓRIO E PEREIRA, 2011, p. 697 *apud* CANÇADO, SAUSEN E VILLELA, 2013, p. 17)

O Controle Social, segundo Siraque (2009, p. 103 *apud* TENÓRIO, 2012, p. 30) é “... ato realizado individual ou coletivamente pelos membros da sociedade, por meio de entidades juridicamente organizadas ou não, através dos diversos instrumentos jurídicos colocados à disposição da cidadania para fiscalizar, vigiar, velar, examinar, inquirir e colher informações a respeito de algo. ”

<b>Questionário de perguntas abertas (CCSAISP 27)</b>	
<b>1</b>	O que o Conselho entende por segurança? Há uma auto-avaliação do Conselho?
<b>2</b>	Quais as atribuições do Conselho Comunitário de Segurança da Área Integrada de Segurança Pública 27 (CCSAISP 27)?
<b>3</b>	Há cursos de capacitação oferecidos por este Conselho?
<b>4</b>	Como ocorre a legitimidade do Conselho Comunitário de Segurança da Área Integrada de Segurança Pública 27 (CCSAISP 27 – Eleições? Quaisquer cidadãos podem participar?)
<b>5</b>	Como ocorre a divulgação das ações e encontros do Conselho Comunitário de Segurança da Área Integrada de Segurança Pública 27 (CCSAISP 27)?
<b>6</b>	Em sua opinião há interesse/participação das populações locais no Conselho?
<b>7</b>	O Conselho Comunitário de Segurança da Área Integrada de Segurança Pública 27 (CCSAISP 27) representa efetivamente as demandas da sociedade?
<b>8</b>	Quais as dificuldades que o Conselho enfrenta no seu relacionamento com as instituições do Estado e de empresas locais? Quais as principais questões de segurança na área do CCSAISP 27?
<b>9</b>	Como ocorre o controle social por parte do Conselho Comunitário de Segurança da Área Integrada de Segurança Pública 27 (CCSAISP 27) nas ações do Estado e de empresas?
<b>10</b>	As ações e demandas do Conselho Comunitário de Segurança da Área Integrada de Segurança Pública 27 (CCSAISP 27) são ouvidas pelos atores da sociedade civil, Estado e mercado?
<b>11</b>	Existe diálogo/troca de informações/experiência entre o Conselho Comunitário de Segurança da Área Integrada de Segurança Pública 27 (CCSAISP 27) e outros Conselhos distritais, comunitários ou municipais? Quais?
<b>12</b>	Existe diálogo/troca de informações/experiência entre o Conselho Comunitário de Segurança da Área Integrada de Segurança Pública 27 (CCSAISP 27) e demais organismos da sociedade civil (ONGs, instituições de ensino, religiosas, sindicais, culturais, esportivas, etc.)?
<b>13</b>	Reservado ao Conselho Comunitário de Segurança da Área Integrada de Segurança Pública 27 (CCSAISP 27) para comentários adicionais de sua preferência.

<sup>30</sup> Advogado (OAB/RJ 198498), Economista, Mestrando em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas pela UFRRJ e assistente de pesquisa no Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS) da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

**Apêndice D – Questionário para entrevista de Geraldo Batista de Oliveira, Presidente do Conselho Distrital de Saúde da Área Programática 5.3 (CODS 5.3) – Santa Cruz, Paciência e Sepetiba.**

Entrevistador: Riyuzo Ikeda Júnior<sup>31</sup>

Conceito de Gestão Social: “... a gestão social pode ser apresentada como a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo, na transparência como pressuposto e na emancipação enquanto fim último. ” (CANÇADO, TENÓRIO E PEREIRA, 2011, p. 697 *apud* CANÇADO, SAUSEN E VILLELA, 2013, p. 17)

O Controle Social, segundo Siraque (2009, p. 103 *apud* TENÓRIO, 2012, p. 30) é “... ato realizado individual ou coletivamente pelos membros da sociedade, por meio de entidades juridicamente organizadas ou não, através dos diversos instrumentos jurídicos colocados à disposição da cidadania para fiscalizar, vigiar, velar, examinar, inquirir e colher informações a respeito de algo. ”

<b>Questionário de perguntas abertas (CODS 5.3)</b>	
<b>1</b>	O que o Conselho entende por saúde? Há uma auto-avaliação do Conselho?
<b>2</b>	Quais as atribuições do Conselho Distrital de Saúde da A.P. 5.3?
<b>3</b>	Há cursos de capacitação oferecidos por este Conselho?
<b>4</b>	Como ocorre a legitimidade do Conselho Distrital de Saúde da A.P. 5.3 – Eleições? Quaisquer cidadãos podem participar?
<b>5</b>	Como ocorre a divulgação das ações e encontros do Conselho Distrital de Saúde da A.P. 5.3?
<b>6</b>	Em sua opinião há interesse/participação das populações locais no Conselho?
<b>7</b>	O Conselho Distrital de Saúde da A.P. 5.3 representa efetivamente as demandas da sociedade?
<b>8</b>	Quais as dificuldades que o Conselho enfrenta no seu relacionamento com as instituições do Estado e de empresas locais? Quais as principais questões de saúde na área do Conselho Distrital de Saúde da A.P. 5.3?
<b>9</b>	Como ocorre o controle social por parte do Conselho Distrital de Saúde da A.P. 5.3 nas ações do Estado e de empresas?
<b>10</b>	As ações e demandas do Conselho Distrital de Saúde da A.P. 5.3 são ouvidas pelos atores da sociedade civil, Estado e mercado?
<b>11</b>	Existe diálogo/troca de informações/experiência entre o Conselho Distrital de Saúde da A.P. 5.3 e outros Conselhos distritais, comunitários ou municipais? Quais?
<b>12</b>	Existe diálogo/troca de informações/experiência entre o Conselho Distrital de Saúde da A.P. 5.3 e demais organismos da sociedade civil (ONGs, instituições de ensino, religiosas, sindicais, culturais, esportivas, etc.)?
<b>13</b>	Reservado ao Conselho Distrital de Saúde da A.P. 5.3 para comentários adicionais de sua preferência.

<sup>31</sup> Advogado (OAB/RJ 198498), Economista, Mestrando em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas pela UFRRJ e assistente de pesquisa no Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS) da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

**Apêndice E – Questionário de entrevista de José Leonídio Madureira Sousa Santos, Assessor de Cooperação Social da Fundação Instituto Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)**

Entrevistador: Riyuzo Ikeda Júnior<sup>32</sup>

Conceito de Gestão Social: “... a gestão social pode ser apresentada como a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo, na transparência como pressuposto e na emancipação enquanto fim último. ” (CANÇADO, TENÓRIO E PEREIRA, 2011, p. 697 *apud* CANÇADO, SAUSEN E VILLELA, 2013, p. 17)

O Controle Social, segundo Siraque (2009, p. 103 *apud* TENÓRIO, 2012, p. 30) é “... ato realizado individual ou coletivamente pelos membros da sociedade, por meio de entidades juridicamente organizadas ou não, através dos diversos instrumentos jurídicos colocados à disposição da cidadania para fiscalizar, vigiar, velar, examinar, inquirir e colher informações a respeito de algo. ”

<b>Questionário de perguntas abertas (FIOCRUZ)</b>	
<b>1</b>	Quais as atribuições da FIOCRUZ?
<b>2</b>	Qual a percepção da FIOCRUZ em relação às transformações multidimensionais (políticas, ambientais, sociais, territoriais e econômicas) que o bairro carioca de Santa Cruz vem vivenciando?
<b>3</b>	Quais as ações voltadas para a sociedade que a FIOCRUZ vem realizando às populações locais? Há impactos das operações da Fundação no bairro carioca de Santa Cruz?
<b>4</b>	Além de um instrumento de saúde pública a FIOCRUZ se considera um instrumento para fins sociais?
<b>5</b>	Existe diálogo entre a FIOCRUZ e o bairro de Santa Cruz? (Se “sim” quais os canais de comunicação?)
<b>6</b>	Como ocorre o diálogo com o local o qual a FIOCRUZ está inserida (no caso Centro de Processamento Final do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos no Distrito Industrial de Santa Cruz)? Tal diálogo é horizontal (FIOCRUZ, Estado e moradores dialogam) ou vertical (moradores são espectadores)?
<b>7</b>	A FIOCRUZ é capaz de fomentar (ou vem fomentando) um aporte ao ambiente de gestão social na localidade a qual ela está inserida?
<b>8</b>	A FIOCRUZ considera o controle social exercido pelas populações locais e pelas instituições de Estado como um cenário positivo?
<b>9</b>	A FIOCRUZ reconhece a importância de sua participação no desenvolvimento (e não somente no crescimento) local no bairro carioca de Santa Cruz?
<b>10</b>	Qual a avaliação da FIOCRUZ em relação às operações e participação de organizações públicas e privadas (em geral) no crescimento, no desenvolvimento local do bairro carioca de Santa Cruz, atribuições de natureza ambiental, dentre outras?
<b>11</b>	Reservado à Fundação Oswaldo Cruz para comentários adicionais de sua preferência.

<sup>32</sup> Advogado (OAB/RJ 198498), Economista, Mestrando em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas pela UFRRJ e assistente de pesquisa no Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS) da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

## Apêndice F – Questionário de entrevista para um Representante da ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA)

Entrevistador: Riyuzo Ikeda Júnior<sup>33</sup>

Conceito de Gestão Social: “... a gestão social pode ser apresentada como a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo, na transparência como pressuposto e na emancipação enquanto fim último. ” (CANÇADO, TENÓRIO E PEREIRA, 2011, p. 697 *apud* CANÇADO, SAUSEN E VILLELA, 2013, p. 17)

O Controle Social, segundo Siraque (2009, p. 103 *apud* TENÓRIO, 2012, p. 30) é “... ato realizado individual ou coletivamente pelos membros da sociedade, por meio de entidades juridicamente organizadas ou não, através dos diversos instrumentos jurídicos colocados à disposição da cidadania para fiscalizar, vigiar, velar, examinar, inquirir e colher informações a respeito de algo. ”

<b>Questionário de perguntas abertas (TKCSA)</b>	
<b>1</b>	Por que a ThyssenKrupp escolheu o Distrito Industrial, e por via de consequência o Bairro de Santa Cruz, como destino das operações de uma siderúrgica do Grupo?
<b>2</b>	Qual a percepção da TKCSA em relação às transformações multidimensionais (políticas, ambientais, sociais, territoriais e econômicas) que a empresa trouxe consigo na sua instalação em Santa Cruz?
<b>3</b>	A TKCSA reconhece que ela tenha causado impactos socioambientais no local o qual ela está inserida? Se “sim” quais impactos e como ela vem amenizando?
<b>4</b>	Além de uma ferramenta de mercado a TKCSA se considera um instrumento para fins sociais?
<b>5</b>	Existe diálogo entre a TKCSA e o bairro de Santa Cruz? (Se “sim” quais os canais de comunicação?)
<b>6</b>	Como ocorre o diálogo com o local o qual a TKCSA está inserida? Tal diálogo é horizontal (TKCSA, Estado e moradores dialogam) ou vertical (moradores são espectadores)?
<b>7</b>	A TKCSA é capaz de fomentar (ou vem fomentando) um aporte ao ambiente de gestão social na localidade a qual ela está inserida?
<b>8</b>	A TKCSA considera o controle social exercido pelas populações locais e pelas instituições de Estado como um cenário positivo?
<b>9</b>	A TKCSA, o maior empreendimento da região, reconhece a importância de sua participação no desenvolvimento (e não somente no crescimento) local?
<b>10</b>	Qual a avaliação da TKCSA em relação às operações e participação das demais empresas do Distrito Industrial de Santa Cruz no crescimento, no desenvolvimento local e atribuições de natureza ambiental, dentre outras?
<b>11</b>	Reservado à TKCSA para comentários adicionais de sua preferência.

<sup>33</sup> Advogado (OAB/RJ 198498), Economista, Mestrando em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas pela UFRRJ e assistente de pesquisa no Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS) da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

**Apêndice G – Questionário de entrevista para Ricardo Lindgren de Carvalho, Capitão-de-Mar e Guerra (RM1), Assessor de Comunicação Social da Coordenadoria-Geral do Programa de Desenvolvimento de Submarino com Propulsão Nuclear (COGESN).**

Entrevistador: Riyuzo Ikeda Júnior<sup>34</sup>

Conceito de Gestão Social: “... a gestão social pode ser apresentada como a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo, na transparência como pressuposto e na emancipação enquanto fim último.” (CANÇADO, TENÓRIO E PEREIRA, 2011, p. 697 *apud* CANÇADO, SAUSEN E VILLELA, 2013, p. 17)

O Controle Social, segundo Siraque (2009, p. 103 *apud* TENÓRIO, 2012, p. 30) é “... ato realizado individual ou coletivamente pelos membros da sociedade, por meio de entidades juridicamente organizadas ou não, através dos diversos instrumentos jurídicos colocados à disposição da cidadania para fiscalizar, vigiar, velar, examinar, inquirir e colher informações a respeito de algo.”

<b>Questionário de perguntas abertas (Marinha do Brasil)</b>	
<b>1</b>	Quais as atribuições da Marinha do Brasil enquanto uma Instituição de Estado?
<b>2</b>	Qual a percepção da Marinha do Brasil em relação às transformações multidimensionais (políticas, ambientais, sociais, territoriais e econômicas) que o município de Itaguaí – RJ vem vivenciando?
<b>3</b>	Quais as ações voltadas para a sociedade que Marinha do Brasil vem realizando as populações locais? Há impactos das operações da Marinha em Itaguaí – RJ?
<b>4</b>	Além de um instrumento militar a Marinha do Brasil se considera um instrumento para fins sociais?
<b>5</b>	Existe diálogo entre a Marinha do Brasil e o município de Itaguaí – RJ? (Se “sim” quais os canais de comunicação?)
<b>6</b>	Como ocorre o diálogo com o local o qual a Marinha do Brasil está inserida (Itaguaí – RJ)? Tal diálogo é horizontal (Marinha, Estado e moradores dialogam) ou vertical (população é apenas espectadora)?
<b>7</b>	A Marinha do Brasil é capaz de fomentar (ou vem fomentando) um aporte ao ambiente de gestão social na localidade a qual ela está inserida (Itaguaí – RJ)?
<b>8</b>	A Marinha do Brasil considera o controle social exercido pelas populações locais e pelas instituições de Estado como um cenário positivo?
<b>9</b>	A Marinha do Brasil reconhece a importância de sua participação no desenvolvimento (e não somente no crescimento) local?
<b>10</b>	Qual a avaliação da Marinha do Brasil em relação às operações e participação de instituições públicas e privadas (em geral) no crescimento, no desenvolvimento local e atribuições de natureza ambiental, dentre outras?
<b>11</b>	Reservado à Marinha do Brasil para comentários adicionais de sua preferência.

<sup>34</sup> Advogado (OAB/RJ 198498), Economista, Mestrando em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas pela UFRRJ e assistente de pesquisa no Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS) da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

## Apêndice H – Questionário de entrevista para um vereador do Município do Rio de Janeiro – RJ.

Entrevistador: Riyuzo Ikeda Júnior<sup>35</sup>

Conceito de Gestão Social: “... a gestão social pode ser apresentada como a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo, na transparência como pressuposto e na emancipação enquanto fim último. ” (CANÇADO, TENÓRIO E PEREIRA, 2011, p. 697 *apud* CANÇADO, SAUSEN E VILLELA, 2013, p. 17)

O Controle Social, segundo Siraque (2009, p. 103 *apud* TENÓRIO, 2012, p. 30) é “... ato realizado individual ou coletivamente pelos membros da sociedade, por meio de entidades juridicamente organizadas ou não, através dos diversos instrumentos jurídicos colocados à disposição da cidadania para fiscalizar, vigiar, velar, examinar, inquirir e colher informações a respeito de algo. ”

<b>Questionário de perguntas abertas (CODS 5.3)</b>	
<b>1</b>	Como Vs. Excelência considera a participação da sociedade civil (principalmente de Campo Grande e Santa Cruz) na vida pública? Essa participação vem aumentando? Há percepção do senhor quanto ao assunto?
<b>2</b>	Enquanto Prefeito do Rio de Janeiro, qual foi o papel de Vs. Excelência na melhoria dos canais de ligação entre a prefeitura e a Zona Oeste do Rio de Janeiro, mais especificamente nos bairros de Campo Grande e Santa Cruz?
<b>3</b>	A população do Rio de Janeiro tem acesso as informações sobre gastos da prefeitura e do Poder Legislativo? É possível acessá-las? Vs. Excelência crê que tais mecanismos são suficientes em relação ao Controle Social?
<b>4</b>	Qual a importância dos mecanismos de Gestão Social para a Zona Oeste Carioca, mais especificamente em Campo Grande e Santa Cruz? Existem outros organismos ou entidades pressionando a gestão pública municipal?
<b>5</b>	Há Controle Social por parte da população dos bairros de Campo Grande e Santa Cruz? Há Controle Social efetivo por parte da Zona Oeste Carioca?
<b>6</b>	Vs. Excelência considera que as populações de Campo Grande e Santa Cruz tem voz? Algo mudou entre a última década e a contemporaneidade? Por quê?
<b>7</b>	Qual a relação que o senhor vê entre o período em que Campo Grande e Santa Cruz foram regiões que já hospedaram o centro político e econômico nacional no passado, com o atual contexto socioeconômico? Na sua opinião por que a região tanto se atrasou quanto ao desenvolvimento socioeconômico local em relação às áreas centrais da metrópole carioca?
<b>8</b>	Vs. Excelência acredita que as populações de Campo Grande e Santa Cruz foram excluídas, de alguma forma dos processos de geração de riqueza, tomando como exemplo os empreendimentos instalados em anos recentes na cidade (Distritos Industriais, Olimpíadas, Copa do Mundo e etc.), ou se beneficiaram de alguma forma?
<b>9</b>	Qual a opinião do senhor quanto aos Distritos Industriais de Campo Grande e Santa Cruz? Eles promovem um desenvolvimento socioeconômico sustentável e sustentado?
<b>10</b>	Como o senhor acha que pode continuar atuando para melhorar a vida da população da sua cidade? E como o senhor vê o panorama da participação social em Campo Grande e Santa Cruz hoje? Há interesse político, social e econômico por essas localidades?
<b>11</b>	– Campo Grande e Santa Cruz possuem estrutura de mobilidade urbana, infraestrutura voltada para a indústria e para os moradores, dentre outros fatores, a fim de sustentar um desenvolvimento

<sup>35</sup> Advogado (OAB/RJ 198498), Economista, Mestrando em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas pela UFRRJ e assistente de pesquisa no Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS) da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

	socioeconômico adequado à realidade desses bairros?
<b>12</b>	Para o senhor, qual a importância da Gestão Social e do Controle Social no contexto do desenvolvimento local da Zona Oeste, mais especificamente nos bairros em análise?
<b>13</b>	Qual a sua expectativa e perspectiva para a extrema Zona Oeste nos próximos anos?

## **Apêndice I – Transcrição da entrevista realizada com Willian Cezar, Vereador pelo Município de Itaguaí – RJ, do Partido Socialista Brasileiro do Rio de Janeiro (PSB/RJ).**

1 – Riyuzo: Como Vs. Excelência considera a participação da sociedade civil de Itaguaí na vida pública? Essa participação vem aumentando?

Willian Cezar: Essa participação vem aumentando, porém ela está muito pequena ainda. As sessões da Câmara são vazias. Elas só enchem quando é sobre determinada discussão sobre algo específico, um exemplo: vamos discutir o plano de cargos e salários na educação, então os halls desta Câmara lotavam porque era algo específico. Vamos discutir sobre a carga-horária da saúde (1:21??), mas passou essa discussão todas as demais discussões, todos os projetos acabam não tendo..., sendo assistidas apenas por assessores. A sociedade chega a participar, ela vem aumentando sim, mas ainda está muito pouca. Desde os movimentos de junho de 2013, isso vem aumentando. A sociedade aqui foi para as ruas também, foi em 2013, duas vezes em 2014, em 2015. O movimento social da luta vem aumentando, mas é uma participação muito pouca ainda. Quando a gente se depara com uma sessão ordinária na Câmara sempre que tem um projeto que chama a atenção para um público específico (2:00?) tem que se politizar mais, tem que ter esse interesse para as questões políticas do município.

1.1-Riyuzo: O senhor participa de algum, voluntariamente ou compulsoriamente, devido ao cargo que ocupa, de algum conselho comunitário, algum fórum de discussão, da cidade?

Willian Cezar: Hoje eu presido a Comissão dos Direitos das Pessoas Idosas, com isso também tem o Conselho Municipal do Idoso, participo das reuniões deles, até mesmo para se ter um interamento porque são dois poderes: o conselho do Poder Executivo e a Comissão Legislativa, mas eu participo desse conselho tanto é que agora foi feito o fórum, no último dia 30 de setembro, sobre diversas discussões que possam estar contribuindo, não só com palestras, mas também com questões didáticas conseguindo produzir dentro da Câmara que o Estatuto do Idoso... O Conselho estava necessitado, então consegui avançar bastante.

1.2-Riyuzo: E mesmo nesses fóruns e conselhos a participação social é baixa?

Willian Cezar: É baixa. Muito baixa.

2- Riyuzo: Qual foi o papel de Vs. Excelência no recente processo de cassação do prefeito, como aconteceu exatamente e quais as contribuições das instituições da sociedade civil em tal fato?

Willian Cezar: Esse processo vem desde que eu assumi, na verdade eu assumi no dia 17 de dezembro de 2013, através de uma questão judicial que aumentou as cadeiras. De lá para cá, assim que eu assumi, eu verifiquei as irregularidades no governo, que eu comecei a combater, fora questões partidárias, tanto é que o meu partido tinha o vice-prefeito, era a base de governo, apesar de serem dois partidos completamente opostos, cada um está numa ponta da esfera política, mas eu fui sozinho para a oposição, junto com outro colega, de outro partido. Verificamos muitas questões, e quando chegou um determinado momento a própria Polícia Federal entrou em contato comigo, sabendo da minha militância, da luta que eu estava tendo, se eu poderia fornecer algo que comprovasse o desvio dos royalties. Para a Polícia Federal entrar não basta ter qualquer desvio verba, tem de ser desvio de verbas federais. Se eu tinha

alguma coisa que comprovasse realmente que estava sendo utilizado verbas federais. No caso eu comprovei através do balancete da prefeitura, que a prefeitura usava as verbas dos royalties indevidamente, que ela pagava a empresa Tristar através de verbas federais (4:47). De lá para cá, logo depois estourou a Operação Gafanhoto na cidade e a partir daí comecei, junto com outro vereador, tentar o convencimento dos colegas, falei que estávamos montando a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) e uma CEP (Comissão Especial Processante). Qual a diferença das duas: a CPI tenta investigar e depois de aprovado o relatório final a gente encaminha para o Ministério Público o que nós apuramos, diferente da CEP, que ela também investiga, só que no final ela pode terminar cassando o prefeito, foi o que ocorreu. Nesse período do recolhimento das assinaturas, foi descoberto um plano de execução contra mim, tive de ficar em alguns momentos fora da cidade, do meu engajamento nessa luta. Conseguimos aprovar uma CPI e uma comissão processante, na qual fui relator da comissão processante e presidente da CPI a qual, com o passar do tempo, ela foi travada porque foi dada uma liminar para o prefeito impugnando a sessão extraordinária, o ato convocatório da sessão extraordinária. Se anulou o ato convocatório, anulou a sessão conseqüentemente. E mais a frente conseguimos aprovar três comissões processantes, que se deram origem através de denúncia de um munícipe, ele apresentava as denúncias aqui na qual eu fui relator de mais uma, que é a da Tristar, que infelizmente a comissão processante tem um prazo de 90 dias para apurar até o final, só que no decorrer desse prazo, apesar de ser um julgamento político ela segue um tramite jurídico. Teve a participação de um cidadão comum, que protocolou a denúncia. Até o relatório final se apresenta um relatório parcial o qual foi derrubado aqui na época e seguiram as outras duas, que foi uma sobre a empresa KM Engenharia, que é sobre a dispensa de licitação para a construção de uma ponte no bairro Mazomba, aproveitando o estado de calamidade o qual entrou o município em abril de 2014, através das chuvas, no bairro da Ponte Preta. 20 km depois ele fez a licitação para a construção de uma ponte em outro bairro que não sofreu nada (7:28). E foi essa da KM que culminou na cassação dele. O relatório final aprovou a denúncia e deu prosseguimento à denúncia e no final a cassação do prefeito, que foi de 14 votos contra 1 e dois vereadores estavam ausentes.

2.1- Riyuzo: O senhor teve dificuldades em levar adiante esse processo de investigação aqui dentro da Câmara?

Willian Cezar: No início, até a grande mídia, até se tornar público nós tivemos uma dificuldade para colher assinaturas porque, por exemplo, para você poder aprovar a comissão processante, como ela funciona, é feita a denúncia, ela é lida em plenário e ela é votada, então você tem de ter a maioria ali para ser aprovada. Aprovou, aí é sorteio que é feito, diferente da CPI, a CPI eu não preciso votar ela em plenário, eu tenho que recolher 6 assinaturas, que é 1/3, porque CPI é ferramenta de minoria. A gente recolhendo 1/3 das assinaturas ela só é lida em plenário e o Presidente da Câmara designa seus membros. No início até tivemos, mas depois a comissão foi aprovada por unanimidade, na época todos os vereadores, quando foi posto pelo cidadão, que ele apresentou a denúncia ela foi aprovada por unanime. Foi diferente das demais, que foi vereador que apresentou denúncia, como eu vinha apresentando denúncias, então essa (9:10) veio do cidadão, ela foi mais fácil, partiu da sociedade civil.

2.2- Riyuzo: Além desse cidadão comum houve denúncias que partiram de instituições da sociedade civil, que não estejam ligadas ao poder público?

Willian Cezar: Houve nos movimentos de rua. Sindicatos participaram dos movimentos de rua. Hoje, por exemplo, tem denúncia do atual governo que vai ser lida hoje em plenário,

vindo tanto de cidadão, quanto vinda de sindicato. De um modo surtiu efeito. Tem cidadão fazendo denúncia. Hoje tem 4 denúncias para serem lidas, pedindo comissões (10:00).

3- Riyuzo: A população de Itaguaí tem acesso as informações sobre gastos da prefeitura e do Poder Legislativo? É possível acessá-las? Vs. Excelência crê que tais mecanismos são suficientes em relação ao Controle Social?

Willian Cezar: Há hoje, portanto, transparência, você tem como acessar pelos sites tanto da prefeitura, como da Câmara, você tem todas as informações. No site da Câmara você consegue pegar todas as licitações, todos os pregões, você tem tudo ali, porém não acho que é o suficiente porque essa cultura de acessar e ver o portal da transparência é mínima ainda. Não sei qual mecanismo teria que ser criado, uma nova forma talvez, para disseminar mais essa ideia. O cidadão ter o controle, realmente fiscalizar, da mesma forma que eu sou fiscalizador do Poder Executivo, a sociedade é minha fiscalizadora. Acredito que o papel maior do cidadão não é simplesmente votar, é a cobrança depois, ele tem de estar presente cobrando. Eu costumo fazer prestação de contas quase toda semana em bairros. Antes das minhas ameaças sofridas eu tinha o gabinete itinerante na rua, que eu montava para prestar contas toda semana, o que foi feito naquela semana, de cada voto meu, das minhas escolhas, dos meus projetos, para escutar a sociedade. É uma forma de poder inteirar a sociedade. Eu acredito que os órgãos públicos, não só o Executivo, como o também o Legislativo e o Judiciário, eles têm que encontrar outras formas de serem mais transparentes, não apenas com um portal, que ainda é utilizado por poucos, ou uma campanha talvez, para explicar como funciona isso, para o cidadão leigo, cidadão comum ele ter mais acesso, ele buscar mais esse interesse.

3.1-Riyuzo: em relação as denúncias que chegam à Câmara, os cidadãos que apresentaram as denúncias possuíam acesso fácil, ao alcance deles para embasar suas denúncias?

Willian Cezar: É uma mistura na verdade. Algumas denúncias acabam não tendo um fundamento porque as vezes se cria um mito que as vezes acha que funciona de um jeito, mas não é (12:44) e outros que tem fundamentos, mas qualquer denúncia que chega, tanto para o meu gabinete, uma coisa é para o gabinete, outra é para a Câmara, por exemplo, há 3 dias atrás eu recebi uma denúncia de maus-tratos de uma idosa no hospital. Fiz diligência no hospital, oficializei ao diretor do hospital, pedindo prontuário, pedindo tudo, encaminhando para o Ministério Público. Tudo isso é feito, mas agora quando chega para a Câmara, a primeira coisa é ser lida em plenário e tem que ser votada, igual essa, por exemplo, está faltando um remédio X no hospital, isso a gente vai lá, oficia, questiona o governo, porque que está faltando, agora diferente olha uma das denúncias que vai ser lida hoje é a falta da prestação de contas do Poder Executivo, porque existem as prestações do Poder executivo dos quadrimestres, são 3 prestações durante o ano e a ausência de uma delas pode ter cassações, punições. Existem prefeitos em vários outros municípios que foram cassados por não terem prestado essas contas, que é a famosa audiência pública de prestação. Existe a da saúde e a geral, segundo a denunciante houve a da saúde e não houve a prestação geral, então vamos estar verificando. Ela anexou provas e vamos estar verificando a veracidade dessas provas e tudo mais e se for aprovado hoje em plenário vai correr todo um processo. A outra denúncia foi sobre as demissões em hospitais e faltando funcionários em setores específicos, que tem que ser verificado sim. O cidadão não pode pagar o pato, nunca pela má administração ou a queda da arrecadação, a sociedade tem que ter um respaldo sempre.

3.2- Riyuzo: Com relação ao gabinete itinerante, o senhor considera que a existência dele vai de encontro a população em geral em não procurar o poder público, seus direitos e garantias constitucionais e etc?

Willian Cezar: Considero, infelizmente boa parte dos nossos munícipes não procuram o poder público ou até mesmo muita gente não sabe onde fica a Câmara. Itaguaí é muito grande, territorialmente, apesar de sermos um município metropolitano, desde 2007 pela ALERJ, ainda temos uma área muito grande e rural. Se as pessoas não vêm à Câmara, elas têm dificuldade, a primeira coisa que eu recebi quando pus o gabinete foram denúncias, queixas, ideias de projetos, as pessoas chegam com ideias de projetos, que algumas delas viraram leis, um exemplo disso a gratuidade de portadores de tuberculose enquanto estiverem em tratamento, veio através de um munícipe, ele chegou no gabinete itinerante, se queixando da dificuldade, que ele não tinha dinheiro para a passagem e ele tinha que escolher entre dar alimentação para a sua família ou se tratar e dava alimentação para a sua família. E realmente é verdade, então através de um desabafo a gente conseguiu fazer uma lei.

3.3-Riyuzo: Então o senhor considera que há a dificuldade em o cidadão acessar as informações ou do cidadão querer participar da vida pública?

Willian Cezar: Eu acho que não é bem o cidadão querer. Ele quer participar, porém existem grandes dificuldades. Um bairro nosso que se chama Carioca, ele tem ônibus duas vezes ao dia, como que esse cidadão vai vir para cá, se ele perder uma condução dessa. Como que ele volta para sua casa. Sai um ônibus de Itaguaí as 7hs da manhã, desce as 10hs, sai outro as 15hs e desce as 17hs. A dificuldade para ele está aqui. Acho que o poder público tem de criar meios de levar as informações, de levar o poder público a toda a cidade. Eu não posso ficar no gabinete, como área de conforto, ponto final e ar-condicionado, eu tenho que estar onde está todo mundo e levar essa informação, tanto o é que quando eu levava meu gabinete para a rua muita gente vinha, então há um interesse da sociedade senão ele não parava, há um interesse. A questão é a pessoa trabalha de segunda a sexta, de 8hs as 17 hs, que horário ele vai vir aqui? O horário da Câmara é de 9hs as 17hs e de segunda a sexta, mas se eu colocar ali no calçadão, ele passa pelo comércio, ele vai na hora do almoço e consegue passar e quando ele está almoçando ele deixa o relato dele e assim funciona mais. Como existem tantos órgãos as vezes, tem o caminhão da ALERJ, o ônibus da ALERJ que circula, saúde bocal as vezes, que vai aos bairros, ações sociais que tira carteira de trabalho, que vai nos bairros é a mesma coisa. Quando você monta uma ação social você vê que enche de pessoas, é a mesma coisa quando a gente monta o gabinete passam centenas de pessoas ali e muitas delas passam e a gente tem como dar uma atenção.

4- Riyuzo: Qual foi a importância do Ministério Público e da Polícia Federal em sua opinião? Existem outros organismos ou entidades pressionando a gestão pública municipal?

Willian Cezar: Sim, o Ministério Público e a Polícia Federal tiveram um papel fundamental, tanto é que o prefeito, antes de ser cassado, ele foi afastado, ele continua afastado pela Justiça, ele está sendo julgado ainda pela Justiça. O Ministério Público que solicitou o afastamento dele no qual a Justiça, o Poder Judiciário, o fez, através de recolhimento de material de provas entregue pela Polícia Federal. Hoje existe tanto a Câmara fiscalizando, depois disso mudou até o pensamento da Câmara ser a maior fiscalizadora. A Polícia Civil, nos seus órgãos investigativos e até o Ministério Público em todas as suas esferas. Hoje você tem o Ministério Público criando núcleos de combate à corrupção para o Brasil, você tem aqui o Ministério

Público Estadual, com sede no nosso município, nós temos tutela coletiva de Angra, acaba sendo tudo do Ministério Público, mas acabam sendo diferentes, então existem hoje vários órgãos fiscalizando.

5- Riyuzo: Vs. Excelência considera que a população de Itaguaí tem voz? Algo mudou depois da cassação do prefeito? Por quê?

Willian Cezar: Tem voz, mas poderia ter muito mais se ela participasse e mudou sim, tanto é que hoje tem muito mais demandas de denúncias do que tinha antes, até mesmo porque a gente deu um retorno àquilo. Talvez, muitas vezes, a pessoa pense assim: eu vou denunciar, mas e aí? Será que vão fazer mesmo? Quando você dá o retorno positivo ou não, você devolve, a pessoa tem um interesse maior, ela passa a pensar assim: poxa, eu creio nisso! É, realmente, estão fazendo. Então eu vou entregar o que eu tenho, realmente.

6 – Riyuzo: Qual o respaldo que levou ao Poder Legislativo Municipal a iniciar os trabalhos de cassação? Houve participação popular nessa empreitada legislativa?

Willian Cezar: Sim, houve porque foi através de um munícipe que entregou toda a documentação, tanto é que essas denúncias têm de vir com CPF, RG, nome completo, endereço, tem de ter todos os dados (...). Eu parableno muito o cidadão que teve a coragem de colocar, tanto é que no dia da cassação ele estava aqui, o que gerou essa denúncia, a KM Engenharia, que já tinha até denunciado. Foi feito a dispensa de licitação devido a enchentes no início de abril de 2014. O prefeito na época decretou Estado de Calamidade. Quando o município está em Estado de Calamidade, você passa a ter dispensa de licitações, por exemplo, não justifica você fazer dispensa de licitação quase 20 km de distância em um bairro que não foi atingido, para construção de ponte que já estava há 3 meses no processo de licitação, algo muito estranho. E a empresa que veio fazer a dispensa de licitação foi uma empresa que não era do Estado do Rio de Janeiro, nunca teve um trabalho aqui. Como que ela chegou do nada? Então as primeiras perguntas foram colocadas. O valor dela foi muito acima, foi uma ponte muito pequena, no valor de R\$ 1,6 milhão, metade dela foi paga antes de ser iniciado e dinheiro público você paga de acordo com o que vai sendo feito. Se você tem 50% vai ser pago 50%, se você fez 30%, eu pago 30%, é assim que é feito. Eu não posso pagar antes de terminado. Outra coisa, se foi por Estado de Calamidade, ela só começou a ser feita no final de julho, então não tem porque ter dispensa de licitação. Então esses foram os fatos que levaram, que foi noticiado na mídia também, teve várias documentações que foram apresentadas na mídia e foi o fato que foi investigado, foi apurado e condenado pela Câmara.

7 – Riyuzo: Vs. Excelência acredita que a população de Itaguaí foi excluída de alguma forma dos processos de geração de riqueza, tomando como exemplo os empreendimentos instalados em anos recentes na cidade, ou se beneficiaram de alguma forma?

Willian Cezar: Infelizmente a nossa cidade, eu acredito que ficou de fora, o munícipe ficou de fora. Porque nós somos uma cidade rica, a renda per capita de Itaguaí é uma das maiores, porém essa riqueza não chegou para os nossos munícipes realmente. É um município muito pobre, onde eu ando ainda tem vala negra na rua, o município já chegou a arrecadar R\$ 60 milhões por mês e ter vala negra na rua. Como que eu posso ter alunos fora da escola, crianças fora de creche? Eu não posso ter isso num município que arrecada tanto, então essa riqueza realmente não chegou e infelizmente boa parte da mão de obra hoje não é local. Estive até numa das indústrias aqui que está na região recentemente, para ver como é que está

funcionando. Devido à queda do preço do minério eles tiveram diversas demissões e hoje a maioria é de fora. Eu entendo que talvez os cargos de chefia, cargos de confiança, o que justificou é a gente não ter determinado nível de qualificação, então faltou preparo e planejamento dos nossos governantes anteriores, porque nenhuma indústria vem para cá do nada. Nem esse crescimento não veio do nada, há um planejamento e preparar a cidade para isso. Ter escolas técnicas, hoje nós temos o CEFET, bacana, mas esse CEFET é recente aqui. O CEFET tentou vir para cá no final da década de 1990 e não veio. Talvez se tivesse vindo no final de 90 nós teríamos boa parte da mão qualificada que era preciso. Infelizmente hoje nós estamos quase qualificando, mas essas vagas já estão ocupadas. E mesmo assim não seria suficiente, como está sempre com um pé atrás, sempre está atrás um degrau porque já começou o processo. Então infelizmente a cidade não teve o seu benefício em si.

8 – Riyuzo: Como o senhor acha que pode continuar atuando para melhorar a vida da população da sua cidade? E como o senhor vê o panorama da participação social no município hoje?

Willian Cezar: bom, acredito que ainda posso contribuir muito com as fiscalizações que eu tenho feito, diligências, cobranças, com projetos de leis que venham beneficiar a sociedade. Igual recentemente consegui aprovar uma lei aqui que garante que toda sala de aula tem que ser climatizada porque um estudo da OIT comprova que estudar em um ambiente, qualquer trabalho que mexa com o intelecto você tem de ter uma certa temperatura para facilitar, nem que seja 23 °C, que é o recomendado. Você não pode entrar numa sala de aula se ali fora está 40 °C e lá estar 45 °C. Que criança que vai aprender, quem que presta atenção pingando de suor? Você não presta atenção, então são benefícios que a gente conseguiu aprovar, como a Lei da Tuberculose, que veio da sociedade e acredito que a sociedade tem que participar muito mais, ela tem que ser muito mais participativa, ela tem que cobrar, ela tem que frequentar as sessões, saber tudo que é discutido, ela tem que estar por dentro de tudo. Recentemente eu consegui aprovar uma lei que proíbe qualquer inauguração de obras públicas sem estar apto para funcionamento. Quem costuma ver acaba sendo eleito por causa de algumas inaugurações, você inaugura prédios, você inaugura creches, postos e nem funcionam. Isso já gerou várias expectativas. Se se inaugura um posto você espera ser atendido naquele posto, isso gera uma expectativa e que isso seja realmente atendido.

8.1- Riyuzo: O senhor como educador considera que currículo da educação de base da educação de base aqui no Brasil ele é deficiente no sentido de não envolver assuntos como Controle e Gestão Social, Direito e Economia, coisas que o cidadão deveria saber e deveria estar inteirado para que ele tivesse seus direitos e as suas garantias fundamentais constitucionais, que eles fossem realmente praticados de forma adequada pelo próprio cidadão?

Willian Cezar: Com certeza. Eu acho que tem de haver uma reformulação da educação. O aluno de hoje não é o aluno de ontem, então o que serviu no passado hoje não serve mais. Na minha época de aluno chamava atenção para usar o *walkman*, hoje se perguntar o aluno não sabe o que é um *walkman*. Hoje o celular é muito melhor do que o meu ou de gerações, então tem-se que modernizar até essa questão de buscar a sociedade. Está tramitando a lei do parlamento juvenil aqui, que é trazer esses jovens que estão na sala para ter esse interesse por política, é uma lei educativa, para que nos nossos recessos esses jovens vão estar nos substituindo e criando pré-projetos, estarem vivenciando o que que é realmente. Reuniões com o Executivo, com o Judiciário, com a promotora, vão conhecer os órgãos de poder que

realmente existem e saber realmente como é a política porque a gente vive num passado da cidade onde vereadores, candidatos a vereadores, diziam que iam asfaltar a rua, que iam iluminar a rua. Vivenciei isso na minha infância e o vereador não tem esse poder. Isso é obra do Executivo. As vezes chegavam para mim e perguntava: porque você não faz uma lei para criar uma praça? Não, eu não crio praça, eu não posso criar despesas executivas. Por isso do nome Executivo porque executa o orçamento, então é uma forma de estar levando isso e levando para esses jovens. Ele participando de todo esse processo ele passa a entender melhor e quem sabe serão nossos políticos amanhã, nossos gestores do município já sabendo desde cedo. O MEC tem que fazer essa reformulação. Não adianta o MEC querer fazer e encher uma sala de doutores, ele tem que buscar a base, a categoria, ele tem que buscar aquele profissional que está na sala de aula. Se eu não escuto a base eu fico só na teoria. Teoria de Darcy Ribeiro dos Cieps, com meia mureta para o professor falar baixo, para o aluno ter que ouvir baixo, porque na prática foi onde o professor teve o maior número de afastamentos de doenças nas cordas vocais, porque o aluno não para e o professor tem que aumentar o tom de voz e dá para ouvir a altura em outra sala. Eu dei aula em Ciep, dou aula em Ciep. Hoje já foi permitido subir as paredes, mas isso veio há cinco anos que pode subir as paredes. Era teoria, teoria maravilhosa dos Cieps, mas a prática dela era horrível. Foi o maior afastamento por causa das cordas vocais, ou seja, porque ao ouviu quem estava ali realmente. A teoria nem sempre quando se põe me pratica se encaixa. A sociedade tem que trazer as suas ideias e a gente reformula. Igual quando eu monto meu gabinete de rua e o cidadão vem trazer para mim sua demanda ele traz um diamante bruto e a gente tem que lapidá-lo, colocar nos moldes como que forma. As vezes a ideia vem com três linhas ou num desabafo, como foi o caso do rapaz que precisava do transporte da tuberculose. A gente monta o que pode e o que não pode, pega a legislação e consegue formular e assim tem que ser. Porque se eu só escutar quem não está em sala de aula, as teorias são maravilhosas, a gente pega um livro aí e não precisa mudar nada.

9 – Riyuzo: Para o senhor, qual a importância da Gestão Social e do Controle Social no contexto do desenvolvimento local em Itaguaí?

Willian Cezar: Eu acho fundamental, como falei anteriormente, vez que passe da sociedade para o governo não o contrário, simplesmente o governo trocar suas prioridades. Tem que ter mais prioridade de ver a sociedade, é assim que se constrói, eu acho que é isso que muitas vezes falta nos gestores, para eles entenderem porque eu fui eleito, então sou representante, eu represento uma parte da sociedade, por isso que estou aqui. Para isso eu tenho que buscar, escutar a base, a sociedade, eu tenho que escutar. A política é dinâmica, o Estado é dinâmico, ele gira constantemente, então a gente precisa estar escutando e estar em sintonia. Acho que essa é a forma correta, vim da sociedade.

10 – Riyuzo: Qual a sua expectativa e perspectiva para a cidade nos próximos anos?

Willian Cezar: Hoje nossa arrecadação caiu grotescamente. Um exemplo: em julho nós arrecadamos R\$ 44 milhões, em agosto R\$ 32 milhões e em setembro R\$ 28, 6 milhões, porém só a folha de funcionários é R\$ 28 milhões, e o resto das contas? Só as contas de luz e dos prédios públicos é R\$ 800 mil, ou seja, a prefeitura não arrecadou o suficiente para se manter porque tinha dinheiro em caixa. Na verdade, porque aconteceu isso? Foi a queda do ISS, devido a queda do preço do minério, toda a crise nacional. Hoje nós temos na nossa cidade trecho do arco-rodoviário, parte da Dutra passa pelo município. Nós temos que mudar a mancha estrutural da cidade para que a indústria seja construída ao redor, que é de fácil

acesso, é algo que a gente pode oferecer. Nós temos que fazer estudos e mudar isso o quanto antes, buscar empresas para o nosso município. Hoje o nosso município vizinho está recebendo indústrias. Seropédica está recebendo a Sadia/Perdigão, devido a mudança dele na mancha estrutural, então nós temos que começar a verificar isso também para a gente não ficar simplesmente no porto. Hoje a gente vive do Porto de Itaguaí, e amanhã? Falo do porto em geral: Porto Sudeste, ICN, Odebrecht, aquela obra toda portuária ali. CSN, Sepetiba Tecon, Vale, todo o porto. Há a necessidade de se atrair mais empresas para a cidade.

**Apêndice J – Transcrição da entrevista realizada com Sueli Fernandes, ex-Ouvidora-Geral do Município de Itaguaí – RJ (2015-2016) e cidadã que liderou protestos em favor das investigações e cassação do ex-prefeito Luciano Mota (2013-2015)**

Riyuzo: A ideia dessas perguntas é explorar a percepção de uma moradora em relação a colisão social e participação social em Itaguaí e como ela vê a própria atuação que teve no processo de cassação e no envolvimento social da cidade. Antes de começar, você está familiarizada com os termos de “controle e gestão social”?

Sueli Fernandes: Tô!

Riyuzo: Tá bom.

Sueli Fernandes: Para você ver como eu estou atualizada sobre “controle e gestão social”, eu estive em Brasília, mais ou menos há dois meses para fazer as parcerias. Porque é aquilo que eu te falei, o Projeto de Ouvidoria é um projeto meu que ele no percurso de cassação do Luciano Motta que nós ligamos depois de um ano e seis meses, que nós acampamos na Câmara Municipal até o afastamento dele pela Polícia Federal (PF).

Nós fomos passando por várias casas e nessas casas nós sofremos perseguições, ameaças, especulações, como eu posso te falar, ridicularizados por boa parte da sociedade que não acreditava e como nós tínhamos noção do que era o grau dos desvios e como era feito, nós passamos a fazer parte do controle. (3:05) Como que era isso de fazer parte do uso e a cultura de leitura do jornais, do uso de sites de controle, de sites de transparência, então, automaticamente nós passamos a fazer parte do controle dentro desse movimento. Depois que teve o afastamento do Doutor Luciano Motta, então prefeito Wesley Pereira, me chamou e perguntou assim, como ele tinha toda uma visão desse nosso envolvimento com o controle social, com o controle fiscalizador dos órgãos, que foi com base nisso (3:43) que nós fizemos as denúncias. Ele perguntou se eu queria participar da auditoria da prefeitura que teve após o afastamento e por eu ter sido uma pessoa que fez parte do processo de afastamento, não seria legal que eu fosse nomeada e fosse fazer uma auditoria formal dentro da prefeitura. Sendo que eu tinha toda uma auditoria paralela, tinha um escritório que tinha todos os dados oficiais, todos os balancetes, tinha todas as consultas nos sites de transparência, tinha todos os jornais oficiais, eu tinha todo o filtro daquilo que o prefeito fazia que eu não achava justo com a nossa cidade e eu falei “olha, prefeito, eu não posso estar fazendo parte da auditoria porque tem a auditoria é parte da Controladoria, que existe um órgão dentro da Controladoria que faz a auditoria e eu não posso estar porque moralmente para mim não seria bom.” Então, ele falou “eu vou te nomear como assessora e eu queria que você nos desse suporte, que você trouxesse para nós todo esse material que você tem e porque as pessoas tinham muita confiança em me trazer esse material, em denunciar as coisas para mim, por saber que eu ia realmente...”

Riyuzo: Isso já após a cassação?

Sueli Fernandes: Isso já após a cassação. Então aí nesse sentido eu aceitei ser assessora do prefeito para ajudar na auditoria que foi montada dentro da Controladoria por uma equipe de auditoria que foi feita a auditoria após a cassação e eu auxiliava, não fazia parte dela, eu só auxiliava, como assessora nomeada. Foram dois meses de auditoria, um mês e meio. E auxiliando, fizemos a auditoria, entregamos ao Ministério Público e daí ele falou assim “eu preciso de um órgão de controle na prefeitura e eu não vejo pessoa melhor específica do que você por ter esse amplo conhecimento do que é o controle dentro da prefeitura por experiência

de um ano e oito meses estar atuando como uma pessoa que controlou realmente os desvios” e eu aceitei.

E aceitei de que forma? Eu aceitei implantando uma Ouvidoria Municipal que é um órgão de controle dentro da Administração Pública que é um órgão, que ela recebe manifestações dos contribuintes, ela encaminha a quem cabe solucionar e ela trabalha com o controle de manter a ordem na administração pública, causando (6:15) um índice de satisfação ou não da população perante o executivo. Daí eu formei esse projeto de Ouvidoria, o que não foi difícil para mim porque eu já era ouvidora, eu já capturava muito bem as opiniões dos moradores, eu já tinha adquirido essa questão de confiança por parte dos colaboradores da prefeitura, que viam a gestão errada e não compactuavam e me passavam sabendo que eu ia ter a coragem e assim saber onde recorrer e daí eu formalizei essa lei, que é uma lei de autoria minha e propus ao prefeito. Falei “Prefeito, o que eu posso estar contribuindo é criando uma lei de ouvidoria e queria que a implantasse” e é claro que eu sei que para essa lei ser implantada, ela tem que ser aprovada pela Câmara de Vereadores. Ela foi aprovada por eles, é uma lei nova e eu estou implantando ela e no primeiro mês de gestão, eu fui a Brasília, na Controladoria Geral da União, estabelecer uma parceria e implantar um controle dentro da ouvidoria. Porque é uma obrigação das ouvidorias implantar lá, livre acesso a informação (7:37) nós estamos implantando. Como que eu estou fazendo isso? Primeiro eu estou em fase de implantação, capacitação da minha equipe, porque eu como ouvidora, somente eu, não posso implantar Lei Acesso à Informação (LAI) e meus colaboradores não saberem o que é e não terem acesso, e por ser uma ouvidoria nova. Então, nós estamos implantando uma ferramenta de controle LAI. Hoje eu estou com o sistema de controle que seria uma campanha que está... Você está conseguindo entender?

Riyuzo (8:20): Tô. Então, quer dizer que a ouvidoria... Quer que o órgão Ouvidoria da prefeitura de Itaguaí é uma coisa bem recente? Ela não existia...

Sueli Fernandes: É, é bem recente, ela não existia. Ela foi criada no dia 10 de julho. Tem quatro meses de... Então assim, estamos na fase de implantação e o tem uma campanha que eu acho muito legal, que não deixa de ter a ver com controle, que apresenta as 10 medidas contra corrupção, que são crimes hediondos, que os políticos cometem e eles não são sancionados como deveriam ser e essa campanha está em todo o Brasil e eles estão colocando a partir de 10 milhões de assinaturas, vai passar essa semana aí, vai virar até uma lei e seria bom você pesquisar, no Face da ouvidoria, eu sempre estou postando e são medidas contra corrupção. Ela é do Ministério Público Federal e todos os municípios, eles explicam o que é (no Face). Precisa de um milhão e meio de assinaturas para que essas medidas virem lei. São 10 medidas que eu quero que o Município de Itaguaí também colha essas assinaturas. Vários municípios como Campos, eles estão colhendo assinaturas, então, para a gente conseguir atingir um milhão e meio de assinaturas essas 10 medidas vão virar lei. Que são várias medidas que precisam virar lei. Eu estou querendo, essa semana, trazer um polo de assinatura dentro da prefeitura para que as pessoas de Itaguaí venham, para estar colhendo essas assinaturas para que essas medidas possam ser aprovadas contra os políticos. Você sabia que atos de improbidade têm processos de ato mais rigoroso do que o processo penal, ou seja, o político comete o ato e não é sancionado, não é como deveria ser. Acho que hoje você roubar uma margarina, você é mais sancionado do que isso. Então, (11:58), a gente tem esse controle, esse relacional, nós temos o controle interno, que também dentro da ouvidoria municipal é um controle de medidas contra corrupção, é um controle dentro da esfera municipal. Hoje, esse mês de novembro, nós estamos com uma campanha de combate ao furto de medicamentos nas unidades de saúde de Itaguaí, que assim é... Eu estou tendo uma dificuldade muito grande de

implantar a ouvidoria porque as pessoas não aceitam, não entendem. As pessoas não aceitam o fato de serem funcionários que estão furtando os medicamentos, duvidam, não, um cidadão normal também furta medicamento. Chega lá, ele é amigo do prefeito, ele diz “sou amigo do prefeito e ele mandou eu vir aqui pegar dez caixas de Amoxicilina” e ele furta o medicamento. Eu sou amiga do cara da farmácia e ele me dá. Eu sou amiga da dona do salão de beleza e eu uso formol e alguém que trabalha dentro do hospital me dá esse formol. Então, a gente procura estabelecer esse controle dentro da ouvidoria. Isso é ouvidoria municipal, as pessoas confundem muito com “ah, a tampa do bueiro não que não tá na...” (13:27). Também é papel da ouvidoria municipal colher esse tipo de reclamação e fazer a reposição. A gente tem muito essa demanda.

Riyuzo: Então, antes da ouvidoria existia algum órgão centralizador dessa demanda?

Sueli Fernandes: Não.

Riyuzo: Cada secretaria recebia cada demanda...

Sueli Fernandes: É, eles tinham um *call center*, que foi um decreto, era 0800, que tratava dessas coisas de tampa de bueiro, minha rua tem um buraco, falta de caixa d’água. Entendeu, a ouvidoria é um órgão de controle dentro da prefeitura que estabelece parcerias. Então, hoje a gente está implantado a ALAI essa informação EOUVE que é um sistema de ouvidoria da União, que no “ouvidorias.gov”. Nós temos parceira com o Direitos Humanos para que nenhum cidadão que venham ter o seu ato de reclamar ser violado, a gente dá essa proteção também, a lei dá esse direito, a informação sigilosa, qualquer gravidade, ela tem um ato de defesa pela ouvidoria, ela é autônoma, é um órgão municipal, porém o prefeito dá total autonomia para que a ouvidoria aplique suas medidas de tomadas de decisões, sem a interferência dele, claro que a ouvidoria procura estabelecer um controle entre o cidadão e o órgão municipal para que não se torne em algo mais agravante perante a administração pública. Então, a fase de implantação, por ser eu quem está implantando, eu estou sentindo uma facilidade, o trabalho para mim não está sendo dificultoso, mas as pessoas, muitas das vezes falam assim “ah, mas ela que era a manifestante que estava lá, hoje ela ocupa um cargo na prefeitura”. Eu falo “não ocupo um cargo, eu executo uma lei de autoria minha que o prefeito, que a câmara aprovou, que o prefeito sancionou para que não aconteça no município o que aconteceu e que ela fique para outras gestões. Para que ela fique para outras gestões. Então, as pessoas têm que desvincular um pouco o lado daquela pessoa que era manifestante, que querendo ou não, fez o controle e hoje faz o controle de forma formalizada. Isso hoje PE ouvidoria municipal. É uma lei muito boa que foi feita, porém ela só vai ser aprovada, efetivo, durante o uso dela. Porque cada município tem suas necessidades, cada gestão tem suas dificuldades. Os secretários de Itaguaí hoje que são a quem eu demando os problemas do município, são excelentes, outros não são. A gente trabalha com prazo e eles as vezes atrapalham, então, eu já propus até para o prefeito algumas adequações muito desafortadas, ousadas. Por exemplo, cada secretário que não responde no prazo da ouvidoria, seja descontado 10% do seu salário. Eles riram... E o ouvidor não pode ser bonzinho, ele tem que ser a pessoa que vai ser polemica, que vai saber conduzir a mediação, mas sempre estar do lado do povo. Nós somos os ouvidores do povo. A demanda vem de lá para cá, quem está com o ouvido aberto é o ouvido do prefeito, não é o povo que tem que estar aberto ao prefeito e sim o prefeito aberto ao povo. Essa é a ordem. Então, o ouvidor é o ouvidor do povo e não prefeito e por isso a gente tem que ter essa autonomia, não pode ter esse vínculo, para que não haja essa confusão, para que não viremos uma ouvidoria informativa do prefeito. A gente hoje

está sendo órgão de controle, está fazendo parceria com órgãos de controle maiores, a equipe está sendo capacitada, nós estamos falando com outras ouvidorias (18:18). Recentemente fui certificada pela associação brasileira de ouvidores. E o cargo de ouvidor, a função de ouvidor, ela não é regulamentada, ela não existe. Ela é uma função que se adequa conforme cada cidade, cada ouvidoria, de forma que cada ouvidor responda de acordo a necessidade do local. E é uma função que é fundamental dentro de uma gestão, tanto privada quanto pública. Te respondi sobre controle, está tudo bem?

Riyuzo: Certo (risos...). Eu dei uma explorada a partir do seu Facebook nessas... Eu não sei se era o seu, mas eu acho que era.

Sueli Fernandes: No Facebook da ouvidoria você vai ver mais coisa assim.

Riyuzo: Eu não sabia que tinha não. Vou dar uma pesquisada porque a gente mantém esse grupo permanente lá na rural e eles estão em constante estudo sobre qualquer transformação daqui. Isso aí vai ser grande ajuda.

Sueli Fernandes: Eu posso falar para você que houve a transformação cultural política em Itaguaí porque as pessoas hoje têm confiança em postar, as pessoas têm coragem em denunciar, as pessoas têm a cultura do “se eu denunciar eu vou violentado”, nós conseguimos tirar, graças a Deus.

Riyuzo: Mas você considera que essa é uma situação generalizada? Ou você ainda acha que a população está reprimida?

Sueli Fernandes: Não, aqui não está mais. Graças a Deus, talvez as pessoas que não estão politizadas, aquelas que estão lá dentro do bairro que não se interessam, não têm interesse, elas não têm interesse. Mas as pessoas que estão politizadas, elas têm o direito de lutar e não precisam ter medo, claro que, dentro de uma gestão, tem o assédio moral, isso tem em qualquer empresa, o ser humano quer estar acima do outro, isso não é ameaça política, isso é RH, é relação dentro do trabalho, eu digo quanto a “prefeito Sergio Pereira, você tem que trabalhar (21:19) ” isso elas fazem. Eu sinto orgulho quando fazem isso. Vereador fulano de tal, o bairro está ruim. Eu sinto que eles aprenderam a respeitar isso, a entender que as armas não podem mais ser apontadas, que se apontar uma arma vai ser pior porque as pessoas vão procurar algum órgão público, vão procurar as redes sociais, as rádios. Então, hoje em Itaguaí, de um ano para cá, 90% da população, isso o prefeito Luciano fez de bom. Ele conseguiu fazer com que a população de Itaguaí acordasse politicamente, para não ter medo de reclamar dos atos ilícitos.

Riyuzo: Bom, especificamente sobre o processo de cassação do ex-prefeito como ele ocorreu exatamente, diante da sua participação e houve a participação de instituições civis, da sociedade civil, diretamente da sociedade civil?

Sueli Fernandes: Houve, eu sou a prova viva disso. Nós acampamos na Câmara Municipal durante 56 dias, civis e protocolamos um impeachment na câmara dos vereadores que não foi lido e depois a Polícia Federal pegou o ato civil e perguntou porque não foi lido. E hoje o presidente da câmara responde por isso, porque não foi lido. E a participação civil foram várias manifestações e o que me deixou muito emocionada porque quando nós anunciávamos as manifestações, as pessoas abraçavam, panfletavam, doavam faixas e todos iam e eu posso

garantir a você que não houve movimento político a partir do vice-prefeito. Pelo contrário, a gente tinha uma certa rixa com ele porque ele não tinha coragem de participar. Houve a participação de dois vereadores, que foi o Jairo da Agricultura (24:14), que como cidadão e como vereador, tinham mais que participar e mais que defender.

Então assim, a gente protocolou no Ministério Público Federal, Tribunal de Contas, a denúncia da Polícia Federal foi anônima, mas fomos nós que protocolamos, foi um grupo que protocolou essa denúncia e ela foi acatada a partir do anonimato. Porque que nós decidimos que ela seria anônima, porque quando você vai a um órgão maior, ele pode não acatar e assim, era muito sério e se não desse certo, essa pessoa correria um grande risco. Mas ela foi acatada e a partir daí nós começamos a acreditar que realmente ele poderia ser cassado porque nós tínhamos muita base, nós vimos a Ferrari dele em Itaguai, os helicópteros voavam dia e noite por Itaguai, a ostentação nas boates era muito grande, as boates entregavam as notas fiscais para a gente porque não achavam justo. Então, houve uma participação sim, muito grande da sociedade civil nas manifestações. (29:13).

Por parte das pessoas que nós conseguimos, na auditoria, conseguimos esse material... Nós descobrimos no município, em média 450 funcionários fantasmas que recebiam sem trabalhar. Que eram indicações dos vereadores que todos eles estão indiciados pela Polícia Federal e essas pessoas me odeiam. Me odeiam pelo fato de eu estar aqui, por continuar fazendo o trabalho, por ter junto ao prefeito, a lei, me odeiam por manter o controle, na semana passada, um coordenadora foi exonerado porque nós descobrimos que dentro do posto de saúde dela tinha um funcionário fantasma e nós indicamos a abertura do Processo Administrativo (PAD) (38:53), dessa funcionária que estava há um ano sem trabalhar, indicamos a exoneração da funcionária (inaudível), os funcionários que estão desviando remédios, tentam falar que a ouvidora está falando que os funcionários roubam remédio. Não estamos falando que os funcionários roubam remédio, nós estamos pedindo conscientização para que denunciem alguém que esteja realmente cometendo o crime. Então assim, eu sei que é um cargo polêmico que o município não está bem porque ele foi pego de uma forma muito degradante. Veio uma crise municipal posterior a isso e eu não consegui pegar improbidade desse prefeito e quando há indício, eu vou em cima e pego e eles sabem disso. Eu não estabeleço uma relação de medo com o prefeito, eu estabeleço uma relação de conscientização, “prefeito, aqui está a denúncia de desvio”. Então, nós temos uma dificuldade muito grande hoje de trabalhar. E voltando a falar de controle, muitas das coisas que acontecem hoje no município, muitas das pequenas improbidades, a CGU, elas não são cometidas por maldade, mas sim por erro na gestão. Por exemplo, eu hoje não tenho orçamento, porque sou uma ouvidoria nova, então não tenho como comprar material de sumo, de trabalho, então, eu posso pedir para uma secretaria que vem. Mas nenhuma secretaria vai querer pegar seu próprio recurso e me dar, então nós temos uma verba de pequenas despesas, de 10 mil reais. Para comprar lápis, papel, caixinha de som, antenna. Para a ouvidoria foi disponibilizado 10 mil reais em quatro meses e em quatro meses nós gastamos 9200 reais e precisamos comprar muitas coisas que os sistemas não autorizam a comprar, então, o próprio sistema nos obriga a cometer improbidade. Por exemplo, eu precisava de computadores, porque não tem como atender sem computadores e averba de pequena despesa não permite a compra de computadores, então a maioria dos secretários, chegam na loja de informática, chegam na loja de informática, compram 10 teclados, tudo que é permitido comprar e dizem “poxa, tem como você colocar isso na nota e não ter o próprio computador para trabalhar? ”. Então, eu acho que o MP entende isso que são atos de improbidade que não são cometidos por crime de desvio, mas pela necessidade de trabalho. Às vezes eu pego na CGU, você sabia que a maioria dos pequenos atos de improbidade não são por crime, são por falta de conhecimento e isso realmente acontece, ainda mais hoje que estamos trabalhando em uma situação de crise, onde as secretarias estão

tendo dificuldade de trabalho e isso realmente acontece. E eu estou combatendo um pouco isso. Eu não sou de acordo com secretário está vivendo de caixinha. Eu sei que a caixinha vai vir, mas ter 10 mil reais para comprar papel higiênico e sabão, onde vai gastar todo esse dinheiro comprando isso? Aí você olha para o teu funcionário sem uma mesa, mas aquela verba não permite que você compre uma mesa, o que você faria? Você compraria um montante de papel higiênico, colocaria na nota e traria uma mesa para o seu funcionário. Isso acontece na administração pública. Então, assim, para o contribuinte, ele está cometendo um ato criminoso, mas para a gente, nós sabemos que não é um crime. E até as pessoas que trabalham no próprio setor, elas cobram da gente, “poxa, hoje não tem papel, hoje não tem água”, porque, havia um contrato da antiga gestão que eram fantasmas, que os produtos não chegavam, que permaneceram esses contratos, que o prefeito atual pegou a prefeitura sem nada e que foram reincididos e tudo tem que ser licitado para que chegue e nesse período não vai ter, é normal. Então, os secretários pegam essa caixinha, suprem as necessidades internas, cometem essas improbidades e eu procuro não permitir isso, mas agora, quando você está vivendo na pele o que é ter que ter o material para trabalhar, ter o mínimo do orçamento e não poder comprar.

Riyuzo: Existe aí um conflito de interesses né? Porque você sabe da necessidade, mas você também sente na pele aquilo que eles estão passando. Então, realmente, é uma situação bem complicada.

Sueli Fernandes: E quando um secretário é tachado, ah, teve um que esses dias precisou comprar, achei isso muito triste, a penalização que ele sofreu. Ele estava sem impressora e ele foi lá na loja de informática e comprou um monte de material e fez o valor montante da impressora e comprou a impressora para a secretaria dele. Aí teve um funcionário que foi e denunciou ele por ter emitido nota fria. E ele ao MP e se explicou. Não deu nada porque aí... Ele mostrou a impressora, não roubou, o produto estava lá e ele simplesmente trocou na nota porque ele precisava imprimir, precisava fazer a ficha do pessoal da prefeitura e não tinha (45:30). Então assim, mas moralmente o pessoal roubou. E para o secretário que recebe hoje 10 mil reais, ele não iria roubar 400 reais. Então assim, esse controle eu sei que existe na prefeitura hoje, mas eu não sanciono, eu não aciono, eu oriento. Mas assim, tem horas que... Aí converso com o prefeito para que isso não aconteça, para que antecipe o orçamento ou tome alguma medida para evitar esses acontecimentos. Eu pressiono o prefeito para que as licitações sejam o mais breve possível, adiantadas, para que os secretários não precisem fazer isso. Mas desvio de verba, eu não posso de afirmar isso, mas de dentro da ouvidoria, isso não está sendo visto. Não é porque estou hoje na gestão não, porque se eu soubesse, eu falaria, entregaria. Primeiro faria um relatório, entregaria ao prefeito como sempre faço, mas desvio, crimes de corrupção, a ouvidoria não conseguiu detectar. Isso é ouvidoria interna, agora, a ouvidoria externa, da população, tem uma demanda muito grande de reclamação, principalmente da parte da saúde. A secretaria da saúde tem uma ouvidoria, que é um decreto federal que regulamenta porque não tem uma lei federal para ouvidorias municipais, mas tem para a ouvidoria da saúde e aqui em Itaguaí nós temos, porém nós também colhemos essas reclamações que é a maioria hoje. As nossas maiores reclamações são saúde, assistência social, negligência, não tem fralda, não tem remédio, limpeza urbana, coleta de lixo, que agora melhorou, varrição, porque a licitação da varrição (em relação aos garis, limpeza urbana) saiu tem duas semanas. São seis meses de gestão, então até rescindir os contratos com as antigas empresas, passar por processo licitatório, sofre impugnação de alguns empresários que se sentiu lesado no pregão, gera-se processos burocráticos que atrapalham a administração pública. Nós temos um problema de degradação ambiental muito grande

porque nossa região é um região que extrai areia para todo o Brasil, então, nossa maior preocupação é o bairro de Piranema porque lá os areais não tem nenhum tipo de responsabilidade social com aquela população, as ruas são esburacadas, as casas sofrem com os atritos dos caminhões, então a gente já teve contato com alguns engenheiros, alguns geólogos, que falaram que quando tiram areia, tiram espaço, a água escoar, o solo sede, as casa enchem de rachaduras, então temos uma preocupação e um olhar muito grande pelo bairro de Piranema. O prefeito tem ido constantemente ao Estado do Rio de Janeiro falar com o secretário do meio ambiente, com os vereadores que são responsáveis pela comissão do meio ambiente (50:35). A Ilha da Madeira é o outro bairro que temos a maior preocupação devido as empresas, toda exploração, porto sudeste e não teve uma preocupação social por parte da antiga gestão. A pesca que foi muito prejudicada, a poluição, o mar é muito poluído, peixes morreram. Então, nossa maior preocupação é Piranema e Ilha da Madeira.

Riyuzo: (51:30)Então, usando uma frase do atual prefeito que saiu no jornal O Dia, quer dizer que Itaguaí escolheu um desenvolvimento não sustentado e não sustentável. Ele buscou esse caminho de seguir esse tipo de modelo.

Sueli Fernandes: Eu sou muito racional ao que eu devo ser no momento, eu subi no caminhão, eu gritei, eu falei com muita autoridade, eu fui muito agressiva para retirar o prefeito. Então, hoje é difícil tirar essa visão da mente das pessoas porque ser um ouvidor é diferente, o ouvidor tem que saber os problemas do município, ele tem que saber combater, ele tem que saber como dialogar, ele tem que saber a quem chegar, esse é o papel do ouvidor. É difícil para o cidadão olhar para mim agora e ver uma pessoa racional que senta, que explica, que sabe de todos os problemas. Nenhuma denúncia aqui é deixada de lado, nós respondemos uma a uma, todas são revistas e assinadas por mim, as mais graves eu recebo. Mas como eu não tenho como atender ao município inteiro, hoje nós temos uma equipe de 12 ouvidores. As pessoas passam as reclamações para eles, eles passam para mim e eu encaminho para os secretários e a partir daí eu tenho uma equipe que passa a cobrar o prazo de resposta que é de 15 dias e 30 em dias se não houver resposta, é encaminhado para o prefeito para saber porque não houve resposta e informando o atriuto que ele está causando. E se passados esses 30 dias e o secretário não responder, eu pedi uma adequação de fossem retirados 10% do salário dele. Eu espero que as pessoas entendam que uma ouvidoria, ela é formada, quantificada, padronizada para ser sempre aquilo. Para que ela não seja politizada, para o povo saber que ela é a ouvidoria do povo. As maiores reclamações são degradação ambiente, meio ambiente, esgoto a céu aberto, varreção, segurança, assalto, buracos na rua, vaga em creche, reclamações políticas, pessoas que vão pedindo emprego ao prefeito, remédios, mas a gente não pode dar, não pode praticar o patronismo e assistencialismo (55:51), nós temos que encaminhar para que os secretários responda e atenda ao pedido. A gente não pode abrir auditoria, sindicância, a gente pode indicar à comissão de inquérito.

Riyuzo: Vocês também encaminham alguma coisa para o Poder Legislativo?

Sueli Fernandes: Não, porque a gente só atende a esfera municipal. Eu tenho um problema de comissões, presidente da comissão de saúde, que são órgãos fiscalizadores. Se eu recebo uma reclamação de maltrato ao idoso, eu faço um relatório e encaminho para ele. A ouvidoria é muito desacreditada pelo Poder Executivo, eles dizem que nós estamos vendo coisa onde não tem, então, se uma comissão vem e vê a mesma coisa que a ouvidoria, já são dois órgãos vendo a mesma coisa, tem mais força. Eu procuro fazer parcerias com as comissões para que quando tiver problemas de fiscalização ao idoso, criança, ao adolescente, ao morador de rua,

essas comissões fiscalizadoras estejam comigo também fiscalizando porque é o dever delas porque senão, a ouvidoria vira o órgão que vai fazer a fiscalização e eles vão ficar sem fazer nada, achando que a ouvidoria que tem que fiscalizar.

Riyuzo: Pegando um gancho dessa lei, você acredita que há transparência suficiente no município?

Sueli Fernandes: Não.

Riyuzo: Nos dois poderes...

Sueli Fernandes: Não, tanto que eu tenho uma dificuldade muito grande de implantar. Por exemplo, eu acho que a LAI, não foi implantada no município, talvez eu vá ter uma resistência ao implantar ela na ouvidoria porque é uma obrigação da ouvidoria. Mas como eu tenho normas federais, eu vou juntamente com meu setor jurídico, implantar a LAI hoje aqui para que aja uma transparência. Por exemplo, quando um cidadão tiver uma reclamação contra a prefeitura, isso vai ser publicado em cartaz, ele vai vir aqui na ouvidoria e vai ter artigos da LAI que obrigatoriamente, ele vai ter que ter acesso àquele documento. Nós temos que implantar a transparência. O site da prefeitura é muito deficiente, mas não por parte do prefeito e sim por falta de capacitação da equipe, eles devem introduzir mais informações no portal da transparência porque uma gestão transparente é uma gestão menos especulativa e com mais qualidade. Inclusive, quando eu fui em Brasília, fui chamada a atenção porque o município de Itaguaí é o que tem informações no Portal da Transparência. Eu acho que tem que ter.

Riyuzo: (1:00:21) Na sua opinião, qual foi a importância do MP e da Polícia Federal com o processo de cassação do ex-prefeito.

Sueli Fernandes: O MP dependeu da PF. Todas as demandas que nós enviamos ao MP eram enviados para o Conselho de Tutela Coletiva de Angra, porque o de Itaguaí é apenas criminal. E lá nós tivemos uma demora muito grande para receber a resposta. Depois que a Polícia Federal entrou, ela durante seis meses, apreendeu, fez investigações, ela foi o ápice, foi participativa, atuante, foi o órgão que foi aquilo que a gente espera. E eu digo a todo município que quando tiver uma denúncia feita a PF, que tome muito cuidado porque ela entra para ter finalização. Por exemplo, o ato dos vereadores, não é verba federal, com os funcionários fantasmas, eram verbas da prefeitura e foram apreendidos pela PF, mas ela não pode atuar ali porque não é da parte dela, não é obrigação dela. O MP só começou a atuar quando foi impulsionado pela Polícia Federal.

Riyuzo: Além dos organismos formais, existem organismos extraoficiais que também estão pressionando a administração pública, além da própria ouvidoria, do poder legislativo, do MP e da PF, existe?

Sueli Fernandes: Existe, o tribunal de contas, está muito atuante nos processos licitatórios, eles supervisionam, paralisam, autorizam, na sua maioria. Isso é certo atrapalhar a administração, parece que eles estão fazendo o possível para impedir o que o outro fazia, para inibir o que o outro fazia. Então, hoje tem uma atuação muito grande deles dentro da prefeitura de Itaguaí. Isso atrasa porque eles demoram para analisar os processos. É o certo, mas a população acaba sofrendo. É normal quando ocorre a cassação de um prefeito que os

órgãos administradores se virem para estabelecerem a ordem, mas a população deveria ser notificada disso.

Riyuzo: Mudando um pouco de assunto, você acredita que a população de Itaguaí, foi excluída de alguma forma dos processos de geração de riquezas que tomaram a região ou se beneficiaram de alguma forma?

Sueli Fernandes: Foram excluídas. Totalmente excluída. Eu não entendi bem a sua pergunta...

Riyuzo: No caso essa riqueza econômica ocorreu aqui com a chegada desses grandes empreendimentos Porto Sudeste...

Sueli Fernandes: Posso garantir uma coisa a você, por exemplo, você viu a população de Itaguaí, alguma mudança em relação a algum grande supermercado que abriu, alguma grande loja que abriu, abriu um shoppingzinho ali, você não viu o cidadão de Itaguaí trabalhando, lotavam-se ônibus de fora porque a mão de obra é mais barata, o direito trabalhista é menos preservado do que um cidadão que vem de fora, então não houve um compartilhamento dessa riqueza social com o povo de Itaguaí. Um exemplo disso é a nossa praça, as áreas de lazer, a educação, os cursos de capacitação, poliesportivo, vila olímpica, hospital, não tivemos. A grandiosidade que as pessoas que vieram de fora tiveram, nós não tivemos. Tivemos um hospital particular que atentou para o crescimento, que foi o CEMERU, mas fora isso, nada. Eu tenho um relatório que a ouvidoria fez do hospital semana passada que está em estado de calamidade, que a gente atende de forma precária, a gente procura melhorar isso, reabrimos os postos de saúde. Então, essa grandiosidade acabou, se você for na Ilha da Madeira, não se vê mais máquinas trabalhando, é tudo muito deserto e Itaguaí não recebeu nada dessa grandiosidade, dessa riqueza. E é o gestor que tem que reivindicar as melhorias, que a empresa só vai entrar se criar um hospital ou um centro poliesportivo, um maior índice de programas sociais.

Riyuzo: (1:08:53) Como você acha que pode continuar atuando para continuar melhorando a qualidade de vida da população da sua cidade? E como você vê o panorama da participação social no município todo?

Sueli Fernandes: Eu acho que, na minha opinião, como ouvidora, as pessoas precisam se reunir mais, participar mais de reuniões, tem que ser feito mais, tem que ser orientado, programas de orientações dentro das escolas, para os jovens. Deveriam existir mais orientações à eles, de politização, mas que não seja voltada a captação de votos para a próxima eleição. Isso tem que ser discutido nas comissões, na câmara municipal, acho que somente assim nós vamos conseguir entender o que passou pelo nosso município, o que foi deixado para o nosso município e como nós fomos prejudicados. Eu acho que deveria ser criado um órgão dentro da prefeitura, de capacitação, de formação, que seriam cursos de politização e nós temos hoje na câmara municipal, alguns projetos de vereadores que são voltados para isso. Porque eu acho que o vereador no ato do mandato deve fazer isso. Por exemplo, eu acho que deveria ter uma pasta hoje na prefeitura de mobilidade urbana, então, deveria ter essa comissão, que andasse de local em local, o que é mobilidade urbana, o que aconteceu, porque não se responsabilizou, porque não fez, o que poderíamos ter tido, de forma que não culpe ninguém, apenas conscientize as pessoas ou mesmo a educação orientar os professores a terem essa matéria nas salas de aula.

Riyuzo: Quando eu entrevistei o vereador William Cezar, ele comentou a questão do gabinete itinerante dele, então, eu fiz a seguinte pergunta, “vereador, o senhor reconhece que a existência de um gabinete itinerante é um problema, a identificação de um problema na questão social?” e ele disse que com certeza, a população não vem ao meu gabinete, mas eu disponibilizo um instrumento para ir até ela porque muitas vezes ou não há interesse ou há principalmente dificuldades do cidadão em acessar os órgãos públicos. Você reconhece essa dificuldade também aqui na ouvidoria?

Sueli Fernandes: Muito. E nós vamos ter o itinerante também e o vereador William Cezar, ele tem uma qualidade que ele vai mesmo à população, ele explica, claro que ele faz isso como vereador, faz parte do cargo dele, ele deve fazer isso. Por parte do executivo, isso deveria ser dentro das escolas, através de palestras e a ouvidoria irá fazer isso, mas ela não vai de forma política, ela vai como órgão de controle, um órgão de informação para que ela passe a ser orientadora, tomando cuidado para não ferir gestões passadas ou atuais. É para explicar o ato de cidadania, é explicar “olha, quando vier uma grande empresa, ela tem que fazer algum ato social”. Em Piranema, por exemplo, as pessoas têm muito medo de denunciar, de falar que o areal está destruindo suas propriedades porque eles têm fama de que se denunciar, sofrerá ameaças. (01:14:40) As pessoas têm que ter conscientização ambiental, de que a cidade tem que se desenvolver com responsabilidade social. Hoje temos vários estudos, métodos que podem contribuir para que não aja esse impacto sobre as casas, essa degradação ambiental, para que as ruas não fiquem esburacadas. Porque com essa degradação do local, as pessoas não vão querer ir morar lá, então, o lugar vai continuar do jeito que está, sem evolução e foi o que aconteceu com a Ilha da Madeira e é o que está acontecendo em Piranema e isso entristece muita gente, é um trabalho que tem pouca gente que pode fazer, pouco tempo para fazer e é uma população que está muito revoltada pelo que aconteceu, está desacreditada porque para eles todo mundo é ladrão. É complicado.

Riyuzo: (01:15:43) Para você qual é a importância da gestão e do controle social no contexto de desenvolvimento socioeconômico da cidade?

Sueli Fernandes: Do controle você já consegue manter a renda voltada a população porque quando você controla, quando você mantém a renda dentro da população, ela vai ser voltada aos serviços públicos, então, essa é a importância do controle. Desenvolvimento Social vai estar voltada porque se tem renda, tem educação, tem merenda escolar, tem asfalto, tem lazer, então, o controle consegue manter a renda destinada aos locais certos que vai desenvolver investimentos, outras empresas vão querer se instalar no local, fora o orgulho que a população tem de morar na cidade.

Riyuzo: Uma coisa que a gente vem discutindo, é questão da falta de identidade, não só de Itaguaí, mas também dos municípios da Baixada Fluminense porque o cidadão desses municípios não se sente parte...

Sueli Fernandes: Eu fiz um curso agora e daí eu falei assim para minha amiga “poxa, visita Itaguaí” daí ela “Deus me livre, Itaguaí é muito feio, nunca eu colocaria meus pés naquele lugar”. Eu fiquei calada e fiquei muito triste porque eu não sairia de Itaguaí, porque eu gosto muito do cheiro daqui, mas se você for em Mazomba, você sente a terra, as árvores são verdes, as bananas são doces, a água é doce, a jaca é perfeita, os moradores te abraçam, então, eu sou Paraense, já viajei para muitos lugares e em lugar nenhum do Brasil eu vi uma cidade com um cheiro tão bom e com acolhimento tão bom quanto Itaguaí, com as pessoas tão

amigas, acolhedoras. Eu não estou feliz pelo que é Itaguaí, já moro aqui há 15 anos, pelo que fizeram com Itaguaí e vou brigar sempre para que ela melhore, vou brigar com qualquer prefeito que vier para que ela melhore. Eu digo para esse prefeito de agora que está há pouco tempo no mandato, mas peço que pelo menos mantenha a cidade limpa, abafar os escândalos para que as pessoas pelo menos sintam paz em Itaguaí, diminuir o índice de violência, vamos transformar ela em uma cidade do interior como sempre foi, vamos deixá-la que se um dia ela for crescer, que mantenha o controle social, vamos valorizar a cultura dela, conscientizar a população. A gente sabe que é muito difícil porque o tráfico de drogas em Itaguaí é muito grande devido as instalações da UPPs, os traficantes vieram para cá. A única coisa que eu acho que vai conseguir combater hoje a criminalidade, é a educação, é ensinar aos jovens que eles podem ser cidadãos, que podem ser enquadrados na sociedade, podem ser úteis. Mas como fazer isso se não tem emprego? Como chegar a eles? Como implantar a esperança se você não pode dar o brinde?

Riyuzo: (1:20:30) Bom para encerrar, uma última pergunta, qual a sua expectativa e perspectiva para a cidade para os próximos anos?

Sueli Fernandes: Olha a minha expectativa é, prefeito que entrar vai ter um grupo que vai controlar ele 24h por dia estando ou não na gestão e que fique bem claro para ele que nós temos a necessidade como nossa, como grupo e que nós não temos a intenção de fazer uma oposição como fizemos a Luciano Motta porque não vamos permitir que uma pessoa como ele seja eleita e que se ousar a fazer algo que eles fizeram, hoje nós aprendemos os meios de fazer tirá-lo do cargo. Então, a expectativa é que o prefeito que entre, entenda que ele vai ter que ter responsabilidade social, ambiental com o município, para que essa cidade seja um dia a cidade que povo de Itaguaí merece. Porque é uma cidade do interior, uma cidade limpa, uma cidade que a CSA está aí poluindo, mas que não está ainda tão poluída é uma cidade que precisa ser olhada com os olhos de respeito e não de enriquecimento ilícito e não de pessoas que venham para cá pensando apenas em enriquecer.

Riyuzo: (01:22:21) Bom, agora vamos pensar fora disso aqui. Você é ocupante de um cargo, mas qual é o seu título oficial aqui? Chefe...?

Sueli Fernandes: Eu sou Ouvidora-Geral. Chefe...

Riyuzo: Para as próximas administrações não há garantia... Porque isso aqui é cargo de confiança né!?

Sueli Fernandes: Uhum.

Riyuzo: Então, você teria alguma expectativa de que entraria alguém com imposição firme nas próximas eleições?

Sueli Fernandes: Eu sei que tem de entrar nas próximas administrações, outro ouvidor, mas eu quero implantar uma ouvidoria que seja boa para a população. Que o dia que entrar um ouvidor que seja parcial, que eles cobrem e peçam ao prefeito para tirar o ouvidor para que aja um ouvidor firme e que a pessoa que entre, seja capacitado para ser ouvidor. Então, o prefeito que colocar um ouvidor aqui para abafar a ouvidoria, ele vai extinguir a ouvidoria e a população vai sentir e ele vai ser penalizado, vai sofrer e vai ser desmoralizado. Porque não querer uma ouvidoria, é uma coisa muito ruim para o governo. Eu tenho de desvincular ao

máximo que eu estou aqui para trabalhar para o prefeito, eu quero que a população veja que eu estou aqui para trabalhar para o povo. Eu digo “prefeito, eu não sou a sua ouvidora, sou a ouvidora do povo. Eu preciso trazer as reclamações para que o senhor solucione.”. Aí ele entendeu, eu fui mostrando os resultados. Quando aparece um escândalo no jornal, eu já abro uma sindicância e posto no Facebook, então, a oposição não rebate porque a medida já foi tomada. Dessa forma eu mostro para ele que o ouvidor tem que ser o controle da prefeitura, evitando que o escândalo seja maior. Isso só na capacitação que você vai aprendendo.

**Apêndice K – Transcrição da entrevista realizada com Carlos Teixeira, Presidente do Conselho Comunitário de Segurança da Área Integrada de Segurança Pública 27 (CCSAISP 27) – Santa Cruz, Paciência, Guaratiba, Pedra de Guaratiba e Sepetiba.**

Riyuzo (R): Minha dissertação é com base no tema Gestão e Controle Social. É intitulada como Gestão e Controle Social no Bairro Carioca de Santa Cruz e no Município de Itaguaí: Um Olhar sobre o Território dos Megaempreendimentos. Em Itaguaí eu tive percepção de um político local que foi o vereador William César do Partido dos Trabalhadores e da Ouvidora Geral do Município, dona Sueli Fernandez. Esta foi uma das líderes dos movimentos que foram realizados para tirar o ex-prefeito Luciano Mota. Aqui em Santa eu estou com um foco mais específico porque é justamente buscando os Conselhos e representantes de Instituições locais. Foi por isso que procurei o senhor, o Geraldo e também o Comandante da Base Aérea. Para essa questão de Gestão Social nós sempre analisamos que o Conselho é a sociedade civil organizada mais próxima da própria sociedade porque não pode pegar vários cidadãos daqui do bairro de Santa Cruz e fazer chegar as demandas deles junto ao Estado ou mesmo às empresas privadas. Por exemplo a CSA, não é viável pegar toda a comunidade da João XXIII e dizer “você estão jogando chuva de prata aqui.”. Então, existe lá a Associação de Moradores que é uma outra forma de sociedade civil organizada e eu optei pelos conselhos porque justamente as associações de bairro fazem parte do conselho e por isso é mais interessante buscar os conselhos porque é a forma que nós vemos de sociedade civil organizada mais próxima da própria sociedade. Mesmo que a sociedade não participe, é a forma que a prefeitura ouve as demandas dessa região. No caso aqui é uma região muito extensa especificamente eu estou tratando com o bairro de Santa Cruz. Porém este conselho que o senhor representa também representa Santa Cruz.

Carlos Teixeira (C): Pega Paciência, Santa Cruz, Sepetiba, Guaratiba, vai até Ilha de Guaratiba.

R: Coincide com as áreas dos batalhões?

C: Sim, coincide. Então, nós representamos essa região toda. E você sabe que a região de Guaratiba é uma região geográfica muito grande **(04:26)**.

R: A área de abrangência varia de Conselho para Conselho. Por exemplo o de Saúde cobre as áreas de Paciência, Santa Cruz e Sepetiba, ou seja, menos que o de Segurança.

C: A área de Guaratiba começou com apenas seis bombeiros, só tinha uma ambulância do SAMU, um carro de Socorro e agora tem cerca de 80 homens, três carros de socorro, ambulância do SAMU, carro Pipa. Então, agora tem uma estrutura melhor do que era.

R: Esse Corpo de Bombeiros aqui de Santa Cruz foi o primeiro do país, né? Mas ele está vinculado ao grupamento de Campo Grande.

C: Isso. O comandante foi trocado agora. Nós estivemos no Conselho do 40 **(9:57)** porque sempre fazemos essa interligação, comunicação com o conselho do 40 ou eles vêm aqui nós visitar.

R: Isso é outra pergunta já...

C: Tem sempre essa integração. Dia 20 de dezembro nós vamos visitar o 20º Batalhão de Mesquita. Esse Batalhão pega três bairros, Mesquita, Queimados e Nova Iguaçu. Agora nós tivemos uma posse nossa na Cidade Da Polícia **(10:49)** e tinham 43 Conselhos de Segurança também encontramos o Coronel Magueiros. Esse comandante foi brilhando.

R: Aqui no 27º existe uma estabilidade ou troca toda hora? Por exemplo fica dois anos ou quatro e troca?

C: A dificuldade que tem quando o Conselho bate em cima disso é quando o comandante está fazendo um ótimo trabalho e tiram ele. Quando estamos em sincronia com ele, quando começa a realizar o trabalho, combater de fato, então tiram ele e colocam outro que não se interessa. Então colocaram o Coronel Luis Otávio, o atual comandante. Está há dois anos no cargo e ele está fazendo um excelente trabalho tanto que irá permanecer mais um ano.

R: Ele é atuante?

C: Sim, é muito bom. Agora dia 20 vai ter a reunião dentro do Batalhão com ele.

R: Aqui é complicado fazer no Batalhão porque a acessibilidade é muito difícil.

C: Sim, é complicado se deslocar para chegar lá. O 27º está mais para ser de Itaguaí do que daqui porque está tão próximo de lá. Porque antes ele cobria Itaguaí também. Mas essas reuniões nós fazemos com frequência com a comunidade. Esse ano fizemos na Ilha de Guaratiba, na Brisa, Paciência. Nós vamos fazendo conforme as comunidades vão pedindo. Nesses encontros as pessoas levam as demandas para nós, conversam sobre problemas. Com isso você se sente satisfeito, integrante daquilo porque você vai lá e resolve os problemas da sua comunidade. As lideranças procuram o Conselho para resolver problemas, então quando não tem eles nem lembram que você existe, só lembram quando surge algum problema e com isso participam das reuniões, mas se estiver tudo certo não contribuem com nada. Eles vêm perguntando se não pode fazer outra reunião daquelas e quando eles falam isso você já sabe que a comunidade está com problema.

R(17:40): Então neste Conselho teria o mesmo problema que foi percebido no Conselho de Saúde, a questão da sociedade vir até vocês.

C: Os cidadãos dessas comunidades como Rola, Antares, Cesarão, eles não vêm aqui. Apenas de Antares que havia um cidadão que vinha no início, mas depois parou. Ele chegou com várias reclamações como CEDAE, Comlurb e Light não entravam lá, então ele veio no Conselho pedir apoio, sobre como deveria fazer, se houvesse alguma solicitação ao comando, se ele daria apoio a esses órgãos entrarem lá. Eu disse que era só me pedir que eu daria todo meu apoio. Então todos entraram, fizeram seus trabalhos depois o cidadão veio, agradeceu e depois nunca mais voltou, ou seja, não tem mais problema. Tem um colégio na entrada de Antares que tinha muito problema, os policiais passavam e as crianças começavam a xingar, falar muita ofensa. Nisso, a Rosângela da 10ª CRE juntamente com o Conselho e o Comando fizeram uma visita no colégio para aproximar as crianças dos policiais. Levaram elas para visitar o Batalhão, fizeram uma confraternização para que essas crianças pudessem ver quem são os policiais, como é a polícia, o trabalho que ela faz. Porque infelizmente dentro da comunidade a informação que ele recebe é que a polícia é inimiga. Existe o PROEIS (20:30) que é um departamento dentro dos Batalhões que fazem esse tipo de visitas em escolas para explicar o que é a polícia, o que ela faz.

R: Esse Batalhão daqui de Santa Cruz tem esse departamento?

C: Tem. Foram eles que fizeram essa visita lá e hoje em dia o policial passa lá e as crianças batem palmas. Mas antes visão era outra...

R: Era justamente a troca de valores. Que o policial é mal e o bandido é bom.

C: Sim porque essa era a informação que eles tinham, ninguém mostrava para eles que o policial estava ali para proteger a sociedade contra a criminalidade. Depois dessas visitas do PROEIS, que se tornaram frequentes, o pensamento das crianças mudou totalmente. As vezes levam elas para a Cidade das Crianças para passear, para criar uma relação amigável entre as crianças e a polícia.

R: Eu estava passando de trem outro dia e em Tancredo Neves tem um buraco no muro onde tem um monte de lixo que os moradores jogam do outro lado do muro, na área da Supervia, então quando passamos vemos uma montanha de lixo com uns garis e uma retroescavadeira da COMLURB tirando o lixo de lá.

C: Pois é, não adianta informarmos que não pode jogar lixo ali, é só o pessoal da COMLURB sair dali que eles começam a jogar o lixo de novo lá. Outro dia eu estava conversando com um dos responsáveis pela Supervia e nós sempre falávamos isso com ele, esse problema dos moradores jogaram o lixo na via do trem, mas é uma situação que não resolvem além do pessoal entrar pelo buraco no muro e não pagar passagem.

R: Ali tem esse problema, em Campo Grande também está com esse problema, mas lá eles pulam o muro, pois onde querem passar de graça não tem o buraco ainda. Em frente à Metro IV tem um buraco.

C: Mais a frente, onde se localiza a OAB também tem um buraco no muro onde as pessoas passam e não pagam para entrar no trem.

R: Nessas estações maiores que você esses problemas e a empresa não resolve, aí a gente começa a perceber que a empresa responsável não se importa com o que está acontecendo. Aqui em Santa Cruz eu ainda não vi isso, mas pode ser também porque é a região que está a estação final e a fiscalização é maior. O povo ainda exige comodidade, sempre fazem o buraco o mais próximo possível da estação.

C: Mas em Campo Grande não estava assim. Eu ia direto ali na OAB, mas quando abriam o buraco eles fechavam. O problema é que se você fecha o buraco naquele local hoje, amanhã eles abrem outro em um local mais a frente.

R: Eles não pensam que isso pode ser perigoso, pode ser que um dia uma criança saia correndo no meio dos trilhos, seja atropelada...

C: Pois é e depois eles querem ser indenizados (25:34), mas eles próprios estão cometendo uma ilegalidade, não poderiam de nenhuma maneira estar entrando daquela forma na via do trem.

R: Na Zona Norte houve um caso de atropelamento de uma família na linha do trem e a resposta da Supervia foi que eles fecham os buracos nos muros, em torno de quatro por mês. Mas quatro é pouco, eles deviam fechar quarenta no mínimo por mês porque o que eu passo todo dia indo pelo ramal de Santa Cruz e o que eu vejo de passagem clandestina é impressionante.

C(26:00): Agora você imagina aquela via que vai para Saracuruna, ali deve ser um número enorme de passagens desse tipo. Se não me engano foi até nesse ramal que morreram pai e filho atropelados na linha do trem.

R: Foi ali mesmo.

C: Depois ainda vieram pedindo indenização da Supervia.

R: Pois é, é o que acontece, é a inversão dos valores como falamos anteriormente.

C: Outro exemplo sobre essas entradas ilegais de passageiros é no BRT. Na estação General Olímpio quase ninguém paga passagem, apenas os cidadãos de bem pagam. E você vê as pessoas falando que são apenas homens que fazem, mas não, você vê tanto homem como mulher violando e entrando de graça no BRT.

R: Até aluno do Estado que tem direito à gratuidade, só passar o cartão que recebem com os créditos, fazem isso. Preferem arriscar a vida a passar o cartão.

C: Um dia eu estava indo pegar o BRT na estação Mato Alto e eu estava esperando o Paulo Ferreira e nisso saíram quatorze alunos de um colégio ali próximo, quatro garotos e dez garotas, todos se arriscando, atravessando a avenida para subir na plataforma do BRT e ir de graça, para não passar o cartão do Estado. Sendo que na hora que eles colocaram a mão para subir, que a porta da estação abriu, veio o segurança e impediu eles. Fiquei pensando que criação que esses adolescentes têm porque hoje em dia pai e mãe acham que é o professor que tem que educar, acham que o professor tem a obrigação de ensinar e educar os filhos deles. Você anda na rua e vê crianças de três ou quatro anos andando sozinhas na rua. Qual será o futuro dessa criança? Será que os pais sabem onde está aquela criança?

R: É porque não tem um acompanhamento dos pais. Acabou aquilo de pai levar na porta da escola, de ir a reuniões de pais e mestres (+30:00).

R: Muitas perguntas já foram respondidas durante a nossa conversa, mas a primeira questão é muito importante aqui nesse questionário. O que o Conselho entende por segurança? É aquela segurança estritamente da polícia ou tem um conceito maior? Por exemplo, entendem-se segurança por saúde, por educação...

C: Existem três órgãos juntos, Segurança, Saúde e Educação. Se os três não trabalharem juntos, então é muito complicado, pois um depende do outro. Eu penso que os três têm que trabalhar juntos, por exemplo, se você quer melhorar a segurança, você melhora a educação, como você melhora a segurança em um país mal-educado, mal informado que não tem conhecimento das coisas.

R: A complementariedade...

C: Para você ter uma boa segurança você tem que ter uma complementação dos dois, tanto trabalho dentro da saúde como da educação. Se você trabalhar em cima desses três órgãos juntos você terá uma ótima segurança. Agora se você abandonar um e trabalhar só com dois, então o resultado não será bom. Quando fazemos nossas reuniões nós procuramos sempre trazer esses dois órgãos. Nas reuniões cada órgão passa para a comunidade o que deve ser feito, por exemplo, na área da educação para que a segurança melhore. Tudo envolve família, se você não tiver uma família educada, você terá problemas. Como que a segurança era boa antes? Porque a educação era muito valorizada, a saúde era muito valorizada e hoje em dia você encontra tudo abandonado. O governo diz que não tem recursos para segurança, saúde nem educação, então complica. Esse trabalho que o pessoal faz com o PROERJ já é um exemplo da complementariedade da segurança com a educação para ver se melhora as coisas, se ajuda a parte da educação (37:01).

R: Existe uma auto avaliação sobre o Conselho? Sobre as ações, de forma geral.

C: Existe.

R: E ela é apresentada em reuniões? Como se fossem experiências passadas para que os erros não ocorram novamente no futuro. Vocês tomam iniciativas nesse sentido? Ou por exemplo debater temas que têm que ser melhorados, consertados dentro do próprio Conselho.

C: Tem sim. Um exemplo são visitas que nós fazemos como eu disse que não ficamos somente em um local, procuramos explorar outras comunidades, aproximar mais elas do Conselho. Independente da reunião mensal do Conselho, nós também nos reunimos levando o Café para lá, para encontrar as pessoas e procurar saber de seus problemas, demanda, o que a comunidade precisa. As vezes tem a carência de um Conselho Tutelar, escolas mais presentes, como a CRE pode ajudar a comunidade. Foi criada pelo Estado uma reunião e nós implantamos e trabalhamos muito em cima dela que é a Reunião do Conselho Segurança-Escola. Se você tem uma demanda no seu colégio, então nós vamos lá fazer uma reunião, trazer os alunos, as famílias para a reunião. Toda última terça ou quarta-feira de cada mês nós fazemos o itinerante. A reunião acontece nos colégios juntamente com os diretores e responsáveis que convidam os pais dos alunos para participar (41:36). Nós tivemos um problema lá na Ilha, no CIEP 362 Roberto Burler Marx, onde pessoas se infiltravam com roupas do colégio, alunos agressivos dentre outros problemas e nós conseguimos atender à todas as demandas que eles tinham durante essas reuniões, então, essas reuniões trazem muitas coisas boas à comunidade. A diretora não resolveu esses problemas antes porque não sabia que existia esses projetos, não sabia como ter acesso, então através da reunião ela pôde receber informações sobre como atender as suas demandas. O PROERJ passou a visitar ela uma vez por mês mesmo sem ela precisar. Também atendemos a demandas no Colégio Hebe Camargo e a última que nós fizemos foi resolver problemas de furtos na Escola Municipal JANE SERRANO (42:40) da Michelin, a direção não sabia como resolver o problema,

então, eu aconselhei a entrar em contato com a Michelin, pois, ela tem programa de ajuda a sociedade do entorno. Então eu entrei em contato com o pessoal da segurança da Michelin e eles perguntaram porque a diretora da escola não havia procurado eles. Se essa diretora era nova e não tinha conhecimento desse contato, a diretora anterior deveria ter passado essas informações para ela. Nessa reunião nós fizemos a integração da escola com a Michelin que a própria diretora não sabia que podia fazer. E não é por sermos um órgão estadual que só atendemos escolas do Estado não. Também atendemos a escolas municipais.

R: Quais são as atribuições do Conselho Comunitário de Segurança Pública? Quais são as atribuições que vocês têm sobre a existência de vocês? **(47:05)** O livrinho da Prefeitura tem uma parte que fala das atribuições deles como “ouvir a população”

C: Pegar as demandas das comunidades, enviar essas demandas para os órgãos públicos, órgão que tem a competência de resolver aquele problema como COMLURB, LIGHT, CEDAE, entre outros. Nós fazemos fichas com cada demanda e por isso nós pedimos a todos os órgãos para estarem presentes porque nós não recebemos demandas apenas de segurança. Nós fazemos uma ata daquela reunião porque se dentro de trinta dias o órgão não responder à demanda que lhe foi dada, nós vamos cobrar ele.

R: Existem cursos de capacitação oferecidos pelo Conselho para a população?

C: Não.

R: Mas essa ausência de oferta se relacionaria a institucionalização do curso? Por exemplo, todos sabem que os conselhos de saúde pelo país são aqueles que recebem verbas adequadas, tem infraestrutura, mão-de-obra, carros, recursos físicos.

C: Não temos espaço, não temos material nem logística e nem recurso humano **(50:03)**. Só temos nós que passamos informações.

R: Os Conselheiros em si.

C: Isso. Porque suporte nós não temos, ninguém nos dá suporte. Por exemplo nós estamos brigando, correndo atrás para ver se conseguimos um espaço maior, como a antiga locação da 36ª Delegacia para que nós pudéssemos ter um local nosso, próprio. É um local bom, pois na frente é a Delegacia, atrás fica a COMLURB, mas o que vemos lá é um Chaveiro. Não sei quem deu o espaço ao Chaveiro, mas é como se ele fosse dono, mas não pode ser porque ali é um espaço do Governo, então, nós estamos procurando descobrir quem deu aquele espaço ao Chaveiro. Por exemplo quando nós fizemos a reunião, nós precisamos de um espaço para realizá-la porque aqui não temos, então, quem nos concede e nos ajuda muito é o Waldemar da UCAM **(50:20)**. Praticamente todas as reuniões que temos que fazer, é o Waldemar que nos cede o espaço. Existem outros espaços maiores que nós poderíamos utilizar, mas existiria dificuldade de locomoção, dificuldade de acesso ao público.

R: Como ocorre a legitimidade do Conselho durante as eleições, quaisquer cidadãos podem participar? Como ocorre essa atuação, essa legitimidade do Conselho?

C: Nas eleições do Conselho?

R: É e qualquer cidadão pode participar?

C: Sim, qualquer cidadão pode participar.

R: Das reuniões ordinárias?

C: Das eleições qualquer um pode participar, desde que a pessoa não esteja vinculada com nada dentro da justiça.

R: Mas como a pessoa deve proceder para participar de uma eleição dessa? Ela tem que apresentar algum documento, vinculada a algum órgão?

C: Não, não precisa estar vinculada. Mas é distribuída uma ficha de inscrição das chapas que estão concorrendo e dentro dessa ficha são colocados os dados da pessoa, é enviada então para a delegacia, onde será feito um levantamento da pessoa para verificar se está vinculada a algum processo e estiver vinculada ela é impedida de votar. Portanto, tem que ser ficha limpa.

R: E do lado da população, quem é que pode votar?

C: Você tem que ter um limite de participação nas reuniões. Você não pode ter mais do que 50% de falta. Você só pode concorrer se tiver um mínimo de 50% de presença.

R: Entendi e sobre a votação? Para a pessoa votar na chapa?

C: Para votar na chapa você tem que ter também 50% de participação nas reuniões.

R: Os mesmos critérios, então?

C: Isso, os mesmos.

R: E isso sobre a ficha limpa? Tem que ter também ficha limpa?

C: Não, somente para votar não. Só você se for para concorrer dentro do Conselho.

R: Como é a estrutura do Conselho? Tem os Conselheiros. Tem executivo como no Conselho de Saúde, organismos dentro, não tem o setor jurídico?

C: Não, só tem a nossa executiva, a itinerante.

R: Essa itinerante vem de dentro da executiva?

C: Isso, é um destacamento de dentro da executiva.

R: Como ocorre a divulgação das ações, reuniões e encontros do Conselho Comunitário de Segurança Pública?

C: Nós fazemos via e-mail, convite e às vezes verbalmente quando encontramos as pessoas das comunidades. Quando as pessoas das comunidades vêm nos procurar, elas nos passam informações e depois nós fazemos os convites via e-mails para essas pessoas. **(59:17)**

R: Páginas no Facebook... O Conselho tem site?

C: Não. Porque nós temos essa dificuldade da infraestrutura que não dá o apoio que precisamos. A nossa comunicação, divulgação é mais por e-mail mesmo. Temos a Nadia que é a nossa Diretora Social e é ela que administra essa divulgação. A última presidente do Conselho foi ela.

R: O senhor acha que essa divulgação tem isso eficaz?

C: Sim.

R: Mesmo com essa divulgação, a sociedade de Pedra de Guaratiba, até daqui de Santa Cruz não tem participado.

C: Não tem, nós queríamos que a sociedade tivesse uma participação mais efetiva.

R: Então o senhor atribui essa pouca participação não a divulgação, mas culpa da própria sociedade?

C: Não é questão de divulgação porque a gente divulga, mas é questão da própria sociedade mesmo. Não querem participar. Quando a comunidade é uma área de risco nós até entendemos porque depois vão falar que a pessoa esteve na reunião do Conselho de Segurança e colocar a vida do cidadão em risco. As comunidades que não têm esse problema, participam mais.

R: Em sua opinião há interesse das populações locais no Conselho?

C: Sim. Porém não aquele interesse que deveria ser mais participativo. Tem um obstáculo que deixam as pessoas indecisas de virem na reunião, como dúvida, o medo.

R: O senhor acha há conhecimento da população sobre os direitos dela? Que o Conselho tem o poder de decisão, de levar demandas. O senhor acha que existe um problema também quanto a isso, a conscientização dos poderes que ela tem diante de um Conselho?

C: Sim. As vezes o cidadão sabe o que é o Conselho, sabe seus direitos, mas tem medo de vir, de se expor principalmente esse pessoal das áreas de risco. Tem outras que não vêm por política porque pensam que todo mundo dentro do Conselho é político.

R: O Conselho Comunitário de Segurança representa efetivamente as demandas da sociedade? Na sua visão. Por exemplo, a sociedade local está com uma dificuldade que é o patrulhamento ostensivo. O senhor acha que o Conselho tem representado bem?

C: Eu acho sim. Mas se nós tivéssemos um suporte, representaria muito melhor. Um exemplo de um suporte que ajudaria muito seria o patrulhamento montado porque tem lugares que o carro não entra, mas um cavalo entraria. Nós já pedimos ao RP MONT **(1:05:00)**, fizemos a requisição desse tipo de patrulhamento e numa época conseguimos, mas não ficou permanente. Como nós temos muito diálogo com o Batalhão, sempre que pedimos apoio eles enviam.

R: Não somente aqui nesse local, mas em outros locais também como Campo Grande...

C: Não, já pedimos para Mato Alto, Guaratiba, fizemos um estudo sobre quais locais precisavam e pedimos para enviar patrulha montada para lá. No encontro que nós fizemos com o Coronel ontem, fizemos um pedido para a comunidade de Guaratiba sobre colocar uma Cabine de Policiamento ali no Mato Alto. Ele mandou nós fazermos um ofício e enviar para ele, com o pedido. A dificuldade que nós temos é que com a crise que o Estado está passando eles vão alegar que não tem verba para fazer a construção da cabine.

R: Quais as dificuldades que o Conselho enfrenta no seu relacionamento nas relações do Estado e com as empresas locais, por exemplo.

C: Tem algumas empresas que nós sempre fazemos contanto temos bom relacionamento, como a Michelin, estou marcando uma reunião com ela, temos contato com a Tupperware. Com relação às empresas nós não temos dificuldade porque elas até se interessam, nós procuramos elas e elas nós procuram sobre algum problema que há com eles porque nós podemos ajuda-los. Procuramos sempre manter esse contato porque podemos depender deles, precisar no futuro. Já essa siderúrgica alemã daqui de Santa Cruz não ajuda em questão de segurança porque a Alemanha não aceita você ter que ajudar a parte de segurança, o órgão público. Eles têm essa mentalidade de que um órgão público tem que ter essa competência. Eles ajudam a comunidade, oferecendo algo, mas os órgãos públicos eles acham que não é competência deles ajudar. O Estado que tem que dar uma boa segurança e que tem que dar suporte para a segurança. Agora o pensamento do Francês que é a Michelin e da Tupperware que é Norte Americana é totalmente diferente.

R: Mas e o pensamento de uma brasileira, como a Casa da Moeda ou a Transcor? **(1:10:56)** Tem um bom relacionamento com vocês?

C: Tem, a Casa da Moeda as vezes vai lá Batalhão visitar.

R: E a Gerdau?

C: A Gerdau eu não sei porque ela nunca deu...

R: Como ocorre o controle social por parte do Conselho nas ações do Estado e das Empresas? Vocês têm um Controle Social atuante? No caso se valendo do controle social daqui é um ato realizado individual ou coletivamente pelos membros da sociedade por meio de entidades juridicamente legalizadas ou não através dos diversos instrumentos jurídicos colocados à disposição da cidadania para fiscalizar, vigiar, velar, examinar, inquirir e recolher informações a respeito de algo. Vocês uma espécie de controle social sobre as ações do Estado aqui na região do Conselho e sobre as ações das empresas?

C: A gente faz e cobra. Agora na última reunião nós tivemos um problema na parte social, essa parte de moradores de rua. Tem uns dois ou três meses que estamos trabalhando em cima dessa questão porque daqui a alguns dias eles já estão morando em cima da estação do ônibus. É uma coisa complicada porque você não pode obrigar a pessoa a sair dali, não pegar a pessoa à força. O pessoal fala para chegar lá e jogar uma água. Uma mulher que mora em frente a estação do BRT todo dia começou a dar uma quentinha para um e no outro dia já tinha dois e assim foi aumentando. É complicado trabalhar com situações assim porque você tem que levar Serviço Social e tem crianças no meio, então, tem que levar também o Conselho Tutelar, a Guarda Municipal, a COMLURB, são muitos órgãos que são envolvidos para fazer a operação e tirar dez ou vinte pessoas. Quando consegue levar alguns para um abrigo a maioria

fica um dia, depois vai embora e volta para o mesmo lugar que estavam porque dizem que preferem morar na rua. E tem abrigos que são bem arrumados, com camas, comida, roupas, mas eles preferem viver na pobreza das ruas. Tem uma situação que não esqueço, na Michelin tinha um senhor, morador de rua que andava com uma bengala e um dia, no horário de saída dos funcionários, um trabalhador parou e falou com esse senhor em inglês e o senhor respondeu, nisso o trabalhador ficou sem graça porque não esperava com o senhor fosse entender e muito menos responder. Então o senhor perguntou se o trabalhador era formado em inglês e o rapaz respondeu que não era formado, mas estava terminando os estudos. O senhor disse que ele ainda tinha muito que aprender, pois, ele era formado em inglês, alemão, francês, italiano e outras línguas. O senhor ainda disse que não iria conversar com ele naquelas línguas porque ele não iria entender, mas que era só chamar qualquer um da empresa que ele conversaria. No final o senhor disse “Eu senti que você veio zombar da minha cara, mas muitas vezes não é porque eu estou um dia aqui que eu sou menos do que você. Eu posso ser menos do que você aqui, no vestir, mas no conhecimento eu sou muito mais.”

R: As ações e demandas do Conselho Comunitário de Segurança são ouvidas pelos atores da sociedade civil, Estado e mercado? **(1:30:38)** O senhor acha que as demandas que o Conselho absorve, a sociedade, o mercado e o Estado ouvem?

C: Ouvem sim. E tentam dar apoio para a gente, tanto o Estado como os órgãos nos atendem. Quando fazemos solicitação como para CEDAE, LIGHT, a COMLURB eles nunca recusam.

R: Existe diálogo, troca de informações de experiências entre o Conselho Comunitário de Segurança e outros Conselhos? **(1:46:20)**

C: Existe. Desde 2008 que nós temos parcerias com outros conselhos. Nosso objetivo é fechar parceria com conselhos que são nossos vizinhos. Nós estamos tentando fazer parceria com o 24º que é o Conselho que abrange Serópedica, Itaguaí que é vizinhança também de Santa Cruz. Estamos tentando também reunir os 7 conselhos da zona oeste para poder estar sempre integrado. Fazer uma boa parceria. Se você está arrumando seu local abrangente do Conselho, então você está ajudando à todos o seus vizinhos, então é sempre bom ter esse canal de comunicação entre os conselhos da zona oeste. Nós trocamos informações, nós vamos em reuniões de outros conselhos ou eles vêm ao nosso e nessas reuniões informações são trocadas sobre, por exemplo, como proceder em uma situação.

R: Esses outros Conselhos de Segurança Pública também têm os mesmos problemas de infraestrutura que vocês têm aqui?

C: Os Conselhos já existem desde 1999. Eu vejo problemas neles também, ninguém tem um local completo.

R: As eleições para presidente do Conselho ocorrem em qual período?

C: De dois em dois anos.

R: O senhor está em qual ano?

C: Eu comecei agora, em julho e vai até julho de 2018. O vice-presidente não pode vir a presidente e o presidente não pode se reeleger. Só pode ficar abaixo de secretário.

R: Como é essa composição do Conselho? Tem a executiva, diretoria de ética, diretoria social e mais o que?

C: Isso e tem os dois secretários. Presidente, Vice-presidente, Primeiro Secretário, Segundo Secretário, Diretor Social e Diretor de Ética.

R: Existe troca de informações, experiências entre o Conselho de Segurança Comunitário e demais órgãos da sociedade civil como ONGs, instituições de ensino, ensinos religiosos, sindicais, culturais, esportivos, OAB, faculdades...?

C: Existe sim. Inclusive o Presidente da OAB de Campo Grande está sempre presente aqui, tem sempre essa integração de todos os órgãos com o Conselho. Essa integração é muito boa porque há interesse tanto dos órgãos como do Conselho também. Esses órgãos sempre nos

oferecem alguma coisa da parte jurídica, apoio. Instituições de ensino são maravilhosas, nos ajudam muito. Nós temos uma relação tão boa com a CRE daqui de Santa Cruz que as vezes outros órgãos como Conselho Tutelar necessitam de algo e vem pedir a gente para que conversemos com a Rosângela, diretora da CRE.

R: Aqui tem uma espécie de Conselho de Cultura?

C: Tem. Fica no NOPH **(1:57:38)**. O conselho está sempre nos enviando convite para comparecer aos eventos lá, reuniões.

R: Esse Madera ainda está lá? O que ele é?

C: Sim, ainda está lá. Não me recordo qual o cargo dele lá.

R: Teve um questionamento que eu fiz para o Geraldo do Conselho de Saúde que é questão de orçamento participativo. Vocês têm demanda orçamentária na Câmara Municipal ou na Assembleia Legislativa, vocês levam as demandas para o orçamento do Estado ou da prefeitura?

C: Sim, como o que eu falei que pedimos a Cabine Policial no Mato Alto. Nós fazemos o plano, o documento e entregamos na Secretaria de Segurança.

R: Então vocês encaminham essas demandas para a Secretaria de Segurança e não diretamente ao Poder Legislativo?

C: Não, direto na Secretaria. A Secretaria vai analisar e vai ver a possibilidade de atender a demanda. Eles nos retornam com a resposta e nós vemos se está de acordo.

R: Se o Batalhão de área daqui está com alguma demanda financeira como combustível para o carro, o Conselho de Segurança poderia ajudar de que forma?

C: A única coisa que nós ajudamos eles, que tinham dificuldade lá era algum material. Não damos ajuda financeira apenas material. Como um comandante de um Batalhão que estava com três carros parados porque não tinha condições de rodar, então eles perguntaram se eu não conhecia alguma oficina que pudesse ajudar porque eles não tinham verba. Eu indiquei uma oficina na Pedra de Guaratiba e o mecânico disse que não tinha condições de dar a peça, mas a mão de obra ele daria. Então é assim que nós conseguimos ajudar.

R: Vocês viabilizam o auxílio material.

**Apêndice L – Entrevista com Geraldo Batista de Oliveira, Presidente do Conselho Distrital de Saúde da Área Programática 5.3 (CODS 5.3) – Santa Cruz, Paciência e Sepetiba.**

Riyuzo (R): Eu trouxe dois conceitos de controle social que o senhor já está totalmente iterado e gestão social na visão dos autores que eu venho trabalhando. Essas questões são uma percepção que não somente eu como leitor da minha dissertação (a intenção é transformar essa minha dissertação em um livro, não por mim, mas pelo meu orientador) e pela própria universidade. Como isso vai ser publicizado” nós precisamos ter uma noção de como atuam os conselhos e no meu caso mais especificamente o Conselho Distrital de Saúde daqui da Área Programática 5.3.

Geraldo Batista (G): O que o Conselho entende por saúde?

R: Essa pergunta é justamente voltada porque o Conselho de Saúde pode não atender somente questões de saúde, mas também questões que, por exemplo, na ausência de um Conselho agrega ao Conselho de Saúde. Justamente essa pergunta é o que o senhor entende por saúde e o que o Conselho entende por saúde.

G: O que eu entendo por saúde é o que determina a própria determinação. São três vertentes. Eu entendo que atende na necessidade da saúde básica que é aquela atenção que se faz como uma prevenção e que é muito importante. É não deixar a pessoa ficar doente, é ela ter assistência à saúde. Porque não adianta depois que o cara já está doente você cuidar da doença, então eu entendo que a saúde tem que ser tratada não como doença. Ter saúde é uma coisa, eu não tenho dor de cabeça, não tenho resfriado, não tenho problema de hipertensão, então, eu tenho saúde. Agora eu estar doente é totalmente devido a eu não ter tido a prevenção da minha saúde. Teria que ter uma orientação de que teria que fazer exames. O trabalhador da nossa área já é doente por natureza. Primeiro, a questão logística da nossa área que está muito distante de tudo e de todos. Não tem um bairro aqui que você não tenha que sair para realizar alguma coisa (04:17). Começa pelos estudos, você estuda em uma escola que nunca é próxima a sua residência, daí fica aquele sacrifício. Então desde pequeno você já começa a ficar doente, doente socialmente e doente de saúde também porque sua mãe te leva para o colégio para você aprender a ler e escrever, depois você passa a ir sozinho porque você não tem uma escola perto da sua casa. Quando você termina o primeiro módulo de estudo que geralmente é o primeiro grau você não tem uma escola dentro do seu bairro que atenda a sua necessidade de fazer o segundo grau, então você já tem uma outra doença, a doença do desinteresse. Você pode ver uma pesquisa que poucas pessoas são as que conseguem estudar, terminar o primeiro grau e o segundo grau. Quando chega para terminar já está com 19, 20 anos coisa que não ocorre na zona norte ou zona sul. Porque geralmente os colégios lá são completos com primeiro ano, segundo ano e terceiro ano. Aqui já não existe isso, existe a dificuldade de locomoção. E isso tem a questão do transporte que é precário. Aí quando você chega no mercado de trabalho e é empregado em uma firma de limpeza que nunca é na sua região. Quando vai trabalhar no centro da cidade, 8 horas por dia, você tem que sair da sua casa 4 horas da manhã. Quando impacta isso? No momento que você tem 24, 25 anos e começa a sentir aquelas famosas dores de cabeça, cansaço, desinteresse e isso quando não tem também a questão dos problemas pessoais, dívidas entre outros. Então tudo isso ajuda o ser humano a ficar doente, tem gente que com 40 anos tem infarto porque a pessoa passa a fumar, a beber. A pessoa não tem nem vida social, tem gente que fica trabalhando e não sabe nem onde fica a clínica de saúde onde mora, nunca foi e não por ele não querer ir, mas sim por não

ter tempo. Se a clínica funciona de 8 horas da manhã às 18 horas da noite, mas o cidadão chega em casa às 22 horas, ele não tem tempo para ir. Então ter saúde é ter qualidade de vida e nós não temos aqui, falta de condução, logística, falta de campo de emprego, questão de educação no âmbito de colégio. Tem muitas crianças que só vê o pai final de semana, então, no final de semana o pai ou está em um bar tomando cerveja ou em um campo de futebol. Uma outra coisa que observo muito aqui é que tem muita obesidade na zona oeste. O grupo feminino tem muitos obesos. As mulheres daqui não têm tempo de cuidar da saúde, não tem tempo de ter uma autoestima. Então falta de qualidade de vida é um dos maiores problemas das doenças daqui. A prevenção é o modelo de saúde que eu imaginava para isso aqui. Você ter saúde é uma coisa, isso é uma avaliação minha, nós ainda não temos um sistema que cuide da nossa intervenção da doença. Tem várias campanhas como da dengue, como você vai cuidar da dengue se você entra em um órgão público como a FAETEC, uma piscina enorme lá com água sem tratamento porque o governo abandonou. A própria Vila Olímpica. O próprio governo não faz o papel dele de preservar a saúde da gente. Eu entendo que isso é uma forma de gastar dinheiro. Hoje é mais lucro você ficar doente do que você prevenir a doença. Porque é mais fácil comprar os remédios do que construir uma clínica, então a ideia é esperar a pessoa ficar doente para intervir.

R(10:17): Prevenção é igual saneamento básico, povo não vê a obra, então para que nós vamos fazer.

G: Justamente.

R: Prevenir ninguém vai ficar doente, então para que vai precisar de hospital?

G: Para que vou ter um hospital desse tamanho, para que vou ter uma clínica de saúde? É uma economia que eles não querem. Eles querem o povo doente para poder vender o plano de saúde. Já viu quantas óticas tem no centro de Santa Cruz? E você não tem um oftalmologista na área. Se você for marcar uma consulta no hospital, você não consegue porque não é interessante ter um laboratório para cuidar da visão. Tem uns programas de saúde que eles poderiam fazer dentro dos colégios para prevenção contra cárie, exame de oftalmologista e tudo isso seria uma maneira de prevenir que meu filho ficasse doente no futuro, mas aí amanhã o dentista não vai ter paciente, a indústria de óculos não vai vender. A questão das armas nos Estados Unidos é a mesma coisa aqui. Então hoje o Conselho de Saúde tem essa visão. Saúde não é curar uma dor de cabeça ou de barriga, saúde é não ter a doença, é não ter que chegar ao ponto de ter que fazer tratamento, operar para então ficar bom. Eu entendo que saúde seja chegar na terceira idade sem nenhuma dor. Hoje eu como de tudo, mas chega uma hora que começa a prevenção através de exames você vê que precisa eliminar alguns alimentos que estão prejudicando a saúde, que podem causar problemas no futuro, então, isso é a prevenção para que você tenha saúde.

R: Existe uma auto avaliação do Conselho? Sobre as ações que fazem, sobre os atos dele.

G: Existe porque nós cobramos muito dos conselheiros. Porque você sabe que o Conselho está amparado pela lei, pois, ele é de relevância pública. Nós avançamos muito, mas ainda não temos a saúde que precisamos aqui na zona oeste. Devido a não ter um saneamento básico bom, um tratamento de esgoto bom. Quando tivermos um saneamento básico bom, uma avaliação da prevenção de doenças que poderão surgir mais tarde aqui, a questão do trânsito que não tem uma supervisão muito eficaz. Não tem um moto táxi desse que não tenha um **pino**, existem muitos desastres porque não existe a devida fiscalização. O trem melhorou muito porque aquele ar condicionado que tem agora evita muita doença, então hoje o transporte ferroviário melhorou muito. Antigamente havia muito suicídio nos trens, mas hoje em dia melhorou muito essa questão. Então a auto avaliação é que melhorou muito nessa área de transporte ferroviário (14:49). Estamos muito longe ainda da saúde que queremos. Eu não quero perder um adolescente de 16 anos porque ele sofreu um acidente de trânsito. Várias

doenças nossas estão erradicadas, mas não existe explicação de como foi feita essa erradicação. Se realmente algumas mortes que acontecem não são causadas por essas doenças. Então eu acho que isso ainda é muito confuso ainda. Eles têm medo da mídia porque a saúde ainda é muito politizada. Todo gestor municipal quando entra diz que vai melhorar a saúde, mas eles só falam isso porque é o que mais necessita, virou o carro chefe, mas não porque realmente irão fazer. Nós não vemos essa melhora. Dizem que vão construir mais clínicas, colocar mais médicos, mas não é isso que vai melhorar a saúde e sim remover aquela vala de esgoto que passa entre as casas, fazer o saneamento básico, asfaltar as ruas, colocar iluminação, melhorar policiamento. Então a minha avaliação é essa, existe a falta de infraestrutura.

R: Então o senhor avalia que dentro desta auto avaliação do Conselho seria um trabalho conjunto com outros setores e não somente com a Prefeitura, mas também com a própria sociedade. Por exemplo, a segurança não é só uma responsabilidade da Polícia Militar e sim de todos e isso impacta diretamente na saúde porque se o cidadão é baleado, ele vai para o hospital, ou seja, interfere na sua saúde.

G: Qual escola municipal hoje que ensina sobre saúde? Sobre como escovar os dentes, tomar banho, se cuidar? O município hoje distribui o kit de higiene bucal, mas não adianta só aquela equipe fazer o dia D, o dia de aplicação de flúor, uma vez no ano. Para mim isso não adianta, após aquele momento deve ser ensinado às crianças que o flúor deve ser aplicado de tantos em tantos meses e como ele vai fazer isso? Levando na clínica de saúde perto da sua casa. Daqui a três meses a mãe pega essa criança, leva na clínica e cria um compromisso de a mãe cuidar da saúde dessa criança. Não adianta fazer só naquele dia, deve haver uma certa frequência. Um exemplo é vacina do HPV, então, a diretora diz que não vai se meter nessa área porque é dever da saúde. Mas quando ela engravidar? Ela vai parar de estudar. Onde ela conheceu o parceiro? Dentro da sala de aula dela. Agora é questão da saúde, mas antes dela engravidar onde ela deveria ter recebido a orientação sexual? Na escola.

R: Seria um ciclo vicioso, a educação não faz a parte dela, a saúde tem que absorver e isso volta para a educação.

G: Houve um episódio em que uma diretora do colégio disse que não cuida da saúde dos alunos e sim da educação, mas então um pai disse que da educação não precisava cuidar, pois essa vinha de casa. A escola deve orientar a criança para ser um cidadão. Existem esses paradigmas onde o Conselho de Educação não se envolve com o Conselho de Saúde, mas vamos supor um dia que uma criança passa mal por causa de uma merenda estragada, ela vai para a clínica. Então o Conselho de Educação foi lá e fez a avaliação e o Conselho de Saúde não faz nada. Mas tem que haver um trabalho em conjunto (24:35). Promover a integração das instituições do serviço de saúde, colaborar com a formulação estratégica e organização do SUS, estabelecer diretrizes a serem observadas e elaboradas no plano distrital de saúde em consonância com o plano municipal de saúde é o que nós estamos fazendo agora e vamos discutir no PAE. Participar da elaboração e deliberar em primeira instância os modelos assistenciais dos planos distritais de saúde formulado pelo distrito de saúde, com isso queremos saber de O.S. entre outros. Acompanhar, opinar sobre as execuções das ações em projetos de programas de saúde. Avaliar e deliberar sobre as propostas orçamentárias anuais assim como fazer sugestão para a suas circunscrições afim de viabilizar as inscrições em hospitais de saúde. Porque as vezes a pessoa quer construir uma clínica de fisioterapia aqui em Santa Cruz, mas não é a nossa necessidade, colocar essa clínica no nosso distrito. Porque em vez disso, não transforma algo que já em referência para algo que realmente o bairro precisa? Hoje nós somos referência em queimados, todos com qualquer problema de queimadura são trazidos para o Hospital Dom Pedro II. Mas para isso não é importante para o bairro, seria melhor se ele fosse referência em oftalmologia, traumatologia ou até imagem.

R: Aproveitando essa pergunta, como é uma via de mão dupla, o conselho também oferece cursos para fora?

G: Oferece. Nós formamos duas ou três turmas. E nós vamos nas universidades, mas não há interesse. Quando pergunto o que é Conselho, a maioria não sabe, próprios enfermeiros não sabem. Então eles ficam desesperados, porque os diretores sabem o que é, mas os empregados não. Tem professor de universidade privada que não quer falar que dá aula para o SUS, só quer saber de hospitais particulares, falando que tudo é bom. Dizem que o SUS está falido, que não é bom, que é melhor trabalhar na iniciativa privada. Instruem a não trabalhar no SUS, pois eles irão sofrer dentro dos hospitais públicos. Mas na sala de aula ele não fala que na universidade pública ele dá aula para o SUS, que ele incentiva seus alunos a trabalharem lá. Poucas são as universidades particulares que fala sobre SUS.

R(36:20): Como ocorre a legitimidade do Conselho Distrital de Saúde através de eleições, quaisquer cidadãos podem participar?

G: Aqui nós representamos a sociedade. Eu represento a Associação de Moradores do Bairro Cidade Anhembi (36:49). Eu eleito presidente e sou indicado pela minha instituição para representar ela aqui no Conselho Distrital de Saúde. Se amanhã eu não fizer um bom trabalho aqui, a Associação de Moradores tem pleno direito de destituir o presidente. Qualquer cidadão pode participar do Conselho Distrital de Saúde, tanto das reuniões de Plenário que chamamos de reuniões ordinárias, qualquer cidadão pode participar. Mas para participar das eleições ele tem que ser vinculado a alguma entidade, com CNPJ. Representante das entidades do código do Conselho Distrital de Saúde serão nomeadas pelo Secretário do Conselho Distrital de Saúde. As entidades referidas terão mandato de dois anos.

R(38:15): Então qualquer cidadão pode participar, porém...

G: Qualquer cidadão pode representando uma entidade.

R: Digo qualquer cidadão pode participar das reuniões, porém...

G: Para ser Conselheiro ele tem que estar representando uma entidade. Pode homem, mulher, mas tem que ser dentro do seu segmento. Por exemplo, um profissional de saúde não pode representar uma Associação de Moradores, ele tem que representar os profissionais de saúde, tem que representar seu segmento e dentro da unidade de saúde dele. Ele não pode ser representante em uma área programática que não seja a dele. Se ele for representante de uma entidade aqui em Santa Cruz, ele pode ser nomeado por uma associação, mas ele vai vir como usuário (39:27). Mas as ações dele vão ser em detrimento do segmento profissional.

R: Como ocorre a divulgação das ações e encontros do Conselho Distrital?

G: Todas as ações são publicadas em Diário Oficial, eleições também. Em janeiro nós colocamos aqui nossos calendários da eleição do executivo, das comissões também em janeiro e do planejamento do calendário do ano corrente. As eleições para presidente e para presidente substituto ocorrem a cada quatro anos durante a convergência. Porque são eleitas as entidades e estas elegem seus representantes que elege o colégio e por seguinte este elege o presidente para o mandato de quatro anos.

R: A próxima vai ser em?

G: 2019. Nosso mandato termina em 2018 e em 2019 nós temos a Conferência de Saúde. Primeiro tem a Conferência Distrital e a responsabilidade é nossa por lei de divulgar em todas as entidades. É publicado em Diário Oficial e lá está descrito tudo que irá ocorrer assim como o local.

R: É divulgado também em redes sociais?

E: Sim, mas nós divulgados em redes sociais dentro da saúde. No Portal da Transparência é divulgado e também no Diário Oficial. Nós não somos obrigados a divulgar em grandes jornais de circulação, mas é divulgado em panfletos, carro de som, entre outros. O SUS só funciona com a participação dos Controles Sociais. Eles não gostam, mas tem que divulgar.

R: Na sua opinião há interesse e participação das populações locais no Conselho? Aqui já estou me referindo não a sociedade civilizada, mas a população mesmo (42:22).

G: Não. Porque pelas pessoas não conhecerem os direitos delas como cidadão, eles gostam muito de reclamar. Mas ele não sabe que pode melhorar por conta própria. Muitos acham que o papel do Conselho é resolver os problemas de cada, mas não é. Nós estamos aqui para resolver o problema coletivo. A Clínica da Saúde tem que funcionar igual para todo mundo, sem prioridades por importância de cargo que a pessoa ocupa.

**Ficou falando uns quinze minutos sobre o doutor Daniel. (52:49)**

R (55:37): Quais as dificuldades que o Conselho enfrenta no seu relacionamento com as instituições de estado e de empresas locais? E quais as principais questões de saúde na área do Conselho Distrital de Saúde?

G: O Conselho trabalha com a manutenção básica de urgência e emergência. Como a saúde é dividida em questões de hierarquia, tem muitas questões que a gente resolve a manutenção básica que é a questão da assistência. Tem a **tripartite** que são os três patamares da saúde, tem a atenção básica que é competência do município, tem a atenção da bipartite que são algumas patologias tratadas pelo estado e tem as patologias gravíssimas que são tratadas pela esfera federal. O Conselho de Saúde também tem essas esferas, a estadual, municipal e nacional. Exemplo, um paciente é diagnosticado com problema nos rins, então, ele faz um tratamento e todo esse tratamento que é dado na clínica à ele, nós conseguimos junto ao Secretário Municipal de Saúde, mas ele evolui para um Quadro em que ele precisa de hemodiálise. Agora já é questão do estado, essa patologia só quem dá é o estado e qual é o procedimento da atenção básica? Seria ela no sistema, no SIREP (57:48) e agora ele passa a ser tratado na patologia que compete ao estado e acontece as vezes de ter câncer e isso é tratado no INCA, a nível nacional. E com relação as empresas locais, o que mais tratamos são os acidentes locais (CAT), dentro da empresa. O empregado sofre um acidente e perde um dedo, a empresa o socorre, leva a um hospital, a empresa paga a hospitalização dele e depois deixa o cidadão por conta do INSS. Mais tarde a pessoa sofre de alguma doença por causa do acidente, mas a empresa diz que não se responsabiliza porque na época do acidente já deu assistência. Então, esse é o tipo de atendimento que recebemos aqui, reclamações sobre a negligência das empresas com relação a esses assuntos.

R(1:04:00): Como ocorre o controle social por parte do Conselho Distrital de Saúde nas ações do estado e de empresas?

G: Nós convidamos representantes do estado e de empresas para participar das reuniões plenárias, mas ninguém vem. Só tem ação quando alguém vem aqui e faz a sua denúncia, então, nós encaminhamos para o Ministério Público para este apurar e as ações ficam na área da iminência jurídica. Porque o problema de saúde a gente denuncia lá na Secretaria Municipal de Saúde. Vamos supor, houve uma poluição na Baía de Guanabara e afetou o INEA, então ficamos esperando uma ação, sobre o que iria acontecer com a empresa, se iria pagar uma multa ou ter alguma sanção e se isso seria revestido em prol da melhoria da saúde do local. Porque no final o dinheiro da multa passa por tantos lugares antes de chegar no final que não sobra nada para fazer o que devia. Então a única coisa que nós podemos fazer é denunciar porque as ações mesmo ficam por conta deles, do Ministério Público.

R: Isso por parte das empresas?

G: É, tanto das empresas como do estado. Quando morre uma pessoa por falta de assistência fica aquela indecisão sobre de quem é competência, se é o estado ou do município e no final já sabem mais nem de qual doença a pessoa morreu e fica por isso mesmo. Um exemplo são os hospitais do estado que estão sendo municipalizados. Estão municipalizando sem nenhuma ação, sem perguntar aos conselhos nem nada. Uma coisa que eu fico pensando é se o estado

que tem mais verba e não conseguiu gerenciar o hospital, como o município com menos verba vai conseguir?

R (1:07:11): As ações e demandas do Conselho Distrital de Saúde são ouvidas pelos atores da sociedade civil, estado e mercado? Se a sociedade estado e mercado são ouvidos pelo Conselho e se o Conselho é ouvido por eles.

E: Sociedade civil é complicada. O pessoal só quer vir para cá na época de eleição ou quando acontece alguma coisa ou quando a entidade deles precisa de um título. Por exemplo, querem fundar uma ONG de assistência a hemodiálise, então eles vêm no Conselho de Saúde que conseguem muito mais rápido.

R: Mas essa não seria uma demanda relacionada a temática da saúde, né?

G: É porque as vezes a pessoa tem um ONG de doentes renais crônicos, então ele acaba tendo uma cadeira no Conselho como sociedade civil. Então a sociedade civil é isso, todo mundo queria fazer ONG, mas não tinha as ferramentas necessárias para atender a população para a qual o serviço era destinado. Eles queriam fazer os papéis das clínicas, mas porquê? Porque dá dinheiro. Mas em certas ocasiões é necessário ter esses serviços paralelos como em comunidades, o que é feito é criar essas ONGs dentro delas porque é difícil nomear um Conselheiro que irá trabalhar lá, pois tem o risco, o perigo.

R (1:12:42): Mas em relação ao estado e ao mercado, eles ouvem as demandas do Conselho?

G: Ouve. O estado principalmente por causa das conferências. Nem tudo que é dito nas conferências eles decidem não. Tem muita coisa que a gente propõe e eles **repropõem**, mas como os deputados e vereadores são eleitos para nos representar aí gestor municipal, o prefeito fala que foi o vereador tal que propôs e nós acabamos tendo que aceitar. Um exemplo seria quando o Conselho pede para criar uma clínica em um local específico, mas chega o vereador e diz que será construída em outro lugar dentro do mesmo bairro e nós vamos conversar de que o acordo não foi construir naquele lugar. Então eles colocam a população contra você porque começam a dar um monte de argumento do porque não podia ser construído no local inicial e dizem que nós estamos travando a construção.

R: E do mercado, as empresas?

G: Não, ao contrário, as empresas nós temos dificuldade porque muito usam os Conselhos Distritais de Saúde em benefício próprio, com fins pessoais e o mercado acaba caindo na incredibilidade do conselho.

R: Existe diálogo, troca de informações, experiência entre o Conselho Distrital de Saúde e outros Conselhos Distritais Comunitários ou Municipais?

G: Existe. Nós somos agregados ao Conselho Municipal de Saúde. Hoje em dia existe muita comunicação entre o Conselho de Saúde e o Conselho de Segurança. Agora entre o Conselho Comunitário não existe. Por exemplo quando ocorre algum problema em uma escola, várias crianças passam mal por causa da merenda, o problema compete ao Conselho de Escola Comunidade, mas acaba envolvendo a gente também, então acabamos trocando informações.

R (1:16:55): Existem outros conselhos além desses de Segurança e o Escola Comunidade?

G: Sim. Todas as ações governamentais, que são chamadas Controle Social, tem um Conselho. Existe muito conselho.

R: Mas aqui no âmbito de Santa Cruz?

G: Aqui em Santa Cruz eu não sei quantos Conselhos têm, mas sei que existe Conselho das Assistências Sociais, Cultura, Moradores de Santa Cruz, entre outros.

R: Então o senhor tem essa percepção de que os demais Conselhos passam por (falhou)?

G: Tem que atender a uma demanda, então mando o cidadão colocar o nome, mas ele diz que não é para mandar porque senão vai prejudica-lo.

R: Existe diálogo, troca de informações, de experiência entre o Conselho Distrital de Saúde e demais organismos da sociedade civil como ONGs, instituições de ensino religiosas, sindicais, culturais e esportivas?

G: Existe, através das conferências, reuniões. Estamos sempre trabalhando nos debates e principalmente com as ONGs. Tem gente igual a você, que quer conhecer o conselho. Nós somos muito atuantes aqui na zona oeste.

R: Essa última questão é reservada ao senhor para fazer algum comentário adicional de sua preferência. Eu tenho um ponto a ser abordado aqui que não foi abordado nesse questionário que é justamente essa questão mais específica do orçamento participativo. O senhor sente que a participação do Conselho de Saúde é essencial na questão do orçamento participativo? Levar essas demandas ao poder legislativo? **(1:25:16)**

G: Não sou eu que acho essencial, é a lei. O problema é que a gente leva as demandas, mas a briga é muito grande porque quando se discute o orçamento participativo se discute toda região. Então vai muito do gestor municipal porque tem muito gestor que gosta da educação, da saúde, todo gestor tem uma tendência. Então o gestor municipal manobra todo o recurso em prol daquilo que ele é mais favorável. Quando acontece isso, de todos os recursos irem para somente uma área, o que tem que ser é denunciar.

R: No final das contas é mais uma questão política, do que orçamentária. Tem o orçamento, mas a política acaba influenciando.

G: Exemplo, dizem que vão fazer um mutirão da zona oeste, mas se você diz que não é preciso agora ou que não tem demanda, então, eles vão diminuir o orçamento. Agora quando ao comentário, o que me deixa muito entristecido era que eu achava que os jovens universitários que estão ingressando agora principalmente na área médica, poderiam ajudar muito mais aqui no Conselho de Saúde, participando, orientando. Eu sinto falta desses universitários porque nós sempre prezamos pela renovação e tudo que vem de novo é agregado. Os alunos que cursam o segundo grau também, se viessem para o Conselho, mesmo que fossem só dez, mas já agregariam muita informação novo e útil para nós. Por que eu penso que tudo na vida só se muda com renovação.

R: Uma dúvida só para encerrar. O senhor que a questão da educação é a base de todos os problemas?

G: Eu penso que sem a educação a saúde não existe e sem a saúde a educação não existe. A pessoa que tem educação vai saber como discutir a saúde, como se portar dentro da saúde e daí existe a metáfora “a saúde é a base de tudo” ou “a educação é a base de tudo”.

## **Apêndice M – Entrevista com José Leonídio Madureira Sousa Santos, Assessor de Cooperação Social da Fundação Instituto Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)**

Riyuzo (R): Quais as atribuições da FIOCRUZ enquanto ela uma instituição meramente de saúde. As atribuições base dela.

Leonídio (L): Essas atribuições básicas não são poucas. Por ser uma instituição que tem como missão atuar no desenvolvimento científico e tecnológico à favor da vida e da democracia já coloca-se em um campo que é um grande desafio. Então prolongar a vida com qualidade e com componentes da democracia nesse meio pressupõe desde o desenvolvimento tecnológico científico, mas também da saúde pública, coletiva e quando assume o conceito ampliar de saúde que é preconizado pela Organização Mundial da Saúde porque saúde não é só ausência da doença, mas o bem-estar do cidadão. Isso amplia mais ainda esse leque até porque se levar em consideração desde quando começa a se apresentar o conceito da promoção da saúde até hoje você vê muitos poucos países que trabalham com promoção da saúde. Você identifica países que atuam muito com atendimento primário, com prevenção, mas pouco com promoção de saúde. Até no meu ponto de vista países que têm modelo de desenvolvimento capitalista na forma subordinada, independente, nunca vão conseguir trabalhar a promoção da saúde. Eu acho que é um grande desafio trabalhar esse conceito ampliado da saúde e com a promoção da saúde porque você vai ter que olhar a partir dos determinantes sociais. Essa determinação da saúde da vida vai direcionar para um campo que é o da desigualdade social, então, esse campo da desigualdade social você pode ter mais informações a partir das iniquidades nos diversos setores. Iniquidade relacionada a questão ambiental, renda, moradia, de acesso aos serviços de cultura, educação é possível perceber as diversas iniquidades. Mas o central é a questão da desigualdade social, ou seja, para promover a saúde é necessário reduzir essa desigualdade, é necessário ampliar os espaços de participação política dos cidadãos para poder ter correlações de forças que venham a manter políticas que garantam direitos. A FIOCRUZ tem seu setor que produz vacinas, agentes. Possui outra unidade que produz fármacos (04:24) e é evidente que também realiza pesquisas. Entendemos que existe uma lógica de mercado e que a FIOCRUZ por ser uma instituição do Estado Brasileiro, ela busca isso e não uma instituição de governo a disputa com o capital ela se dá porque ter estoques que possam permitir uma intervenção em determinadas situações endêmicas é necessário. Então tem estoques estratégicos para vacinas entre outros, mas não só para o Brasil, também em Sul-Sul (05:15), comunidades Brasil-Acre, para comunidades de língua portuguesa. Então tem um papel importante nessa relação Sul-Sul. Assim a FIOCRUZ mesmo sendo um local de fabricação de vacinas, agente e outros, ela tem um papel político de reduzir vulnerabilidades, riscos e estar intimamente ligada à dimensão política, relacionada a governos. Por exemplo, entra um governo não reconhecido por boa parte da população e que ficou claramente identificado como um golpe porque até hoje o suposto crime da Presidente Dilma não foi identificado, esse governo que está aí com essa característica de ser golpista vem destinando todas as suas ações para reforçar o capital, lógica do capital e na saúde não é diferente. Dessa forma, na saúde privada os planos de saúde, a indústria farmacêutica, então não tem nenhum problema produzir vacina a FIOCRUZ desde que tenha preço para competir no mercado, assim eles vão querer se abastecer com vacinas se o preço, o valor for compatível, for menor do que o ofertado pelos outros. Sendo que o mercado brasileiro é de interesse de grandes indústrias, existem movimentos em que eles vão reduzir preços e vão ter preço para poder ofertar e quebrar a indústria nacional, indústria do Estado Brasileiro para produção de fármacos e vacinas. Uma vez quebrados, eles determinam depois um novo preço, então, esse movimento de uma suposta concorrência que não tem nada de leal pode ser tranquilamente

percebido com indústrias da Índia e diversos outros países. Esse governo permite exemplificar que a produção de vacinas e agentes ou fármacos não estão desassociados da decisão política maior. Enquanto o governo anterior tinha uma linha de atender países latino-americanos, comunidades de língua portuguesa **(08:26)** e esse governo que entra pensa totalmente o contrário porque ele visa buscar atender os interesses do capital farmacêutico. Eu acho que é importante falar isso porque a base de atuação da FIOCRUZ que não é nada simples. A FIOCRUZ vem pesquisando doenças chamadas negligenciadas que são aquelas doenças que são mais localizadas e que atingem basicamente a população empobrecida e é evidente que falo população empobrecida e não população pobre porque ninguém nasce pobre, a condição social é que determina. Mas é possível ver doenças que não são pesquisadas ou que são pouco pesquisadas, que não têm interesse do capital pago porque não vai ter uma rentabilidade, um retorno esperado porque tem um início de mercado pequeno, então, não importa. Sendo que é importante e a FIOCRUZ vem trabalhando nisso. Tem-se por exemplo, um fungo que fica na terra e que atinge basicamente trabalhadores rurais, basicamente da agricultura familiar em algumas regiões do Brasil, mas não em todas. É um fungo que chega a matar a pessoa, causa deformidade física porque ele é inalado, é uma coisa terrível. Mas quando é identificado com uma família de posse ele tem um tratamento, mas tem que ser identificado precocemente. Sendo que essa orientação não está na rede pública e quem acaba identificando é um dentista porque ele começa a ver ferimentos na boca, ele vê os ferimentos, mas não sabe o que é, então, manda o paciente procurar saber o que são os ferimentos. Como não é uma doença comum acabam confundindo com várias doenças, até com AIDS. É um trabalho de pesquisa que é importante, mas isso nunca vai interessar a indústria que é muito localizada e focada no ganho de capital. A FIOCRUZ também trabalha em um campo importante da saúde pública que é na área de ensino, então, um curso de pós-graduação de mestrado, doutorado, lato-sensu, especialização, ela trabalha. E trabalha não só no Rio de Janeiro, mas em outros lugares do Brasil também, ofertando cursos. E isso ocorre por orientação do Ministério da Saúde ou onde tem demanda de pedidos. Hoje estamos presentes em onze estados para atender situações e alguns deles são: Piauí, Ceará, Pernambuco Bahia, Amazonas, Rondônia, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Distrito Federal além desses tem também atuação em Moçambique e estamos implantando lá uma unidade de produção, cursos, intercâmbio. Essa dimensão do ensino quando se trata de educação, é importante. A FIOCRUZ trabalha também nesse ramo da comunicação, tecnologia de saúde que é bastante importante, então, tem um acervo com disponibilidade (inaudível) **(13:12)**. Também tem a história da saúde que a FIOCRUZ se preocupa, também com o ensino da politécnica no nível médio. Outro ponto que acho importante falar é que a FIOCRUZ vem se preocupando bastante com essa área de Parque Industrial Da Saúde **(14:00)**. A saúde tem um peso significativo no PIB, então, a FIOCRUZ vem discutindo isso, debatendo demonstrando assim que não focamos apenas no ensino, na pesquisa tradicional, mas também com a cadeia econômica da saúde. No campo de desenvolvimento de tecnologias e inovação, a FIOCRUZ vem trabalhando em parcerias com indústrias farmacêuticas para alcançar objetivos e a mais recente foi o Dengue TEC **(15:14)** que é uma pastilha que pode ser colocada em reservatórios de água e que não causam impactos ao meio ambiente e nem a saúde das pessoas. Enquanto outros venenos têm impactos e isso é mais uma contribuição, a pesquisa relacionada a questão da Zika. Mais recentemente viemos nos preocupando com o desenvolvimento sustentável por entender que não se pode falar de saúde se o modelo de desenvolvimento não for sustentável, saudável, ou seja, se o modelo do desenvolvimento gerar iniquidades, impactos no meio ambiente, isso não é saudável. Com isso a FIOCRUZ por esse conceito ampliado da saúde, da promoção da saúde compreende e vem afirmando que tem que se pensar em modelos de desenvolvimento que sejam saudáveis. Por isso pensamos no desenvolvimento da ciência, da

tecnologia da saúde nessa perspectiva de contribuir para o desenvolvimento sustentável do planeta. O presidente da FIOCRUZ participa de uma comissão de dez celebridades do mundo que foi criada pela ONU, convocada pelo seu presidente o Kofi Annan. O foco é debater a questão da saúde para o desenvolvimento sustentável. Essa questão do desenvolvimento sustentável remete diretamente para preocupações que se tem na FIOCRUZ. Quando nós vemos essas iniciativas da FIOCRUZ que são discutidos assuntos sustentáveis. Na FIOCRUZ tem uma outra (inaudível) (18:12) assume um desafio de que foi criado um congresso dos trabalhadores (inaudível) nesse modelo democrático o órgão maior é o congresso dos trabalhadores que ocorre a cada quatro anos e depois tem o conselho deliberativo da presidência e das unidades. O seu presidente e o diretor das unidades todos são eleitos por voto direto dos servidores da comunidade FIOCRUZ. A presidência da FIOCRUZ não tem o poder de determinar o que fazer numa relação vertical, é a decisão do conselho deliberativo que orienta as ações da presidência e ela própria que pauta o **CD (19:11)**. Mas isso determina que não é um modelo presidencialista. A FIOCRUZ é composta por 16 unidades tecnocientíficas que têm seus diretores em mente pela sua comunidade e esses diretores compõem o conselho deliberativo da FIOCRUZ. A unidade de Escola Nacional de Saúde Pública tem eleições dos chefes de departamento e tem eleição do diretor, quatro anos o diretor e dois anos o chefe de departamento. Na unidade de Escola Nacional de Saúde Pública tem o **CD (19:54)** também que o diretor não tem o poder monocrático de determinar um **CD**. Então esse modelo de gestão democrática ele é bastante rico e possibilita a partir dessa diversidade de atuação da FIOCRUZ possibilita experimentar um modelo de gestão de instituição pública de estado que é uma grande escola.

R: Também manter uma independência em relação ao governo. Não tem uma indicação do governo.

L: Não tem indicação, mas como é vista tríplice, ele determina. Mas não dá para ser independente ainda mais sendo uma instituição do Estado (**20:48**). Até mesmo esse governo entreviu na EBC, Empresa Brasileira de Comunicação, com uma dedicação própria, independente. A FIOCRUZ a partir de um congresso interno cria uma coordenação de projetos sociais em 2003 e essa coordenação por ser uma instituição essencialmente social fica meio difícil de entender. É uma instituição que se coloca como uma instituição pública, do Estado ter uma área de responsabilidade sócio-ambiental é muito confuso e foi criado em 2003 essa coordenação de projetos sociais para poder buscar uma intervenção no entorno da FIOCRUZ, aqui em Manguinhos. Em 2009, na gestão do Paulo Gadelha, me convida e nós criamos o grupo de trabalho, discutimos e apontamos para ter uma área de assessoramento ao presidente dessa coordenação enquanto coordenação de cooperação social para entender e reconhecer o processo histórico que vem desde a reforma sanitária da construção do SUS e da importância da participação nesse processo de decisão e de formulação, então foi um modelo criado em 1988 da democracia participativa mesmo com toda reflexão crítica que hoje nós temos, mas também os processos das conferências é importante. Também conhecendo que os setores da população, grupos sociais minoritários, deveriam entrar no cenário político para poder intervir, propor, controlar, participar de gestão. Nós entendemos que o papel da cooperação social vem para reforçar principalmente os setores da população, grupos sociais fragilizados a ampliar sua capacidade de intervenção de proposição. Nós não temos que fazer projetos sociais, mas sim contribuir para que as políticas públicas principalmente as vinculadas a saúde possam ter efetividade na garantia dos direitos. No caso do SUS é dever do Estado, é um direito da população e quando falamos em população, estamos falando também dos grupos ou das minorias. A cooperação social surge a partir desse histórico, mas também compreende que existem contextos hoje que dificultam, inviabilizam o que eu falei antes, então vê-se situações que no Brasil e especialmente no Rio de Janeiro, no nosso lugar mais

base, que... (25:16). Voltando, a cooperação social fez um esforço para identificar a partir da missão da FIOCRUZ, questão da saúde, como dialogar com esse campo que seria de projetos sociais, da responsabilidade sócio-ambiental nós vimos que ao resgatar essa série histórica e o conceito ampliado da saúde, na ausência de doenças na relação biomédicas e dos conceitos da promoção e para promover saúde nós temos que enfrentar as iniquidades, então, cooperação social vem contribuindo diretamente, dialogando com os determinantes sociais da saúde, determinação social da saúde, da vida e buscando conduzir processos, fomentar. Então, desde que seja tecnologia social de saúde até intervenções que nós estamos falando de promoção de território saudável. É uma provocação, falar de território urbano saudável, numa região como Manguinhos que é um bairro que não tem uma escala municipal, então, isso gera uma complexidade, mas é importante se discutir isso no que seria discussão de saúde urbana. Na saúde urbana nós temos ODS (27:12), realização do Habitat 3 e você tem que discutir que intervenção do homem modificando toda aquela natureza, colocando cimento e asfalto em todos os lugares você intervém diretamente nesse ambiente e modifica, então se não pensar nessa relação de como as pessoas vivem nessas “selvas de pedra”, no nosso ponto de vista é um (inaudível) (27:57) e nós temos que discutir isso. Nós fazemos as diversas pesquisas não com lógica tutelar, mas sim com um cooperador, então nós identificamos para a promoção de territórios urbanos um dos pilares centrais que é a ausência do estado de direito, da democracia dentro desses territórios porque aí tem um componente central que é esse conceito território. Se nós estamos em um estado democrático de direito e a FIOCRUZ é uma instituição pública do Estado Brasileiro, como ela se relaciona com territórios que vivem uma situação de exceção, direitos civis violados, liberdade inexistente, para tudo tem que pedir autorização, para se organizar, se manifestar. É algo que merece ser reconhecido, mas o estado democrático dos direitos, do Estado Brasileiro reconhecer que existem ilhas de exceção dentro do território, o governo do Estado do Rio de Janeiro reconhecer que existem espaços no qual existem violações dos direitos civis, sociais, políticos é muito ruim para eles. Esse pilar central deve ser implantado. Produzimos a publicação falando sobre territórios de exceção em 2008, falando exatamente sobre isso. Reconhecemos que é algo difícil de ser compreendido a partir da base que ele dá, com a orientação que você tem, que o território é um local de disputa, que tem um poder que controla o território, com armas que exploram esse território, que acumula dinheiro e que não é só a venda da droga, mas também começa a vender serviços, lotada, água, TV à cabo pirata, locação de casas, entre outros, ou seja, começa a ser uma organização criminoso. Nesse contexto com leis próprias que não são leis que estão presentes na nossa carta maior ou nas diversas leis de direito civil, penal e eu acho que são situação até pré-contrato social. (31:32) Existem leis próprias, execuções sumárias, exemplares a partir do terror. Se existe esse contexto como nós vamos falar de participação social na política pública de saúde? Nós não podemos afirmar isso, nós temos que entender as limitações impostas a partir de quem domina esse território, então o crime tem um papel de destaque e não é papel da FIOCRUZ combater crime, mas é papel da FIOCRUZ discutir política de segurança pública, discutir violência, segurança pública e saúde. Porque um dos componentes que afeta diretamente a qualidade de vida, a saúde e até mesmo determina a continuidade da vida de alguém é a segurança pública e o que não falta são denúncias, comprovações, planilhas de execuções sumárias, principalmente de juventude de raça negra, pobre e moradores de comunidades. Nós começamos a debater a partir disso o papel da cultura da educação da questão da comunicação nesses territórios, na questão ambiental. Para nós a discussão ambiental nesse território vem a partir de outro (inaudível) do território de Manguinhos, o bairro ampliado de Manguinhos ou Complexo de Manguinhos porque pega não só Manguinhos, mas os outros bairros. Mas um território que na verdade é uma região, é a Bacia Hidrográfica, o canal do Cunha que nós entendemos que é o melhor lugar para discutir

essa relação saúde-ambiente porque ela não está confundida, impregnada, adoecida pela malha criada pelo homem, de bairros, complexos, área da delegacia, do batalhão, da saúde... Ninguém se entende nem aonde ir. Assim, no nosso ponto de vista, essa é a melhor região para se discutir a relação saúde-ambiente. Esse debate todo tem um centro que é a discussão de como nós podemos contribuir para a gestão territorializada e democrática de políticas públicas, ou seja, temos que nos debruçar, experimentar, acumular, sobre governança territorial democrática. A representação formal dessas populações, das associações de moradores não atendem mais a isso. Elas servem mais aos interesses de quem domina o território a partir da força e da prática do terror. Estamos provocando o laboratório para discutir isso, onde de articulam não em relação matricial pré-planejada, mas as forças vivas, o tecido social que está esgaçado e continua existindo esse tecido, alguns com resistência, mas claro outros sem resistência dentro do seu **reduzissionismo**, exemplo, “não me envolvo com nada, só estou brincando de futebol com as crianças”. É um modelo de resistência não declarada politicamente, mas é um modelo de resistência ao contexto de dominação que fazem salvar as crianças, ter uma oportunidade no futuro. A FIOCRUZ não é um ator político, ela não vai protagonizar esses processos, ela vai ter isso como bagagem dela, como uma das bases de intervenção. Mas isso não é nada simples, o modelo de gestão da FIOCRUZ que é democrático com autonomia das unidades, esse é uma orientação porque as ações não necessariamente vão refletir isso em outro momento. No Ceará estamos construindo um polo Rio-Manguinhos e o ponto central é como vamos tornar a população local seja o protagonista. Isso nos orienta.

R: Qual seria a percepção da FIOCRUZ em relação as transformações multidimensionais sofridas no bairro de Santa Cruz? (40:35)

L: Para nós é muito turvo, não conseguimos ter um estudo maior agora. Reconhecemos que existem diagnósticos, entendemos que o distrito industrial afeta diretamente a saúde das pessoas que vivem nas suas proximidades como também ao meio ambiente por si só. E Santa Cruz tem um estudo feito na FIOCRUZ a respeito do impacto da CSA relacionada ao evento da chuva de prata. Mas não existe um acúmulo maior, nós entendemos que não existe muita diferença do restante do Rio de Janeiro, da cidade. O controle pelo crime de parte desse território vem crescendo, as suas disputas vêm se dando e isso vem gerando aborrecimentos, morte prematura. Isso significa um processo que ocorreu em Manguinhos que contribui para um lado para o desinvestimento econômico, involução econômica que por ter que aumentar custos das empresas com segurança e outras coisas é um motivo de tensão, de procurar sair. Mas também foi identificado em Manguinhos que muito dessas empresas que saíram dessa região de Manguinhos tinha esse argumento da violência, mas se analisar mais é possível identificar outros interesses como benefícios fiscais em outros lugares, questão estratégica geopolítica em escala mundial, deixa de produzir lâmpada aqui para produzir **na Indochina**. Você identifica políticas neoliberais interferindo. Santa Cruz não é tão diferente de Manguinhos porque senão aqueles canais que tem na região não estariam tão poluídos. Os canais já vêm poluído, então, não necessariamente a CSA que está causando isso. Como a FIOCRUZ está nesse processo ainda de destacamento, compensação ambiental pela questão da derrubada de árvores, replantio e preocupada em dialogar, foi feita uma apresentação junto as lideranças, aos equipamentos públicos na Cidade das Crianças há cerca de 2 anos, com um público de mais de cem pessoas. Tinha associação das empresas do distrito industrial, associações de moradores, pessoal da saúde, educação, foi bem amplo. Foi apresentado lá o projeto de Manguinhos e o que a FIOCRUZ faz com relação à sua atuação no território. A nossa preocupação com o meio ambiente não é só... Porque na apresentação da FIOCRUZ foi colocado que essa planta tem toda uma preocupação com a questão ambiental, produção limpa, tratamento dos resíduos... Nós entendemos que a água que circula por ali não é só uma

água que a FIOCRUZ vai captar para descartar ela não contaminada, então, entendemos que para ter o ar, precisamos ter água, ambiente saudável que se dá na Bacia Hidrográfica. Há necessidade de que a contínua produção da água, excesso natural se mantém assim, tem que se pensar nas matas auxiliares, onde nascem esses rios da Bacia Hidrográfica, então, essa é uma preocupação da FIOCRUZ. Porque não é só a saúde do trabalhador, mas a saúde das pessoas e do ambiente porque é impossível ter um ambiente saudável dentro da FIOCRUZ se o ambiente onde está a FIOCRUZ não seja saudável.

R: Existe diálogo entre a FIOCRUZ e Santa Cruz?

L: Sim, existe. Estrategicamente nós começamos conversando com a saúde que é a nossa área. Conversamos também com a CAPE (53:25) da região, procurando construir um diagnóstico ou identificar um diagnóstico sempre desse lugar que eu falei antes. Então é uma aproximação com uma relação crítica, não de uma relação subordinada ou de reprodução simplesmente de quem está no lugar. Entendemos que o poder público municipal tem um papel importante dentro do SUS, um papel importante e mais ainda para a estratégia de saúde da família, então, nós achamos que a estratégia de saúde da família vai contribuir para a promoção da saúde na investigação das microidades (54:22) nos indicadores sociais. Sabemos que isso é muito difícil quando é em relação a política pública. Pode ser um pouco diferente do que a CAPE daqui da Leopoldina, mas na essência não muda muito. A política da UPA tinha um significado que era importante, que era reduzir o fluxo das urgências em hospitais porque vão pessoas lá que necessitam de atenção primária como resfriado ou sinusite. Para essa rede funcionar seria muito importante que a população e o serviço funcionassem, que a população tivesse conhecimento, consciência dessa rede e que essa atenção primária da saúde da família, ela realmente fosse eficiente, de qualidade e com isso teria uma UPA mais tranquila. Sabemos que como é do contexto de políticas públicas vem se agravando mais ainda e por ser em áreas de risco ou territórios vulnerabilizados com essa questão da violência, do crime, a presença de profissionais fica mais difícil, mas também fica facilitada para determinados acordos. Identificamos junto com CAPE nessa reunião inicial ampla de que vão ter postos de trabalho e isso de associa aquela mão de obra na qualificada para limpeza, jardinagem. Nós temos um interesse de pensar formação técnica para que possam vir a disputar postos de trabalho no território Santa Cruz-Itaguaí. Iniciamos a partir da conversa com a CAPE uma conversa chegando até FAETEC, CEFET para que possamos pensar cursos, formatar cursos que poderiam começar a formar pessoas que poderiam chegar a ser contratadas. Espero que todo processo de seleção e contratação não seja realizada a partir dos currículos. Todo servidor da FIOCRUZ é contratado mediante concurso público, então, a terceirização para esses serviços mais técnicos acontece por empresas que ganham licitação, então a parte administrativa você não tem servidor, pode ser terceirizado. Mas nossa preocupação é que essas pessoas sejam participantes de um processo de seleção com ranqueamento. Isso é visando fortalecer o poder local porque o poder local se fortalece quando consegue ajudar as pessoas, dar emprego... E tem casos como ocorreu em Manguinhos que teve que dar a metade do primeiro salário. É uma preocupação, mas não é dito porque faz parte de uma estratégia constitucional de intervenção. Nós já estamos começando a conversar com a FAETEC sobre os cursos. Nossa preocupação é discutir com a associação das empresas do distrito industrial e a CSA tem um papel nessa história, como a Casa da Moeda e outras, para induzir um processo que pudesse ter ações mais estruturantes que os investimentos possam ter maior efetividade e resultados e impactos. Na nossa leitura o investimento fracionado por empresa não gera impactos, não muda qualidade de vida, comportamentos. Nossa ideia é junto ao poder público, as empresas, inicialmente falando do distrito industrial pensar em ações que dialogam com essa questão social, ambiental. Entendendo social porque é necessário ver (1:05:46), discutir os modelos de governança territorial por isso a conversa que nós já fizemos com a CSA é saúde e falamos

“se nós não temos como investir reforçando o atual modelo de representação formal dessas comunidades”. Em Manguinhos nós experimentamos o modelo de governança que está centrado nos espaços coletivos, então, tem um espaço coletivo que o conselho gestor intersetorial da saúde. Esse conselho gestor não participa só a representante de ONGs que tem a saúde, mas tem representantes de setores e segmentos da população. Você torna esse espaço do conselho um debate intersetorial. Nós entendemos que um território tem que influenciar nas políticas de educação. Esse debate da educação e da cultura que não dá para ser Ministério da Educação e Cultura (1:10:22) é mais na perspectiva da territorialização da política pública, ou seja, pensar na educação principalmente de jovens e adultos territorializar crítica cidadã. Cultura são hábitos, relações sociais que estão incluídas e ela se expressa muitas vezes a partir da produção artística, música, plástica. A intervenção cultural, no nosso ponto de vista, tem que ser estruturante tem que ser à favor da vida das pessoas. Esse modelo de governança para nós é central. Nós falamos lá em Santa Cruz inicialmente para a CSA e também para a saúde que é necessário repensarmos isso. A ideia é o processo de indução, pensar em fomento de ações com estratégias para vir a reforçar ou construir esse campo de uma gestão territorial democrática. Evidente que tem que ser pensado estrategicamente. Iniciamos uma conversa bastante lenta, não procuramos os atores locais das sociedades para entender que nós não estamos lá e que (1:17:00) isso pode gerar expectativas e compreensões que a nossa presença está sendo para paz. Passo a passo com determinados atores estamos sendo estratégicos. Fomos para a CSA e queremos chegar na associação das empresas do distrito. Conversamos com saúde e dialogamos com a educação e queremos fazer todas essas reflexões. É possível ter um curso, um projeto para trabalhar artes plásticas? Leitura? A CSA tem... É possível pensar uma metodologia da arte de ver. Você vai aprendendo uma formação técnica para pintura ou outra coisa. Na pintura poderiam contribuir como “como eu vejo esse lugar no futuro? ”, isso incluído na metodologia da arte de ver. A consciência corporal é central, entender a lógica de mercado com o que determina o comportamento das pessoas para o futebol é imprescindível. A prática do esporte é a consciência corporal. Devemos pensar em iniciativas, ações que vão dialogar no nosso conceito ampliar de saúde, determinantes sociais que é o grande carro chefe de nós repensarmos o território, a governança naquele lugar. A CSA diz que mexer com políticas públicas é jogar dinheiro fora. **(1:21:25)**

R: Encerrando a entrevista 12/12/2016 às 12:09.

**Apêndice N – Ofício para entrevista encaminhado junto ao Conselho Distrital de Saúde da Área Programática 5.3 (Santa Cruz, Paciência e Sepetiba).**

**Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho Distrital de Saúde da A.P. 5.3**

Senhor Geraldo Batista de Oliveira

Eu, Riyuzo Ikeda Júnior, Mestrando em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT) pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), matrícula 201513280001-2, Identidade 27.579.389-1 (SCC/DETRAN – RJ) e Assistente de Pesquisa do Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS), da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, da Fundação Getúlio Vargas (EBAPE/FGV), venho por meio deste, solicitar entrevista junto à vossa senhoria para desenvolvimento de trabalhos científicos, e dissertação no âmbito Programa de Pós-Graduação (PPG) supracitado.

Sem mais para o momento, renovo meus votos de elevada estima e apreço.

Rio de Janeiro, 28 de novembro de 2016.

**Riyuzo Ikeda Júnior**

Mestrando em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas pela Universidade  
Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGDT/UFRRJ)  
Matrícula 201513280001-2

Assistente de Pesquisa do Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS), da Escola  
Brasileira de Administração Pública e de Empresas, da Fundação Getúlio Vargas  
(EBAPE/FGV)